



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 142

QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 137ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 5 DE SETEMBRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

- Nº 52, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos e outros Srs. Senadores, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País..... 15443

1.2.2 - Requerimento

- Nº 1.168, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, de retirada do Requerimento nº 1.154/95, de sua autoria, solicitando que a Mensagem nº 399/94, seja apreciada, também, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deferido..... 15444

1.2.3 - Comunicação da Presidência

- Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações, sendo que ao mesmo foram oferecidas duas emendas, subscritas pelo Senador Lúcio Alcântara..... 15444

1.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO - A necessidade de maior fiscalização no trânsito. Estatísticas alarmantes de acidentes de trânsito no Distrito Federal..... 15445

SENADOR JEFFERSON PERES - Comentários sobre artigo da jornalista Tereza Cruvinel no jornal O Globo, acerca do envelhecimento precoce do Congresso Nacional.. 15447

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA - Repúdio às emissoras de rádio que fazem campanha contra a transmissão do programa "Voz do Brasil". 15448

SENADOR EDUARDO SUPLICY, como Líder - Considerações sobre o artigo do jornalista Chico Sá, publicado no jornal "Folha de S. Paulo", edição de hoje, referente ao grande número de obras públicas sem licitação. Falta de rigor do governo no cumprimento das normas que regulamentam as obras públicas. 15450

1.2.5 - Requerimentos

- Nº 1.169, de 1995, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Hélio Victor Ramos. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Antonio Carlos Magalhães e Guilherme Palmeira, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas..... 15452

- Nº 1.170, de 1995, de autoria dos Senadores Guilherme Palmeira e Eduardo Suplicy, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ator Paulo Gracindo, ocorrido no último dia 04 de setembro na cidade do Rio de Janeiro. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Guilherme Palmeira, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas. 15452

1.2.6 - Ofícios

- Nº 110/95, do Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Educação..... 15453

- Nº 693/95, do Deputado Michel Temer, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.111/95..... 15453

1.2.7 - Comunicações da Presidência

- Recebimento do Ofício nº 1.024, de 1995, do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, através do qual encaminha Relatório Conjunto da I Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio e do Fórum Comercial Hemisférico, realizados em Denver, Colorado-EUA, no período de 29 de junho a 2 de julho último..... 15453

- Recebimento do Ofício nº S/50, de 1995 (nº 2.295/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação de retificação da Resolução nº 20, de 1995, que autorizou a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso-LFTE-MT destinadas à rolagem de 100% (cem por cento) da dívida mobiliária do Estado, vencível no segundo semestre de 1995. 15455

1.2.8 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA JÚNIA MARISE, como Líder - Situação dramática dos municípios do norte do Estado de Minas

EXPEDIENTE

Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria da Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

Assinatura (Semestral) Seção I ou II s/ o porte..R\$ 31,00
Porte do Correio (Semestral)R\$ 60,00

Assinatura (Semestral) Seção I ou II c/porte R\$ 91,00(cada)

Valor do número avulso R\$ 0,30

Gerais, com a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios-FPM..... 15455

SENADOR **JÚLIO CAMPOS** - Homenagens de pensar ao ator Paulo Gracindo e à Sra. Elina de Almeida Campos. Comentários acerca das áreas de livre comércio e sobre a evasão de impostos..... 15456

SENADOR **LÚCIO ALCÂNTARA** - Proliferação de municípios..... 15457

SENADOR **NEY SUASSUNA** - Gravidade da questão levantada pelo articulista Carlos Chagas, em reportagem publicada na revista "Manchete" desta semana sobre propaganda veiculada, a nível mundial, induzindo os cidadãos norte-americanos e europeus à defesa do controle da Amazônia pelos países desenvolvidos, desrespeitando a soberania brasileira. Premência de valorização das nossas Forças Armadas para a proteção de nossa soberania. 15461

SENADORA **MARINA SILVA** - Críticas à administração do Sr. Orleir Cameli, Governador do Estado do Acre. 15463

1.2.9 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 249, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, que revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial..... 15464

1.2.10 - Requerimento

- Nº 1.171, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 233, de 1995, por versarem sobre a mesma matéria. 15465

1.2.11 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **ADEMIR ANDRADE** - Razões para apresentação de projeto de lei, que acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de determinar a gratuidade dos serviços concernentes aos Registros Públicos, para os cidadãos que provarem insuficiência de recursos..... 15465

SENADOR **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Referências ao pronunciamento do Sr. Lúcio Alcântara, proferida na presente sessão. Considerações sobre as metas estabelecidas para a Educação, anunciadas pelo Senhor Presidente

da República, em recente reunião com os Governadores. Apresentação de emendas ao substitutivo do Senador Darcy Ribeiro ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação..... 15466

1.2.12 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 250, de 1995, de autoria do Senador Ademir Andrade, que acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de determinar a gratuidade dos serviços concernentes aos Registros Públicos, para os cidadãos que provarem insuficiência de recursos. 15468

1.2.13 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **ROMEU TUMA** - Comentários à reportagem exibida ontem no programa "Fantástico" sobre a descriminalização das drogas..... 15468

SENADOR **JONAS PINHEIRO** - Favorável à conclusão das obras e funcionamento da Usina Nuclear de Angra II... 15469

SENADOR **JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Críticas à aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei, de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1969, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários.. 15470

1.2.14 - Comunicação

- Do Senador Júlio Campos, referente à sua presença às sessões dos dias 2, 4 e 7 de agosto último, por não ter sido registrada pelo painel eletrônico do plenário..... 15471

1.2.15 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **NABOR JÚNIOR** - Apresentando relatório de sua participação no I Encontro das Assembleias Legislativas da Amazônia, realizado em Rio Branco - AC. Importância crucial da construção de rodovia ligando os Oceanos Atlântico e Pacífico através da Amazônia..... 15471

SENADOR **PEDRO SIMON** - Aumento do desemprego na região de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, decorrente da diminuição do número de indústrias de doces e conservas alimentícias. 15474

SENADOR **FLAVIANO MELO** - Relato da participação de S. Exa. no I Encontro das Assembleias Legislativas da Amazônia, realizado em Rio Branco - AC, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro do ano em curso..... 15475

SENADOR **EDISON LOBÃO** - Apelo no sentido de se dar celeridade à tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1989, de sua autoria, que dispõe sobre a partici-

pação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, define sua participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho, para os efeitos do parágrafo 4º, do art. 218 da Constituição Federal e dá outras providências..... 15476

SENADOR *GUILHERME PALMEIRA* – Críticas à atuação governamental na promoção do saneamento ambiental..... 15477

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

– Ata da 121ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 15 de agosto de 1995 e publicada no DCN, Seção II, de 16 de agosto de 1995..... 15478

– Ata da 129ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 24 de agosto de 1995 e publicada no DCN, Seção II, de 25 de agosto de 1995..... 15478

3 – EMENDAS APRESENTADAS PERANTE ÀS COMISSÕES MISTAS DESTINADAS A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE AS MEDIDAS PROVISÓRIAS NºS 1.092 a 1.108, de 1995..... 15479

4 – ATAS DE COMISSÕES

– 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 24-8-95.(Republicação) 15490

– 1ª, 2ª e 3ª Reuniões da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 06, de 1995-CN, destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte, realizadas em 23 e 31 de maio e 7 de junho de 1995, respectivamente..... 15493

Notas taquigráficas da 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda a mineração no Brasil, realizada em 9-6-95..... 15527

5 – ATOS DO PRESIDENTE

– Nº 320, de 1995 (Republicação)..... 15548

– Nºs 426, 451, 454 a 458, 462, 467, 469 e 471, de 1994; 40, 41 e 337, de 1995. (Apostilas) 15548

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

– Nº 507 a 510, de 1995..... 15549

– Nºs 17, de 1993, e 98, de 1994. (Apostilas) 15550

7 – ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

– Atas da 1ª e 2ª Reuniões, realizadas em 28 de junho e 30 de agosto de 1995, respectivamente..... 15550

– Termo de reunião (1995-1999) 15551

8 – MESA DIRETORA

9 – CORREGEDOR E CORREGEDORES

SUBSTITUTOS

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 137ª Sessão Não-Deliberativa, em 5 de setembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. *Júlio Campos, Ney Suassuna, José Eduardo Dutra*

Jefferson Peres, Geraldo Melo e Nabor Júnior

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 52, DE 1995

Suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Suprima-se o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não existe qualquer argumento racional a suportar a manutenção deste dispositivo no texto constitucional, só se podendo compreendê-la enquanto vitória do mais estreito nacionalismo, uma vez que não se consegue atinar em que a participação do ca-

pital estrangeiro no setor de saúde possa contrariar os interesses nacionais.

A rigor, a exclusão do capital estrangeiro do setor saúde só traz prejuízos ao conjunto da população brasileira, que vê reduzidas suas opções de acesso a hospitais privados, no exato momento em que o sistema público de saúde atravessa grave crise. É incompreensível que a proibição à participação de empresas estrangeiras no setor seja mantida numa conjuntura em que as verbas públicas para a saúde declinam ano a ano, os hospitais estão completamente sucateados, transformados em depósitos de doentes, e a situação do atendimento é caótica, beirando o colapso.

É importante ressaltar, outrossim, que a crise do sistema hospitalar atinge não apenas as camadas populares – aqueles que batem às portas dos hospitais públicos e conveniados –, mas também as classes médias, que não encontram atendimento hospitalar no nível de suas necessidades, e de suas possibilidades econômicas. Mesmo a parcela mais rica da população – que pode pagar os preços cobrados pelos hospitais de melhor categoria – enfrenta, muitas vezes, dificuldades na procura por leitos vagos.

Esta situação de carência generalizada – que pode ser testemunhada por qualquer brasileiro que já teve um parente necessitando de internação – demonstra que o País é um campo aberto em termos de boas oportunidades para investimentos na área de saúde, que, do ponto de vista do interesse nacional, tornam-se bem-vindos. Se existe a possibilidade de empresas estrangeiras construí-

rem e administrarem hospitais e outros serviços de saúde, não há por que se opor à mudança da Carta Magna.

Entendemos que a vedação constitucional ora vigente tem um único grupo de beneficiários: os detentores dessa verdadeira reserva de mercado, que temem a concorrência por não se sentirem à altura para o confronto de técnicas gerenciais e de atendimento. Nos dias que correm, porém, as políticas públicas não são mais determinadas em função dos interesses particulares de pequenos grupos.

Por outro lado, a entrada de capital não-brasileiro no setor saúde não acabará com o Sistema Único de Saúde, pois este é um serviço público imprescindível, que o Governo Federal sequer cogita em extinguir, por saber de sua importância para a população de baixa renda.

Igualmente não resiste à menor análise o argumento de que os hospitais públicos ou conveniados com o SUS deixariam de existir pela concorrência externa.

Da mesma maneira, não se pode afirmar com segurança que, eliminada a reserva e aberto o mercado, os investimentos estrangeiros serão feitos apenas na construção de hospitais sofisticados, voltados para a minoria abastada dos brasileiros. Aliás, se isso oconesse, também não representaria qualquer prejuízo para a Nação.

Na verdade, nada permite dizer que o capital estrangeiro a ser aplicado em saúde destinar-se-á a estabelecimentos de grande porte e de tecnologia de ponta. É bem possível que estudos de viabilidade econômica recomendem a criação de hospitais de médio porte, com tecnologia adequada, em regiões hoje desprovidas de serviços de saúde.

Por fim, como é do conhecimento geral, as alterações propostas no âmbito da ordem econômica visam, precipuamente, ao importantíssimo objetivo de dar maior abertura à economia nacional, livrá-la de freios e regulamentações estéreis, ultrapassados e inconvenientes.

Com essa abertura e desregulamentação, objetiva-se dotar os agentes econômicos de melhores condições para competir no mercado internacional e, principalmente, para oferecer ao consumidor brasileiro uma gama mais diversificada de produtos e serviços de boa qualidade.

Uma das emendas já promulgada pelo Congresso Nacional é aquela que elimina o conceito de empresa brasileira de capital nacional, definida, no atual texto constitucional, como aquela cujos controladores são domiciliados e residentes no País.

A alteração proposta, ao eliminar a descabida discriminação ao capital estrangeiro, busca, evidentemente, atraí-lo ao País em maiores volumes, sob o fundamento irretorquível de que é necessário e até indispensável à dinamização e ao crescimento da economia nacional.

Ora, no momento em que se elimina do texto constitucional o conceito de empresa brasileira de capital nacional, visando a estimular um maior fluxo de capitais estrangeiros para setores produtivos, não faz qualquer sentido excluir esse mesmo capital do setor saúde. Assim, seria de todo incoerente modificar o conceito de empresa nacional e não eliminar as restrições ao capital estrangeiro.

Não fosse pelo conjunto de argumentos anteriormente apresentados, este seria suficiente para reclamar a urgente supressão do parágrafo 3º, do artigo 199 da Constituição Federal, que "veda a participação, direta ou indireta, de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País".

Eventuais pressões visando à manutenção do status quo que no sistema de saúde militam, na prática, contra pobres, remediados e ricos. Suprimir o parágrafo terceiro do artigo 199 da Carta Magna é medida oportuna e necessária, conveniente para a me-

lhoria do sistema de saúde nacional e coerente com as emendas constitucionais já em tramitação.

Em razão do exposto submeto à consideração dos nobres colegas o presente Projeto de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. – Senadores Júlio Campos – Bello Parga – Gerson Camata – José Ignácio Ferreira – Lúdio Coelho – Ramez Tebet – Joel de Holanda – Fernando Bezerra – José Agripino – Elcio Álvares – Beni Veras – Waldeck Ornelas – Antonio Carlos Magalhães – Ernandes Amorim – Humberto Lucena – Vilson Kleinübing – José Abreu Bianco – José Alves Nascimento – Freitas Neto – Levy Dias – Romeu Tuma – Coutinho Jorge – Carlos Wilson – Luiz Alberto – Hugo Napoleão – Osmar Dias – Valmir Campelo – Jonas Pinheiro – Carlos Bezerra – Marluce Pinto – Arlindo Porto – Onofre Quinan.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direitos públicos ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções as instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento nº 1.154, de 1995, de minha autoria, em que solicito seja a Mensagem nº 399, de 1994, apreciada, também, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, considerando que de acordo com orientação da Presidência da Casa matérias semelhantes serão, do mesmo modo, apreciadas pela Comissão.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – O requerimento lido é deferido pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do

Senado nº 165, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações.

Ao projeto foram oferecidas duas emendas, que vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDA Nº 3 – PLEN

Substitua-se no art. 1º do projeto a expressão "destinadas unicamente" por "destinadas prioritariamente".

Justificação

Constitui hoje prioridade para a atual administração fazer frente ao gravíssimo problema representado pela rolagem da dívida interna, que consome um volume substancial do Orçamento Geral da União. Essa verdadeira drenagem de recursos impede, com efeito, que se conte com os recursos necessários a obras indispensáveis ao País, inclusive para a conclusão de trabalhos inacabados.

Dessa forma, seria efetivamente de interesse nacional que os recursos provenientes da privatização se apliquem no abatimento do principal da dívida, reduzindo os encargos que pesam sobre o Tesouro. A forma mais simples de se obter receitas adicionais para fazer frente a esse ônus é, com efeito, a utilização nesse sentido dos recursos proveniente da privatização.

Reconhecemos a necessidade de se reduzir o principal da dívida interna, de modo a aliviar o Orçamento de um enorme peso. Entretanto, entendemos também ser imprescindível que se resguarde o patrimônio público, o mesmo que se vem desmobilizando por meio das privatizações ao concluir as obras que hoje deterioram sem nada produzir.

Nessas condições, apresentamos ao projeto de Lei nº 165 a presente emenda.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

EMENDA Nº 4 – PLEN

Acrescenta-se ao Projeto o seguinte art. 2º, renumerando-se os demais:

"Art. 2º A parcela das receitas referidas no artigo 1º que não forem aplicadas no pagamento do principal da dívida interna será investida exclusivamente:

I – na conclusão de obras em andamento que se relacionem com o aproveitamento de recursos hídricos;

II – no setor da saúde;

III – na recuperação da malha rodoviária federal".

Justificação

Constitui hoje prioridade para a atual administração fazer frente ao gravíssimo problema representado pela rolagem da dívida interna, que consome um volume substancial do Orçamento Geral da União. Essa verdadeira drenagem de recursos impede, com efeito, que se conte com os recursos necessários a obras indispensáveis ao País, inclusive para a conclusão de trabalhos inacabados.

Dessa forma, seria efetivamente de interesse nacional que os recursos provenientes da privatização se apliquem no abatimento do principal da dívida, reduzindo os encargos que pesam sobre o tesouro. A forma mais simples de se obter receitas adicionais para fazer frente a esse ônus é, com efeito, a utilização nesse sentido dos recursos provenientes da privatização.

Reconhecemos a necessidade de se reduzir o principal da dívida interna, de modo a aliviar o Orçamento de um enorme peso.

Entretanto, entendemos também ser imprescindível que se resguarde o patrimônio público, o mesmo que se vem desmobilizando por meio das privatizações ao concluir as obras que hoje deterioram sem nada produzir.

Nessas condições, apresentamos ao projeto de Lei nº 165 o presente emenda.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, por 20 minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Brasil lidera as estatísticas oficiais de acidentes de trânsito, a nível mundial. Ostenta também uma frota de veículos em precário estado de conservação, que, além disso, constitui-se na principal causa da produção de ruídos e de gases poluentes.

Não se desconhece que no trânsito urbano a poluição sonora em muito ultrapassa os limites normalmente tolerados pelo ser humano. Ninguém ignora, igualmente, os danos causados à saúde pela poluição oriunda dos escapamentos dos veículos. Em cidades como São Paulo, multiplicam-se as doenças pulmonares em decorrência da insalubridade do ar que se respira - diagnóstico que é agravado pelo fenômeno da inversão térmica, tão comum naquela metrópole.

Quanto à segurança, a *Revista de Saúde Pública do Distrito Federal*, em seu número de agosto, divulga estudo do Dr. Davi Duarte, em que esse renomado especialista faz contundentes observações: Brasília, em função do seu traçado, com pistas de rolamento largas e retas, é a cidade onde mais se exercita a velocidade no trânsito em todo o País.

Conseqüentemente, cada veículo, aqui, mata duas vezes mais do que em São Paulo, cinco vezes mais do que em Los Angeles e dez vezes mais do que em Tóquio. Em nosso Eixo Rodoviário, trafegam seis mil veículos a cada hora, registrando-se um acidente por dia. De janeiro a junho de 1995, contou-se um desastre desse tipo a cada 15 minutos no Distrito Federal, produzindo 160 mortes.

Os pedestres representam a metade dos óbitos no violento trânsito da Capital, confrontando-se com o percentual de 60% no Brasil e de 10% na Europa. De seis mil acidentados, um quarto sobrevive com seqüelas irreversíveis. Cada uma das vítimas, internada em hospital público, custa R\$1.000,00 aos cofres públicos por dia.

Na cidade do Rio de Janeiro, o quadro não se mostra mais ameno; ocorre um óbito para cada grupo de 223 veículos em circulação, enquanto que, nos Estados Unidos, essa proporção não passa de um para 4 mil e, na Suécia, de 1 para 4.500. Não é imprecidente, portanto, que 65% dos leitos hospitalares da rede municipal estejam ocupados pelas vítimas da guerra do trânsito.

No Brasil, são registradas 50 mil mortes a cada ano, tendo como causa os acidentes de trânsito. Um lamentável recorde mundial! O nosso País, todavia, ocupa tão-somente a 5ª colocação entre os países com o maior número de veículos, possuindo pouco mais de 20 milhões de automóveis, ônibus e caminhões, enquanto o Japão tem mais de 64 milhões de veículos - cerca de 70% a mais do que o nosso País -, embora o número de suas vítimas anuais não ultrapasse 11.400, muito menor do que o aqui registrado.

As evidências apontam no sentido de que esse quadro caótico deriva muitas vezes da impunidade do motorista infrator e, quase sempre, da circulação de carros sem a mínima condição de tráfego. No mais das vezes, há comprovada irresponsabilidade do

condutor e notória anormalidade do veículo, fatores que se agravam pelo precário estado de conservação das nossas ruas, avenidas e estradas.

A motoristas que desconhecem a sinalização e os sinais de trânsito, ou que simplesmente os desobedecem de forma sistemática, usando e, em geral, abusando da velocidade recomendada pela prudência, adicionam-se veículos que ainda utilizam pneus desgastados, que trafegam com as luzes já imprestáveis e com outras deficiências que condenariam a sua utilização.

O Sr. Gerson Camata - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO - Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Gerson Camata - Senador Valmir Campelo, o pronunciamento de V. Exª é bem oportuno. Estamos às vésperas do dia 7 de setembro, e já se observa, mediante notícias dos jornais, que a Polícia Rodoviária Federal prepara a Operação Independência, para que o longo feriado, alcançado pela sexta-feira naturalmente "enforcada", não transforme as estradas do Brasil em carnificina. É oportuna também a fala de V. Exª pelo fato de estar em funcionamento, nesta Casa, comissão que prepara o novo Código Nacional de Trânsito. Como tive oportunidade de observar, assistindo-lhe às reuniões, essa comissão trabalha muito não só na modernização das leis de trânsito no Brasil, mas também no aumento, tornando-as pesadas e duras, das penas aplicáveis aos motoristas infratores que, usando seus veículos de maneira indevida, provocam danos físicos e até - quase sempre - a morte de pedestres ou de outros condutores de veículos. Tramita também na Casa projeto muito interessante do Senador Darcy Ribeiro, que é uma espécie de código nacional de trânsito, mas muito mais rigoroso, muito mais radical, mas de um radicalismo que às vezes é necessário, quando se trata de salvar vidas humanas. O primeiro artigo desse projeto de lei diz o seguinte:

"Art. 1º. As ruas, avenidas, praças e rodovias do Brasil são de uso exclusivo dos pedestres, admitindo-se, excepcionalmente, o trânsito de veículos, ressalvadas as seguintes condições:"

Como vêem, esse projeto é radical. Tenho certeza de que, se vier a ser lei, ou diminuirá muito o trânsito de veículos ou fará com que se transite com tanta prudência que significará um choque capaz de baixar esse número cruel de acidentes que ocorrem no Brasil, a que V. Exª vem-se referindo. Cumprimento V. Exª pelas colocações que traz à reflexão não só do Senado Federal, mas de todos os brasileiros, especialmente daqueles que, munidos de uma carteira de motorista, atentam, de maneira criminoso, contra a vida do seu próximo.

O SR. VALMIR CAMPELO - Muito obrigado Senador Gerson Camata. Fico muito feliz, muito agradecido pelas suas palavras. V. Exª fez oportuna referência às vésperas do feriado, quando milhares de carros estarão nas rodovias, nessas rodovias já totalmente danificadas pelo tempo, quase sem condições de recuperação, uma vez que faltam recursos ao Ministério dos Transportes.

V. Exª lembra também a comissão criada pelo Senado Federal para atualização do Código de Trânsito. Faço parte e tenho participado assiduamente das reuniões dessa comissão. Na semana passada, estivemos reunidos com autoridades de todo o Brasil envolvidas no trânsito, em seminário no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. O Presidente da Comissão é o Senador Francezino Pereira; o Relator, o nobre Senador Gilberto Miranda. Realmente, estamos obtendo subsídios, informações, dados, contribuições, no que diz respeito à melhoria do trânsito, à maior fiscalização, à maior segurança para os motoristas e para os pedestres. Estamos também procurando impor multas mais pesadas, para que realmente se cumpram as leis do trânsito no nosso País.

Fico muito grato a V. Exª por essa observação.

Continuando, Sr. Presidente, eu diria que, indiscutivelmente, a movimentação de veículos muito antigos ou sem manutenção adequada representa sempre grande risco de acidente.

Em tal contexto, são louváveis as iniciativas que têm por finalidade a melhoria das condições de movimentação de veículos nas cidades e estradas brasileiras.

Com esse escopo, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN recebeu para exame proposta de resolução disposta sobre o disciplinamento das vistorias de automóveis, utilitários, motocicletas, ônibus e caminhões, a qual conta, inclusive, com o apoio da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA.

A medida já integra a pauta de deliberação do Conselho e cuida, ao mesmo tempo, de formular os requisitos para a instituição de um programa federal de inspeção de segurança, ruídos e emissões de gases dos veículos.

De acordo com recente informativo da Anfaeva, considera-se a inspeção de segurança, ruídos e emissões, a que estão sujeitos os produtos saídos das fábricas, como etapa obrigatória da manutenção regular dos veículos em uso, tendo em vista as suas características originais.

Para a homologação de veículos novos, as exigências compreendem itens de natureza técnica, de segurança, de emissões de ruídos, abrangendo, entre outros componentes, o motor, a transmissão, a suspensão, a direção, a carroçaria, os freios, os pneus e rodas, os espelhos retrovisores, os cintos e os dispositivos de iluminação, sinalização e identificação.

A partir daí, a proposta de resolução classifica as inspeções periódicas dos veículos em circulação, ditando requisitos quanto aos aspectos de segurança, de níveis de ruído e de gases de escape. A vistoria simplificada, a cargo das repartições de trânsito, compreenderia a identificação, o exame dos equipamentos obrigatórios e as condições de funcionamento de sinalização e de iluminação.

Crê a Anfaeva que a realização de inspeções veiculares periódicas, dado o seu caráter preventivo, contribuirá para a redução de acidentes de trânsito e para a preservação do meio ambiente, uma vez que as vistorias da frota circulante não têm ultrapassado, nos dias de hoje, a simples visualização do veículo.

Finalmente, adverte o informativo da Anfaeva, os centros de inspeção sugeridos na proposta sob exame do Contran seriam operados em regime de concessão. Assim, não acrescentariam qualquer despesa para os cofres públicos. Esses centros, dotados de equipamentos com tecnologia de ponta e pessoal qualificado, foram sugeridos pelo terceiro Acordo Setorial Automotivo, firmado pelas montadoras, pelos trabalhadores e pelo Governo, no princípio do corrente ano.

Sr. Presidente, há cerca de quatro meses, discorrendo sobre a necessidade de aprovação do novo Código Nacional de Trânsito, em artigo para o jornal *Correio Braziliense*, desta Capital, registrei minha indignação com aquela indesejável liderança, à qual nos acostumamos a fazer vistas grossas e ouvidos de mercador, como se aceitássemos passivamente a vitória do País na competição da indiferença e do descaso para com a vida dos brasileiros.

Parece-me, desde então, que um conjunto de determinantes contribui para a balbúrdia instalada no trânsito, pois constitui a soma de fatores como a crônica escassez de recursos para a recuperação e a adequada sinalização das nossas ruas e estradas, a ausência de um programa específico e permanente de educação para o trânsito e o péssimo estado de conservação da frota nacional de veículos, entre outros.

Os órgãos de comunicação, as estatísticas dos departamentos de trânsito, os registros contundentes dos atendimentos hospi-

talares e estudos qualificados como esse ao qual me reporteí mostram que, dia a dia, essa questão transformou-se num conflito sem tré-gua, capaz de gerar perdas equivalentes às de uma verdadeira guerra.

Decerto, problema dessa dimensão termina por macular a nossa imagem, exigindo o engajamento de toda a organização social no sentido de se adotar medida de preservação da vida, de um esforço constante de conscientização dos nossos motoristas e de uma determinação de se aumentarem os itens de segurança dos veículos, para que deixem, também, de servir de instrumento para aumentar a poluição sonora e para envenenar a atmosfera.

Nessas circunstâncias, a proposta de resolução, ora sob o exame do Contran, e que vem sendo acertadamente defendida pela Anfavea, merece o acolhimento daquele colegiado e o apoio amadurecido e decisivo de toda a sociedade brasileira.

Se é certo que a sua aprovação não esgota, por si só, a necessidade de se reformular totalmente o trânsito em nossas cidades, e nem nos retira, de imediato, o indesejado título de recordista mundial de acidentes, com certeza representa inestimável contribuição em favor de que se apague do Brasil essa nódoa que tanto nos envergonha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Jefferson Peres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo.

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Geraldo Melo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres.

V. Ex.^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, chamou-me a atenção hoje uma nota da jornalista Tereza Cruvinel em sua coluna no jornal *O Globo*, na qual ela manifesta o temor de que a atual Legislatura esteja sofrendo de *envelhecimento precoce*.

Os Parlamentares se queixam de que a imprensa é dura e injusta para com S. Ex.^{as}.

Creio que o Congresso seja o Poder mais transparente, de paredes de vidro. Tudo o que aqui acontece é visível. Isso, evidentemente, deixa-nos mais expostos à imprensa. Mas, nem por isso, muita coisa ou quase tudo que a imprensa diz de nós deixa de ser verdadeiro.

Sr. Presidente, no primeiro semestre deste ano, o Congresso Nacional - Câmara e Senado - atuou em flagrante contraste com a Legislatura anterior. As duas Casas produziram, produziram muito. Sou testemunha de que as duas comissões às quais pertencço como titular, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos, reuniram-se sempre - salvo uma ou duas vezes, por falta de *quorum* -, votaram quase todas as emendas constitucionais propostas pelo Governo, deram um exemplo à Nação e começaram a resgatar a imagem do Poder Legislativo.

No entanto, compartilho com a jornalista o receio de que isso esteja mudando.

O Senado decretou um feriadão de onze dias, Sr. Presidente. O Senado vai ficar sem produzir de 1º a 11 de setembro. Falta de matérias? Bom, pelo menos duas emendas constitucionais poderiam estar aqui sendo discutidas: a de flexibilização do monopólio estatal do petróleo e a do Senador Valadares, que cria a CPMF. Teríamos, pelo menos, duas sessões, hoje e amanhã, para discuti-

las, porque elas terão que ser discutidas em cinco sessões. E este Plenário, desde segunda-feira, realiza sessões não deliberativas.

A Comissão de Assuntos Econômicos deveria estar reunida hoje com os Secretários de Planejamento dos Estados tratando de matéria importantíssima, que é o endividamento de Estados e Municípios, em busca de soluções. A reunião foi cancelada, adiada para a semana que vem, não sei por que motivo. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania teve sua reunião de amanhã cancelada, também não sei o motivo. Receio de que não houvesse *quorum*? Mesmo que não houvesse *quorum*, que cada um assumisse sua responsabilidade! Falta de matérias? A Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, tem 22 processos aguardando julgamento, além de 58 nas mãos de relatores. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, funil pelo qual passam quase todos os projetos, seriam julgados, amanhã, 40 projetos de lei e proposições em geral, além de existir uma pré-pauta de 29 projetos. E estamos perdendo uma semana inteira.

O Senado vai realizar, durante o mês de setembro, nove sessões produtivas. Em trinta dias, apenas nove sessões deliberativas!

Isso não está correto, Sr. Presidente. Eu não posso ceder ao corporativismo. Eu não estou aqui para isso. Fui eleito para mudar costumes ou ajudar, pelo menos, por mínima que seja a minha parcela nesse esforço, a tentar mudar os costumes políticos neste País.

Receio que o Congresso, que estava dando exemplos neste primeiro semestre, comece realmente a mudar para pior. O Congresso vai institucionalizar essa figura esdrúxula do feriadão? Acho que é o único país do mundo no qual existe a figura da data impressada. Se existe um feriado na terça-feira, cancela-se, no Serviço Público, a segunda-feira; se o feriado é na quinta-feira, está cancelada automaticamente a sexta-feira. Por quê? Onde está escrito isso? Em nossos deploráveis costumes? É uma cultura? Tenta-se, procura-se mudar a cultura, porque não se pode institucionalizar isso. Não posso concordar com isso, Sr. Presidente. Silenciar seria me acumpliciar.

O Sr. Lúcio Alcântara - Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador Jefferson Peres?

O SR. JEFFERSON PERES - Pois não, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara - Ouço, com atenção, o pronunciamento de V. Ex.^a e partilho da preocupação que V. Ex.^a manifesta neste momento, até porque ouvi muitas vezes aqui, de funcionários, de políticos e até de Parlamentares, a manifestação, a expressão de que toda aquela atividade febril do início, aquela celeridade legislativa, aquela assiduidade eram fogo de palha de início de Legislatura, de começo de Sessão Legislativa, mas a modorra voltaria. Procurei, como tantos outros Senadores que estão aqui, me insurgir contra isso e dar a minha colaboração, em termos de assiduidade, a todas as formas de trabalho legislativo, nas comissões, representações externas, no plenário e assim por diante. Espero que esse momento que estamos agora experimentando não se estenda muito. Devo dizer que precisamos manter uma certa velocidade própria, porque não só os projetos oriundos do Executivo - as emendas constitucionais, os projetos de lei, as medidas provisórias - devem animar nossos trabalhos. Temos uma lógica própria de funcionamento; afinal, aqui temos a possibilidade de iniciativa legislativa e, por isso mesmo, devemos procurar imprimir um ritmo de trabalho que corresponda à expectativa da sociedade brasileira. Repito o que já disse aqui algumas vezes: durante a minha campanha para o Senado, fui um crítico, às vezes até contundente, desta Casa e advoguei que era preciso, antes de mais nada, reformar a instituição por dentro para que pudéssemos tentar fazer outras reformas de natureza ética, modernizadora do Poder Público e, portanto, nada disso poderia ser feito sem a colaboração do Congres-

so. Então, quero somar minhas palavras às de V. Ex^a, dizendo que espero realmente que possamos readquirir aquele ritmo que marcou o Congresso no início desta Legislação. A bem da verdade, devo dizer que o Presidente Luís Eduardo, assim como o Presidente José Samey, tem se ocupado com muito cuidado dessas questões, para que ambos, Câmara e Senado, readquiram esse ritmo de trabalho que mudou o conceito que as pessoas faziam do Parlamento brasileiro.

O SR. JEFFERSON PERES - Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara. Realmente, logo que cheguei, também ouvi de Deputados e Senadores mais velhos expressões como essas: "Isso é fogo de palha!"; "Já vi esse filme"; "Isso vai acabar logo". Sr. Presidente, não sei se isso vai acontecer, mas o meu fogo não é de palha, ele vai durar oito anos, e o que se fizer de errado aqui não se fará com o meu silêncio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Senador Epitácio Cafeteira, V. Ex^a assume a Presidência?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, não posso, pois agora é a minha vez de falar.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Agora é a vez do Senador Humberto Lucena, que cedeu a vez para o Senador Júlio Campos.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Cedeu para mim também.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Não consta aqui. Mas, tendo em vista que o Senador Humberto Lucena cedeu a vez também para V. Ex^a, concedo-lhe a palavra, nobre Senador Epitácio Cafeteira, Líder incontestado do Maranhão.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPR-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Júlio Campos, na realidade, V. Ex^a me surpreendeu até quando me convidou para assumir a Presidência como o menos jovem. Na realidade, declino dessa honra. Em nenhuma oportunidade, em nenhum momento, quis assumir a Presidência. Quem sabe, talvez, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem um dia apenas do aniversário, poderia começar a fazer um treinamento, a fazer um estágio nesta Presidência, porque já se fala na sua candidatura no próximo biênio.

Mas o que quero colocar hoje, Sr. Presidente, é a minha posição, a posição de quem representa um Estado do Nordeste, contra o que se está querendo fazer neste País. Todo mundo quer uma estação de rádio e televisão, e as concessões de rádio e televisão foram adquiridas a custo zero, gratuitamente, ninguém pagou coisa alguma para o Governo. Mas, agora, estão querendo acabar com o programa **Voz do Brasil**: "Se o Governo não paga como é que vão transmitir a **Voz do Brasil**?" E até cheguei a ouvir um jornalista dizer que isso é um monopólio, que a **Voz do Brasil** é um resto de um regime ditatorial, é um resto de getulismo. Só que para os municípios do Sul, principalmente para as capitais, há muita facilidade para se saber o que está acontecendo neste País. Mas no meu Estado e, de modo geral, no Norte e no Nordeste há muitas cidades em que as pessoas só sabem quem está na Presidência da República ouvindo a **Voz do Brasil**, só sabem o que foi resolvido ouvindo a **Voz do Brasil**. É claro que temos Parlamentares que têm horror à **Voz do Brasil**.

Contam até a história, Sr. Presidente, e faço questão de ilustrar quando vejo Parlamentares que se insurgem contra a **Voz do Brasil**, de um determinado Deputado do interior que, indo à sua cidade, ouviu de seu vaqueiro o seguinte comentário: "Coronel, eu não ouço o seu nome na **Voz do Brasil**". O Deputado, então, disse: "É porque o homem que faz a **Voz do Brasil** é meu inimigo e não coloca o meu nome". Quando o Deputado ia viajar para a ci-

dade, o vaqueiro disse: "Coronel, vou lhe dar um conselho: faça as pazes com aquele homem, porque todo mundo está falando que seu nome não sai na **Voz do Brasil**". Então, fazer as pazes é vir e falar para o povo, é vir e discutir as coisas importantes, porque o povo quer saber o posicionamento de cada um. Não será o lobby de estação de rádio ou de televisão que vai calar a minha voz. Se eu só tiver uma comunicação com o meu Estado e esta for através da **Voz do Brasil** fico feliz. E estou aqui cumprindo a minha obrigação.

Ainda há pouco, o nobre Senador Jefferson Peres dizia que uma determinada colunista reclamava que o Senado tinha diminuído o seu ritmo.

Mas eu pergunto: quem faz a imprensa neste País está aqui na tribuna destinada à imprensa? Não vejo quase ninguém ali, só funcionários da Casa - dois ou três representantes da imprensa estão ali. E os que cobram do Congresso estão nos corredores, muitas vezes filmando e ouvindo a palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães, das grandes Lideranças - que são controversas! É muito mais importante para quem faz a imprensa, e não para o Brasil, ouvir o que se fala nos corredores. Aprofundar as trucas e futricas, porque é disso que vive a venda de jornal, é disso que vive o noticiário de rádio e de televisão. A notícia de plenário, quem não quiser saber sobre o que está ocorrendo é só ler o jornal, ouvir uma rádio.

Então, o que se quer cometer é um crime contra este País, é um crime contra a população que, na realidade, não tem em sua cidade uma televisão, só tem a estação de rádio para ouvir o que se diz aqui dentro, para ouvir o que o Presidente resolveu, quais foram as medidas tomadas, para que lado se pretende levar este País.

Mas os donos de rádio têm uma concessão gratuita e acham que estão sendo lesados por este País, porque as notícias do Executivo e do Legislativo são levadas através de uma meia hora de rádio para o resto do País.

O Sr. Geraldo Melo - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Com muita alegria ouço o aparte do meu querido Líder potiguar, nobre Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo - É uma honra para mim participar do discurso de V. Ex^a, proclamado pelo nosso Presidente Júlio Campos como Líder do Maranhão e adjacências. Eu queria trazer um depoimento, primeiro concordando inteiramente com V. Ex^a, porque V. Ex^a está defendendo o direito de serem informados devidamente aqueles brasileiros desconhecidos, aqueles brasileiros distantes, aqueles brasileiros que estão fora dos grandes centros e dos grandes acontecimentos e a quem somente através da **Voz do Brasil** chegam informações sem distorção, que não representam o interesse desse ou daquele grupo de grandes, pequenos ou médios empresários de comunicação. Acredito que o problema tem sido analisado levando um pouco no ridículo manifestações como a de V. Ex^a e como a que vou fazer; tem sido analisado por pessoas, por cabeças que nada têm a ver com o interesse da grande massa de brasileiros distante dos centros urbanos. A prova disso tive um dia desses assistindo a um programa de televisão - rapidamente - um noticiário, em que se abordava este assunto. Para demonstrar a necessidade de acabar a **Voz do Brasil**, foi contada na televisão a seguinte história: que, no dia tal, numa determinada hora do começo da noite, houve um grande engarrafamento de trânsito em São Paulo e algumas emissoras de rádio estavam transmitindo ao vivo informações para os seus ouvintes de São Paulo sobre uma situação de engarrafamento em diversas ruas e, quando chegou a hora da "Voz do Brasil", tiveram que suspender esse serviço. Portanto, na cabeça dessas pessoas é mais importante informar ao pessoal de São Paulo que está havendo um engarrafamento de trânsito na Avenida Paulista do que prestar informações a todo o resto do povo brasileiro. Na realidade, estamos sujeitos a esse tipo de in-

fluência e de julgamento. Mas tenho a impressão de que o Congresso Nacional está vigilante, tanto quanto V. Ex^a, para não permitir que isso aconteça, o que causaria um dano real ao nível de informação já bastante baixo da imensa maioria dos brasileiros.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Nobre Senador Geraldo Melo, fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a, que vem ao encontro daquilo que estou defendendo. Às vezes, sinto-me um "Dom Quixote", procurando lutar contra moinhos de vento; ou, às vezes, sinto-me um lutador das causas, senão perdidas, difíceis. Mas é isso o que me proporciona mais vontade de lutar. Tenho a obrigação de defender o interesse do povo do meu Estado.

Ainda há pouco, o nobre Senador Valmir Campelo falava da quantidade de atropelamentos e mortes aqui em Brasília e V. Ex^a falava da necessidade que algumas rádios tinham de esclarecer sobre o engarrafamento da Avenida Paulista. No meu Estado, existem municípios em que nunca houve sequer um desastre, porque nunca nenhum automóvel lá conseguiu chegar.

Mas a "Voz do Brasil" chega, noticiando o que está acontecendo neste País. É a única oportunidade que o povo tem de ser informado! Na realidade, o que reclamo, contesto, contra o que luto com todas as minhas forças, é que emissoras que têm concessões a custo zero se recusem a prestar o seu serviço ao País, mantendo informado o povo brasileiro.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Epitacio Cafeteira?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Com satisfação, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Epitacio Cafeteira, considero, como V. Ex^a, que a "Voz do Brasil" tem algumas qualidades que não estão sendo devidamente consideradas por aqueles que empreendem a campanha em favor do fim da obrigatoriedade da sua transmissão. De fato, na cidade de São Paulo, inúmeras emissoras, como a Rádio Eldorado, a Rádio Jovem Pan, a CBN - esta, em nível nacional, porque também aqui tem feito essa mesma campanha, por meio de frequentes anúncios -, a Rádio Bandeirantes e outras estão realizando essa campanha, inclusive com manifestações. Aquele fato mencionado pelo Senador Geraldo Melo serviu de catalisador para essa campanha. Em quase todos os finais de tarde em São Paulo tem havido problemas de trânsito, algumas vezes, com maior intensidade, e não apenas na Avenida Paulista; basta, por exemplo, ocorrer um acidente com um grande caminhão na Marginal Tietê ou na Marginal Pinheiros que os problemas de trânsito se irradiam por toda a região da cidade afetada, de alguma forma, por aquele acidente. Outro dia, por exemplo, ocorreu um incêndio na Favela do Tatuapé, beirando a Marginal, o que provocou um engarrafamento por muitas horas. O engarrafamento é um exemplo. Poderão ocorrer eventos num município, num estado ou em todo Brasil que sejam de grande relevância. Já houve, por exemplo, a transmissão de partidas da seleção brasileira em horário da "Voz do Brasil", quando se permitiu que esta não fosse transmitida. Avalio que - e isso merece o nosso amadurecimento, tenho pensado em redigir projeto de lei nessa direção, sendo interessante este diálogo para pensarmos juntos -, em circunstâncias de grande relevância para a vida de um município, de um estado ou de todo o Brasil, poderiam as emissoras de rádio transmitir o conteúdo da "Voz do Brasil" em horário alternativo, com regras a serem por nós implantadas; de tal forma que seria garantida a transmissão da "Voz do Brasil" num horário regular, mas com a possibilidade de se fazê-lo em outro horário alternativo, o que facilitaria a sua audição por aquelas pessoas que, muitas vezes, têm grande interesse em ouvir esse programa, como acontece em muitas regiões do interior ou nas capitais. Tais pessoas poderiam dizer: "Não pude ouvir naquele horário, mas é possível que tais e

tais emissoras transmitam o programa no horário alternativo." Dessa forma, permitiríamos a resolução do problema, apontado com muita força. Eu mesmo escutei as emissoras de rádio reclamarem: "Está havendo um problema - que não é só das pessoas que andam pela Paulista, pois repercutiu em vários pontos da cidade, que possui mais de 10 milhões de habitantes - e a transmissão da "Voz do Brasil" interrompeu a tentativa de solução para o mesmo, mediante um serviço público relevante." Foi esse o mote da campanha. Assim, se houvesse tal alternativa, acredito que poderíamos manter a qualidade do serviço prestado pela "Voz do Brasil", que, de fato, tem o sentido de promover a unidade nacional, o que é muito interessante. Quando, por exemplo, percorro o Estado de V. Ex^a, o Maranhão, pessoas que ouvem o programa comentam pronunciamentos que aqui fiz. É muito interessante essa interação, que certamente também ocorre com V. Ex^a quando vai ao meu Estado de São Paulo. Esta é a ponderação que gostaria de deixar.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Também quero dizer, nobre Senador Eduardo Suplicy, que no exterior encontrei inúmeras pessoas que só tomam conhecimento do que se passa no Brasil ouvindo a "Voz do Brasil". Eles conseguem ouvir a "Voz do Brasil". É uma chance de, lá fora, saberem o que se passa aqui dentro.

E quem nos dera, nobre Senador Eduardo Suplicy, que no Maranhão tivéssemos engarrafamentos homéricos como os que acontecem em São Paulo, que chegássemos atrasados em casa uma ou duas horas - seria uma alegria tão grande! Não conseguimos ter o que, em São Paulo, os nossos irmãos paulistas têm. Mas é a tal história, o desenvolvimento vem com a poluição; quem tem desenvolvimento reclama da poluição, mas, nós outros, que estamos longe do desenvolvimento, louvamos a poluição - poluição sonora, poluição de todas as formas - e os engarrafamentos.

O Sr. Geraldo Melo - Senador Epitacio Cafeteira, permite-me V. Ex^a uma outra intervenção?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Pois não, nobre Senador Geraldo Melo, meu companheiro potiguar, com muita alegria.

O Sr. Geraldo Melo - Gostaria somente de incorporar um comentário ao aparte do Senador Eduardo Suplicy. Concordo com a idéia de se transmitir a "Voz do Brasil" em outro horário, quando houver um evento relevante, se o julgamento dessa relevância não for das emissoras de rádio, mas de uma autoridade federal, central, que autorize a mudança de horário em todo o País, em virtude de um acontecimento relevante. No entanto, se se abrir a possibilidade de julgamento para os dirigentes de rádio, cada um vai ter o aniversário da filha como uma coisa relevante para justificar a mudança de horário da "Voz do Brasil". E o que faz com que o homem do interior se oriente por ela como fonte de informação é exatamente a sua pontualidade, a sua regularidade, a transmissão em horário certo. Finalmente, a idéia de dizer que a rádio tal não vai transmitir nesse horário, mas pode-se ouvir na rádio qual é uma idéia respeitável, entretanto, uma idéia muito paulista, desculpe-me o Senador Eduardo Suplicy. Esse pensamento pode passar pela cabeça do ouvinte de uma cidade que tenha 30, 40 estações de rádio, mas não pela cabeça do sujeito que mora em uma cidade na qual ele vai tentar sintonizar uma única emissora de rádio que serve àquela região; esse não tem essas alternativas. Então eu entendo que os problemas do trânsito de São Paulo precisam ser resolvidos pelo Detran daquela cidade, pelas autoridades de trânsito locais e também que a transmissão ao vivo dos engarrafamentos de São Paulo e do Rio de Janeiro é um serviço público, cuja prestação foi interrompida por outro serviço público: a Voz do Brasil.

O Sr. Roberto Requião - Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V. Ex^a. Não é a primeira vez que, na hora de encerrar, eu deixo de ouvir a palavra do nobre Senador Roberto Requião. Fica sempre aquela impressão de que eu não ouço a palavra do Paraná. Pediria a V. Ex^a que me permitisse ouvir a opinião dele e encerrarei imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Há 22 oradores inscritos e todos estão presentes no Plenário.

A Mesa concede um minuto especial para o Senador Roberto Requião dar o seu aparte.

O Sr. Roberto Requião - Quero só concordar com o Senador Cafeteira. A *Voz do Brasil* é o respiradouro, é o pulmão da democracia nacional. A *Voz do Brasil* e os horários eleitorais são imprescindíveis para o bom funcionamento do regime democrático. Deixo aqui uma indagação: um desses grandes canais de televisão, dessas grandes redes, interromperia a sua novela principal para dar uma notícia a respeito do trânsito na Av. Paulista? Ou talvez uma dessas rádios, que reclamam em voz tão alta, fossem capazes de interromper a transmissão do jogo do selecionado nacional para explicar a situação, no momento, da Rua Augusta, em São Paulo? Essa guerra contra a *Voz do Brasil*, que é o canal que temos aqui no Congresso para falar com a população, é rigorosa e absolutamente injustificada. Cito um caso específico que me aconteceu recentemente e que já abordei aqui na tribuna do Senado. Fui agredido e desqualificado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em seu Editorial, por causa da minha opinião quanto à Lei de Patentes. Enviei um artigo para aquele jornal e não recebi sequer resposta se iriam publicar ou se teriam recebido ou não o meu artigo. Passei, então, durante 20 dias seguidos, mandando, todas as manhãs, o texto do artigo para os Srs. Mesquita e Maranhão; eles receberam 20 fax e não me deram nenhuma satisfação. Mas coloquei a minha opinião para o País através da *Voz do Brasil*.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a boa vontade de S. Ex^a e dizendo que aquilo que S. Ex^a acabou de dizer pode responder ao Senador Jefferson Peres. Há 22 oradores inscritos e todos presentes no Plenário, o que é uma demonstração clara à imprensa de que o Senado não está fazendo gazeta, de que o Senado não diminuiu a sua velocidade de trabalho, de que os Senadores estão aqui cumprindo o seu dever.

Muito obrigado. (Muito bem!)

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O Senador Eduardo Suplicy já havia se inscrito como Líder. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Senador Júlio Campos, Sr^s e Srs. Senadores, o Governo Federal encontra-se em campanha para conseguir mais recursos para seu caixa. Neste sentido, foram enviadas para o Congresso Nacional propostas de emendas constitucionais, assim como projetos de lei. Governadores, prefeitos, senadores e deputados estão recebendo uma série de relatórios onde toda ênfase é sobre a necessidade da aprovação de medidas visando o aumento da arrecadação federal.

Por outro lado, de janeiro até hoje (setembro) apenas 21% dos gastos em compras e contratação de obras e serviços realizados pelo Governo Federal foram feitos através de concorrências públicas. Isso significa - conforme explicita hoje a reportagem da *Folha*, de Chico Sá - que de um total de R\$4,8 bilhões apenas R\$1,031 bilhões foram licitados.

Por exemplo, sob a alegação de que era uma "operação de emergência", o Ministério do Exército comprou remédios, recentemente, pagando preços entre 30% e 200% a mais que o valor de mercado - conforme registrou reportagem do *Jornal do Brasil*, neste último domingo.

A contratação de obras e serviços com dispensa de licitação tem sido prática amplamente utilizada em toda a administração, sendo a grande responsável por muitos desperdícios e por diversas obras, hoje paralisadas, como é o caso do metrô de Brasília, onde a empresa Promon foi contratada com dispensa de licitação, alegando-se "notória especialização".

Durante a CPI do Orçamento, constatou-se, na maioria das obras e serviços contratados sem licitação, fortes indícios de superfaturamento e desvio de recursos públicos. Em suas conclusões, a CPI recomendou ao Poder Executivo diminuir ao mínimo indispensável a realização de despesas com dispensa de licitação. Todavia, ao que tudo indica, isto não foi nem está sendo seguido, pois enquanto em 1994, as despesas realizadas com dispensa de licitação atingiram 23% do total de R\$8,769 bilhões, e este ano as despesas realizadas sem licitação já atingem a 79% do total gasto.

A prática de dispensa de licitação vem fazendo com que as empresas montem verdadeiros cartéis de fornecedores para o Estado. Por exemplo, no caso do Ministério do Exército o seu Centro de Comunicação admitiu no *Jornal do Brasil*, de 3-9-95, que teoricamente qualquer empresa pode se inscrever no cadastro do Ministério, mas "o critério para chamar as empresas nos casos de compras sem licitação é privilegiar as que já têm contratos e comprovam bom atendimento". Ou seja, quem já está trabalhando para o Governo consegue, através da dispensa de licitação, tornar-se fornecedor exclusivo do Governo.

Por diversas vezes, o Poder Executivo tentou e vem tentando, inclusive através do uso de medidas provisórias, modificar a Lei de Licitações, no sentido de ampliar o leque de possibilidades para a dispensa de licitação nas contratações de obras e serviços para o setor público. Ou seja, tentando aumentar ainda mais a maneiras de se contratar obras e serviços sem uma consulta ampla e democrática entre todos os fornecedores.

Tendo em vista as fraudes constatadas nas obras e serviços contratadas sob a modalidade de dispensa de licitação e tendo em vista a necessidade apregoada pelo Governo Federal no sentido de conseguir mais recursos para reforçar o caixa do Tesouro Nacional, sugiro ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que tome as providências, visando estancar não só os desperdícios como, também, os desvios de recursos públicos que diariamente vem sendo denunciados pela imprensa e pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, recebi carta do empresário Antonio Paixão que registra fatos que mostram que o Governo Federal não está atuando com o rigor suficiente para acabar com os procedimentos sobre preços nas diversas obras. Eis trechos da carta, com a qual concluo o meu pronunciamento:

"Posso afiançar a V. Ex^a que todas as obras com recursos do Orçamento Geral da União, contratadas por Prefeituras Municipais do Nordeste, talvez em todo o Brasil, foram através de licitações viciadas que levaram a preços absolutamente altos. No entanto, todas elas permanecem contratadas, sem qualquer redução de preços, e muitas delas receberam recursos depois de minhas denúncias e as posteriores CPIs de impedimento do Colômbio e do Orçamento.

Até mesmo aquelas contratadas sob a égide da nova Lei de Licitações nº 8.666, de 1993, tiveram suas

licitações fraudadas para a utilização dos seguintes estratégias. As planilhas de quantitativos usadas para julgamento das licitações apresentavam, para a mesma finalidade, mais de um item, um dos quais com quantitativos exorbitantes e outro com quantitativos somente um pouco exagerados. A construtora escolhida para vencer a licitação apresentava preços baixíssimos para os itens com quantitativos exacerbados. Dessa forma, conseguia vencer a licitação mesmo apresentando preços elevadíssimos para os itens que iriam ser executados."

E ele detalha a forma segundo a qual, Sr. Presidente, se dão os procedimentos. Peço que se insira na íntegra este ofício para que possa o Governo Federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, examinar o conteúdo das informações aqui contidas a fim de tomar as providências corretivas necessárias.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU DISCURSO:

55-71-241-4581 - MODULO ENG. COM. LTDA.

987 P01 SEP 04 95 17:38

Salvador, 3 de setembro de 1995

Prezado Senador Suplicy,

Posso afiançar a Vossa Excelência que todas as obras com recursos do Orçamento Geral da União contratadas por prefeituras municipais no Nordeste, talvez em todo o Brasil, o foram através de licitações viciadas que levaram a preços absurdamente altos. No entanto, todas elas permanecem contratadas, sem qualquer redução de preços e muitas delas receberam recursos depois de minhas denúncias e as posteriores CPI do impedimento de Collor e do Orçamento.

Até mesmo aquelas contratadas sob a égide da nova lei de licitações 8.666/93 tiveram suas licitações fraudadas, pela utilização do seguinte estratégia. As planilhas de quantitativos usadas para julgamento das licitações apresentavam, para a mesma finalidade, mais de um item, um dos quais com quantitativos exorbitantes e outro com quantitativos somente um pouco exagerados. A construtora escolhida para vencer a licitação apresentava preços baixíssimos para os itens com quantitativos exacerbados. Desta forma, conseguia vencer a licitação mesmo apresentando preços elevadíssimos para os itens que iriam ser executados.

Relatarei, com alguns detalhes, o exemplo que dei a V. Ex^a, por telefone, referente à Concorrência Pública nº 01/93, que teve como objeto pavimentação, drenagem pluvial, abastecimento d'água e esgotamento sanitário no distrito de Vila Isabel, no município de Ibicará - BA.

A licitação foi na modalidade "a preços unitários", em que a obra é paga através medições e não "a preço global". Todavia, o julgamento se baseou no valor obtido pelo preenchimento (com preços unitários e operações para obtenção do preço total) da planilha orçamentária cujos itens são quantificados pela Prefeitura. Embora a lei exija que os quantitativos dessa planilha sejam aqueles que se obtêm pelo levantamento correto feito a partir do projeto da obra, aconteceu o seguinte.

A área de ruas e praças a ser pavimentada era de 23.300,00m², mas na planilha estavam previstos 28.266,00m² de paralelepípedos e mais 145.157,00m² de revestimento asfáltico em concreto asfáltico usinado a quente com espessura de 5cm, sobre base de brita graduada com 20cm de espessura; base e revestimento asfáltico, portanto, com a mesma nobreza dos usados nas melhores auto-estradas do mundo, e, portanto, de preços elevadíssimos. Nas partes referentes à drenagem pluvial, abastecimento d'á-

gua e esgotamento sanitário, foi usado o mesmo estratégia: além de os tubos de PVC e concreto que seriam utilizados estarem com quantidade um pouco acima das necessárias, foram apresentados, na planilha, tubos de ferro fundido, caríssimos, e que não seriam utilizados, com quantidades e diâmetros mais que exagerados.

Aconteceu, então, como sempre, que a construtora escolhida para vencer a licitação fez cotações baixíssimas, muito mais que inexequíveis, para os serviços que não iriam ser realizados, certa de que a Prefeitura não exigiria suas execuções, o que não aconteceria se outro licitante vencesse procedendo como o escolhido.

Foram dezenas de licitações feitas no Nordeste dessa forma. Impugnei algumas, muitas vezes sem nem menos ler os editais, porque, a exemplo do que aconteceu quando em 1991 fiz as denúncias, pelos que li, adquirir a certeza de que esses procedimentos delituosos eram unânimes e, também como naquela época, os editais tinham todos a mesma redação. Como não havia nem visto os editais e seus anexos, não poderia apresentar números na impugnação, e, por isso, alegava apenas que havia grande disparidade entre os quantitativos levantados através do projeto e aqueles que se encontravam na planilha, de forma a permitir fraudes pela utilização do estratégia mencionado. Houve prefeitos que confessaram o "erro" e enviaram o decreto de cancelamento da licitação, mas o *Diário Oficial* da União não mais publicou aviso de outra. Já que não foi possível a fraude, deixou-se de fazer a obra, ou, então, o cancelamento foi uma farsa. Quando o Prefeito negava o que eu afirmava na impugnação, eu escrevia ao Promotor de Justiça, solicitando que fosse ver o edital e seus anexos, sem aviso prévio, porque sempre existiam outros, corretos, para uma emergência daquelas. Muitos promotores me telefonavam ou escreviam, comunicando que haviam constatado as irregularidades e mandado cancelar as licitações, o que as vezes foi avisado pela imprensa.

Há construtoras dessas obras que continuam pagando 40 a 50% do que recebem à OAS, fato que, conforme minha denúncia, acontece, embora a OAS nem tenha participado das licitações. Mas era ela que promovia e ainda promove as fraudes a partir de altos escalões da República.

As informações que possuo são seguras, tanto as de que os contratos permanecem e algumas obras se iniciam e outras sofreram acréscimos depois da CPI do Orçamento, como também as de que a OAS continua a receber "pedágio". Uma obra por mim denunciada foi o hospital de Santo Antonio de Jesus - BA, que, à época, só tinha pronta a terraplanagem, e em junho último já estava com a estrutura construída. Foi licitada para ter dois pavimentos, mas o projeto foi alterado para um só pavimento.

Estou absolutamente certo também de que a OAS recebe o "pedágio" em espécie, Diretores de firmas que o pagaram - quase todas só tiveram coragem de o fazerem porque estão falidas - me confessaram isso e chegaram a dizer qual era a agência bancária onde faziam os saques para esses pagamentos, toda vez que recebiam uma fatura da obra. Portanto, é possível a administração pública fazer uma verificação desses saques despropositadamente elevados e da coincidência com os recebimentos.

Quanto às obras, também contratadas por prefeituras, com empréstimos da Caixa Econômica, permanecem contratadas as que não foram concluídas porque a Caixa ficou sem recursos. Todas absurdamente superfaturadas. Na Bahia, a OAS contratou a maior parte delas.

Aliás, praticamente todas as obras contratadas neste País, na época de minha denúncia, o foram com preços exorbitantes, e as que não foram concluídas por falta de recursos, continuaram contratadas com os mesmos vícios. A tal ponto que, em uma entrevista pela televisão, o empreiteiro Cecílio Almeida sugeriu a rescisão

de todos os contratos existentes, chegando até a oferecer ao Governo a minuta do decreto.

Depois que mantive com V. Ex^a o contato telefônico, o Sen. Pedro Simon fez seu protesto mais veemente contra o boicote à realização da CPI dos corruptores, desta vez atribuindo-o ao próprio Governo. Esse pronunciamento, partindo de homem público exemplar, deve ter abalado profundamente o Presidente da República, que, em meu entender, vem sendo muito compelido, pelo PFL e assemelhados, no sentido oposto ao que ditam seus valores morais e políticos. Desta forma, me parece um excelente momento para que se levante o assunto desta carta, que, sem dúvida nenhuma, contraria a grande maioria do Congresso, maioria essa que Lula, e, pelo menos, dois jornalistas, entre eles Josias de Souza, quantificaram em 80% de seus membros.

Estou enviando cópia desta ao Sen. Pedro Simon. Com admiração e respeito, apresento minhas atenciosas saudações. — Antonio Paixão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — O pedido de V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.169, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Hélio Victor Ramos, ex-Deputado Federal:

- a) a inserção em Ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. — Senador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Em votação o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, considero importante registrar nos Anais do Senado o falecimento do ex-Deputado Hélio Ramos.

Deputado de muito valor, homem estudioso dos problemas nacionais, teve uma vida pública muito atuante e dela foi retirado em 1964 pelo Ato Institucional nº 1. Além de meu amigo pessoal, era uma figura de expressão na Bahia e estudioso dos problemas brasileiros, tendo se destacado bastante em todo o cenário nacional pelos trabalhos, livros, discursos e pareceres que apresentou. Mais uma vez voltou à vida pública, já aí, inclusive, ao nosso lado, em vários embates políticos e, por isso mesmo, granjeava de um círculo de amigos em todas as áreas da política brasileira.

Considero uma homenagem de justiça a que o Senado da República presta a esta figura que, ainda útil à Nação, deixa a nossa vida para realmente abrir uma lacuna muito grande na política do meu Estado e, sobretudo, no País.

Já residia no Rio de Janeiro, mas os editores nacionais, todos eles, publicaram livros de Hélio Victor Ramos. Como disse, ele era uma figura cuja atuação todos louvavam — da esquerda, da direita, se ainda isso existe — não só de parlamentar como de conhecedor profundo dos problemas nacionais.

Por isso, trago ao conhecimento do Senado, não só o seu passamento mas, sobretudo, a manifestação desta Casa, como sinal de pesar pelo seu desaparecimento.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, associe-me às homenagens que esta Casa presta ao ex-Deputado Hélio Ramos, pessoa que tive a satisfação de conhecer e admirar suas posições de idealista.

Conheci Hélio Ramos ainda quando o meu pai era Senador e tivemos a oportunidade de discutir, em várias oportunidades, os problemas baianos, mas principalmente, numa maior amplitude, os problemas do Nordeste.

Como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento, ele era um homem dedicado às causas do Nordeste, um homem coerente com suas posições e, sobretudo, que sabia estar onde a verdade estava nos momentos exatos. Homem humilde, mas sábio politicamente.

Portanto, parabeno a atitude do Senador Antonio Carlos Magalhães quando propõe um voto de pesar pelo falecimento do saudoso Hélio Ramos que, ainda jovem, nos deixa. Mas as suas idéias e os seus propósitos servirão para que nós, nordestinos, continuemos a luta. Nada mais justo do que essa homenagem que esta Casa presta, hoje, a Hélio Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — A Pre-idência constata a existência de quorum a que se refere o inciso III, do art. 215, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário e a Mesa Diretora do Senado Federal associa-se, também, às homenagens póstumas a esse grande ex-Parlamentar e grande brasileiro, Deputado Hélio Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.170, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218, alínea g, do Regimento Interno, requero a inserção em ata de voto de pesar em virtude do falecimento do ator Paulo Gracindo, ocorrido no último dia 4 de setembro na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. — Guilherme Palmeira — Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que desejarem.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira para encaminhar a votação.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nada mais desagradável do que, em um mesmo

dia, trazemos ao conhecimento da Casa o falecimento de duas pessoas ilustres. Falamos do ex-Parlamentar Hélio Ramos e, agora, deste grande artista e mesmo intelectual Paulo Gracindo.

É com grande pesar que uso da palavra para registrar o falecimento de um dos maiores e mais conceituados artistas da televisão e teatro brasileiros, que faleceu na madrugada de ontem, aos 84 anos. Refiro-me ao nosso querido e conhecido Paulo Gracindo.

Pelópidas Guimarães Brandão Gracindo teve inúmeros sucessos durante seus 62 anos de carreira, quando deu vida a personagens inesquecíveis como Odorico Paraguaçu, em "O Bem Amado", em uma parceria com o autor Dias Gomes que o levou à consagração na televisão brasileira. O bicheiro Tucão, Coronel Ramiro Bastos, Primo Rico e Albertinho Limonta foram outros personagens que fizeram de Paulo Gracindo uma espécie de eterno exemplo de dignidade e carinho no exercício de sua profissão.

É difícil ou mesmo quase impossível separar sua biografia da história de espetáculos no Brasil. Afinal é mais de meio século de trabalho em mais de 100 peças de teatro, cinema, programas de rádio, composição musical e televisão como ator, animador, autor, apresentador e produtor.

Filho do alagoano Demócrito Gracindo, foi criado em Maceió. Sua infância foi igual a de todos os outros da sua geração. Educação muito rígida, sendo preparado para receber um diploma de doutor. Às quatro horas da manhã já estava de pé fazendo exercícios escolares que deveriam ser entregues pontualmente às 8 horas ao pai para avaliação e correção. Apesar de toda a vigilância, ele sempre conseguia um meio de escapar e caracterizar personagens conhecidos através dos livros.

De Maceió partiu, em 1930, para o Rio de Janeiro, enfrentando muitas dificuldades, tentando a carreira artística, trabalhando como revisor de jornal e, ao mesmo tempo, cursando a faculdade de Direito. Período marcado por grandes transformações na vida brasileira, como mudanças políticas, sociais e econômicas, atinge o auge de sua carreira no rádio e transforma-se em um dos precursores da televisão em nosso país.

Mosaico da memória nacional, dedicou-se a realizar seu trabalho expressando sempre uma forte indicação com o espírito brasileiro, muitas vezes influenciando fortemente o comportamento das pessoas. Essa influência deveu-se principalmente à dedicação e amor que marcavam cada interpretação que fazia ao longo de sua carreira.

Recordo-me ainda, quando estava no Governo de Alagoas, da homenagem feita a Paulo Gracindo, que recebeu a Medalha de Mérito Jorge de Lima pelos seus 50 anos de dedicação à arte cênica. Naquele momento ele lembrava em sua peça "Paulo Gracindo, meu pai" sua infância em Maceió e o início de sua carreira, marcada por muitas emoções.

Não vou me alongar mais nessas lembranças e referências porque a limitação de tempo me impede, mas quero deixar claro e expresso o sentimento de profunda saudade e perda de uma das nossas maiores figuras da arte cênica brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Presidência constata a existência do quorum a que se refere o art. 215, III, c, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a decisão do Plenário.

A Mesa Diretora do Senado Federal associa-se às homenagens póstumas a esse grande ator brasileiro, Paulo Gracindo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 110/95 - GLDPT

Brasília-DF, 4 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Na forma regimental, indico o nobre Senador Roberto Freire - PPS/PE, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy - PT/SP, para a vaga de suplente, destinada ao Partido dos Trabalhadores, na Comissão de Educação - CE.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. - Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Líder do PT.

OF/GAB/J/693

Brasília, 5 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Mauri Sérgio para integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.111, de 30 de agosto de 1995, em substituição ao Deputado Ubaldino Corrêa.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. - Deputado Michel Temer, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Presidência recebeu o Ofício nº 1.024, de 1995, do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, através do qual encaminha Relatório Conjunto da I Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio e do Fórum Comercial Hemisférico, realizados em Denver, Colorado, EUA, no período de 29 de junho a 2 de julho último.

A matéria será anexada ao processado do Diversos nº 64, de 1995.

É o seguinte o Relatório recebido:

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)

OF. P/Nº 1.024/95

Brasília, 31 de agosto de 1995

Excelentíssimo Senhor

Senador José Sarney

DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de encaminhar a Vossa Excelência, Relatório Conjunto da I Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio e do Fórum Comercial Hemisférico realizado em Denver, Colorado-EUA, no período de 29-6 a 2-7 do corrente.

Na oportunidade, ratifico a Vossa Excelência expressões de considerações e apreço.

Atenciosamente, _ Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

RELATÓRIO CONJUNTO DA VIAGEM A DENVER, COLORADO, EUA, DA I REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR COMÉRCIO E DO FÓRUM COMERCIAL HEMISFÉRICO

Período de 29-6-95 a 2-7-95

Introdução

Os encontros que participamos em Denver, EUA, tiveram por objetivo principal dar curso aos entendimentos sobre o proces-

so de integração econômica e comercial para a formação da zona de livre comércio das Américas (ALCA), examinar as perspectivas de comércio entre os 34¹ países envolvidos e intensificar o diálogo recíproco no âmbito regional entre os setores privados e governamentais desses países.

Cabe registrar, que o mercado da área de livre comércio das Américas (ALCA) é um projeto para se concretizar nos próximos 10 anos.

Na análise da questão temos que levar em consideração que o mundo de hoje está em profundo processo de transformação e integração. O estado deixou de ser o centro da questão passando o ser humano/cidadão a ser o foco da questão, com todos os reflexos decorrentes dessa transformação no novo papel da iniciativa privada e no conceito de empresas internacionais e na informatização através de serviços interativos de multimídia.

Os consumidores de hoje em dia querem a liberdade de fazer seus negócios de acordo com sua conveniência, muitas vezes compram alguma coisa por telefone, FAX, televisão, serviço postal e até mesmo via computadores interligados, sem sair de casa ou do escritório.

Os problemas territoriais já não despertam mais o mesmo interesse de antes, as questões fronteiriças deixadas de lado em prol do social nesse processo de globalização das economias.

Relatório de Atividades

O livre comércio das Américas de que tratamos visa, principalmente, melhorar a qualidade de vida do habitante do continente americano.

As vantagens que se pretendem obter com a formação desse bloco das Américas será, entre outras, vender bem o nosso produto agregando novas tecnologias, capacitar o trabalhador e gerar emprego. Assim estaremos contribuindo para a verdadeira distribuição de renda e teremos reflexos na educação e na especialização da mão-de-obra desse cidadão.

Nesse novo contexto mundial é que percebemos a importância do Brasil como sendo o maior mercado emergente do mundo, com o potencial de uma população de aproximadamente 156 milhões de habitantes e em um processo de estabilização de sua economia acompanhado por todos os países do globo.

O Brasil tem o maior potencial da América Latina para receber investimentos, mas é preciso um maior engajamento da classe empresarial nesse processo, bem como um interesse firme do Governo nessa direção.

Durante as reuniões, foram realizados 20 **work-shops**, mas o Brasil só participou de 5 ou 6, apesar de ser o maior país das Américas depois dos Estados Unidos.

Ficou claro que o setor privado é que vai concretizar esse projeto de integração. A economia privada se integra: o Governo não tem mais capacidade de investir sem a participação da iniciativa privada.

No entanto, uma série de medidas jurídicas e econômicas têm que ser adotadas visando diminuir as diferenças existentes nos níveis de desenvolvimento e dimensões dos países das Américas de maneira a facilitar a integração das economias menores e elevar o seu nível de desenvolvimento.

É importante a abertura dos mercados por meio de altos níveis de disciplina, respeitando os acordos sub-regionais de integração, já existentes, como é o caso do Mercosul.

O Mercosul foi muito elogiado em Denver, mas nós sabemos que é preciso aprofundar os seus aspectos comerciais, econômicos, financeiros, políticos, culturais e sociais. A partir daí teremos melhores condições para uma negociação madura projetada para Área Hemisférica de Livre Comércio.

É fundamental, também, a continuação dos esforços que estão sendo empreendidos para se alcançar a estabilidade macroeconômica.

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Dr. Enrique Iglésias, foi contundente quando disse que os dois grandes desafios dos países que querem integrar os blocos são, principalmente, poupança interna garantida por investimentos fixos e previdência.

Assim sendo e visando facilitar a integração entre os países envolvidos na reunião da cúpula das Américas, sobre o comércio, foram estabelecidos 7 grupos de trabalho de caráter preparatório e imediato para estudar as diferenças existentes no Hemisfério, nas seguintes áreas:

Acesso aos Mercados

Coordenação Inicial El Salvador – com preocupação na formação de um banco de dados sobre barreiras ao acesso a mercados (medidas tarifárias, e não tarifárias), abrangendo todos os produtos industriais e agrícolas.

Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem

Coordenação Inicial Bolívia – que fará um inventário abrangente dos procedimentos alfandegários do hemisfério, identificando áreas para cooperação técnica na operação de alfândegas, recomendando o modo de conduzir os procedimentos alfandegários em escala hemisférica e indicando a melhor forma para negociações específicas sobre as regras de origem.

Investimentos

Coordenação Inicial Costa Rica – que realizará um inventário de tratados e acordos sobre investimentos, incluindo os dispositivos de proteção existentes na região, identificando as áreas de convergência e divergência e formulando recomendações específicas.

Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio

Coordenação Inicial Canadá – visando aumentar a transparência no estabelecimento de padrões, identificando os órgãos incumbidos da avaliação desses regulamentos técnicos no hemisfério, bem como sobre as organizações que credenciam esses órgãos e facilitando a compreensão do acordo da OMC sobre padrões e barreiras técnicas ao comércio.

Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

Coordenação Inicial México – identificar os acordos sobre essas medidas realizando um inventário dos regimes dessas medidas, facilitando a compreensão dessas leis e regulamentos de modo a possibilitar recomendações para o seu aperfeiçoamento e facilitar a compreensão do acordo da OMC sobre essas medidas, aumentar o entendimento mútuo da base científica dos procedimentos para certificação dessas medidas e verificando os critérios para avaliação dos riscos dessas medidas no hemisfério.

Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios

Coordenação Inicial Argentina – que deverá identificar os subsídios às exportações agrícolas e outras práticas de exportação recomendando o modo de lidar com essas práticas, promover o entendimento das obrigações da OMC na área de subsídios iniciando a complicação de um inventário sobre essas práticas, examinar in-

¹ Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Grenadinas, Santa Lúcia, St. Kitts e Nevis, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

formações sobre leis de dumping e de subsídios e recomendar a aplicação e operação dessas leis de defesa comercial.

Economias Menores

Coordenação Inicial Jamaica – identificar e avaliar quais os fatores que afetam a participação das economias menores na Alca e a expansão do comércio e investimentos nesses países, de modo a facilitar a negociação do ingresso dessas economias no Alca e procurar, através do Bid, Cepal e OEA, facilitar a integração das economias menores no Hemisfério.

Recomendações

Por outro lado, nesse processo dinâmico de transformação das economias mundiais fica evidente a necessidade da participação ativa dos congressos de todos os países.

O Legislativo tem que acompanhar atento esse processo e adequar a legislação existente, inclusive em sintonia com o resto do mundo.

Da mesma forma é importante a participação do Poder Legislativo, juntamente com o Poder Executivo na definição das políticas comercial e industrial, diretamente relacionadas a esse processo. Desse modo, a atribuição do executivo de formular políticas unilateralmente, e depois apresentadas, deve ser revista. – Deputado Júlio Redecker – Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/50, de 1995 (nº 2.295/95, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação de retificação da Resolução nº 20, de 1995, que autorizou a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTE-MT destinadas à rolagem de 100% (cem por cento) da dívida mobiliária do Estado, vencível no segundo semestre de 1995.

A matéria anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 69, de 1995, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise, como Líder, por 5 minutos.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, peço a palavra, hoje, nesta Casa, para relatar a dramática situação dos municípios, principalmente os do norte e do nordeste de Minas Gerais, na certeza de que essa não é uma situação encontrada apenas em Minas.

Os jornais do meu Estado têm alertado para o quadro de inadimplência e calamidade encontrado naqueles municípios, cerca de 90, em face da redução gradativa nos repasses mensais do Fundo de Participação dos Municípios, estimada entre 10 a 15% desde o mês de fevereiro.

Para muitos municípios, o FPM é a principal fonte de receita, porque eles não possuem indústrias ou atividade comercial intensa que justifique uma melhor participação no ICMS.

O resultado tem sido devastador: a suspensão da distribuição da merenda escolar, o atraso no pagamento dos funcionários públicos municipais, a demissão de até dois terços do quadro funcional, a paralisação das obras, a falta de combustível, o corte das linhas telefônicas, o lixo espalhado pelas ruas e a suspensão dos programas assistenciais. O mais grave é que a situação é desesperadora nos municípios dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, regiões duramente atingidas pela seca. O prefeito de Coração de Jesus, Presidente da Associação Microrregional dos Municípios da Área da Sudene, que congrega 75 prefeituras, apelava ontem para a sensibilidade das autoridades, para evitar o fechamento das prefeituras da região. E, creiam-me, quando se referiu a fechamento, ele não estava fazendo uma frase de efeito.

O descrédito da classe política é tal que um grande número de prefeitos pensa em renunciar ao seu mandato por falta de condições mínimas para administrar. Em Rio Pardo de Minas, a prefeita foi cassada, por causa das dívidas do Município, e só reassumiu por força de decisão judicial. Muitos prefeitos estão escondidos para evitar o confronto com o funcionalismo ou com os fornecedores. Em Pirapora, os servidores, após sete meses sem receber os seus salários, voltaram a ser pagos este mês, graças à decisão judicial que determinou o bloqueio dos recursos do FPM. A prefeitura de Carandaí demitiu 270 dos seus 370 funcionários e, segundo o prefeito de Uberaba, que é presidente da Associação Microrregional dos Prefeitos do Triângulo, 15 dos 33 municípios já não têm condições de pagar os salários do funcionalismo e dos fornecedores. No Município de São Francisco, o prefeito se viu obrigado a vetar o aumento de 12% que ele mesmo havia proposto para o funcionalismo municipal, porque não tinha recursos. Os casos concretos são tantos que é impossível relatar todos.

As causas podem ser bem resumidas, Sr. Presidente: aumento de despesa e diminuição de receita. Do lado da despesa, os municípios tiveram que conceder aumentos de salários e conviver com aumentos nos preços de todos os serviços (luz, telefone, água), aumentos nos preços dos bens consumidos, e, o que é mais sério, aumentos de encargos, sendo que no caso desses últimos, decorrentes de três fatores: 1 - de inadimplência anterior, porque muitos municípios estão pagando dívidas acumuladas de até 20 anos com o INSS e FGTS; 2 - da situação de calamidade pública decretada em função da longa estiagem observada na região, que obrigou as prefeituras a intensificar programas sociais e de abastecimento de água, e, 3 - da tão falada "municipalização dos serviços", prevista na Constituição de 1988 e cada vez mais ampliada pela interpretação e conveniência dos Governos estadual e Federal.

Do lado da receita, a causa principal é a recessão artificial e irresponsável a que a equipe econômica do Governo está levando o País. É precisamente essa política de juros escorchantes, combinada com a extinção do crédito, que está destruindo a capacidade produtiva do País, tornando milhares de pessoas e empresas inadimplentes, criando desemprego e encolhendo a economia. A taxa de inadimplência cresceu 130% em maio em relação ao mesmo mês do ano anterior, e as concordatas aumentaram 418% no mesmo período. Em julho, a indústria paulista fechou 29.406 vagas, e o nível de emprego caiu 1,26%, segundo dados da Fiesp. Como resultado do quadro de falências, a arrecadação do IPI caiu e, conseqüentemente, o FPM.

É preciso que o atual Governo ouça os reclamos, atenda as reivindicações por mudança da atual política de juros escorchantes, de arrocho salarial e de destruição do nosso parque industrial. São reclamações que vêm de todos os rincões do País, de todos os estratos sociais, dos empresários, dos agricultores, das donas-de-casa, dos trabalhadores, e agora também da classe política, que não tem mais como pagar a conta da estabilização econômica.

No dia 12 de setembro, em Governador Valadares, os prefeitos mineiros vão se reunir para discutir a situação dos municípios e para apresentar sugestões para uma revisão no atual sistema de distribuição dos tributos entre os vários níveis da administração. O Governador de Minas já enviou à Assembléia Legislativa uma proposta modificando os critérios de repartição do ICMS entre os municípios. Para se ter uma idéia da concentração de renda do atual sistema, 25 municípios recebem 85% da quota-parte do ICMS destinada aos municípios mineiros.

Ao trazer este assunto à discussão desta Casa, tenho como objetivo: primeiro, chamar a atenção dos Srs. Senadores para os rumos da política econômica do Governo e para os seus efeitos perniciosos; em segundo lugar, defender a atuação dos prefeitos deste

País, que muitas vezes não tem sido compreendida adequadamente, porque sobre eles recai a cobrança da população, mas, quase sempre, faltam a eles as condições objetivas para realizar uma melhor administração.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção de todos para a responsabilidade que a Constituição atribuiu a esta Casa e que a PEC da reforma tributária, enviada pelo Governo ao Congresso, ampliou, de fixar alíquotas de impostos nas transações entre os Estados e entre esses e os Municípios.

Sem querer me alongar agora na discussão do "remendo" tributário proposto pelo Governo, gostaria de sugerir ao Presidente que constituísse, de imediato, uma comissão de Senadores para acompanhar de perto toda essa movimentação de prefeitos, catalogando as sugestões que estão sendo feitas de reforma tributária na área pública, e organizar um fórum de debates na Casa para ouvir os representantes dos prefeitos, dos governadores, dos empresários e dos trabalhadores, a fim de que se possa chegar a propostas de consenso em área tão controversa. É importante que nos preparemos adequadamente para a regulamentação que deveremos aprovar, para que não fiquemos na desconfortável posição de meros homologadores das propostas governamentais.

Sugerimos ainda, Sr. Presidente, para concluir, que esta Casa contrate estudos de especialistas, para complementar o trabalho da consultoria legislativa com simulações sobre as diferentes possibilidades de alíquotas, para que se saiba, com a maior precisão possível, qual será o efeito final da decisão que viermos a aprovar na vida dos Estados, dos municípios e dos vários segmentos sociais. É fundamental que não se permita que se perpetue, nos Estados e Municípios, o atual quadro de concentração de recursos, e que se fique falando em municipalizar serviços com os míngua-dos recursos destinados por lei à grande maioria dos pobres municípios deste País.

Finalmente, apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que encare de frente o problema da recessão, que já não pode mais ser escondido sob a desculpa de que é apenas setorial, e venha em socorro destes municípios.

Éra o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Júnia Marise, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra o Senador Júlio Campos, por cessão do Senador Osmar Dias.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, três assuntos me trazem à tribuna hoje. Em dois deles, quero registrar o meu pesar. Primeiro, pelo falecimento desse grande ator brasileiro, Paulo Gracindo, homem que fez das artes o seu trabalho, a sua paixão, a sua razão de viver, homem digno, honrado, que lustrou o Brasil nos últimos 50 anos. Os da nossa geração, que admiramos os nossos artistas, temos por Paulo Gracindo uma admiração muito maior, porque dele saiu a escola dos atuais atores brasileiros.

Registro outro voto de pesar da tribuna desta Casa, pelo falecimento, hoje, em Mato Grosso, da Sr^a Elina de Almeida Campos, grande mulher mato-grossense, grande mulher cuiabana e várzea-grandense. Mulher extremamente religiosa, que prestou relevantes serviços à comunidade, na parte social, política, e, em especial, na parte religiosa de Várzea Grande. D. Elina de Almeida Campos é mãe do atual Prefeito de Várzea Grande - minha terra natal -, Nereu Botelho de Campos. Foi ela a grande incentivadora da criação de vários bairros da cidade de Várzea Grande, e sua ca-

racterística era deixar uma área reservada para a construção de igreja em todos os bairros que fundou. E a última delas, onde deixou sua marca, foi a Igreja de São Sebastião, no bairro de Jardim Glória. Portanto, hoje, toda a Várzea Grande chora a perda dessa grande dama que foi D. Elina de Almeida Campos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontra-se nas mãos presidenciais para sanção projeto de lei já aprovado no Senado e na Câmara que cria, no Município mato-grossense de Cáceres, uma área de livre comércio de exportação e importação, sob regime fiscal especial. As áreas de livre comércio destinam-se, basicamente, às atividades de compra e venda de mercadorias, na maioria dos casos, estrangeiras, sem que sobre elas incidam o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados, desde que se destinem ao consumo no próprio território da área livre do comércio ou se enquadrem como bagagem de passageiros que por lá transitam, dentro dos limites previamente estabelecidos pelo Executivo, por meio do Ministério da Fazenda.

Por se tratar de uma área especial de livre comércio, a venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuadas por empresas estabelecidas fora de seus limites para empresas aí sediadas, é equiparada à exportação, bem como é considerada importação a compra de mercadorias armazenadas nessa área, efetuada por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional.

Embora as áreas de livre comércio guardem estreita relação com as zonas francas, há entre elas uma diferença fundamental: além do comércio também em condições especiais, nas zonas francas fabricam-se produtos ou faz-se a montagem com componentes ou matérias-primas importadas. Assim, as zonas francas têm por objetivo fundamental estimular o desenvolvimento industrial de uma região do País, como é o caso da nossa querida Zona Franca de Manaus.

A criação dessa área de livre comércio é de grande importância para o município de Cáceres e para o Estado do Mato Grosso, por representar um marco significativo no desenvolvimento regional e incrementar de forma substancial as relações bilaterais do Brasil com os países vizinhos, além de contribuir decisivamente para o processo de integração latino-americano. O fluxo de mercadorias entre esses países será sensivelmente aumentado, incrementando-se as relações de troca e mesmo o trânsito de pessoas.

Nesse processo bilateral de comércio, a cidade de Cáceres encontra-se numa localização privilegiada, por já possuir importante porto fluvial e por permitir acesso fácil a mais quatro países da América do Sul - Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai -, através das águas dos rios Paraguai e Paraná, mais abaixo.

Além do mais, Cáceres é o portal da região pantaneira de Mato Grosso, sendo muito rica no ecoturismo. Além de ser importante fator de desenvolvimento regional, a instalação de uma área de livre comércio nessa cidade permitirá ao Brasil encontrar solução para três outros sérios problemas que afligem sua economia e sua reputação internacional: o roubo de carros, o contrabando e o tráfico de drogas, ilícitos que encontram nessa cidade um importante ponto de apoio no seu caminho de entrada no País.

O próprio Relator dessa matéria no Senado, Senador Gilberto Miranda, ressaltou que:

"O controle a ser exercido sobre a área de livre comércio pelas autoridades federais que nela se instalarão inibirá, por certo, a presença e a ação daqueles perniciosos delinquentes, tornando a faixa fronteira brasileira bem menos vulnerável à ocorrência daqueles nefastos ilícitos penais".

Esse projeto de criação da zona de livre comércio é de autoria do nosso ex-colega Senador Lacerda, hoje vice-Governador do

Estado de Mato Grosso. Para a região, o grande mérito da criação dessa área é justamente o de permitir um maior fluxo de pessoas à região, desenvolvendo-se, além do comércio, as atividades turísticas. Numa região bastante carente como aquela em que se localiza a cidade de Cáceres, esse é empreendimento muito benfazejo, por permitir que muitos empregos possam ser criados, com reflexos altamente positivos principalmente na economia municipal e regional.

Por isso, estou certo de que o Presidente Fernando Henrique vai sancionar essa lei, que pode ser um marco divisor da história de Cáceres e da região do Alto Guaporé-Jauru. A partir daí, o progresso estará batendo com mais insistência às suas portas, e o seu povo passará a viver uma era de maior bem-estar.

Prova de que isso é verdade é que os políticos da região, independentemente de Partidos e ideologias, estão immanados e empenhados em sua efetivação. Em encontro realizado na semana passada, aqui em Brasília, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, do PDT, acompanhado de nossos três Senadores e de toda a Bancada Federal de nosso Estado, fizemos um apelo para que Sua Excelência sancionasse essa lei que desperta muita importância para o desenvolvimento de Mato Grosso.

Neste momento, quero também realçar que do outro lado da fronteira, a 80Km de Cáceres, na cidade de São Matias, o nosso País irmão, a Bolívia, já está prestes a inaugurar uma zona de livre comércio. Se não conseguirmos criar essa zona de livre comércio em Cáceres, estaremos matando definitivamente a comercialização nessa região e transportando riquezas para a Bolívia, ocorrendo também em Mato Grosso o que ocorre entre Foz de Iguaçu e Ciudad del Este.

O Sr. Jonas Pinheiro - V. Exª me permite um aparte, Senador Júlio Campos?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Com muita honra, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro - Senador Júlio Campos, V. Exª hoje abordou um tema triste - o falecimento de D. Elina de Almeida Campos. Como V. Exª disse, foi uma senhora que prestou muitos benefícios à área social não só de Várzea Grande, sua terra natal, como também de Cuiabá e de todo o Mato Grosso, visto que seu filho, o atual Prefeito de Várzea Grande, sua terra, também já foi Prefeito da cidade de Nossa Senhora do Livramento, onde D. Elina fez também grande trabalho social em favor das camadas mais pobres do município. Também devemos lembrar, Sr. Senador, que, há uma semana, perdemos outro grande "papa-banana" do Livramento, radicado há muito tempo em Cuiabá, o Dr. Zelito Monteiro, ex-Governador do Estado do Mato Grosso, médico pioneiro nesse Estado. Por certo já está registrada a dor do povo mato-grossense, mas não poderia deixar de fazê-lo também nesta Casa do Senado Federal. Quanto à área de livre comércio de Cáceres, como V. Exª já disse, ela é de extrema necessidade, principalmente considerando-se o exemplo, dado por V. Exª, de Ciudad del Este, que mata o comércio do lado brasileiro. Isso também tem acontecido em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, que sofre uma recessão brutal, além dos problemas brasileiros, por existir do outro lado uma área de livre comércio. Nós que conhecemos também a região de Ponta Porã, onde, do outro lado, existe a cidade de Pedro Juan Caballero, sabemos o quanto a economia do nosso País, nessas fronteiras, está prejudicada, em função das áreas de livre comércio no Paraguai e na Bolívia. Portanto, quero me associar ao pronunciamento de V. Exª, fazendo também um apelo ao Senhor Presidente da República para que não mate mais um pedaço de Mato Grosso, que sancione essa lei que muito trabalho deu a esta Casa e à Câmara dos Deputados em favor da economia de Cáceres e da região oeste de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Incorpo, com muita honra, o aparte de V. Exª, Senador Jonas Pinheiro, ao meu pronunciamento. Realmente, faço minhas as palavras de V. Exª em relação à perda que tivemos, na semana passada, do grande ex-Vice-Governador, ex-Governador de Mato Grosso, ex-Deputado, ex-Vereador de Cuiabá, José Monteiro de Figueiredo, Dr. Zelito, cujo último gesto político ainda foi na campanha do Presidente Fernando Henrique, quando esteve conosco ao lado do eminente Senador Guilherme Palmeira, naquele palanque do CPA, na cidade de Cuiabá, fazendo o seu pronunciamento. Nessa oportunidade, ele já estava vivendo momentos difíceis de saúde, mas fez questão de levar a sua solidariedade como o grande homem público que foi para Mato Grosso. Realmente, o Dr. Zelito deixou saudades no seio da comunidade mato-grossense.

Neste momento, concluindo o meu pronunciamento, quero fazer um apelo ao Palácio do Planalto, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em especial, ao Ministro José Serra, que tem algumas restrições à criação da Zona de Livre Comércio, a fim de que Sua Excelência cumpra o compromisso assumido em praça pública, por ocasião da visita que fez a Mato Grosso. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi à cidade de Cáceres, prometeu que, se o Congresso Nacional aprovasse essa lei, ele iria sancioná-la.

Estou confiante na sua palavra e em que, realmente, nesta semana, a lei que cria a Zona de Livre Comércio de Cáceres será sancionada para beneficiar não só aquela região oeste mato-grossense, mas também todo o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a publicação do Anuário Estatístico do Brasil, que o IBGE acaba de lançar, e a Carta do IBGE, Ano I, nº 4, de julho do ano 1995, trouxeram essas duas publicações a debate, que posteriormente se expandiu através da imprensa brasileira, sobre a questão da proliferação de municípios no Brasil.

Temos assistido, nos diferentes Estados brasileiros, a uma febre ou a um surto emancipacionista. A Constituição Federal, no seu art. 18, § 4º, dispõe que:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas."

Portanto, cabe aos Estados, nos termos da Constituição Federal, estabelecer os parâmetros, as exigências quanto à arrecadação de tributos, quanto ao número de domicílios existentes naquele distrito que pretende se emancipar, quanto à sua capacidade econômica e assim por diante.

Segundo o Anuário Estatístico do IBGE e a Carta do IBGE, no ano passado, o Brasil tinha 4.974 municípios, criados e instalados; em 1990, eram 4.491. Esse aumento do número de municípios, em apenas quatro anos, supera os 315 criados entre 1940 e 1950 e os 22 que surgiram entre 1970 e 1980, aproximando-se dos 517 dos 10 anos seguintes. A continuar nesse ritmo, pode até mesmo ultrapassar a maior concentração de novos municípios, que aconteceu de 1950 a 1970; mais 2.063.

A Constituição brasileira dá competência aos Estados para legislar sobre a criação de municípios no âmbito de seus territórios.

rios. Cada unidade da Federação estabelece critérios próprios para a criação de novas unidades político-administrativas. A grande maioria indica o IBGE em suas Constituições como o órgão competente para levantar informações populacionais, a partir dos dados demográficos do último censo e da área a ser abrangida, que inclui o centro urbano.

Somente este ano, já foram analisados 300 processos. Com as informações solicitadas, voltam para as Assembléias Legislativas, que decidem pela realização de um plebiscito para referendar ou não a criação do município.

Para se ter uma idéia, além dos 231 criados e não instalados, existem tramitando nas Assembléias Legislativas mais de 600 pedidos de criação de novas unidades. Com raras exceções, previstas em lei, o município criado e não instalado aguarda as próximas eleições municipais, com a posse do seu primeiro prefeito, para surgir efetivamente como mais uma cidade brasileira.

É de se perguntar se essa febre, se esse surto de criação de novos municípios é bom; se isso interessa ao País; se realmente contempla o interesse público. Inclusive essas comunidades muitas vezes têm um grande desejo de se emancipar na expectativa de que essa mudança acarrete benefícios e melhoramentos para aquele distrito que se transforma em município, a fim de que possa progredir e, portanto, melhorar as condições de vida da comunidade.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho - Nobre Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a traz a debate um problema que não tem sido devidamente examinado. A criação de município, reconhece, politicamente é uma aspiração, mas nem sempre se cuida do problema econômico-financeiro. Então, a idéia, muito dominante das Assembléias Legislativas, é a da criação de novas unidades autônomas. Mas pergunta-se: em que condições serão autônomas? Quais os recursos de que realmente disporão? Qual a base econômica para o desenvolvimento do município? Se não se atentar nisso, vai ocorrer - o que já se tem verificado - a multiplicação de novos municípios extremamente pobres e em condições de não garantir a sua subsistência; então, viverão à porta do Governo estadual e das organizações federais à busca de recursos. Como os Estados e a União também estão alegando que não dispõem de recursos, ficam todos uns pobretões, uns apelando para os outros, e o desenvolvimento que se quer não se realiza.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Ex^a tem toda a razão, porque a autonomia política dessas localidades passa a ser uma mera ficção.

Costumo dizer sobre essas pequenas comunidades que, às vezes, até conseguem a emancipação, porque todo o dinheiro que existe é suficiente para pagar o prefeito, o vice-prefeito, os vereadores, comprar um carro e colocar gasolina para ir para a capital atrás do Governador, que, por sua vez, tem que pegar um avião para vir para Brasília, porque todos sabemos das dificuldades que os Estados estão atravessando.

Então, isso é uma ficção, é uma farsa. Precisamos acabar com isso e ter a coragem de enfrentar a "farrá" da criação de novos municípios.

O que existe é uma suboligarquia distrital que quer empalmar algum tipo de poder, uma fração mínima que seja de poder. Às vezes, são apenas os familiares: um é prefeito, outro é presidente da Câmara e o outro é vice-prefeito. Cria-se uma burocracia que, na verdade, não produz nada para o município; a autonomia é uma mera ficção.

É justo, como disse o Senador Josaphat Marinho, que certas comunidades aspirem à emancipação. Todavia, esse processo deve

estar lastreado em um mínimo de capacidade econômica, de autonomia financeira que permita que aquela localidade seja tratada como ente federativo, tal como a Constituição trata os municípios brasileiros.

Se já existem muitos municípios paupérrimos, em grandes dificuldades, como podemos admitir que os continuem criando? Essa é uma situação que requer da nossa parte atenção especial.

O jornal **Estado de Minas**, do dia 24 de agosto, trouxe um editorial que fala sobre as fraudes cometidas para que sejam criados novos municípios. Conheço um caso, no Ceará, meu Estado, que é curioso. Em um distrito, um particular residente na capital, mas filho daquele distrito, resolveu, para que fosse atendido o número mínimo de edificações necessárias a que o distrito fosse transformado em município, construir, com seus próprios recursos, casas, edificações. Assim, seria atingido o perfil mínimo de domicílio, prédios, requerido para que o distrito pleiteasse a autonomia política. Evidentemente, trata-se de uma burla, uma farsa com a qual não podemos compactuar.

Graças a Deus, no Ceará, tanto o Governador Tasso Jereissati quanto o ex-Governador Ciro Gomes têm sido muito rigorosos em relação a essa legislação, e não tem prosperado essa iniciativa. Mas há muitos políticos que, de maneira até desleal para com suas comunidades, traficando possíveis apoios e expedientes semelhantes, estimulam essas pequenas comunidades paupérrimas, que nada ganhariam a não ser pequenas sobras municipais; iam nutrir-se econômica e financeiramente das minguaquíssimas verbas do município.

O Sr. Ademir Andrade - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Ouço o Senador Ademir Andrade. Em seguida, o Senador Jefferson Peres e, com todo prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Ademir Andrade - Senador Lúcio Alcântara, concordo com V. Ex^a: entendo que todos deveríamos ter essa preocupação. Mas creio que o grande mal não é em si a emancipação do município. Isso, de qualquer forma, responsabiliza pessoas próximas do poder e faz com que se dediquem a resolver problemas da comunidade; isso descentraliza o poder, o que, a meu ver, é positivo. O grande problema é o salário dos políticos. Esse é, de fato, o grande problema. Ao se criar um novo município, há um novo prefeito, um novo vice-prefeito, uma nova câmara de vereadores, um grande número de secretários. E o que ganham os vereadores nesses municípios é um absurdo. Em grande parte dessas pequenas localidades, só a câmara de vereadores consome 20% do orçamento municipal. Nos países europeus, por exemplo, existem municípios muito menores do que esses que se pretendem emancipar, contra os quais nos estamos posicionando. Mas lá os vereadores, assim como o próprio prefeito, não têm salário. São pessoas da comunidade, que têm sua própria profissão, seu próprio trabalho e semanalmente se reúnem, com poder, para discutir as questões coletivas. Mas não ganham para isso. No Brasil, infelizmente chegamos a essa situação - repito - em que os salários dos vereadores consomem 20% de todo o orçamento municipal. Portanto, o grande mal não é a emancipação, em si, mas o salário dos políticos que normalmente trabalham para que ocorram. A emancipação, por si, na maioria dos casos não deixa de ser positiva.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Concordo em parte com isso.

O Sr. Ademir Andrade - Acrescento apenas que o Poder Executivo tem manifestado permanentemente a idéia de mandar um projeto para esta Casa sobre essa matéria. Há uma lei complementar que dispõe sobre esse tema. Trata-se de uma lei interessante, que contém as condições que um distrito deve atingir para que seja emancipado: número de habitações, número de eleitores, renda da cidade.

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Mas é estadual, nobre Senador.

O Sr. Ademir Andrade - Não; é lei complementar federal. Salvo engano, é a Lei nº 1. Ela existe e determina as condições para criação de municípios. É a Lei Complementar nº 1 - repito -, que contém as condições, tais como número de habitantes, renda, número eleitores, uma série de condicionantes. Só que há muitas facilidades. Por exemplo, de acordo com a lei, 200 residências, casas de alvenarias, já seriam suficientes para satisfazer esse requisito. Isso precisa ser mudado. O Executivo tem-se manifestado desde o início deste ano - o próprio Presidente da República - no sentido de mandar a esta Casa lei sobre a matéria, mas até agora não tomou essa providência. Todos devemos levar essa questão a sério. Gostaríamos de ter a iniciativa do Poder Executivo, para fazermos nossa avaliação e mudarmos essa situação.

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Senador Ademir Andrade, concordo em parte com V. Exª. Sou grande defensor da descentralização: acho que barateia o serviço, a comunidade fica mais próxima, fiscaliza melhor, cobra melhor. Mas não posso concordar com certas emancipações, as quais chamo "ficcões políticas", até porque, muitas vezes, inviabilizam o município-mãe e o município-filho. Ficam os dois sem condições de exercer um mínimo de poder municipal.

Discordando de V. Exª, li no início do meu discurso o art. 18 da Constituição Federal, § 4º, que delega essa competência aos Estados. São os Estados que fixam os requisitos mínimos para a criação de novos municípios.

Ocorre - e aí V. Exª tem razão - que o Governo Federal está anunciando que mandará proposta de emenda constitucional para alterar, não sei em que termos, esses dispositivos que hoje delegam aos Estados essa competência.

O Sr. Ademir Andrade - Apenas para esclarecer, Senador: o Estado é que deveria fazer isso. A Constituição de 1988 assim estabeleceu. No entanto, a maioria dos Estados brasileiros não regulamentou ainda esse dispositivo. No meu Estado, por exemplo, continua prevalecendo a Lei Complementar nº 1, que se baseia, para a criação de municípios, no mesmo critério de uma lei que vem de há muito tempo.

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Nesse caso, o Estado não legislou sobre isso, mas no caso do Ceará - e imagino que em outros Estados -, existem leis estaduais que estabelecem esses parâmetros.

O problema não é só desses pequenos municípios. Lembro-me de que, por ocasião da Constituinte, estava-se tentando criar o município da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro - faço a referência em homenagem a um dos seus moradores mais ilustres, o Senador Ney Suassuna. O então Constituinte Deputado Dornelles, preocupado com essa possibilidade, fez emenda - está no parágrafo que acabei de citar - que estabeleceu que o desmembramento e a fusão deverão preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do meio urbano. Há os que querem transformar bairros em municípios, querem dividir cidades, na tentativa de estabelecer condomínios de poder dentro de uma cidade que tem unidade cultural histórica. O que precisamos cobrar do Governo da União, do Governo Federal, é melhor legislação para as administrações metropolitanas. Lidamos mal com essas conurbações de cidades, com as regiões metropolitana; até regredimos, já tratamos isso melhor no Brasil. São regiões metropolitanas em que os municípios se juntam, há uma certa coordenação de esforços administrativos, de políticas públicas, municipais que melhoram a condição daquela comunidade como um todo. Não podemos esfacelar cidades para tentar criar municípios, pequenos feudos, divididos entre si apenas por uma rua, ou por uma avenida, como se isso pudesse, de algu-

ma maneira, contribuir para melhorar a condição de vida dessas populações.

É preciso cobrar uma política para regiões metropolitanas no Brasil, inclusive legislação que melhor defina responsabilidades e atribuições das autoridades nessa área.

O Sr. Jefferson PERES - Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Ouço o nobre Senador Jefferson Peres.

O Sr. Jefferson PERES - Senador Lúcio Alcântara, V. Exª tem inteira razão no que tange à excessiva proliferação de municípios. A realidade mostra que os recursos de Fundo de Participação estão sendo pulverizados, em total desvirtuamento da sua finalidade, que seria dar capacidade de investimento aos municípios do País. A Constituição de 1988 foi uma "constituição-mãe" para com os municípios, no que tange ao aumento de repasses federais. No entanto, a multiplicação desses pequenos municípios, sem condições para ganhar autonomia, apenas prejudicou grandemente os municípios dos quais foram desmembrados e retiraram recursos. E, como V. Exª acentuou, utilizam todo o dinheiro do Fundo de Participação, que dependem do repasse do ICMS dos Estados e do FPM, exclusivamente por que não têm receita própria para pagar vereadores, prefeitos e vice-prefeitos. Em tese, até concordaria com o Senador Ademir Andrade quando S. Exª fala em não remunerar os vereadores desses pequenos municípios, mas isso é impraticável.

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Seria voltar aos homens bons, como se falava na linguagem colonial.

O Sr. Jefferson PERES - Seria até um retrocesso, porque, afinal de contas, a remuneração parlamentar foi uma das grandes reivindicações do movimento cartista. Lembro-me que na Revisão Constitucional, quando o atual Ministro Nelson Jobim, então Relator, propôs a gratuidade dos mandatos dos pequenos municípios, S. Exª quase foi agredido fisicamente numa reunião de vereadores aqui em Brasília. O lobby é tamanho que, na verdade, é inviável se pensar em incluir tal matéria na Constituição. Assim, acredito que a solução, ilustre Senador Lúcio Alcântara, será a própria Constituição Federal estabelecer, mediante uma emenda, critérios mais rígidos que impeçam essa proliferação cancerosa de municípios.

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Muito obrigado, nobre Senador Jefferson Peres.

Aproveitando o aparte de V. Exª, gostaria de lembrar uma publicação de artigo do **Jornal do Brasil** de segunda-feira, 4 de setembro: Política e Governo. Aqui está dito que é verdade que mesmo havendo o desmembramento do município, se esse tiver menos de 10 mil habitantes, eles passam a receber um valor único, tenha o município 5 mil, 2 mil, 3 mil, 4 mil ou 7 mil habitantes. Realmente, isso corrobora com o que V. Exª disse sobre a pulverização do Fundo de Participação, que é um instrumento de redistribuição dos tributos, porque o Município e o Estado, muitas vezes, não têm capacidade de cobrar esse tributo, e ele é redistribuído. Agora, é preciso um mínimo de capacidade financeira para ser município; sem isso, não se pode admitir autonomia política, porque ela não corresponderá a uma realidade econômica.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. LUCIO ALCÂNTARA - Concedo um aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Senador Lúcio Alcântara, queria louvar o discurso de V. Exª e só lamentar que ele, infelizmente, tenha sido pronunciado na sessão de hoje, pois trata-se de discurso tão importante que deveria ser feito numa sessão em que houvesse maior movimento no Senado, dada a relevância do tema que V. Exª trata. Talvez, para os municípios brasileiros, nada

mais importante do que esse assunto. Tive a coragem de, no meu último governo na Bahia, não permitir que se criasse um município sequer, inclusive enfrentando até correligionários meus na Assembléia Legislativa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Incompreensões de toda ordem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Incompreensões de todos os tipos, porque, nesse ponto, a Assembléia quase que se reunia, no sentido de criar municípios para que cada um viesse a obter as vantagens nas vésperas das eleições. Mas eu consegui que nenhum fosse sequer votado na Assembléia. Acho que procedi não só com a minha consciência, mas, sobretudo, com o interesse público do meu Estado e do próprio País. Mas nós teremos que, agora, urgentemente, fazer isso no Congresso Nacional: não permitir que haja qualquer brecha. Há, sem dúvida, casos excepcionais, sobretudo nos municípios maiores, em que isso talvez seja indispensável. Mas nos Estados onde for dispensável, é um crime a criação de municípios. Já há inclusive um pensamento, creio que do Governo Federal, de que, se o município for criado, o Fundo de Participação - que é um dos motivos de criação de municípios -, seja descontado apenas do município onde ele será criado. Isso vai diminuir muito a fúria de criação de municípios e o interesse político de criá-los. Mas, seja como for, acho urgente que esse tema seja resolvido, se possível ainda este ano, antes das eleições municipais do ano próximo. É um dever do Congresso Nacional, é um dever do Poder Executivo, imediatamente, cuidar disso com os Líderes no Congresso, com os de todos os partidos, independente de cor partidária; isso é um assunto de interesse público nacional. De modo que queria felicitar V. Ex^a pela justeza do tema, pela colocação de suas palavras e lamentar somente isso: que este discurso, se não vier a ter o eco necessário, deverá tê-lo de qualquer outra maneira, porque é um tema fundamental para o próprio País.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque mostra que V. Ex^a é um homem que tem realmente o espírito público como condicionante maior de sua atuação na vida política. É muito difícil. Não são muitos os exemplos, mas citei aqui os que conheço de perto, como os dos Governadores Tasso e Ciro Gomes, que sofreram esses mesmos constrangimentos que V. Ex^a sofreu, inclusive de correligionários. Afinal de contas é simpática a idéia de se dar emancipação àqueles distritos, de transformá-los em municípios, de aparecer como "pai" de um novo município, mas isso realmente não consulta o interesse público. Temos que ter coragem de tomar decisões como essa. A criação de um município não pode ser regra, tem que ser exceção - como V. Ex^a bem disse. Grande área territorial ou uma localidade que sofreu um excepcional surto de desenvolvimento, por razões de ordem econômica, de infra-estrutura ou qualquer que seja que se justifique, tudo bem. Além do mais, o município-mãe não tem como se defender, porque a consulta é feita apenas no distrito que pretende emancipar-se, e aí a situação fica mais complexa.

(O Sr. Presidente Júlio Campos faz soar a campainha.)

Consulto V. Ex^a se ainda tenho tempo para ouvir os Senadores Ney Suassuna e Guilherme Palmeira.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - V. Ex^a já ultrapassou seu tempo em 4 minutos e ainda há 13 oradores inscritos, todos presentes na Casa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, e se cada um dos nobres Senadores quiser dar um aparte breve? Também o Senador Antonio Carlos Magalhães - como muitos de nós - acredita que essa matéria requer uma mobilização imediata de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Um minuto para cada um.

O Sr. Ney Suassuna - Senador Lúcio Alcântara, ousou discordar de V. Ex^s, porque, quanto mais perto estiver a administração, melhor será para o povo, desde haja critério para fazer a divisão do Fundo, sem que o País seja lesado, sem que se tire de outros senão os da divisão. Gostaria de lembrar que Los Angeles tem 40 municípios; Miami tem 18 municípios; Lisboa tem 8 municípios. Portanto, cada vez que se divide e o prefeito fica mais próximo, tanto melhor, porque melhor será a cobrança. É impossível alguém administrar uma cidade de dez milhões de habitantes, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro ou a de São Paulo, onde o prefeito é mais do que um governador, mas muito mais do que é o governador de todos os outros Estados. Então, não se trata de proibir o município, mas de criar critérios que não lesem a República. Poderia ser colocado dessa forma, até porque essa é a regra do mundo todo. Só que no Brasil acontecem exceções. Onde se não há condições é que se faz. Faz-se porque o Fundo de Participação é um atrativo. Então, concordo com o Senador Antonio Carlos Magalhães no caso de mudarmos a regra do Fundo, mas dentro de critérios que venham trazer o contribuinte para mais próximo do seu administrador, ou melhor, o administrador mais próximo do seu contribuinte. Dessa forma, teríamos mais desenvolvimento, porque teríamos, com certeza, mais fiscalização.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Concedo o aparte ao Senador Guilherme Palmeira, para concluir, rapidamente, o meu pronunciamento.

O Sr. Guilherme Palmeira - Agradeço a V. Ex^a por me conceder essa oportunidade, pois é quase unânime a opinião de todos. Há necessidade de critérios mais rígidos na criação de municípios; tais critérios são importantes em determinadas ocasiões e em determinadas circunstâncias, sob pena de desmoralizar todo o municipalismo, que quase todos nós defendemos.

Estamos marchando para a desmoralização do municipalismo. Como queremos descentralizar a administração se os municípios são frágeis e incompetentes? Portanto, há necessidade de que a Constituição Federal ou a Lei Complementar seja revista - como colocaram o Senador Ademir Andrade e outros colegas - de tal maneira que os municípios possam ser criados, ajudem na descentralização, mas que seja um trabalho racional e dentro de critérios sérios e rígidos. Quero parabenizar também V. Ex^a pelo oportunismo do tema.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Muito obrigado, Senador Guilherme Palmeira.

Gostaria de concluir, mas não sem antes manter a minha discordância com o pronunciamento do Senador Ney Suassuna. O que devemos exigir das administrações municipais é a eficiência, o atendimento as suas populações. É evidente que populações abandonadas nos distritos são presas fáceis desse canto de sereia, de uma emancipação que também não leva a nada. O que é preciso é a descentralização administrativa nas grandes cidades, é a administração metropolitana nas grandes regiões; do contrário, vamos ver apenas municípios que são ficções políticas, ou seja, que não podem exercer o seu papel porque não têm arrecadação própria, não têm receita própria. Tudo o que recebem é do Fundo de Participação dos Municípios.

Há uma leniência nacional com a criação de novos municípios. Temos que ser muito mais rigorosos nisso. Devemos enfrentar essa questão como um problema importante para o País a fim de que não se perpetue esse quadro. Há alguns anos, num congresso de Procuradores Municipais, ouvi de um grande tributarista, Gilberto de Uihôa Canto, sobre a penúria dos municípios, dos Estados e da União, o que voltou a ser um tema atual. O município se queixa do Estado, o Estado queixa-se da União e a União queixava-se do FMI. O FMI saiu de moda, e eu não sei de quem a União vai se queixar agora.

De forma que temos que enfrentar essa questão, o Senado é o fórum próprio para isso.

Agradeço a tolerância da Presidência e os apertes dos Senadores, os quais enriqueceram meu discurso.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Tem a palavra o Senador Ney Suassuna, por cessão do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, li estarecido na revista *Manchete* - estarecido no bom sentido porque o articulista escreve um artigo de primeiríssima qualidade - um artigo de Carlos Chagas, que tem o seguinte texto:

"Recomenda-se aos militares: vejam televisão.

Em política, nada acontece de graça, nem mesmo na televisão. O telespectador descompromissado de um desses canais por cabo terá percebido que, de um mês para cá, têm sido inseridos na programação uns estranhos comerciais-institucionais que começam com uma loura já meio balzaquiana, mas razoável, falando das belezas da Amazônia. Logo ela entra em "off", substituída por belíssimas imagens da floresta, da fauna e da flora. É a exaltação da região. De repente, porém, as imagens são outras. Mostram a devastação, as queimadas e os garimpos, em suas cores mais cruéis, inclusive através de fotografias tiradas por satélites. Enquanto isso, a loura também muda o seu discurso. Fala com todas as letras que o Brasil não protege o pulmão do mundo que, por ser pulmão, não deveria pertencer apenas a nós, mas à humanidade. Ouve-se que não podemos ser, os brasileiros, os únicos responsáveis pela preservação do verde.

Esses filmes estão passando pelo mundo inteiro. Alguém estará pagando pela produção, a edição e o tempo de vídeo. Seus efeitos subliminares são indiscutíveis. Tenta-se conscientizar a opinião pública mundial de que o Brasil não tem capacidade para cuidar de algo que, na visão deles, não nos pertence, mas ao planeta inteiro. Mensagem canhestra, distorcida e tendenciosa, porque na realidade não é bem assim. Existem garimpos, queimadas e devastação, mas estamos fazendo tudo para evitá-los. Sem esquecer que a floresta, em muito pouco tempo, recupera tudo aquilo que lhe é roubado.

Um episódio isolado, fruto do ardor e da angústia ecológica de alguma entidade privada ou de algum abnegado milionário?

Aqui as coisas se complicam, porque a resposta é não. Vale continuar na televisão. Todas as semanas os vídeos são freqüentados por um abominável personagem que passou de um único filme para uma série. Trata-se de um policial castrado, fascista, com corpo de ferro e voz de retardado mental. É o Robocop, que nos primeiros dez minutos de cada capítulo já matou 45 bandidos. Por duas vezes, ou seja, em dois capítulos distintos, um puxa-saco pergunta por que ele demorou a aparecer para combater os criminosos. E por duas vezes, em histórias distintas, ele já respondeu: "É porque eu estava na guerra da Amazônia..."

Que guerra é essa, supostamente vencida por um policial de Nova York que ninguém viu?

Mas tem mais. Nas recentes histórias em quadinhos, diversos heróis são mostrados enfrentando guerrilha. Onde? Na Amazônia...

De graça, essas coisas não acontecem. Paranóias à parte, desenvolve-se uma campanha subliminar para acostumar o cidadão comum do Hemisfério Norte à idéia de que será preciso mobilizar-se para preservar uma região tida como propriedade comum, mesmo contra seus atuais proprietários, ou seja, nós.

Fica evidente uma investida psicossocial, reafirmada por recente decisão dos países ricos de rever as promessas acertadas na Conferência Ecológica Mundial, em 1990, quando se comprometeram a enviar perto de US\$ 1 bilhão para ajudar o Brasil a preservar a Amazônia. Vieram 50 milhões, e nem mais um centavo virá por acordo daqueles que, no passado, devastaram suas próprias florestas e continuam com as suas indústrias, contribuindo para abrir buracos na camada de ozônio.

Estaria o presidente Clinton seguindo os passos do presidente Bush, que para preparar campanha de reeleição mandou invadir o Golfo? Não deu certo para o antecessor, derrotado, mas as eleições vêm aí no próximo ano. Quem sabe dessa vez?"

Faz algum tempo que as Forças Armadas Brasileiras voltaram a ser o grande mudo, até engolindo sapos em posição de sentido. Mas serão por causa disso o grande surdo ou grande cego? Os militares também têm televisão em casa.

A Srª Marina Silva - V. Exª me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA - Pois não, Senadora.

A Srª Marina Silva - V. Exª aborda um assunto muito importante e do qual eu já tinha conhecimento pois já havia lido esse artigo. Penso que dois aspectos têm que ser evidenciados no discurso de V. Exª. Primeiro é que esse tipo de propaganda nos países ricos constitui uma afronta a nossa soberania e constitui propaganda inclusive enganosa para as populações do nosso País no que se refere à nossa Floresta Amazônica. Por outro lado, deve fazer com que nós, os brasileiros, os responsáveis pela Amazônia, paremos para refletir: será que estamos cuidando corretamente da Amazônia? Mesmo que não estejamos cuidando, isso não dá o direito de que venham cuidar dela por nós, mas isso deve servir de alerta. Os três mil metros de espessura de fumaça que está cobrindo o Estado do Acre são um reflexo da falta de cuidado com a Amazônia; os vinte e quatro mil metros cúbicos de mogno retirados ilegalmente no alto do Rio Iaco, no Município de Sena Madureira, reflete o descuido com a Amazônia; a ameaça de morte do Padre Paulino - estou levando isso ao conhecimento do Sr. Ministro da Justiça -, que é um defensor da Amazônia, é uma forma de se descuidar da Amazônia. Esse nosso pouco cuidado abre margem para esse tipo de especulação. Devemos responder a isso com altivez, não permitindo que a nossa soberania seja afrontada por esse tipo de propaganda, por esse tipo de mensagem subliminar ou sub-repúcia; muitas vezes, as mensagens são bem diretas. Por outro lado, devemos ter a altivez dos que sabem cuidar de si mesmos. Nesse sentido, penso que estamos devendo bastante à Amazônia. O Brasil não pode dar margem a esse tipo de especulação; o Brasil precisa cuidar da sua outra metade, que é a Amazônia. Ali há populações que estão morrendo de fome, muito embora estejam prestando um serviço ao Governo, sem receberem um tostão, sem receberem assistência médica, escola ou um mínimo de ajuda; trata-se das populações tradicionais, seringueiros e índios. Onde o nosso Exército nem pensa em passar, há uma população de seringueiros, há uma clareira no meio da mata, e, no entanto, essas pessoas estão com-

pletamente abandonadas. Desde que cheguei a esta Casa, tento fazer valer essa voz do outro lado do Brasil, da Floresta Amazônica, exatamente para evitar que outros, com interesses desconhecidos, venham a querer fazer por nós aquilo que somente nós somos capazes de fazer, que é promover o desenvolvimento da Amazônia e não na Amazônia, como muitos pretendem. Muito obrigada.

O SR. NEY SUASSUNA - Muito obrigado, Senadora Marina Silva. As colocações de V. Ex.^a enriquecem o meu discurso.

Eu diria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, quando li na **Manchete** o artigo do articulista Carlos Chagas, fiquei tão preocupado que parti para o seguinte discurso.

A imprensa mundial deu especial destaque à recepção de herói que o povo e as autoridades americanas deram ao seu piloto, resgatado na Bósnia-Herzegovina por eficiente operação levada a efeito por fuzileiros navais. Calorosas manifestações de entusiasmo cívico bem demonstram o espírito norte-americano, cujo orgulho nacional vem à flor da pele a cada feito de seus militares. Sentem a necessidade e o orgulho, de serem militarmente fortes. Sabem o que isso representa, sabem que a sua segurança depende ainda mais desse poderio do que da pujança de sua economia. Podem aceitar que outras nações se tornem tão prósperas quanto os Estados Unidos, mas, jamais, que eles se igualem militarmente. Quando a então União Soviética tentou superá-los, destinaram às suas forças armadas os recursos orçamentários até então inimigáveis, com o que ampliaram sua incontestada superioridade militar.

Sabem eles que só continuarão tendo a hegemonia mundial se forem militarmente mais poderosos. Aceitam até mesmo cortes orçamentários nos recursos destinados à área social, mas nunca aceitarão o comprometimento de seu poderio militar.

É um povo que tem vocação para o poder, que soube conquistá-lo e que dele não abrirá mão.

Embora não haja nos dias presentes nação que os possa ameaçar, não interrompem seus programas e pesquisas militares; seja para se manterem em constante aprimoramento, seja por saberem ser a tecnologia militar fator acelerador do desenvolvimento das tecnologias de ponta, cujo conhecimento, logo a seguir será empregado pelas indústrias civis.

Sabem os norte-americanos que não é o seu poderio econômico que dá respaldo às suas operações militares, mas a capacidade de realizá-las com eficácia em qualquer ponto do Planeta é que respalda os seus interesses econômicos nos contenciosos com outras nações.

De forma análoga pensam e agem os países desenvolvidos, que buscam respaldar o seu poderio político e econômico em adequado poder militar.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dessa forma, um Estado só poderá exercer sua soberania realmente se usufruir de condições que imponham respeito a suas posições no seu relacionamento com outros Estados.

Isso só será possível se este Estado dispuser de um poder militar mínimo, compatível com a sua base física e suas aspirações de desenvolvimento, capaz de dissuadir a agressão de possíveis oponentes.

A China está longe de possuir uma economia de Primeiro Mundo, mas é uma nação à qual nada se pode impor, é soberana, pois negocia com qualquer outra em elevado nível de independência.

E por quê?

Porque dispõe de invejável poderio militar.

Nação alguma, nem mesmo os Estados Unidos, ousa pretender inspecionar as instalações nucleares chinesas, humilhação a que podemos ser submetidos caso a Agência Internacional de Energia - AIE, assim o desejar.

A soberania da China decorre do seu poderio militar e não da sua deficiente economia.

Cabê-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores, lembrar Rui Barbosa, o grande estadista que vem sendo ultimamente esquecido:

"Uma nação que confia nos seus direitos, em vez de confiar nos seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda."

Nesses dias em que as nossas Forças Armadas vêm sendo esquecidas pelos governantes e por muitos dos nossos companheiros parlamentares, quero registrar a preocupação que o Presidente desta Casa, de há muito, tem com essa situação. Em **A QUESTÃO MILITAR**, artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, em 1º de maio de 1992, quando o Presidente Sarney, citando Alain Rouquié, escreveu:

"Nenhuma nação vive sem forças armadas. As instituições militares, em sua origem, são a imagem das nações onde aparecem; forças armadas são símbolos de soberania, emblemas de progresso técnico e de modernidade na virada do século."

Infelizmente, a soberania de um país, quando dissociada de um adequado suporte militar, não passa de uma figura de retórica.

O fim do mundo bipolar, do confronto ideológico entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético, afastou o risco do holocausto nuclear, tomando os governantes menos cautelosos na evolução das crises que possam levar às guerras convencionais, que, por serem menos dramáticas, vêm-se tornando mais freqüentes.

Os países membros do "Grupo dos Sete", atribuindo-se os direitos de senhores da terra, resolveram impor uma nova ordem mundial que assegure a seus povos os privilégios daí decorrentes, e, em seqüência, arrogaram-se a responsabilidade pela manutenção da ordem internacional, o que significa dizer, pela imutabilidade do **status quo**.

Transformaram a ONU, mais do que nunca, em instrumento do seus interesses, notadamente nos interesses norte-americanos. O Conselho de Segurança - o menos democrático dos conselhos, em vista não só dos seus poderes, mas, principalmente, por nele só terem assento nações detentoras de armas nucleares - vem mostrando que a ONU tem se revelado muito mais atenta aos interesses do Primeiro Mundo do que propriamente à busca da paz mundial, como bem comprova a guerra na Bósnia-Herzegovina.

Quem vende armas, munições e combustíveis às tropas em luta?

Em **O Império e os Novos Bárbaros**, Jean-Christophe Rufin assevera:

"O fim do conflito Leste/Oeste coincide com o acirramento de outro conflito: a partir de agora, dois mundos se olham de cada um dos lados da fronteira, a estranha linha que separa o norte (o Império) do Sul (Os Novos Bárbaros)."

Dentro desta visão, dentro desta nova ordem e contando com a ajuda dentro dos próprios países do Terceiro Mundo, de elementos ingênuos ou com propósito outros, aquelas potências têm procurado reduzir a quase nada a já diminuta capacidade militar de países como o Brasil. Procuram impor-nos suas teses de que nossas forças armadas são desnecessárias, que deveriam tornar-se guarda nacional, voltadas para os conflitos internos e o combate ao narcotráfico.

Em 1992, em percentuais do PIB, o Brasil se situava como sendo o 155º país em gastos militares. Vejam bem, o 155º em gas-

tos militares. Destinamos às nossas Forças Armadas 0,3% do nosso PIB; quando os EUA destinavam 6,3%; a Grécia, 6,2; Bulgária, 12,7%; Cuba, 5,4%, sendo aquele pequeno país o 40º que mais destina recursos do seu PIB para a área militar.

Como podem pretender aqueles nações e tão maus brasileiros, ingênuos ou não, que continuemos irresponsavelmente assistindo ao desmantelamento de nossas forças armadas?

Paremos com os preconceitos. Desde que se recolheram aos quartéis, nossos militares têm tido comportamento exemplar como mostraram por ocasião do impeachment de Collor. Vêm mostrando que evoluíram bem mais do que certas mentes empedernidas, que não conseguem sair da "Era Médici".

Deixemos os tolos e nos preocupemos mais com os que servem a posições estranhas ao interesse nacional.

A nova ordem mundial, ao diminuir as tensões ao longo do eixo Leste/Oeste pôs em destaque os problemas que separam o norte do sul, o Império dos Novos Bárbaros.

O colonialismo político, marcante no século XIX, terminou com a Segunda Guerra Mundial, mas vem sendo substituído pelo colonialismo econômico-financeiro. Essa nova modalidade de colonialismo torna cada vez mais injusta as relações de troca entre o Império e os Novos Bárbaros, fornecedores de produtos primários, de preços definidos e aviltados pelos que dominam o mercado.

O desenvolvimento tecnológico das últimas décadas veio agravar o problema dos países em desenvolvimento, deixando-os sem condições de competir.

Ainda, mais uma vez neste pronunciamento, recorro ao artigo publicado pelo Presidente José Sarney, que advertia:

"Os países do Primeiro Mundo, exercendo um monopólio científico e tecnológico, condenaram os países em desenvolvimento ao atraso, deixando-os à margem da História".

Portanto, àquele colonialismo econômico-financeiro veio juntar-se o colonialismo tecnológico. Esta é a razão de tanta oposição, tanta campanha, tanto boicote aos programas e pesquisas desenvolvidos por nossas Forças Armadas, seja o programa nuclear desenvolvido pela Marinha, seja o projeto de construção do nosso foguete lançador de satélites desenvolvido pela Aeronáutica, seja as vendas de carros de combate produzidos pela nossa indústria bélica, todos sofrem, de há muito, perversa campanha movida pelo interesse de Estados ricos.

Ao tempo do mundo bipolar foi possível aos países do Terceiro Mundo conseguirem algumas concessões em face do interesse das duas superpotências em se manterem sob a influência política.

Agora, até esta possibilidade se encontra extinta; não mais lhe temos maior utilidade, não precisam mais nos agradecer.

Fomos obrigados a ceder quanto à nossa política nacional de informática. Por pressão internacional, fizemos uma absurda demarcação de terras indígenas que destina a uns 10 mil índios área superior ao território de Portugal. O projeto de construção do nosso submarino nuclear está congelado por escassez de recursos orçamentários. O sonho de lançamento autônomo de satélites foi esquecido e, nestes dias, temos sido pressionados a elaborar legislação de patente, adequada a interesses duvidosos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, atualmente não dispomos de um poder militar mínimo capaz de respaldar decisões soberanas. Apesar da nossa extensão territorial, não possuímos expressão militar sequer em termos regionais.

Sou contra a existência de Forças Armadas, mas se um país tem, os demais não podem abrir mão. Lamento muito ver o que aconteceu outro dia com um vizinho nosso, que havia trocado os canhões de suas fragatas, e nós não tínhamos percebido. Os canhões

de dos nossos vizinhos atiravam a 14km, e os nossos continuavam atirando a 7. As nossas maiores cidades são costeiras. Se fôssemos nós os escalados para aquela guerra, poderíamos ter todas as nossas cidades bombardeadas sem poder retaliar sequer.

No Rio de Janeiro, em Santa Cruz, há um Batalhão. Lá eu tenho um parente. Há seis carros blindados e duas baterias. A cada semana retira-se a bateria de um carro e a coloca em outro para fazer funcionar o motor para que ele não "cole". Isso são as nossas Forças Armadas. Vejo um equipamento de US\$20 milhões, um Mirage, ser pilotado por alguém que está ganhando menos de R\$2 mil e que, depois de pilotar um equipamento de US\$20 milhões, vai complementar seu salário dirigindo um táxi. Um homem que foi treinado a um custo mínimo de um US\$1,5 milhão vai enfrentar o tráfego sendo motorista de táxi, para complementar seu salário.

Não estou querendo que haja uma distorção e que passemos a dar recursos que não temos. Mas que haja, pelo menos, um tratamento que honre, um tratamento sério às nossas Forças Armadas.

Outro dia, aprovamos 50 milhões de dólares para as nossas fragatas. Cada fragata custa 400 milhões de dólares, e nós já as temos, mas os equipamentos de tiro estão obsoletos. Vários Senadores eram contra os US\$50 milhões, que iam modernizar o armamento dessas fragatas que já temos.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra - fazendo soar a campainha.) - Senador Ney Suassuna, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. NEY SUASSUNA - Vou concluir, Sr. Presidente. Temos cerca de 8 mil quilômetros quadrados de costa e não temos vasos nem sequer submarinos completamente equipados para defendermos a costa brasileira.

Por esta razão, aproveito o artigo do articulista Carlos Chagas para alertar que é preciso que não descuidemos do nosso poder militar, que faz parte do nosso poder nacional. Triste da Nação que, quando procura utilizar, não encontra, porque uma Força Armada não se organiza de um dia para o outro, e muito menos se equipa de um dia para o outro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna desta Casa são os tristes episódios que vêm acontecendo no meu Estado, em função da administração desastrosa do Sr. Orleir Cameli. Esses acontecimentos têm contribuído para que os problemas na área de saúde e educação sejam cada vez mais agravados.

O Estado do Acre apresenta um triste quadro: 15.434 casos de malária em 1993; 20.800 pessoas são portadoras crônicas do vírus da hepatite B; mais de 20 mil famílias de seringueiros estão abandonadas à própria sorte; os funcionários públicos do Estado não receberam os salários de novembro, dezembro e 13º - o. que gerou uma situação de quase calamidade, porque a única forma de circular dinheiro é através dos poucos recursos oriundos do funcionalismo público -; o governo não tem recolhido os 13% destinados ao Fundo Previdenciário do Estado. Enfim, são inúmeros os problemas que estamos enfrentando.

Pasmem os Srs. Senadores. Numa situação como esta, temos inúmeros casos de irregularidades envolvendo a autoridade maior do nosso Estado. Em 15 de fevereiro de 1995, o Governador do Estado do Acre, Sr. Orleir Cameli, assinou um convênio com a Prefeitura do Município de Cruzeiro do Sul, onde era prefeito. Após ser eleito governador, o Sr. João Barbosa de Souza assumiu aquela prefeitura. Daí por diante, o Secretário da Fazenda, Raimundo Nonato de Queiróz, passou a fazer o pagamento do convênio por meio de ofício, determinando ao Banco do Estado que fosse transferida da Secretaria de Planejamento para a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul a quantia de R\$80 mil - isso foi da conta do Tesouro estadual. Esse recurso - pasmem os senhores -, que saiu com a argumentação de que iria para a recuperação de ramais, foi exatamente para pagar dívidas da própria empresa, do posto de gasolina do Governador Orleir Cameli, da sua época de campanha.

Temos ainda outros episódios. De acordo com a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, foi constatado o seguinte: os valores monetários dos convênios destinados à recuperação de escolas e estradas vicinais no Município de Cruzeiro do Sul foram parar na conta bancária de uma das empresas do Governador do Estado do Acre, Orleir Cameli, a distribuidora Cameli Comercial Ltda, sediada em Cruzeiro do Sul.

Temos ainda o episódio da BR-364, trecho que liga Feijó a Taraoacá: o Governo do Estado jogou irresponsavelmente mais de US\$1 milhão - na época era Governador o Sr. Romildo Magalhães -, figurando ali outra empresa do Sr. Governador Orleir Cameli, tudo comprovado conforme documentação da inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre.

O Secretário da Fazenda do Estado do Acre sacou, mediante ofício, R\$9 mil e enviou para Fortaleza para ser creditado na conta corrente da empresa POB Transporte Ltda, sem justificativa.

Em face da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Acre, o Governador do Estado passou a fazer retaliações ao Tribunal de Contas, o que obrigou o Tribunal, através do seu representante, a pedir socorro ao Ministério Público Federal para abertura de inquéritos.

Neste ano, foram gastos aproximadamente R\$150 milhões, através de ofício, sem nota de empenho, sem orçamentos, sem contabilidade pública; 90% do orçamento foi pago sem nota de empenho. Isso foi confirmado pelo Secretário da Fazenda, acrescentando que não fazia nada mais do que dar continuidade ao que vinha sendo praticado pelo Governador anterior, Sr. Romildo Magalhães, também do PPR.

Recentemente, houve uma dispensa de licitação para reforma no Hospital de Base e Pronto de Socorro do Estado do Acre, no valor de R\$3 milhões, com o pretexto de que o hospital estaria em situação de calamidade. Mas, juridicamente, a dispensa de licitação foi totalmente errônea. Não há calamidade no estabelecimento. Estudos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre mostram indícios de superfaturamento.

No mês de julho, foram abertas licitações para duas rodovias federais. Mas os recursos não constam do Orçamento Geral da União, nem do Orçamento do Estado do Acre e nem das perspectivas legais de diretrizes orçamentárias. O total para essas duas estradas chega a R\$200 milhões.

Eu poderia ficar citando inúmeras irregularidades. Poderia, inclusive, mencionar novamente o caso do contrabando do avião. Poderia, ainda, lembrar a carta de intenções assinada com a empresa Mobil Ami, que mais parece uma carta de más intenções para com o Estado do Acre, uma vez que a empresa é de procedimentos duvidosos. E ainda usa-se o artifício de querer hipotecar terras no Estado do Acre no valor equivalente a duas vezes o empréstimo, que era da ordem de US\$160 milhões.

Estou fazendo esse pronunciamento como uma obrigação, um dever para com o meu Estado. Neste momento, a população se levanta fazendo abaixo-assinado para que a Assembléia Legislativa faça o **impeachment** do Governador. Não é possível que o Estado do Acre continue a ser prejudicado em função das irregularidades cometidas. Não é possível, também, que populações sejam prejudicadas pela malversação do dinheiro público. Um Estado que depende de mais de 80% de repasses da União não se pode dar ao luxo, em absoluto, de fazer o que está fazendo com o dinheiro público.

É meu dever, como Senadora, defender os interesses do Estado do Acre enquanto Unidade da Federação. É mais dever ainda defender aquela população sofrida que conheço como a palma da minha mão. Recentemente, estive no Município de Sena Madureira, onde tive a oportunidade de ver pessoas descendo dos altos rios para aquela cidade, por não terem nenhuma perspectiva de sobrevivência nos seringais. Os projetos de colonização estão abandonados, as pessoas estão morrendo de malária e de hepatite, os hospitais não têm as mínimas condições de funcionamento, as escolas não podem oferecer o ano letivo. Realmente, é uma situação de calamidade.

Se porventura a Assembléia Legislativa do Estado do Acre não conseguir a maioria para afastar o Governador, com certeza algo tem que ser feito no âmbito federal, porque não se pode entregar uma população à sua própria sorte. Não é a primeira vez que o Estado do Acre se depara com tal situação. É meu dever fazer aqui esta denúncia, sob pena de estar conivente com todas essas irregularidades a que me referi anteriormente, que a imprensa nacional e local vem noticiando.

Nesse sentido, quero concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizendo que, hoje, a sociedade civil faz uma movimentação pedindo o **impeachment** do Governador do Estado do Acre. Não se trata de um pronunciamento raivoso, de alguém que quer fazer oposição por oposição, de alguém que quer o quanto pior melhor para o meu Estado. Em absoluto. Desde que assumi nesta Casa, tenho tentado ajudar, de todas as formas o meu Estado. Agora, é impossível continuar lutando por recursos para um local cujos mandatários maiores não têm a mínima preocupação com os recursos públicos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 1995

Revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que "Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Revoga-se o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, relaciona entre as empresas que não se incluem no regi-

me instituído para as microempresas, independentemente de sua receita bruta anual, aquela "que preste serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, despachante e outros serviços que se lhes possam assemelhar".

O alijamento dessas empresas dos benefícios concedidos pela lei constitui-se em tratamento discriminatório, sem relevante fundamento que o justifique, em prejuízo de profissionais que investiram tempo e recursos em sua especialização.

Esse quadro é agravado com os altos níveis de desemprego que assolam o País, mal ao qual não estão imunes os profissionais detentores de diploma de escolaridade de nível superior, também atingidos pelo excesso de oferta em relação à demanda no mercado de trabalho.

Com o presente projeto pretendemos estender a esses profissionais o direito ao tratamento privilegiado conferido pelo Estatuto da Microempresa às firmas individuais e sociedades civis e comerciais com receita bruta anual inferior à prevista naquele diploma legal.

O enquadramento das empresas prestadoras de serviços profissionais liberais – assim entendidos aqueles cujo exercício dependa de conhecimentos técnico-científicos auidos mediante habilitação profissional em escolas, faculdades ou universidades – concorrerá para a associação de profissionais em pequenas empresas, repercutindo na elevação do nível de emprego e na recuperação de enorme patrimônio intelectual, técnico e científico, atualmente ocioso, por variados óbices de conjuntura econômica.

A medida é, portanto, não só de caráter social, ao propiciar uma elevação no nível de emprego de profissionais especializados, de nível superior, mas também de interesse para o desenvolvimento nacional, tendo em vista a qualificação dos profissionais a serem beneficiados com sua adoção.

Ressalte-se, por último, que proposição inspira-se no Projeto de Lei nº 4.837, de 1984, de autoria do Senhor Horácio Ortiz.

Pelos motivos expostos, esperamos pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. – Ney Suassuna.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.256, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1984

Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a empresa:

IV – cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento), do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no artigo anterior.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.171, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 233, de 1995, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. – Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante disposto no art. 255, inciso II, "c", item 8, do Regimento Interno.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademar Andrade, como Líder do PSB, por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de registrar que estamos dando entrada, nesta Casa, a um projeto de lei em atenção à solicitação dos defensores públicos deste País, que se reuniram há cerca de dez dias.

A Defensoria Pública é uma instituição que se fortalece a cada dia nesta Nação brasileira e é extremamente necessária. O cidadão comum precisa, mais do que nunca, do advogado público para atender às suas necessidades de defesa dos seus direitos. Em todos os Estados do Brasil, essa instituição cresce e se fortalece. No meu Estado, o Pará, a Defensoria Pública já atua em 70% dos municípios, com advogados à disposição da população. Um dos problemas que eles encontram, no caso dos litígios em que normalmente tomam parte ou interferem na defesa das pessoas necessitadas, é a falta de condição dessas pessoas para a questão dos serviços cartorários dos seus documentos.

Em função disso, os defensores públicos sugeriram um projeto de lei que muda a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de determinar a gratuidade dos serviços concernentes aos registros públicos para os cidadãos que provarem insuficiência de recursos.

A Lei apenas acrescenta um parágrafo ao art. 14, que diz o seguinte:

"Parágrafo único. São gratuitos os serviços concernentes aos Registros Públicos, desde que requisitados por defensores públicos para instituir a defesa de direitos do cidadão hipossuficiente."

Eis o que diz o projeto em sua justificação:

Diz a Constituição Federal que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (C.F., art. 5º, LXXIV).

Ora, não é possível o cumprimento da Lei Maior, sem que se adaptem ao citado dispositivo as leis que regem os atos necessários para que o cidadão possa fazer valerem os seus direitos em juízo.

Estabelece, ainda, o art. 134 da Constituição Federal que incumbe à Defensoria Pública realizar "a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

Por essa razão é que estamos apresentando este projeto de lei que visa regularizar ou facilitar o trabalho dos defensores públicos no País e, essencialmente, garantir o direito dos chamados "excluídos", que são, inclusive, neste ano de 1995 o tema da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Portanto, para atender às necessidades desses excluídos é que os defensores da União fizeram, no seu Encontro Nacional, uma proposição que nós transformamos em projeto de lei e, nesta oportunidade, o apresentamos a esta Casa.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, desejo inicialmente sublinhar uma reflexão em relação ao oportuno pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara, na tarde de hoje, aqui no Senado. Entre outras coisas, S. Ex^a defendia maior rigor na criação de novos municípios no Brasil e uma legislação mais clara no que respeita às regiões metropolitanas.

No tocante à proliferação de municípios, penso que o Senador Lúcio Alcântara efetivamente tem razão. Estou convencido de que o Congresso Nacional, particularmente o Senado, tem que estudar formas adequadas de coibir o excesso; de evitar que a criação de novos municípios, ao invés de atender interesses sócio-econômicos legítimos de determinadas regiões, atenda na verdade particularidades políticas que não dizem respeito - às vezes até contradizem - aos interesses da sociedade, de comunidades municipais.

Relativamente às questões metropolitanas, ainda que concordando com o Senador Lúcio Alcântara com a necessidade de uma legislação mais específica para essas áreas, eu gostaria de lembrar - para que nos debates futuros sobre essa questão no Senado pudéssemos detalhá-la - que, na verdade, as regiões metropolitanas nasceram no Brasil com o advento das megalópoles, das grandes cidades, das grandes conurbações. Essas grandes cidades, na verdade, nada mais são do que consequência de um modelo de desenvolvimento, no mínimo, irracional, que concentrou renda, concentrando pessoas e obrigando, por força de vetores desse modelo de desenvolvimento, a que justamente as famílias mais humildes tenham que migrar das suas regiões de origem para os grandes centros urbanos. Pior que isso, deixam o interior do Brasil, as pequenas cidades, suas atividades agrícolas e de transformação de bens de consumo para habitarem na periferia das grandes cidades, nas favelas, nos cortiços, gerando as grandes conurbações, o caos da vida urbana, e mais do que isso, contribuindo para a elevação dos índices de miséria.

Acredito que mais importante do que cuidar da legislação das regiões metropolitanas é unir, aqui, no Senado Federal, as bancadas do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro. Esta tribuna tem sido um lugar comum da minha presença, para que juntos encontremos fórmulas de inversão desse vetor de desenvolvimento que concentra renda, riqueza, investimentos e incentivos justamente nas regiões mais ricas, as que já são mais produtivas. Tenho absoluta convicção de que as desigualdades regionais que existem neste País são a grande causa da má qualidade de vida da grande maioria da nossa população.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta tarde de hoje gostaria de fazer um registro sobre um assunto que, parece-me, vai tomar grande parte dos debates desta Casa a partir da próxima semana.

Trata-se da Educação fundamental brasileira. Isso acontecerá por, pelo menos, duas razões: a primeira é que a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, a Lei de Diretrizes e Bases, e o remeteu ao Plenário do Senado Federal; a segunda é que o Presidente da República, numa solenidade que contou com a presença dos Governadores de Estado, no último sábado, lançou um desafio a toda sociedade brasileira, abrindo - isto ocorre pela primeira vez no cenário da Edu-

cação nacional - uma discussão sobre os rumos da Educação fundamental no Brasil.

De acordo com as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, até o dia 15 de outubro Sua Excelência pretende colher, das lideranças políticas e as do setor da Educação e da sociedade brasileira como um todo sugestões e críticas ao projeto que pretende assinar no dia 15 de outubro e remeter ao Congresso Nacional, como, inclusive, uma homenagem ao dia 15 de outubro, que é o Dia do Professor.

Nessa reunião do último sábado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso levantava alguns pontos que me parecem importantes. O primeiro deles é o que diz respeito ao projeto TV Escola, que pretende instalar, em 45 mil estabelecimentos escolares do Brasil uma antena parabólica com um aparelho de retransmissão de TV, de tal sorte que essa TV Escola possa, com baixíssimo custo, melhorar o nível da Educação no Brasil, inicialmente nessas 45 mil escolas.

O segundo ponto, que me parece merecer atenção de todos, concerne à descentralização da merenda escolar. Na verdade, é um grande absurdo o que ocorre no País hoje, ter-se toda a merenda escolar centralizada nos escritórios burocráticos de Brasília a um custo alto, com perdas violentas, e muitas vezes com métodos administrativos na compra e distribuição dessa merenda, pelo menos, questionáveis.

Não tenho a menor dúvida de que a descentralização, que vale de uma forma geral para a administração pública, no caso da merenda escolar, tem ainda maior valia. Não tenho dúvida de que o diretor de uma escola, por mais humilde que seja essa escola, tem melhores condições de decidir sobre que merenda comprar, que merenda distribuir. O diretor da escola, no convívio diário com professores, alunos, famílias de alunos, terá condições de fazer um trabalho mais racional, até porque é cobrado diretamente pela comunidade.

O Sr. Romeu Tuma - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Ouço V. Ex^a com o maior prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Eu queria cumprimentar V. Ex^a por trazer este assunto à baila. Há vários anos, autoridades, pais de alunos e professores vivem angustiados com o descaso quanto à Educação. Não há qualquer programa projetado para que realmente se saiba que rumo tomar para a condução desse tema, tão difícil e tão importante para a formação do caráter nacional. Conheço esse problema, pois vi com atenção, posso dizer, até com emoção, o caso de uma professora que educou os meus filhos, ensinou-lhes as primeiras letras. O seu sofrimento durante todo o desenvolvimento do seu trabalho em fazendas era grande. Chegou ao final da carreira decepcionada com o desinteresse dos governantes em estimular os professores ou, no mínimo, dar-lhes tempo para preparar as suas aulas. Esse projeto é interessante. Eu gostaria, ainda, de fortalecer o que V. Ex^a diz sobre a merenda escolar, sobre a descentralização das contas e o aproveitamento dos produtos *in loco*. V. Ex^a, como bom político e como homem atento às coisas públicas, deve ter lido e acompanhado sobre alimento da merenda escolar enterrado por ter passado o prazo de validade de consumo. Quero cumprimentar V. Ex^a e dizer-lhe que estarei ao seu lado para fiscalizar e fazer com que isso realmente seja cumprido. Parabéns, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Muito obrigado Senador Romeu Tuma.

Um outro ponto levantado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso nessa reunião com governadores foi a questão do salário-educação. Pretende nessa proposta o Governo Federal descentralizar o salário-educação para cento e oitenta mil escolas, o

que atenderia diretamente a 27 milhões de alunos. Outro ponto seria a distribuição em todo o território nacional de cento e dez milhões de livros escolares. E, ao final, uma proposta que me parece fundamental, qual seja, a criação de um piso salarial para os professores de I Grau. Essa medida me parece essencial. Há alguns municípios brasileiros onde o salário do professor não chega mais a ser aviltante. Ele, na verdade, inexistente, e milhares de professores, por este país afora, exercem ainda, com dignidade, a sua profissão, mas, na verdade, à custa dos maiores sacrifícios.

Há algumas décadas a professora primária era respeitada no seu bairro, na sua rua, na sua cidade pela importância que efetivamente tem na criação de uma sociedade mais justa. Hoje, pela queda do nível de ensino, pelo aviltamento dos salários, pela falta de condições para o professor estar em sala de aula, essa importante categoria de profissionais está numa situação efetivamente muito ruim.

O estabelecimento de um piso mínimo, obviamente, deve ser discutido em relação ao País, para que nenhum professor primário ganhe menos que aquele determinado valor e os que têm curso superior ou outros cursos de aperfeiçoamento possam ter pisos acima deste mínimo. Essa é uma condição básica para a melhoria do ensino no Brasil. Estou citando apenas esses dados para, modestamente, alertar esta Casa, dizendo que o Presidente da República fez o chamamento nacional para que todos nós, trazendo nossas críticas, sugestões, propostas e idéias venhamos participar deste debate nacional, que, talvez, seja o mais importante. Quais medidas poderá o Governo Federal propor no dia 15 de outubro, Dia do Professor, para que a educação brasileira, pela primeira vez, possa se tornar prioridade nacional?

Pretendo fazer neste plenário na próxima semana um pronunciamento, defendendo algumas emendas, as quais já coloquei ao nível da Comissão de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases. O art. 81 do projeto substitutivo do Senador Darcy Ribeiro estabelece que a educação brasileira deve ter um período de dez anos, a contar da publicação da LDB, de total prioridade nacional.

Proponho no art. 82 que nesse período de prioridade à educação brasileira tentássemos erradicar o analfabetismo; nesses dez anos em que tentaríamos levar todas as crianças de sete a quatorze anos para as escolas públicas; nesses dez anos em que estaríamos projetando o futuro do País a partir da educação básica e igual para todos, nesses dez anos tentaríamos o projeto de renda mínima através do salário-educação.

O projeto de renda mínima, que nasceu de uma ação parlamentar efetiva do Senador Eduardo Suplicy e, posteriormente, do Senador Ney Suassuna, previa a complementação de renda mínima em todo o Território nacional para todas as famílias abaixo da linha da pobreza.

O projeto de renda mínima, embora meritório ao nível social, possui inviabilidades econômicas que não são ultrapassáveis a curto prazo. Por isso, proponho que esse projeto seja vinculado a dois outros vetores. O primeiro deles é o salário-educação. Ou seja, faria jus a essa bolsa-escola a família com filhos na idade escolar matriculados e freqüentando as aulas da rede pública regularmente e com assiduidade superior a 90%.

O segundo vetor é a contenção das correntes migratórias. E aí proponho que essa bolsa-escola sirva apenas às famílias que residam em municípios de população inferior a 50 mil habitantes. Isso por algumas razões: primeiro, porque nesses municípios com população inferior a 50 mil habitantes estão concentradas, por dados do IBGE, praticamente 60% das famílias abaixo da linha mínima da pobreza; em segundo lugar, porque este seria o primeiro grande incentivo para que as famílias não mudem das pequenas cidades, das vilas, do campo, em direção às médias e grandes cida-

des. Ou seja, que comecemos por aí a construir um País em que as pessoas não precisem mudar das suas cidades de origem para conseguir criar os seus filhos.

Mas todas essas propostas, Sr. Presidente, têm uma palavra-chave: descentralização. E uma outra proposta que quero trazer é que, retirando-se a parcela de recursos necessária à pagamento de folha de pessoal, ou seja, retirando-se o salário dos professores e dos funcionários das escolas, os outros recursos, todos os outros recursos da educação básica no Brasil sejam, gradativamente, descentralizados, até que as experiências já vividas no Estado de Santa Catarina e no Estado do Ceará possam ser uma realidade nacional. Pretendo que cheguemos ao ponto de que o diretor da escola possa ter os recursos para a compra do giz, do material escolar, da reforma das salas de aula, da merenda escola e possa ele, com um conselho de professores, funcionários e pais de alunos, gerir esses recursos da melhor maneira possível.

Se o diretor da pequena escola do pequeno município do interior do Brasil consegue, por exemplo, a doação de alguns fazendeiros de alguns gêneros alimentícios para fazer a sopa, para fazer a merenda escolar, por que não usar o dinheiro da merenda para construir uma sala de aula a mais? Se em outro município o diretor consegue reunir os pais de alunos, a comunidade, os comerciantes e ter a doação do giz, por exemplo, ou do material básico para a escola, por que ele não pode usar esses recursos para o melhoramento da sua escola?

Enfim, a descentralização dos recursos, além - falando claro - de diminuir o nível de corrupção, dá à sociedade local a responsabilidade na gestão desses recursos. Mais do que isso: ela, de uma forma muito clara, otimiza a aplicação desses recursos em benefício do aluno.

Poder-se-ia, por exemplo, criar a unidade escolar para o aluno. E o diretor da escola receberia, anualmente, tantas unidades aluno conforme o número de alunos matriculados naquela escola.

Em última análise, achô que se inicia um grande debate nacional pela educação brasileira. E isso já tardava; até porque as nações que no pós-guerra conseguiram soerguer suas economias, conseguiram gerar um modelo de desenvolvimento mais justo, todas elas investiram basicamente em educação, ciência e tecnologia. Com o nível educacional em que hoje se encontra a maioria da nossa população é impossível imaginarmos um País mais justo.

Concluiria este pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que, muitas vezes, quando entro neste plenário, com essas poltronas azuis, com esse ambiente - não quero usar a palavra luxuoso -, pelo menos, próximo do monumental, fico pensando que o meu pai era um ferroviário que tinha segundo ano primário, ganhava pouco mais de um salário mínimo mas conseguiu educar os seus 5 filhos. E se, apesar de ter essa origem humilde, eu consigo chegar ao Senado, é porque, lá na minha cidade, em Itajubá, no Sul de Minas, pude estudar numa escola primária.

Fiz o meu curso primário no Grupo Escolar Rafael Magalhães, uma escola primária, de bairro, humilde, mas que tinha um bom ensino. Pude, depois, fazer o curso ginásial e o curso científico em um colégio estadual, o Colégio Estadual João XXIII, humilde, carente, com professores humildes, só que digno, porque tinha um altíssimo padrão de ensino. Não tive recursos para fazer cursinho de vestibular, mas, mesmo sem fazer cursinho, consegui, como aconteceu também com meus irmãos, fazer vestibular a uma escola de engenharia, que era federal, e cursar engenharia.

Isso foi possível no nosso País há 20, 25 anos. Ou seja: entrei no primeiro ano de grupo, primeiro ano primário, e me formei em engenharia sem nunca ter pago um tostão de escola, sempre freqüentando escolas públicas.

Pergunto: quantos meninos na idade de sete a quatorze anos, quantas crianças brasileiras poderão ter o privilégio que tive de ir da escola primária ao curso superior sem frequentar escolas particulares, com o nível de ensino que temos hoje?

Concluo dizendo que iniciamos, neste momento da vida nacional, um debate que me parece fértil, um debate que me parece importante sobre os rumos que vamos dar à educação brasileira.

Penso que seja justo registrar aqui que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, não enviou simplesmente um projeto, uma proposta ao Congresso Nacional. Antes, reuniu-se com governadores e, num pronunciamento público, fez um chamamento a toda a população brasileira, para que contribua no sentido de que esse projeto seja coletivo, aprimorado, e que venha ao Congresso já contendo propostas de todos os que pensam a educação brasileira, de todos os que sonham um País mais justo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 1995

Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de determinar a gratuidade dos serviços concernentes aos Registros Públicos, para os cidadãos que provarem insuficiência de recursos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. São gratuitos os serviços concernentes aos Registros Públicos, desde que requisitados por defensores públicos para instruir a defesa de direitos do cidadão hipossuficiente."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Diz a Constituição Federal que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (CF, art. 5º, LXXIV).

Ora, não é possível o cumprimento da Lei Maior sem que se adaptem ao citado dispositivo as leis que regem os atos necessários para que o cidadão possa fazer valerem os seus direitos em juízo.

Estabelece, ainda, o art. 134 da Constituição Federal que incumbe à Defensoria Pública realizar a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Não obstante a previsão legal referida, o exercício dos direitos do cidadão necessitado fica comprometido, de vez que, não raro, há carência de recursos para providenciar o registro público dos documentos, exigido pela lei civil.

Por um lado, é indispensável a comprovação da autenticidade dos documentos para que se obtenham a segurança e eficácia dos atos jurídicos e, por outro, constata-se a ausência de condições financeiras do interessado para cobrir as despesas cartorárias.

Visa o presente projeto, portanto, solucionar o impasse surgido entre a precária situação do postulante desprovido de recursos financeiros e a necessidade jurídico-legal de se recorrer aos trabalhos dos cartórios.

Registre-se, ainda, que o defensor público deverá requisitar, nos termos da presente iniciativa, o atendimento ao interessado que demonstrar insuficiência de recursos. Assim, pressupõe-se que

será examinada pelo defensor a condição financeira do interessado. Em havendo, portanto, a requisição pelo defensor público, a prestação dos serviços cartorários será gratuita.

Dada a relevância de seu conteúdo social e democrático, conclamamos os senhores parlamentares para dar seguimento celerê à presente iniciativa.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. - Senador **Adeimir Andrade**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 14. As custas devidas aos oficiais do registro, pelos atos que praticarem, incumbirão aos interessados que os requerem, e serão pagas no ato do requerimento ou no da apresentação do título.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - O Projeto será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável:

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. ROMEU TUMA (SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna na tarde de hoje foi o programa de ontem, o Fantástico, no qual foi apresentado um quadro sobre a descriminalização do uso de drogas. Confesso que fiquei preocupado.

Ainda na semana passada, Senadores do Acre inquietavam-se com a possibilidade de concessão, como garantia de empréstimos, de áreas de floresta tropical, por intermédio de uma empresa colombiana. O Governo americano traz a público a denúncia de que o Brasil poderá ser a opção dos produtores de droga, que hoje sofrem pressão das autoridades governamentais colombianas e americanas em seu país.

E aqui começa, não sei por quê, a se discutir como descriminalizar o uso das drogas. Sabemos que existe a droga, e três elementos são a base do seu funcionamento econômico: o produtor, o traficante e o usuário. Sem um desses, não existe o tráfico de drogas, nem o movimento econômico de cerca de mais de US\$300 bilhões por ano nesse mercado sujo.

Como proibir ou criminalizar a venda de um produto que é livre para o consumo? Nesse debate hoje aberto, inclusive com a participação de representantes do Governo, apresentam como slogan a seguinte indagação: "Quem gostaria de ter um filho, um irmão ou um parente preso porque consumiu maconha ou droga mais pesada?" Será que é necessário condenar-se a penas de prisão um usuário de drogas, que pode ser uma vítima dessa pressão que o tráfico faz sobre as comunidades de risco? Não.

Podemos, nesta Casa, isto sim, discutir como tratar do usuário e quais são as campanhas de prevenção, mas sem perder de vista que a droga tem que ser coibida, o tráfico de drogas tem que ser perseguido, como se persegue aqueles que praticam crimes hediondos. Quem de nós não conhece uma história de alguém, de fa-

mílias próximas, que tiveram como vítimas um filho, um irmão, um marido, um parente?

Não sei, meus senhores, se poderemos enveredar pelo caminho, sob a égide de que se vai acabar com a corrupção, liberando a venda. Corrupção se combate como um crime, e a venda também deverá ser criminalizada. Temos que estudar como tratar e quais são as penas alternativas que se poderá propor para o consumidor ou o usuário, porque ele precisa ser recuperado, ele precisa ter oportunidades, até que não venha a praticar um crime. Alimentando-se a liberdade dele - as experiências nos demonstram -, tranquilamente, um dia, ele fumará um cigarro de maconha para se desinibir num projeto de prática de crime.

Se Deus quiser, na semana que vem farei um pronunciamento com outros dados e informações, com base em experiências anteriores de países que retornam ao *status quo*, porque a experiência só trouxe mais destruição, aumento do número de usuários e, com isso, não houve nenhum trabalho que pudesse comprovar que, liberando a venda, diminuirá o tráfico e o movimento financeiro sobre as drogas.

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional projetos de lei sobre a "lavagem de dinheiro" e sobre o crime organizado. Tomei conhecimento de que o Ministro da Justiça está para encaminhar a esta Casa um projeto de lei elaborado por técnicos portugueses, por recomendação da ONU. Preocupam-me algumas das inovações que pretendem oferecer à mudança da Lei 6.368 e a lei que vai coibir o crime através da "lavagem de dinheiro."

Faço este apelo para que nos mantenhamos alertas e não sejam surpreendidos por algum projeto que mereça menos atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Profere o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, tendo visitado recentemente as instalações energéticas da Alemanha, verifiquei o avanço daquele país em termos de capacidade tecnológica concernente à implantação de projetos energéticos.

A diversificação das fontes na matriz energética da Alemanha, expressa pela participação percentual destas na produção de energia elétrica (carvão - 45,4%, nuclear - 29,6%, gás - 6%, em 1992), demonstra uma política energética voltada para o uso racional e econômico das diversas possibilidades disponíveis e busca da redução da dependência energética, política esta presente também em outros países desenvolvidos e que deve servir de referência para nosso País.

Ao visitar a Usina de ISAR II, localizada no Estado da Baviera, a menos de 100 km da Cidade de Munique, pude constatar a alta performance e o alto grau de segurança daquela unidade geradora.

No ano de 1993, ISAR II gerou 10.824 GWh, ficando em 5º lugar a nível mundial no elenco das usinas nucleares de maior geração naquele ano, o que significa, no caso do Brasil, uma renda de aproximadamente US\$600 milhões para o setor elétrico.

Sr. Presidente, ao manter contato com as autoridades municipais, verifiquei a normalidade com que o uso da energia nuclear é aceita na sociedade. Sabedor da similaridade daquela usina com Angra II, reforcei minhas convicções quanto à importância do uso da nucleoeletricidade no nosso País, também pelo alto grau de segurança proporcionado pela tecnologia que estamos utilizando, o que garante a proteção das populações e do meio ambiente.

Pude visitar o depósito final subterrâneo centralizado de rejeitos radioativos, localizado no município de Morsleben, aproveitando minas de sal desativadas. E, baseando-se em extensivos estudos geológicos que atestam a estabilidade das formações geoló-

gicas por milhões de anos, pude, mais uma vez, verificar a capacidade daquele país em resolver, de forma definitiva, o problema dos rejeitos radioativos, permitindo a utilização continuada e segura da energia nuclear para fins pacíficos. A 500 metros de profundidade, observei o uso racional de alta tecnologia a serviço da sociedade, demonstrando que esse caminho pode e deve ser seguido pelo Brasil, pois creio que o insumo tecnologia é dos mais relevantes para a melhoria das nossas vantagens comparativas no contexto da globalização da economia internacional.

Ao visitar Dresden, cidade que foi totalmente destruída na II Guerra Mundial e na qual morreram 140 mil civis, pude conhecer uma usina de geração elétrica com potência de 400MW, utilizando gás natural numa central do tipo ciclo combinado, localizada dentro do centro urbano, atendendo às condições de licenciamento ambiental da Alemanha e demonstrando que o suprimento energético deve ser garantido através das diversas regiões do planeta e do desenvolvimento tecnológico disponível.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Brasil deve buscar também intensificar o uso de usinas a gás natural, pois dispomos de material energético em diversas regiões. Pelo tempo de construção reduzido e por requerer um volume de investimento menor, comparativamente com outras modalidades, essa opção poderá contribuir para atender a demanda crescente por energia elétrica, propiciando uma maior participação da iniciativa privada na geração elétrica.

Minha conclusão, em função do estudo do problema energético brasileiro e observando o contexto internacional, é a de que o Brasil deve adotar uma posição de maturidade em termos de suas possibilidades energéticas, quais sejam:

- devemos ter uma visão ampla, no sentido de contemplarmos todas as opções disponíveis, principalmente aquelas que minimizem nossa dependência energética;

- não devemos permitir que o gargalo energético venha a limitar nosso crescimento econômico e social;

- devemos ter a clara consciência de que, no panorama da globalização econômica, vencer os desafios tecnológicos é parte vital da nossa inserção competitiva nos mercados internacionais e, para tal, devemos dar a devida prioridade para o desenvolvimento tecnológico no campo nuclear.

Sr. Presidente, dentro dessas recomendações, gostaria de situar meus Pares desta Casa sobre a construção de Angra II.

Tivemos a oportunidade de visitar o complexo nuclear de Angra dos Reis, composto pelas Usinas Nucleares de Angra I (em operação) e Angra II (em construção) do Centro de Treinamento de Operadores e do Laboratório de Monitoração Ambiental, de propriedade de Furnas.

Primeiramente, no contexto internacional a energia nuclear é a 3ª fonte mais utilizada e a distribuição do total da energia elétrica gerada no mundo é a seguinte:

carvão: 40%, hidrelétrica: 19%, nuclear: 17%, derivados de petróleo: 11%, e gás: 13%.

Quanto ao papel da energia nuclear, apesar de ter-se reduzido o ritmo de construção de novas centrais nucleares comparativamente com as décadas passadas, hoje existem 435 usinas nucleares em operação e 55 usinas nucleares em construção em 18 países diferentes.

No Brasil, de acordo com o planejamento da Eletrobrás (Plano 2015), além da conclusão da Usina Nuclear de Angra II em 1998, está prevista a entrada em operação de Angra III em 2005 e a construção de duas outras unidades de 1.300 MW até o ano de 2015.

Este planejamento reflete uma política voltada para a chamada "transição térmica", que significa a necessidade de buscar a garantia do suprimento futuro de energia elétrica através de fontes

não hídricas, considerando que o esgotamento dessa fonte poderá se dar em torno do ano 2015.

Deve ser observado que o Plano 2015 contempla a exploração de hidrelétricas localizadas na Região Amazônica, que, por aspectos ambientais, poderão não se viabilizar, o que implicará em uma revisão voltada para a termoelectricidade.

Outros fatores diferenciadores da situação brasileira em relação aos países desenvolvidos, como, por exemplo, a França e a Alemanha, são a nossa taxa de crescimento econômico e o nosso consumo per capita de energia elétrica.

Quanto às taxas de crescimento econômico, no primeiro semestre de 1995, o PIB brasileiro cresceu 7,7% (IPEA), ocasionando um crescimento de 8,4% no consumo de energia elétrica. Hoje, técnicos da Eletrobrás estão reavaliando a expectativa de aumento do consumo de energia elétrica entre 6 a 7,5% anual nos próximos anos em função da retomada do crescimento econômico, o que implicará certamente numa revisão do Plano 2015, e possivelmente uma reavaliação do papel da energia nuclear. Considerando que os países desenvolvidos têm apresentado taxas de crescimento econômico bem mais modestas e já possuem parques geradores mais consolidados, cabe ao Brasil adotar uma política energética coerente com nossas necessidades de crescimento econômico e social.

No que se refere ao consumo per capita, estima-se que entre 10 a 20% da população brasileira não têm acesso à energia elétrica e o consumo per capita do Brasil é de 1.450 kWh. Nos países ditos desenvolvidos, essa taxa se situa na faixa entre 6.000 (Austrália) a 17.000 (Suécia). Mesmo entre países em desenvolvimento, o consumo é bem superior ao nosso. Argentina: 1.800 kWh, África do Sul: 3.000 kWh, o que é preocupante, na medida em que consumo de energia elétrica é um dos mais importantes indicadores da situação social de uma nação.

O progresso físico global do empreendimento Angra II está estimado em 71%, com 80% das obras civis concluídas, 82% do projeto de engenharia executados, e 85,5% dos equipamentos adquiridos.

Atualmente, está em andamento a licitação pública relativa à montagem eletromecânica, que se constituirá na última fase da construção da usina e permitirá a realização dos testes de operação ainda em 1998 e sua entrada em operação comercial em junho de 1999, constituindo-se na possibilidade mais favorável para agregar 1.300 MW firmes ao sistema elétrico Sul/Sudeste/Centro-Oeste.

Considerando ainda o PPE 1995/1999 - Programa Plurianual do Setor de Energia Elétrica em 1994 -, o custo previsto ainda a desembolsar para a UTN Angra II alcança US\$1.461,8 milhões no período de 1995/2.000 (preços dezembro/1993), aí incluídos custos da obra principal, carga de combustível e administração de Fumas.

Verifica-se que seu índice custo/benefício (US\$35,8/MWh), considerando o que falta investir para concluir a usina, é competitivo com o custo marginal de expansão do sistema dentro do horizonte decenal (US\$38,0/MWh).

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a construção desta usina, desde 1985, vinha-se desenvolvendo em um ritmo muito lento e antieconômico, em função das restrições orçamentais do setor elétrico brasileiro, o que provocou um aumento expressivo nos seus custos, da mesma forma como ocorreu com outras obras paralisadas do setor, o que privou o País de desfrutar da energia que Angra II poderia já estar gerando.

Com a aprovação pelo Congresso Nacional, no ano de 1994, da transferência dos recursos em moeda estrangeira de Angra III para Angra II, no montante de US\$561,8 milhões, e a efeti-

vação de acordo entre Furnas e Eletrobrás quanto aos recursos nacionais, o empreendimento Angra II não só obteve a consolidação definitiva das suas fontes de financiamento, como também obteve o aval político para sua conclusão, superando-se, dessa forma, a fase na qual não foi possível o desenvolvimento economicamente correto do empreendimento, exatamente pela carência de recursos necessários.

Do ponto de vista energético, Angra II é a porta para o futuro, dentro da visão da complementação térmica, que será necessária no próximo século e principalmente na abertura da perspectiva de que o Brasil venha ter a possibilidade concreta de utilizar um dos meios energéticos dos mais abundantes no nosso solo e subsolo, que são as nossas reservas de urânio, reduzindo, desta forma, a dependência de combustível importado (as reservas brasileiras de urânio são da ordem de 300.000 toneladas - 11% do total do bloco ocidental, com apenas 1/3 do nosso território prospectado).

Do ponto de vista tecnológico, o empreendimento representa a inserção da indústria nacional num ramo de tecnologia avançada, o que permitirá a sedimentação de técnicas industriais de alto conteúdo tecnológico, utilização de rigorosos conceitos de qualidade e segurança e consequente ganho qualitativo para enfrentar a abertura dos mercados internacionais.

Do ponto de vista regional, Angra II representará uma redução significativa da dependência energética do Estado do Rio de Janeiro, e sua geração será de grande relevância para suportar os projetos estratégicos para a retomada do crescimento econômico do Estado. Além disso, o empreendimento gerará em média 7.000 empregos/ano entre técnicos altamente especializados, operários metalúrgicos, da construção e do setor de serviços.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dentro do quadro que apresentei, creio que cabe ao Congresso Nacional e particularmente ao Senado Federal assumir responsabilidades claras, perante o problema energético nacional, fiscalizando a correta aplicação dos recursos orçamentários no campo energético e, em especial, assegurando os recursos necessários à conclusão de Angra II.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, farei um breve pronunciamento sobre um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, na semana passada, que tramitou em regime de urgência. Trata-se de um projeto de iniciativa do Presidente da República que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1969, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários.

Esse projeto significa um profundo retrocesso em relação à luta da universidade brasileira pela sua autonomia e institui algumas medidas absolutamente draconianas, que, aparentemente, têm uma inspiração "paulista" ou "centrista".

Peço desculpas aos Srs. Senadores pela criação de mais um neologismo.

O projeto estabelece que, no processo de eleição dos reitores, diretores e vice-diretores de unidades universitárias, a porcentagem dos votos do corpo docente passaria a ser de 70% na eleição de dirigentes de universidades, enquanto os outros 30% seriam di-

vididos pelas outras categorias que compõem a comunidade universitária, a saber, os estudantes e os servidores.

Deve-se registrar que atualmente as próprias universidades estabelecem, de acordo com as suas especificidades e sua realidade, o percentual que cada categoria representará do ponto de vista da eleição dos dirigentes e de reitores. Por exemplo, a Universidade de Pernambuco já estabelece esse percentual que agora está previsto no projeto de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados, enquanto que a grande maioria das outras universidades estabelece uma representação paritária com 1/3 de professores, 1/3 de estudantes e 1/3 de servidores.

Deve-se registrar que, mesmo nesse processo de representação paritária, o voto do corpo docente já possui um peso maior na medida em que o número de professores é bem menor do que o de servidores e o de alunos.

O mais grave, onde repousa a nossa argumentação, é que o projeto tenha uma inspiração "paulista" ou "centrista" na exigência de titulação para que as pessoas possam ocupar o cargo de reitor, de diretor ou de vice-diretor das unidades universitárias. Caso essa aprovação aconteça, os candidatos terão que estar situados entre os dois níveis mais elevados da carreira ou deverão possuir título de doutor. Sabemos que essa exigência de titulação não será problema em universidades como a USP, Unicamp, a própria Universidade do Rio de Janeiro, enfim, as universidades nos centros mais avançados, mas, com certeza, será duvidoso para as universidades do Norte e do Nordeste. Inclusive o projeto prevê algo absurdo quando diz:

Nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor em número suficiente para comporem as listas triplíces, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição.

Ou seja, na prática, as universidades do Norte e Nordeste terão que "importar" professores do Sul e Sudeste para que possam completar o quadro de candidatos a reitor ou a diretor das unidades, dos centros de cada universidade.

Entendemos que esse projeto de lei do Governo procura normalizar de forma igualitária uma realidade absolutamente desigual entre as diversas universidades brasileiras. E a gravidade desse projeto repousa em maior grau ainda na medida em que o substitutivo da LDB do Senador Darcy Ribeiro, que já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que virá ao Plenário do Senado, não prevê a absoluta autonomia universitária, ao contrário do substitutivo do Senador Cid Saboia de Carvalho. Portanto, esse projeto de lei de iniciativa do Presidente da República - voltamos a frisar - retrocede profundamente na autonomia universitária. Esse projeto foi aprovado na Câmara, onde tramitou em regime de urgência, e, aparentemente, o Governo tentará também aprovar esse mesmo regime nesta Casa.

Fazemos um apelo aos líderes dos diversos partidos nesta Casa no sentido de que esse projeto não tramite em regime de urgência no Senado Federal, que passe pela Comissão de Educação para que possa ser melhor apreciado, por entender que ele introduz distorções profundas no processo de escolha dos reitores das universidades, que não leva em consideração a desigualdade existente entre as diversas universidades federais do Brasil e, principalmente, retrocede no que diz respeito à autonomia universitária.

Deve-se registrar que esse projeto já tem a oposição unânime da ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, que já se pronunciou contrariamente justamente por esses argumentos que apresentamos neste

pronunciamento. Esperamos que o Senado Federal, ao contrário da Câmara, não o aprove.

Eram essas as palavras que gostaria de pronunciar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estive presente à Casa, nos dias 2, 4 e 7 de agosto último, não tendo minha presença sido registrada pelo painel eletrônico do Plenário.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1995. - Senador **Júlio Campos**.

O Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, um dos mais importantes eventos políticos do ano teve lugar no final da semana passada em Rio Branco, Capital do Estado do Acre, reunindo representantes de todas as Assembléias Legislativas da Região Amazônica e tendo como convidados especiais Ministros de Estado, Governadores, altos funcionários do Governo Federal e técnicos especializados nos graves problemas regionais.

Ao final do conclave, denominado I Encontro das Assembléias Legislativas da Região Amazônica, foi aprovado por unanimidade um documento que sintetizou os debates e suas conclusões, a Carta de Integração Amazônica, ontem entregue ao Presidente da República pelos Presidentes dos Legislativos Estaduais envolvidos. É um relatório, objetivo e completo, dos problemas que atormentam mais da metade do território nacional, contribuindo, ainda, para prejudicar os projetos de desenvolvimento econômico e o progresso social de todo o País.

O Encontro foi aberto na quinta-feira, dia 31 de agosto, no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, e, logo após as cerimônias protocolares, entrou-se no temário indicado, com destaque para a integração regional, saídas para o Oceano Pacífico, problemática energética, questão ambiental, problemas ligados aos índios, desenvolvimento regional e outros itens do mesmo nível. Dois Ministros - dos Transportes e da Agricultura - estiveram presentes, enquanto fizeram-se representar as Pastas da Indústria e do Comércio, Minas e Energia e Meio Ambiente. As bancadas estaduais amazônicas compareceram através dos delegados das respectivas Assembléias Legislativas, enquanto a Câmara dos Deputados e o Senado Federal credenciaram Deputados e Senadores para participar e acompanhar os trabalhos.

Cumpr-me, agora, como um desses delegados do Senado Federal, trazer o Relatório do Encontro, não apenas a mera prestação de contas da missão desempenhada, mas o lançamento das idéias e dos debates nos Anais e na consciência da Casa.

Os trabalhos transcorreram em elevado nível, fugindo ao paroquialismo e ao regionalismo estéril. Todos os participantes enfatizaram a necessidade de soluções voltadas não apenas para os aspectos localizados dos terríveis problemas da Amazônia; os

mesmos só serão resolvidos dentro do contexto nacional, integrando-se aos interesses globais do País. Foi assim que o isolamento viário da Amazônia se viu abordado no duplo enfoque das rodovias que permitam tráfego de passageiros e de carga em seus Estados e das estradas que permitirão ao Brasil o tão sonhado caminho direto para os portos da América Andina, particularmente o Peru. Lá está a alforria da indústria, do comércio e da economia nacionais como um todo, livrando-nos dos entrepostos hoje indispensáveis nos Estados Unidos e no Panamá, intermediários que só fazem aumentar despesas e as distâncias nas relações econômicas com o Extremo Oriente

A conferência do Ministro dos Transportes, Odacir Klein, despertou entusiasmo justamente por isso. S. Ex^a foi enfático ao garantir que o Governo Federal vai liberar R\$19 milhões até o final de 1996, para asfaltar as BRs 317 e 364, sendo que a primeira parcela, de R\$4 milhões, será entregue até dezembro próximo. Pode parecer pouco, mas isso representa 10% de todos os recursos reservados para a malha rodoviária nacional no ano que vem.

O Ministro dos Transportes, mostrando que conhece os problemas de sua Pasta, detalhou que a rodovia BR-317 é considerada, hoje, a saída mais viável para as costas do Pacífico, servindo não apenas às grandes indústrias, empresas mercantis e do Centro-Sul, mas até mesmo à Zona Franca de Manaus e às outras regiões do Norte-Nordeste, pois está em fase de implantação desde Lábrea, no Amazonas, até Rio Branco - e da capital acreana segue no rumo de Brasília e Assis Brasil, conectando as fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia.

As palavras do Ministro dos Transportes ganhou peso ainda maior se considerarmos a afirmação de que o problema vem recebendo atenção conjunta de sua Pasta e do Itamaraty, pois existem implicações e até mesmo acordos internacionais já celebrados com o Peru e outros países, voltados para a ligação rodoviária Atlântico/Pacífico. O Brasil, assim, estará assumindo sua obrigação de soberania e de cumprimento dos compromissos com os vizinhos, compromissos que atestam a complementaridade das economias e dos interesses sociais sul-americanos.

Tive, particularmente, a grata satisfação de acompanhar o Ministro Odacir Klein em seu deslocamento aéreo, de Brasília a Rio Branco. Nessas horas, de diálogo ameno e produtivo, colhi de S. Ex^a informações preciosas para a causa da integração nacional e do desenvolvimento sustentado da Amazônia, com a abertura de rotas de progresso que não impliquem necessariamente na destruição do meio ambiente.

O problema ambiental, aliás, também foi destacado pelo Ministro da Agricultura, Senador José Eduardo Andrade Vieira, e pelo representante do Ministro Gustavo Krause, Raimundo Caramuru Bastos, que fizeram importantes pronunciamentos sobre essa questão, vital para qualquer projeto de desenvolvimento e ocupação racional da Amazônia.

O Ministro José Eduardo mostrou-se ecologista militante, citando os prêmios que recebeu em nome das empresas que dirige, justamente por essa diretriz no desenvolvimento de seus negócios. Rejeitou, todavia, a ação de grupos radicais e irracionais, que buscam prejudicar a indispensável ligação rodoviária entre os Oceanos Atlântico e Pacífico - rota que tem no Acre seu principal entroncamento, pois naquele Estado se unem as vias oriundas do Norte-Nordeste e as do Centro-Sul, como já se disse.

O Ministro da Agricultura foi particularmente aplaudido ao explicitar sua repulsa àqueles que, travestidos de preservacionistas, servem apenas aos interesses alienígenas, como se viu nos tempos do Presidente George Bush, governante americano que

pessoalmente se empenhou junto ao Japão para que os asiáticos não financiassem a abertura da estrada interoceânica da América do Sul. O Senador José Eduardo, corajosa e democraticamente, apontou a importância dessa ligação para que o Brasil possa escoar suas safras de cereais e importar insumos destinados não apenas à agricultura - sua área oficial -, mas a todas as atividades produtivas e àquelas voltadas ao bem-estar social coletivo.

O próprio Presidente da República está comprometido com essa ligação, segundo o Ministro da Agricultura, que afirmou: "esse é um compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso com os povos amazônicos!", porque todo o País será beneficiado ao se tomar mais competitivo frente aos Estados Unidos e à Europa. Mas alertou que "tem muita gente no exterior tentando impedir essa ligação".

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o I Encontro das Assembleias Legislativas Amazônicas está fadado a entrar para a História do Brasil como um dos mais importantes momentos de sua emancipação econômica, marco do progresso social e cultural da Região. A brilhante coordenação do evento, liderada pelos Deputados Estaduais João Correia e Márcio Bittar, não permitiu que problemas menores ou divergências político-partidárias viessem a empaná-lo. E quando se pronunciaram de maneira mais firme, fizeram-no com elegância e objetividade, marcando posição e propiciando aos interlocutores a sinceridade que só os grandes homens sabem mostrar.

Foi com essa autoridade moral que o Deputado João Correia, 1^o Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, declarou, na abertura do encontro: "a Amazônia está hoje entregue à própria sorte. O Governo parece ter esquecido os 20 milhões de habitantes da Região - mas a Amazônia não é um vazio! O Governo tem uma dívida com a Região e precisa pagá-la".

E o Presidente da Aleac, Deputado César Messias, concluiu as reivindicações do Estado e da Região: "devemos, a partir deste Encontro, somar esforços e garantir os recursos necessários para assegurarmos a soberania da Amazônia e a sobrevivência de seus povos".

Os Representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal também tiveram importante atuação no Encontro. Foram delegados pelas duas Casas, respectivamente, os Deputados Mauri Sérgio, Carlos Airton e Ronivon Santiago e os Senadores Nabor Júnior e Flaviano Melo. Merecem destaque, neste breve registro, as palavras do Deputado Mauri Sérgio, que, em amplo e bem fundamentado pronunciamento, cobrou mais atitudes e menos relatórios, pois "as estradas já estão com seus traçados formados, não existe nenhuma obra de desmatamento a ser feita - então, não há o que se falar em impacto ambiental para impedir a execução de tão importante obra", que resultará no encurtamento das distâncias em mais de sete mil milhas, quase 12 mil quilômetros.

Apelou Mauri Sérgio para que se esqueçam as lutas ideológicas e posições políticas, mesmo porque "pelo lado do governo peruano existe uma comprovada ação rodoviária, procurando asfaltar o trecho percorrido em seu território até o porto de Ilo, no Pacífico". E destacou a presença, no Encontro, do Embaixador do Peru no Brasil, Sr. Alejandro Gordilio Fernandez, o que comprova o interesse daquele país de se transformar em terminal portuário do Brasil no outro oceano, unindo-o ao Atlântico.

Mas o problema político das pressões exógenas existe e não pode ser menosprezado, conforme explicou o Senador e ex-Governador Flaviano Melo, ele mesmo vítima dessas explorações mal-intencionadas que procuram impedir a abertura da rota para o Pacífico. Em importante entrevista ao jornal A Gazeta, num dos in-

tervalos do Encontro, Flaviano informou que o Japão começa a reagir efetivamente contra as pressões dos Estados Unidos e de setores europeus; os primeiros projetos viáveis de financiamento externo estão vindo de Tóquio, através de entidades como o Fundo de Cooperação Econômica (OECE), mas isso não quer dizer que o processo vai ser fácil. Ouçamos as palavras de Flaviano Melo, com sua autoridade de Senador e sua experiência de ex-Governador: "eu mesmo, quando governava o Acre, estive no Japão em busca de recursos para a estrada; mantive encontro com a direção da OECE, que se interessou em financiá-la - mas as negociações não foram concretizadas por pressão dos Estados Unidos, que não têm interesse na obra, por temerem a queda nas suas exportações para os mercados asiáticos, perda que fatalmente ocorrerá quando o Brasil tiver sua própria base no Pacífico".

Mas o Brasil precisa estar atento para os dois aspectos dessa questão: a carência de recursos internos nos obriga, realmente, a buscar financiamentos no Exterior - mas não podemos ficar inertes, contando com esse dinheiro porque é evidente a grande força que os interesses contrariados farão contra eles. A advertência e a experiência que eu próprio, também como ex-Governador do Acre, e o Senador Flaviano Melo colhemos, não permitem dúvidas ou tergiversações: o alvo é o mercado asiático que representa 60% da população mundial, um formidável contingente com sérios problemas de abastecimento alimentar, de produtos e de serviços de que dispomos em abundância. A entrada do Brasil com força total nesse gigantesco sorvedouro significará uma concorrência difícil de suportar pelos produtores da América do Norte e da Europa, pois nossas condições de competitividade crescerão significativamente.

É bom que os técnicos do Ministério dos Transportes estejam atentos a esses números, porque eles exigirão um piso asfáltico muito mais sólido, tal será o tráfego de gigantescas carretas atoadas de soja, milho, arroz, sorgo e outros cereais colhidos no Planalto Central e na Amazônia Oriental, bem como os minérios de Carajás e outras províncias produtoras nas regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente - e a contrapartida também será grandiosa, com o aporte de veículos, máquinas, produtos de alta tecnologia e outros itens da extensa pauta hoje oferecida pelos chamados "Tigres Asiáticos".

A enunciação dos temas e dos debates promovidos no Encontro de Assembléias Legislativas da Amazônia já comprova a importância do evento. Suas conclusões se encontram na Carta de Integração Amazônica, cujos principais itens consagram, justamente, as duas grandes preocupações regionais: a implantação de um modelo de desenvolvimento não-predatório e participativo, ao lado da concretização da saída rodoviária para o Pacífico - posição defendida tanto pelos representantes dos Estados da Amazônia quanto pelos Ministros de Estado, que, inclusive, lembraram ser "tal alternativa a mais importante do ponto de vista econômico e geopolítico, constando, inclusive, do Plano de Governo Fernando Henrique Cardoso".

Merece atenciosa leitura, igualmente, a informação de que o Governo Federal está empenhado em buscar soluções efetivas para outro problema, uma barreira para o progresso e o bem-estar social na Amazônia: a carência de energia elétrica, que prejudica desde as capitais até as comunidades interioranas. Foi particularmente bem recebido, nesse caso, o pronunciamento do Diretor de Operações da Eletronorte, Antônio Baima Júnior, que representou o Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito.

Para que a Casa e a Nação tomem conhecimento desse valioso e decisivo documento, solicito a V. Ex.^a que permita sua inserção nos Anais, como parte integrante do presente discurso, que

procura resgatar e definir, em bases conscientes e construtivas, o muito que foi feito no Encontro de Rio Branco, que reuniu as Assembléias Legislativas da Amazônia, representantes do Congresso Nacional e Ministros de Estado.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

CARTA DA INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA

I Encontro das Assembléias Legislativas da Região Amazônica

A busca de soluções amazônicas para os problemas enfrentados pela região faz emergir, a cada passo, uma geração de cidadãos ansiosos pela igualdade de tratamento na mesa da cidadania brasileira.

Com essa motivação, parlamentares estaduais, federais, senadores, ministros, governadores de estado, e demais autoridades, além do Embaixador do Peru no Brasil, reuniram-se em Rio Branco-Acre nos dias 31-8 a 1-9-95, para o I Encontro das Assembléias Legislativas da Região Amazônica. O evento fez ecoar a voz insatisfeita dos amazônidas pelo tratamento discriminatório com relação a investimentos na região, promovido pelo Governo Federal ao longo da história regional.

Na oportunidade, parlamentares dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, bem como o Embaixador do Peru no Brasil, foram unânimes em defender a saída do Brasil para os portos do Pacífico, através do Acre, como a saída mais brasileira de todas, que permitirá a ligação do Brasil a si mesmo, além de ser a que mais atenção tem recebido por parte do Governo Peruano. A mesma posição foi defendida pelo Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e pelo Ministro dos Transportes, ressaltando que tal alternativa é a mais importante do ponto de vista econômico e geopolítico, constando inclusive do plano de Governo Fernando Henrique Cardoso.

Reafirmando o compromisso com os cidadãos da região, os parlamentares amazônicos defendem a viabilização de um modelo de desenvolvimento, não predatório, participativo e que consiga atender às demandas regionais por melhores níveis de vida. Exigem soluções de curto, médio e longo prazos para o grave problema da oferta de energia na região, superando um importante fator de limitação do processo de crescimento econômico, através do planejamento e implementação de alternativas energéticas que respeitem as especificações regionais e atendam às demandas do Plano de Desenvolvimento Regional.

Estabeleceram como prioridades regionais:

- a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico, e com base neste, a elaboração e implementação do ordenamento territorial dos Estados da região;

- a demarcação e implantação das Reservas Indígenas, Extrativistas e demais áreas protegidas, ao tempo em que se promovia a revisão dos casos necessários;

- o estabelecimento e implantação de uma política agrícola que favoreça a produção de alimentos, com o uso de técnicas modernas apropriadas à região, provocando o abandono de técnicas ultrapassadas que têm nas queimadas, o principal exemplo;

- a implementação da reforma agrária;

- o estabelecimento e implantação de uma política de desenvolvimento industrial que permita a industrialização de matérias-primas regionais na própria Amazônia;

– A renegociação do pagamento da dívida externa dos Estados amazônicos, reduzindo o comprometimento da receita dos atuais 11% para 7%, sendo a diferença destinada ao financiamento do Plano de Desenvolvimento Regional;

– a realização da reforma mineral, com a mudança da legislação vigente, possibilitando que os pequenos e médios mineradores tenham acesso aos títulos minerários;

Os participantes do 1º Encontro das Assembleias Legislativas da Região Amazônica foram unânimes em reconhecer a necessidade da união entre os segmentos sociais interessados na construção regional. Assim, defendem a imediata instalação do Fórum Amazônico, instância política que reunirá os Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores da região para, em conjunto com a sociedade, debater os temas de interesse regional e viabilizar junto ao Governo Federal a resolução dos problemas levantados.

Ratificam a importância de eventos dessa natureza, ao tempo em que propõem a realização do II Encontro das Assembleias Legislativas da Região Amazônica, e aceitam o desafio de debater um Projeto Regional de Desenvolvimento demonstrando que o papel do Poder Legislativo moderno transcende à formulação de Leis, podendo ser o agente impulsionador da vontade e soberania amazônicas.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Os Srs. Senadores Pedro Simon, Flaviano Melo, Edison Lobão e Guilherme Palmeira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a imprensa internacional deu destaque, nos últimos dias, a uma notícia que deve induzir à reflexão os formuladores de políticas públicas no Brasil: o país possui indicadores que o colocam na base do pedestal das desigualdades de distribuição de renda do planeta. Traduzindo: é aqui onde a diferença entre ricos e pobres é maior. Perdemos com muitos corpos (ou estômagos) de desvantagem para Botswana, o último colocado na última pesquisa.

O brasileiro já se acostumou a associar as informações sobre desequilíbrios regionais de renda às mazelas do Nordeste e sobre desequilíbrios pessoais aos milhões de favelados, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a fome, a miséria, a prostituição e o crime são a marca registrada de um país que, ao longo dos anos, excluiu parte significativa de sua população dos ganhos do desenvolvimento.

São poucos os analistas que procuram entender que a realidade nordestina (ou do Jequitinhonha ou do Vale do Ribeira) é uma das faces de uma mesma moeda que inclui os favelados cariocas, paulistas ou outros tantos que se aglomeram nas periferias de nossas cidades. São todos Severinos que, em linguagem típica da estatística, reforçam os desvios e descaracterizam as médias. É tamanha a distância entre ricos e pobres que os valores médios, servem, apenas, para ilustrar exercícios de ficção.

Mas, as médias brasileiras não escamoteiam apenas o agreste e a favela. Outras regiões e outras populações têm engrossado as fileiras deste país rico, de pobres. Por outro lado, tantos e tão generosos são os nossos recursos naturais que os esforços exigidos para transformar essa realidade são ínfimos se comparados com as respostas que podem resultar de decisões políticas acertadas.

O país precisa, urgentemente, de priorizar ações que maximizem a geração de empregos. E, contraditoriamente, novos bol-

sões de pobreza têm surgido pelo declínio de atividades intensivas de mão de obra.

É bem verdade que o Rio Grande do Sul nunca foi referência quando se trata de desequilíbrios regionais e pessoais de renda. Mas o Estado não foge à regra do surgimento de novas áreas deprimidas pelo desemprego. Estive, por exemplo, há poucos dias na região de Pelotas, parte sul do Estado, área tradicional de produção de frutas e conhecida pela sua indústria conserveira que sempre se notabilizou pela geração de empregos. Para se ter uma idéia da importância desta atividade, segundo dados fornecidos pelo Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas, um em cada 31 habitantes da região estavam, há pouco tempo, empregados na indústria de alimentos. Isso significava a mais alta proporção de empregos por agroindústria, no Rio Grande do Sul.

Mas, as informações mais recentes são pouco alentadoras. Alguns dados são auto-explicativos: das 40 fábricas existentes em 1980 restaram 18. Com isso, o número de empregados safristas e efetivos de 21.300 para 3.800, no mesmo período. Se somadas as latas de pêssego, aspargo e morango produzidas há 15 anos, chegava-se aos 56 milhões, reduzidas para, apenas, um terço no último ano.

Como atividade integrada, a menor produção da indústria conserveira da microrregião de Pelotas foi acompanhada por uma diminuição drástica do número de produtores rurais. Dos 12.000 existentes em 1980 restam pouco mais de 3.000. Isso significa que apenas um em cada quatro produtores permaneceu em uma atividade que significa cultura em duplo sentido: cultivo e cultural. Todos sabem que é falsa a mobilidade do produtor e do trabalhador na mudança de atividade produtiva. A longa experiência adquirida durante anos de trabalho no campo e herdada de pai para filho de nada vale nos andaimes da construção civil. Menos comida no campo, maior oferta de mão-de-obra, menores salários a girar a roleta da pobreza.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, se os números negativos do diagnóstico são preocupantes, as ações necessárias para reverter a tendência recessiva da Região Sul do Rio Grande não exigem maiores esforços.

Em primeiro lugar, na indústria conserveira o País exporta impostos e importa subsídios. Não é à toa que, nos últimos três anos, decuplicamos nossa importação de pêssegos da Grécia. Enquanto aqui a incidência de impostos na cadeia produtiva chega a 42,8%, lá e em outros países a exportação é incentivada, as práticas de *dumping*, não são fatos raros e outros artificialismos são praticados para garrotear produtos como os do Rio Grande do Sul. Basta, no caso, o Brasil colocar em prática os instrumentos legais de que dispõe.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao avaliar os resultados esperados com o incremento da produção da microrregião de Pelotas irá, com certeza, adotar medidas fiscais ao seu alcance, a exemplo do que já ocorre em outros Estados brasileiros. É preciso considerar que se trata de atividades que se utilizam de matéria prima perecível e cujo ciclo de produção se concentra em, apenas, dois meses do ano. Isto significa a necessidade de estocagem durante os restantes dez meses. Como se sabe que nem atacadas nem supermercadistas estão dispostos a manter estoques, a atividade fica a cargo dos próprios produtores.

Os recursos financeiros necessários são relativamente pequenos se considerado o retorno previsto. Além disto, os agricultores e os produtores de conserva não pleiteiam qualquer importância a fundo perdido. O que se espera é a abertura de créditos es-

peciais, com encargos financeiros compatíveis com a atividade e com o tamanho dos produtores.

Atendido o pleito, é promessa dos produtores da microrregião de Pelotas a retomada do desenvolvimento com o conseqüente retorno às atividades rurais e agroindustriais de 20.000 trabalhadores nos próximos 5 anos.

São estas as considerações sobre uma região que não possui qualquer característica que possa identificá-la como vazio econômico. A noção de espaço perde, portanto, a sua importância física, mas cresce, sobremaneira, a sua dimensão política. A população da microrregião da Pelotas, é também, conserveira de seu potencial de trabalho e de luta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nos últimos dias 31 de agosto e 1º de setembro, participei, juntamente com o Senador Nabor Júnior, como representantes desta Casa, do I Encontro das Assembléias Legislativas da Amazônia, realizado em Rio Branco, no Acre.

O encontro reuniu os Ministros dos Transportes, Odacir Klein, e da Agricultura, Andrade Vieira, governadores, parlamentares e outras autoridades regionais, além do Embaixador do Peru, Alejandro Gordillo, e teve por objetivo a busca de soluções para a região, discutindo desde questões ambientais e indígenas à problemática energética e, principalmente, a ligação do Brasil com o Pacífico, através do Acre e via Peru.

Costumo dizer que só quem vive na Amazônia sabe o quanto é difícil sobreviver nela. Assim, toda e qualquer ação a ela destinada, somente alcançará com sucesso os seus objetivos se baseada na realidade local e na vontade dos seus habitantes, que anseiam por dizerem o que querem e precisam para a região.

E no momento em que representantes da Amazônia se reúnem para discutir entre si e com autoridades federais alternativas para a região, renascem as nossas esperanças de ver alcançado o nosso objetivo principal, que é o desenvolvimento regional, combinado à preservação do meio ambiente com o bem-estar da população.

Só este aspecto resume a grande importância do encontro, que resultou na Carta de Integração da Amazônia, entregue pelos presidentes das Assembléias Legislativas da Amazônia ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Carta faz referência à discriminação com que a região vem sendo tratada ao longo de sua história pelo Governo Federal: defende a viabilização de um modelo de desenvolvimento não predatório e participativo que promova melhores níveis de vida: exige solução para o problema energético local e estabeleça as seguintes prioridades regionais:

- a conclusão do zoneamento ecológico-econômico e, com base neste, a elaboração e implementação do ordenamento territorial dos Estados da região;

- a demarcação e implantação das Reservas Indígenas, Extrativistas e demais áreas protegidas, além da revisão dos casos necessários;

- o estabelecimento e implementação de uma política agrícola que favoreça a produção de alimentos, com o uso de técnicas modernas e apropriadas para a região, provocando o abandono de técnicas ultrapassadas e que têm nas queimadas o principal exemplo;

- a implementação da reforma agrária;

- o estabelecimento e implantação de uma política de desenvolvimento industrial que permita a industrialização de matérias primas regionais na Amazônia;

- a renegociação do pagamento da dívida externa dos Estados Amazônicos, reduzindo o comprometimento da receita dos atuais 11% para 7%, sendo a diferença destinada ao financiamento do Plano de Desenvolvimento Regional;

- a realização da reforma mineral, com a mudança na legislação vigente, possibilitando que os pequenos e médios mineradores tenham acesso aos títulos minerários.

O documento defende também a instalação imediata do "Forum amazônico, reunindo novamente representantes da região para, em conjunto com a sociedade, discutir os temas de interesse regional e viabilizar as soluções junto ao Governo Federal, além da realização de novo encontro desta natureza visando o debate de um projeto de desenvolvimento regional, em data e local a serem definidos.

A "Carta da Integração Amazônica" trata ainda sobre a saída do Brasil para o Pacífico através do Acre e Via Peru, definida como a "mais brasileira de todas", por permitir a ligação do Brasil a si mesmo, e ser a que mais atenção tem recebido por parte do Governo peruano, contando ainda com a defesa dos Ministros dos Transportes, Odacir Klein, e da Agricultura, Andrade Vieira, que afirmam ser esta rodovia a mais importante do ponto de vista econômico e geopolítico, constando inclusive no plano de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

São assuntos importantes e que, espero, sejam urgente e definitivamente concretizados, uma vez que a grande maioria dos temas abordados há muito vem sendo debatidos sem que soluções definitivas sejam viabilizadas.

Eu mesmo, quando assumi o Governo do Acre, em 1987, já defendia, por exemplo, a utilização sustentada dos nossos recursos naturais. Por entender que desta forma conseguiríamos o desenvolvimento regional sem causar prejuízos ambientais. E por perceber que a consciência ambientalista que se consolidava no Primeiro Mundo fatalmente logo chegaria ao Brasil, e nós precisávamos estar preparados.

Comecei, então, a preparar essa nova ótica a respeito da região. Abri os debates a respeito do assunto envolvendo organismos ambientais locais, nacionais e internacionais, criei e fortaleci órgãos ambientais e de pesquisa e iniciei uma série de atividades como o zoneamento econômico-ecológico regional e a um esforço sério de pesquisas para definir um modelo de utilização racional da floresta e a promoção do desenvolvimento sustentado da região.

Hoje, porém, projetos neste sentido estão parados. E, passados quase 10 anos, nada existe de concreto, para a efetiva promoção do desenvolvimento sustentado da Amazônia. E enquanto os debates se sucedem, a ocupação desordenada, os desmatamentos e as queimadas avançam.

A cortina de fumaça que existe atualmente em boa parte dos Estados amazônicos, que tanto prejudica os habitantes locais, gerando mal-estar, doenças respiratórias e dificultando até os vôos de aeronaves para a região, exemplificam bem a situação.

Em meio a esse quadro, temos uma população carente de obras de infra-estrutura, principalmente de rodovias sem as quais todo e qualquer projeto de desenvolvimento da região está inviabilizado.

No Acre, por exemplo, os Municípios, em sua maioria, permanecem isolados porque as BRs-364 e 317 - as únicas rodovias federais existentes no Estado e que interligam todos os Municípios - não têm o seu asfaltamento concluído.

E as informações a este respeito não são boas. Segundo o Ministro dos Transportes, Odacir Klein, este ano o Acre receberá

para manutenção e pavimentação das suas estradas, apenas 4 milhões de reais, uma quantia irrisória. Além disso, segundo disse, em 1996 o Ministério dos Transportes só disporá de 13 milhões de reais para atender todas as estradas do País.

A própria saída para o Pacífico (que se constitui na BR-317), pela qual há muito venho lutando, chegando a fazer seu estudo de viabilidade econômica e impacto ambiental durante o meu governo, não tem nada de concreto para a sua viabilização.

Muito já se disse sobre a viabilidade e importância. Em resumo, encurta em média 4 mil milhas as distâncias que os produtos brasileiros percorrem para alcançar os mercados da Orla do Pacífico, com expressiva redução de custos e aumento de seu poder de competitividade, além da expansão comercial para o próprio mercado andino, tendo apenas o Peru um mercado com 22 milhões de habitantes.

É uma estrada que já existe no Brasil e no Peru, países que já assinaram inclusive, acordo visando a concretização da obra mas, na sua maior parte, continua dependendo da vontade política do governo brasileiro.

Mesmo constando do plano do Governo Federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não define a rota. Alega não dispor do estudo da sua viabilidade econômica. Pode usar como base o que já realizei. Ou fazer outro. Vai tirar a dúvida que nós, defensores da estrada, não temos. E, se realmente quiser fazer essa nova rota, retomará as negociações neste sentido com o Peru e, na falta de recursos internos, buscará financiamentos externos.

Existem alegações de que os países integrantes do Grupo dos 7, jamais avaliará financiamentos de seus organismos de desenvolvimento para esta rodovia, porque está em jogo o cobiçado mercado asiático e, a eles, não interessa tornar os produtos brasileiros competitivos naquela região.

Concordo plenamente. Até porque sou testemunha deste tipo de pressão por parte dos Estados Unidos contra a mesma estrada. Todavia, existe solução. E está no próprio mercado asiático, a quem realmente interessa produtos mais baratos, tendo em vista que abriga 62% da população da terra e tem fome de grãos.

Segundo o próprio Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, entidades financeiras japonesas, como o fundo de Cooperação Econômica (DECF) estão abertas à concessão de novos empréstimos ao Brasil.

É uma instituição financeira que já demonstrou interesse em financiar a obra na época em que eu governava o Acre e estive no Japão em busca de financiamentos para a estrada. As negociações só não foram concretizadas por pressão dos Estados Unidos - a quem a rodovia não interessa porque teme a concreta queda nas suas exportações, especialmente de grãos, que fatalmente ocorrerá com a saída brasileira para o Pacífico.

Naquela época os Estados Unidos usou com estratégia o discurso ecológico.

Hoje, porém, já existe no Brasil maior esclarecimento a este respeito. Cabe ao Brasil, provar consciência e competência para conseguir o financiamento.

A nós, da Amazônia, cabe entender que o debate internacional que se estabeleceu a tudo o que diz respeito da Amazônia, a parte, o fato de serem marcados por boas intenções, não raro se expressam através de falsos argumentos e também se refletem num conflito de desejos: de um lado o que o mundo desenvolvido quer para a região. De outro, a maneira como nós amazônidas, projetamos para o nosso futuro e não podemos jamais abrir mão do direito inquestionável de indicar o caminho que desejamos trilhar.

Louvo, portanto, a iniciativa da Assembléia Legislativa do Acre e a participação dos representantes das demais Assembléias Legislativas da região, autoridades e demais convidados que reunidos no Acre, deram demonstração inequívoca da vontade de viabilizar alternativas para o correto desenvolvimento econômico, cultural e social da Amazônia, partindo da realidade e da vontade do seu povo.

Muito obrigado!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, apresentei em 1989 Projeto de Lei que ganhou o número 155 no Senado Federal dispendo sobre a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. O assunto não é novo, é tema de discussão que atravessa décadas. O preceito constitucional que concede aos trabalhadores participação nos resultados financeiros das empresas existe há quarenta e nove anos. Já constava do texto da Constituição de 1946. A participação dos trabalhadores na gestão das empresas é norma constitucional desde a Constituição de 1967.

Nenhum dos dois preceitos teve aplicação prática por falta de regulamentação. Houve mais de setenta projetos desde 1946, mas eles não prosperaram por inviabilidades diversas. A maioria deles estabelecia fórmulas rígidas de participação, que não se enquadravam na maneira de trabalhar e na organização das empresas. Outros projetos foram inspirados na idéia de suplementação salarial aos empregados, onerosa para as empresas tanto de maneira direta, quanto no reflexo que provocariam nos encargos sociais e tributários.

A idéia da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas ainda não foi bem assimilada no Brasil. Os empregadores, na sua maioria, olham com desconfiança esse instituto. Os representantes dos trabalhadores temem que a adoção de mecanismos de participação nos lucros funcione como um anestésico na luta por maiores direitos. Nos países capitalistas mais avançados, a participação tende a ser entendida como a forma de atribuir ao trabalho a sua parte no resultado da atividade criadora de riquezas, ao lado do capital.

Estamos, então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, praticamente na estaca zero em matéria de participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Diante dessa realidade, apresentei, em 1989, o Projeto de Lei que regulamenta a matéria, mas deixa às partes interessadas - empregadores e empregados - espaço para negociar a forma de participação. No entanto, o Projeto de Lei obriga a que todo empregador cumpra o preceito de dar participação aos trabalhadores.

A liberdade se refere ao quantum e ao modus da participação, que deverão ser negociados para atender aos diferentes interesses em jogo e das peculiaridades das diversas atividades econômicas. O Projeto assegura os meios de informação, capazes de sustentar a fiscalização dos empregados e também garante a flexibilidade dos acordos no tempo, por intermédio das revisões admitidas mesmo dentro do período de vigência. Esse Projeto de Lei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentei na Sala de Sessões do Senado Federal no dia dezoito de junho de 1989.

Desde aquele dia até hoje, o Projeto de Lei foi examinado por diversas comissões no Senado Federal. Teve o apoio explícito dos Senadores Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel. Na ocasião, o Projeto, já em forma de substitutivo, foi analisado, votado e aprovado por unanimidade no plenário do Senado Federal em catorze de dezembro de 1989. Em seguida foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ele está tramitando por diversas Comissões desde 1990. Em

trinta de novembro de 1994 foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, com parecer do Relator, Deputado Manoel Castro.

O relator, Deputado Manoel Castro, lembra, no início de sua peça, que "a proposição principal teve origem no Projeto de Lei 155/89 do Senado Federal, traduzindo as iniciativas dos ilustres Senadores Marco Maciel, Edison Lobão e Fernando Henrique Cardoso". Foram apensadas ao Projeto mais de quarenta proposições sobre a mesma matéria, o que revela o interesse que o assunto desperta no Congresso Nacional. O Projeto foi apreciado em diversas Comissões Permanentes e recebeu substitutivos na Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CEIC), na Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

O Substituto da Comissão de Finanças e Tributação, de autoria do Deputado Manoel Castro, inspirou-se nas idéias básicas do nobre Deputado Carlos Alberto Campista, traduzidas no texto da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, segundo as quais a interferência do Poder Público na regulamentação da distribuição de lucros das empresas deveria ser mínima. O Relator acolheu duas emendas, as de número quatro e sete. A Comissão de Finanças, em trinta de novembro de 1994, decidiu por unanimidade recomendar a adequação financeira e orçamentária das Emendas oferecidas em Plenário e, no mérito, pronunciou-se pela aprovação das Emendas números quatro e sete e pela rejeição das demais.

O minucioso trabalho realizado pelos Srs. Deputados resultou no aperfeiçoamento do Projeto de Lei 4.580, de 1990. O substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados foi resultado, como informa o Deputado Manoel Castro, de estudos, avaliações, debates e até seminários. Tudo foi discutido. Chegou-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a um ponto que reúne o consenso no Congresso. O Projeto teve sua origem no Senado, com o patrocínio de Senadores ilustres, como os atuais Presidente e Vice-Presidente da República e a minha modesta participação.

Nos últimos quatro anos freqüentou as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Lá foi analisado, discutido, objeto de polêmicas e, finalmente, emergiu do debate um substitutivo que reúne o que há de melhor na Casa. A atividade parlamentar exige esse nível de discussão sobre idéias e projetos. A questão da participação dos empregados nos lucros das empresas, como disse no início desse pronunciamento, figura nos textos constitucionais desde 1946. Jamais foi aplicado porque não houve regulamentação.

Nós já possuímos, agora, no Congresso Nacional, um projeto que tramitou nas duas Casas. Foi discutido, avaliado, analisado, votado em diversas Comissões e Plenários. É chegado o momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de aprová-lo em caráter definitivo. O assunto é por demais importante para ser adiado mais uma vez. Vamos ter que enfrentar a questão. O empresário brasileiro quer entrar no Primeiro Mundo. Precisa fazê-lo, também, pela porta de suas relações trabalhistas.

Quero fazer um apelo aos eminentes Líderes nas duas Casas para que apressem a tramitação do Projeto de Lei 4.580, de 1990, que "dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, define sua participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho, para os efeitos do parágrafo quarto, do artigo 218 da Constituição e dá outras providências".

É necessário e urgente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apressar a tramitação desse importante Projeto de Lei. É fundamental aprová-lo no menor prazo possível e encaminhá-lo à sanção do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, que, como foi

lembrado aqui, é um dos pais da idéia e um de seus principais incentivadores.

Muito obrigado!

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL) - Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, há um ano o pequeno município de Teotônio Vilela, no interior do Estado de Alagoas, foi alvo de atenções no Brasil e no exterior: Dolorosamente, o município ganhou as manchetes dos jornais e as chamadas da mídia eletrônica, para opróbrio das autoridades, da classe política e da população alagoana, em razão dos elevados índices de mortalidade infantil ali registrados.

Um quadro devastador de doenças acometeu a população de Teotônio Vilela, matando impiedosamente adultos e crianças, estas últimas em maior proporção. Como é do conhecimento geral, Sr. Presidente, a causa de tamanha mortandade não foi o surgimento de algum potente vírus ou de alguma nova doença, dessas que costumam desafiar os conhecimentos médicos do seu tempo. Foi, vergonhosamente, a absoluta ausência das mínimas condições de saneamento, o que resultou na contaminação das águas potáveis.

O triste episódio provocou imediata mobilização do Governo Federal, que mandou distribuir setenta e duas toneladas de alimentos à população do município flagelado, e despertou o interesse do Unicef.

A carência de dados estatísticos confiáveis no Brasil é fato conhecido. No entanto, levantamentos da Secretaria Municipal de Saúde, ainda que possam ser incompletos, são suficientes para ensejar perplexidade e revolta, espelhando a deterioração das condições sanitárias: ao longo do ano de 1993 morreram em Teotônio Vilela 116 das 822 crianças de até um ano de idade, número já estarrecedor e inaceitável mesmo para padrões de países do Terceiro Mundo. No ano passado, apenas no primeiro semestre, registraram-se 142 óbitos para 392 nascimentos.

Esses números, Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, tristemente eloquentes, dispensariam quaisquer comentários. No entanto, o episódio de Teotônio Vilela torna-se mais trágico quando se sabe que não configura uma exceção, mas um detalhe do grotesco quadro predominante no Brasil, e especialmente na Região Nordeste, no tocante à questão sanitária.

Em termos de esgotamento sanitário especificamente, o Brasil estancou no tempo. Aliás, talvez seja mais correto dizer que o Brasil regrediu no tempo, em face dos acanhados recursos aplicados no setor, que vêm decaindo a cada ano, e em face, também, do surgimento, da incidência ou do recrudescimento de numerosas doenças de veiculação hídrica, como diarreias, cólera, esquistossomose, verminoses, hepatite e dengue, entre outras. Não se poderia mesmo esperar situação diversa, quando se apura que somente 27,64 por cento da população brasileira urbana são atendidos pelo sistema de esgotamento sanitário.

Se esses dados da situação brasileira são vexatórios, os que se referem ao Nordeste são escandalosos. Apenas 76 localidades urbanas da região - 70 sedes de municípios e seis distritos - são servidos por esgotamento sanitário. As perspectivas também são mais do que preocupantes: em 1992 havia apenas 59 projetos de esgotamento sanitário, conforme o Catálogo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, em contraposição a 1478 municípios desprovidos desse sistema. Em todo o País, apenas 240 municipalidades, eram servidas por redes de esgoto, de acordo com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES, que estimava em 10 bilhões de litros o volume de esgoto despejado diariamente nos cursos d'água. Além disso, dos 23 milhões de metros cúbicos

de esgoto sanitário produzidos diariamente, apenas 2 milhões são tratados.

Se a situação nordestina é mais grave do que a média nacional, a situação do Estado de Alagoas é ainda pior. Dos 100 municípios alagoanos, apenas um - a Capital, Maceió - dispõe de sistema de esgotamento sanitário, que é bom salientar, beneficia apenas 175 mil dos seus quase 700 mil habitantes.

A precariedade no setor de saneamento, porém, não se resume ao esgotamento sanitário. A ABES denuncia a existência de 30 milhões de brasileiros que não têm água tratada em casa, e dados do IBGE, citados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, indicam que 34 milhões de habitantes das cidades brasileiras não são atendidos por coleta de lixo. Além disso, levantamentos indicam que, das 100 mil toneladas de lixo recolhidas diariamente, 75 por cento são jogadas em depósitos a céu aberto. A coleta seletiva e a reciclagem do lixo doméstico somente agora começam a sensibilizar as comunidades e a merecer a atenção, isolada, de algumas autoridades sanitárias.

O Ministro da Saúde, Adib Jatene, abordando certa ocasião a incidência das chamadas doenças diarreicas, resumiu a questão: "Não se trata de deficiência na área da saúde, mas de saneamento. As doenças e as mortes prosperam onde faltam coleta de lixo, tratamento de água, rede de esgotos, comida e habitação".

Não bastasse o aspecto humanístico da questão, que deve ser o preponderante, é consabido que a prevenção de doenças, além de ser mais eficaz, é muito menos onerosa ao Estado do que o tratamento. A ação preventiva, que começa na promoção das condições de saneamento, não requer tecnologia sofisticada, nem equipamentos caros ou recursos humanos de alta qualificação. O Sistema Único de Saúde depende verbas enormes para tratar de pacientes que poderiam facilmente estar imunes a doenças, se dispusessem de água tratada e de esgotamento sanitário. Basta dizer que 65 por cento das internações hospitalares no Brasil ocorrem em consequência de doenças transmitidas pela água.

O agravamento das condições de saneamento ambiental no Brasil deu-se com a extinção do BNH, em 1986, e, conseqüentemente, do suporte financeiro do Planasa - Plano Nacional de Saneamento, que chegou a abastecer com água tratada a esmagadora maioria das populações brasileiras urbanas. Estima-se que o Brasil necessitaria investir pelo menos três e meio bilhões de dólares anualmente em programas sanitários, mas os gastos globais não chegam a um bilhão de dólares anuais. Investe-se hoje no setor, com as condições de saneamento agravadas e a população ainda mais concentrada nas grandes cidades, metade do que chegou a ser aplicado anualmente na década de setenta.

Além de verbas escassas, o saneamento ambiental carece de uma efetiva política nacional de saúde. As ações no setor desenvolvem-se atualmente sob a gestão da Secretaria de Política Urbana, do Ministério do Planejamento. No início do ano o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vetou integralmente projeto de lei que havia sido aprovado nesta Casa Legislativa, em dezembro do ano passado, de autoria da Deputada Irma Passoni.

O projeto de lei instituiu a Política Nacional de Saneamento e foi vetado sob a alegação de burocratizar e onerar a ação governamental. Alegou ainda, o Chefe do Executivo, que o referido projeto possibilitava indiretamente a transferência de gastos próprios dos Estados e Municípios para a União, além de gerar conflitos de objetivos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Seguridade Social.

Até agora, entretanto, o Governo Federal não apresentou alternativa ao projeto vetado, em que pese a relevância e a urgência

da matéria. A Secretaria de Política Urbana, que desenvolve quatro programas na área de saneamento, admite que o setor ficou desarticulado com a extinção do Planasa. O Ministério da Saúde que também desenvolve ações de Saneamento, infelizmente está limitado a programas dirigidos a regiões mais carentes ou vitimadas por endemias e epidemias.

Ao nosso ver, a atuação governamental na promoção do saneamento ambiental deve ter um comando único, assumido pelo próprio Ministério da Saúde. De qualquer forma, o que não se pode admitir é a manutenção das condições atuais, de uma política desarticulada, sem planejamento, sem conhecimento profundo da realidade epidemiológica e sem a participação das comunidades.

A impressão que se tem, Sr. Presidente, é que o saneamento e a prevenção de doenças ainda não são preocupações prioritárias para nossas autoridades. Enquanto isso, as moléstias continuam matando milhares de brasileiros, como ocorreu em Teotônio Vilela no ano passado, quando 95 por cento dos óbitos de crianças decorreram de doenças causadas por desnutrição e água contaminada. Ao fazer um apelo às autoridades governamentais para que se empenhem na melhoria das condições de saúde, e, portanto, de saneamento ambiental, conclamo também os nobres Colegas a empunharem essa bandeira, para que possamos reverter o quadro sombrio de miséria, doenças e mortes que vêm flagelando enormes contingentes da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h14min.)

**ATA DA 121ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1995**
(Publicada no DCN, Seção II, de 16 de agosto de 1995.)

RÉTIFICAÇÃO

No sumário da ata, na página 13904, 2ª coluna, no item 2.2.10 - Requerimentos

Onde se lê:

- Nº 1.085, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações que menciona.

Leia-se:

- Nº 1.085, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando a convocação do Ministro de Estado da Justiça para prestar as informações que menciona perante o Plenário.

**ATA DA 129ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1995**
(Publicada no DCN, Seção II, de 25 de agosto de 1995.)

RÉTIFICAÇÃO

No sumário da ata, na página 14508, 1ª coluna, no item 1.2.7 - Comunicações da Presidência, referente à aprovação de requerimentos de informação a Ministros de Estado, exclua-se, por inclusão indevida, o Requerimento nº 1.085, de 1995.

Na página 14538, 1ª coluna, na fala da Presidência, referente à aprovação de requerimentos de informação a Ministros de Estado, exclua-se por inclusão indevida, o Requerimento nº 1.085, de 1995.

CONGRESSO NACIONAL

(*) ÉMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1092, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 8.844, DE 20 DE JANEIRO DE 1994".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NUMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001.
DEPUTADO SÉRGIO CARNEIRO	003, 004.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	002, 005.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1093**, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, INCLUSIVE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Reedição da MP nº 1066/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	003 007 009.
Deputado FRANCISCO DORNELLES.....	011.
Deputado KOYU IHA.....	006.
Deputados MARIA LAURA e JOSÉ PIMENTEL	002 005 010.
Deputado PHILEMON RODRIGUES.....	008.
Deputado SÉRGIO CARNEIRO.....	004.
Deputado SÉRGIO MIRANDA.....	001 012.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1094**, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Reedição MP 1.067/95)

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ADYLSON MOTTA	070.
Deputado EDUARDO BARBOSA	080.
Deputado ESTHER GROSSI	056, 068, 084.
Deputado FLÁVIO ARNS	079.
Deputado HERMES PARCIANELLO	044, 049.
Deputado JORGE TADEU MUDALÉN	072, 081.
Deputado JOVINAL LUCAS.	071, 082.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT.	076.
Deputado LUCIANO CASTRO	004, 005, 006, 007, 020, 024, 025, 027, 036, 054, 075.
Deputada MARISA SERRANO	058.
Deputado MIRO TEIXEIRA	057, 065, 069.
Deputado NELSON MARCHEZAN.	015, 022, 032, 033, 034, 043, 052, 053, 062, 066.
Senador ODACIR SOARES	011, 012, 028, 037, 040.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA.	003, 008, 009, 010, 018, 019, 038, 042, 045, 046, 047, 061, 083.
Deputado PAULO LIMA	016, 026, 039, 059.
Deputado PEDRINHO ABRÃO	077.
Deputado RICARDO GOMYDE	002, 013, 014, 021, 023, 029, 030, 031, 041, 050, 051, 063, 064, 067, 074, 078.
Deputado RICARDO IZAR	001, 017, 035, 048.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	055, 060.
Deputado SEVERIANO ALVES	073.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1095, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "EXTINGUE AS VANTAGENS QUE MENCIONA, INSTITUI OS DÉCIMOS INCORPORADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ....	040,049,050,069.
SENADORA EMILIA FERNANDES.....	056.
DEPUTADO EULER RIBEIRO.....	051.
DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES....	002,068.
DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA.....	017,021,027,028.
DEPUTADO IVANDRO CUNHA LIMA.....	062.
SENADOR JONAS PINHEIRO.....	070.
DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT.....	054,059.
DEPUTADO LUCIANO CASTRO.....	011,018,023.
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY.....	052.
DEPUTADO MARCIO R. MOREIRA.....	006,010,013,014,020,024, 025,046,053,061.
DEPUTADA MARIA LAURA.....	005,015,019,026,031,032, 033,034,035,038,041,060, 063,065,066,071,072,073.
DEPUTADO MOISES LIPNIK.....	004,039,064.
DEPUTADO PAULO PAIM.....	001.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES.....	007,008,009,012,016,022, 029,030,036,037,044,074.
DEPUTADO RÉGIS DE OLIVEIRA.....	057,058.
SENADOR ROMERO JUCÁ.....	043,047.
DEPUTADO SÉRGIO CARNEIRO.....	003,042,045,048,055,067.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.096 DE 25 DE AGOSTO DE 1995 QUE "ORGANIZA E DISCIPLINA OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA	004, 005, 006, 007, 008, 010, 011, 017, 018, 019, 020, 023, 024, 025, 026.
Deputado MIGUEL ROSSETO	001, 002, 003, 009, 012, 014, 021, 022, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033.
Deputado PEDRINHO ABRÃO	015, 016.
Senador PEDRO SIMON	034.
Deputado RUBEM MEDINA	013.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1097, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NUMEROS
DEPUTADOS ALBERTO GOLDMAN e ALBERTO SILVA	028.
SENADOR COUTINHO JORGE	027
DEPUTADO FERNANDO LOPES	002, 004, 005, 006, 007, 009, 012, 013, 014, 016, 017, 025, 026, 049.
SENADOR JOSÉ ALVES DO N.	042.
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA	041.
DEPUTADO KOYU IHA	008, 010, 015, 032, 033, 034.
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA	024.
DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE	023.
DEPUTADO NELSON MARCHEZAN	022.
DEPUTADO NEDSON MICHELETI	035, 036, 037, 038.
DEPUTADO PAULO BERNARDO	003, 011, 020, 021, 029, 030, 031, 043, 044, 045, 046.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	047, 048.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	001, 018, 019, 039, 040, 050, 051.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1098**, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ATIVO DOS PODERES DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Reedição da MP nº 1071/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 002.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1099**, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE CRÉDITO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Reedição MP 1.072/95)

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado CARLOS CARDINAL . . .	001, 003.
Deputado EUJÁCIO SIMÕES	002.
Deputado FIRMO DE CASTRO . . .	006, 007.
Deputado JOSÉ FRITSCH.	004, 005.
Deputado SÉRGIO MIRANDA. . . .	008.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1100, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "REDUZ A ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA OS PRODUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ALOYSIO N. FERREIRA.....	001,002.
DEPUTADO AUGUSTO NARDES.....	008..
DEPUTADO GOROLANO SALLES.....	007.
DEPUTADO CUNHA LIMA.....	015.
DEPUTADO FIRMO DE CASTRO.....	033.
DEPUTADO JAIR SIQUEIRA.....	003,028.
DEPUTADO JOSÉ DE ABREU.....	016.
DEPUTADO JOSÉ S. DE VASCONCELLOS.....	021.
DEPUTADO JULIO REDECKER.....	012,013,014,020,025.
DEPUTADO MENDONÇA FILHO.....	004,006,032.
DEPUTADO NEY LOPES.....	009,010,019,022,023,024, 026,027.
DEPUTADO PAULO BERNARDO.....	017,029,030,031.
DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN.....	018,035.
DEPUTADO PAULO CORDEIRO.....	034.
DEPUTADO PAULO GOUVÊA.....	005,011.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.101 DE 25 DE AGOSTO DE 1995 QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA RESSARCIMENTO DO VALOR DO PIS/PASEP E COFINS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado FIRMO DE CASTRO	015.
Deputado FRANCISCO DORNELLES	001, 004, 007, 009, 010, 013.
Deputado JOSÉ JORGE	006.
Deputado LUIS ROBERTO PONTE	017, 018, 019.
Deputado PAULO BERNARDO	002, 005.
Deputado PAULO GOUVÊA	008.
Deputad PAULO RITZEL	014.
Deputado PEDRINHO ABRÃO	003.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	016.
Senador WALDECK ORNELAS	011, 012.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1102, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS DEVIDA PELAS PESSOAS JURÍDICAS A QUE SE REFERE O § 1º DO ART. 22 DA L.EI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES	001, 003, 006.
DEPUTADO LUIZ ROBERTO PONTE	008.
DEPUTADO MANOEL CASTRO	002, 004, 005, 007,

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1103**, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A NOTA DO TESOURO NACIONAL - NTN E SUA UTILIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS ALIENADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, CONSOLIDANDO AS NORMAS SOBRE A MATÉRIA CONSTANTES DA LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991, E ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 8.249/91." (Reedição da MP nº 1076/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado MIRO TEIXEIRA.....	001 004 006.
Deputado NEDSON MICHELETI.....	007.
Deputado NELSON TRAD.....	002.
Deputado PAES LANDIM.....	003.
Deputado SÉRGIO MIRANDA.....	005 008.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1104**, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Reedição MP 1.077/95)

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado AIRTON DIPP	006.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	039.
Deputado FERNANDO FERRO . . .	016, 018, 019, 043, 048.
Deputado FRANCISCO DORNELLES	030, 060.
Deputado JAIR MENEGUELLI. . . .	004, 009, 010, 021, 022, 025, 027, 033, 034, 035, 037, 047, 061, 062.
Deputado JOÃO ALMEIDA	013, 036, 040, 052.
Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA .	056.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT. . .	005, 014, 058, 059.
Deputado LIMA NETTO.	011, 015.
Deputado NEDSON MICHELETI . .	020, 042.
Deputado PEDRINHO ABRÃO . . .	001, 028, 032, 038, 041, 051.
Deputado PRISCO VIANA	057.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	017, 031, 044, 049.
Deputado KOYU IHA	003, 012, 026, 046, 053.
Deputado WILSON BRAGA	002, 007, 008, 023, 024, 029, 045, 050, 054, 055, 063.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1105, DE 25 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO - TJLP SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE E DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE E DA AMAZÔNIA E DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ANDRE PUCCINELLI.....	001,
DEPUTADO ANIVALDO VALE.....	020,021,034,039,046,
SENADOR BENI VERAS.....	012,022,038,
SENADOR FERNANDO BEZERRA.....	051,
DEPUTADO FIRMO DE CASTRO.....	004,015,018,023,036,041, 044,047,
DEPUTADO JOÃO RIBEIRO.....	045,
SENADOR JONAS PINHEIRO.....	005,019,
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA.....	009,029,
SENADOR MAURO MIRANDA.....	010,011,013,016,024,030, 037,040,042,050,
DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO.....	006,007,008,
DEPUTADO PAULO BERNARDO.....	003,026,035,
DEPUTADO PINHEIRO LANDIM.....	053,054,055,056,057,
DEPUTADO ROBERTO PESSOA.....	014,017,025,027,031,058, 059,
DEPUTADA SANDRA STARLING.....	033,
DEPUTADO SAULO QUEIROZ.....	002,
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA.....	049,
DEPUTADO WALDECK ORNELAS.....	028,
DEPUTADO WELINTON FAGUNDES.....	032,043,048,052,

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*) **EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106 DE 28 DE AGOSTO DE 1995 QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS COMPLEMENTARES AO PLANO REAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado ALBERTO GOLDMAN	084, 144.
Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA	078.
Deputado ANTONIO SÉRGIO CARNEIRO	002, 011, 013, 020, 027, 035, 042, 063, 064, 070, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	030, 045, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 068, 069, 077, 081, 086.
Deputado CARLOS NELSON BUENO	143.
Deputado FRANCISCO DORNELLES	018, 019.
Deputado GILNEY VIANA	014, 130.
Deputado HUGO BIEHL	005.
Deputado JAIR MENEGUELLI	016, 021, 024, 025, 034, 040, 043, 060, 067, 071, 072, 073, 082, 083, 088, 092, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138.
Deputado JOÃO ALMEIDA	007, 008, 022.
Senadora JÚNIA MARISE	039, 046, 128, 079.
Deputado LUIZ MOREIRA	048, 049.
Deputado LUIS ROBERTO PONTE	001, 009, 010, 141, 142.
Deputado PAULO PAIM	003, 004, 006, 012, 015, 023, 031, 032, 033, 036, 041, 047, 053, 065, 066, 076, 080, 087, 089, 090, 091, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127.
Deputado RUBENS COSAC	139.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	017, 026, 028, 029, 037, 038, 044, 050, 051, 052, 061, 062, 074, 075, 085, 093, 140.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1107, DE 30 DE AGOSTO DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 52 DA LEI Nº 8.931, DE 22 DE SETEMBRO DE 1994, QUE DISPÕE SOBRE A AMORTIZAÇÃO, JUROS E OUTROS ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO OU DISSOLUÇÃO DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NUMEROS
DEPUTADO SERGIO MIRANDA	001.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1108**, DE 29 DE AGOSTO DE 1995, QUE "ACRESCE PARÁGRAFO AO ART. 57 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÃO E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Reedição da MP nº 1081/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado FERNANDO DINIZ.....	011 014 017 018.
Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL.....	015.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT.....	016.
Deputado LUIZ ROBERTO PONTE.....	010 012 013 019.
Deputado MAGNO BACELAR	001 002 003.
Deputado PRISCO VIANA.....	004 005 006 007 008 009

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

**(*) Ata da 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 24 de agosto de 1995.**

Às dez horas do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores José Sarney, Presidente; Odacir Soares, 1º Secretário; Renan Calheiros, 2º Secretário; Levy dias, 3º Secretário; Ernandes Amorim, 4º Secretário; e Ney Suassuna, Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Sr. Presidente declara aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Sr. Presidente inicia a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **item 1:** Requerimento nº 1.075, de 1995, de autoria do Senador Gilberto Miranda Batista, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 2:** Requerimento nº 1.078, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 3:** Requerimento nº 1.081, de 1995, de autoria da Senadora Marina Silva, de informação ao Ministro de Estado das Relações Exteriores; **item 4:** Requerimento nº 1.083, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, de informação ao Ministro de Estado da Saúde; **item 5:** Requerimento nº 1.087, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 6:** Requerimento nº 1.095, de 1995, de autoria do Senador Nabor Júnior e outros Senhores Senadores, de informação ao Ministro de Estado dos Transportes; **item 7:** Requerimento nº 1.096, de 1995, de autoria do Senador José Bianco de informação ao Ministro de Estado dos Transportes; **item 8:** Requerimento nº 1.103, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, de informação ao Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; **item 9:** Requerimento nº 1.113, de 1995, de autoria do Senador Jefferson Péres, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 10:** Requerimento nº 1.114, de 1995, de autoria do Senador Jefferson Péres, de informação ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 11:** Requerimento nº 1.120, de 1995, de autoria da Senadora Marina Silva, de informação ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Os Requerimentos lidos foram aprovados e despachados à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências regimentais. **Item 12:** Requerimento nº 1.082, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, de informação ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República. Após discutir a matéria, a Mesa decidiu ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista o disposto no art. 216 do Regimento Interno e nos Atos nºs 14/90 e 22/91,

da Comissão Diretora. **Item 13:** a Mesa, no exercício da competência que lhe confere o § 5º do art. 40 do Regimento Interno, aprovou, sem ônus para o Senado, os Requerimentos nºs 1 a 12/95-M, apresentados nos termos do art. 13 do mesmo Regimento, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, solicitando licença nos períodos a seguir mencionados, de autoria dos Senhores Senadores **José Sarney**, no dia 17 do corrente mês, para proferir palestra na Universidade da Força Aérea Brasileira - UNIFA, na cidade do Rio de Janeiro; **Odacir Soares**, no dia 16 do corrente mês, para acompanhar o Presidente do INCRA em sua viagem ao Município de Corumbiara (RO), na verificação dos incidentes ocorridos entre posseiros e policiais militares, na Fazenda Santa Elina; **Carlos Wilson**, no dia 07 do corrente mês, para acompanhar o Senhor Vice-Presidente da República, em visita oficial ao Estado de Pernambuco, destinada à instalação do escritório de representação do MERCOSUL, na sede da SUDENE; **Beni Veras e Lúcio Alcântara**, no dia 11 de agosto, para viagem ao Estado do Ceará, a convite do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, a fim de participarem do encontro "O Nordeste no contexto político-econômico Nacional"; **Ernandes Amorim** - nos dias 03 e 04 de agosto, **Romeu Tuma** - nos dias 04 e 07 de agosto, **Geraldo Melo** - no dia 15 de agosto, **Gilvan Borges** - nos dias 16, 17 e 18 de agosto e **Lúcio Alcântara** - no dia 17 de agosto, todos a fim de tratar de assuntos políticos em seus Estados de origem; **Benedita da Silva**, no dia 17 de agosto, para participar da reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Guarapari-ES; e **Bernardo Cabral**, no dia 30 de agosto, para comparecer à audiência judicial a realizar-se na 40ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, nos autos do Processo nº 643/95. **Item 14:** Requerimento nº 13/95-M, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, solicitando licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, para se afastar dos trabalhos da Casa, por motivo de saúde, nos dias 16 e 17 de agosto. Aprovado. **Item 15:** Requerimento nº 14/95-M, de autoria da Senadora Emília Fernandes, solicitando licença, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, para se afastar dos trabalhos da Casa, no dia 24 de agosto, a fim de atender compromissos em seu Estado. Aprovado. **Item 16:** Requerimento nº 15/95-M, de autoria do Senador Gilvan Borges, solicitando autorização para, atendendo a convite do Diretor-Executivo do Conselho de Cúpula para a Paz Mundial, representar o Senado na Conferência do Órgão, a realizar-se na cidade de Seul, na Coréia do Sul, entre os dias 22 e 25 do corrente mês. Aprovado, sem ônus para o Senado. **Item 17:** Requerimento nº 16/95-M, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando, nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, licença

para se afastar dos trabalhos da Casa, nos dias 14, 15 e 16 de agosto. **Aprovado. Item 18:** Requerimento nº 17/95-M, do Senador José Alves, solicitando, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para se afastar dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 17 de agosto. **Aprovado. Item 19:** Requerimento nº 18/95-M, de autoria do Senador Artur da Távola, solicitando autorização para, atendendo a convite do Governo do Chile, participar de programa sobre partidos políticos, a realizar-se em Marbela, naquele País. **Aprovado, sem ônus para o Senado. Item 20:** Requerimento nº 19/95-M, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando autorização para, atendendo a convite do SEBRAE e da CVG (Corporacion Venezolana de Guayana), comparecer ao Encontro Empresarial Venezuela-Brasil/Norte, a realizar-se nos dias 24 e 25 de agosto, em Puerto Ordaz, na Venezuela. **Aprovado, sem ônus para o Senado. Item 21:** Requerimento nº 20/95-M, de autoria do Senador Fernando Bezerra, solicitando autorização para integrar comitiva da CNI/SENAI, em visita oficial ao Canadá, visando a Cooperação com aquele País na área de tecnologia ambiental na indústria brasileira, a realizar-se no período de 1º a 9 de setembro. **Aprovado, sem ônus para o Senado. Item 22:** a Mesa recebeu comunicações de ausência do País, apresentadas nos termos do art. 39, alínea "a", do Regimento Interno, de autoria dos Senhores Senadores **Vilson Kelinübing**, no período de 14 a 18 de junho; **Gilberto Miranda Batista**, no período de 30 de junho a 1º de julho; **Onofre Quinan**, no período de 23 de julho a 03 de agosto; **José Alves**, no período de 15 a 17 de agosto; **Artur da Távola**, no período de 24 a 28 de agosto; **Gilvan Borges**, no período de 20 a 28 de agosto; **Romero Jucá**, nos dias 24 e 25 de agosto; **Sérgio Machado**, **Beni Veras**, **Lulz Alberto de Oliveira** e **Valmir Campelo**, no período de 25 a 28 de agosto, para breve viagem à Argentina; **Fernando Bezerra**, no período de 31 de agosto a 09 de setembro. Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e dez minutos declara encerrada a reunião, ao tempo em que determina que eu, (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala de Reuniões, em 24 de agosto de 1995.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

(*) Republicada por haver saído com incorreção no DCN, Seção II, de 1º-09-95.

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA,

Criada Através do Requerimento Nº 06, de 1995-cn, de Autoria da Senadora Marluce Pinto, Destinada A "reavaliar O Projeto Calha Norte, Visando Seu Revigoramento no Sentido da Integração da População Setentrional Brasileira Aos Níveis de Desenvolvimento das Demais Regiões; Propor Novas Diretrizes Ao Projeto Que Definam Uma Política De Ocupação Racional da Região Amazônica, Bem Como Vistoriar E Apresentar Sugestões Sobre As Demarcações das Áreas Indígenas Localizadas no Norte do País"

Ata da 1ª reunião Realizada em 23/05/95

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e cinco, às dezessete horas e quarenta minutos, na sala 03 da ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores João França, Jefferson Peres, Marluce Pinto, José Bianco, Edison Lobão e Marina Silva e os Senhores Deputados Francisco Diógenes, Antônio Feijão, Salomão Cruz, Giovanni Queiroz, Jair Bolsonaro, Marinha Raupp, Elton Ronhelt, Elcione Barbalho, Paulo Rocha e Vic Pires Franco, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 06, de 1995-CN, de autoria da Senadora Marluce Pinto. De acordo com o preceito regimental, assume a presidência, eventualmente, o Senhor Senador João França, que declara abertos os trabalhos. Em seguida esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, a Presidência convida os Senhores Deputados Elton Ronhelt e Jair Bolsonaro para funcionarem como escrutinadores. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Vic Pires Franco, com 14 votos; para Vice-Presidente Deputado Antônio Feijão, com 08 votos, foram votados ainda, para Presidente o Deputado Paulo Rocha, com 01 voto, para Vice-Presidente, Senador João França, com 06 votos e a Senadora Marina Silva com 01 voto, sendo que houve um voto em branco, tanto para Presidente como para Vice. Assumindo a presidência, já na qualidade de efetivo, o Senhor Deputado Vic Pires Franco, agradece a honra com que foi distinguido tanto ele como o Deputado Antônio Feijão e designa a Senadora Marluce Pinto para ser a Relatora da matéria, convidando-a para tomar assento à mesa, como também o Vice-Presidente, Antônio Feijão. O Senhor Presidente franqueou a palavra à Senadora Marluce Pinto que passou a explanar sobre o Projeto Calha Norte, vez que, anteriormente, fez parte da antiga Comissão, bem como é conhecedora da região e tinha várias informações a respeito do assunto, que foram passadas aos demais parlamentares. A seguir usaram da palavra os Deputados Giovanni Queiroz, Elton Ronhelt, Marinha Raupp, Jair Bolsonaro e Elcione Barbalho, que teceram comentários a respeito do Projeto. Foi dada a palavra, também, ao Vice-Presidente, Deputado Antônio Feijão, que falou da importância do Projeto e da própria Comissão. Ainda apartearam ao Senhor Presidente, o Deputado Giovanni Queiroz e a Senadora Marluce Pinto, que sugeriram um calendário para as próximas reuniões com as presenças já de depoentes, ficando acertado a vinda do Senhor Ministro do Exército ou de seu representante, para o dia 31 de maio do corrente ano, e como ninguém mais se manifestou e não havia nada mais a tratar e sem que alguém mais se manifestasse, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

Reunião 23-5-95 - 17h40min

Presidente: Deputado Vic Pires Franco

Relator: Deputado Antônio Feijão

O SR. PRESIDENTE (João França) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Convido para escrutinadores da urna os Deputados Elton Ronhelt e Jair Bolsonaro.

(Procede-se à votação)

Proclamo eleitos os Presidente e Vice-Presidente, respectivamente os Srs. Deputados Vic Pires Franco e Antônio Feijão, considerando-os, desde já, empossados.

Passo a Presidência ao legítimo dono.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Em primeiro lugar, agradeço o apoio dos companheiros, Senadores e Deputados, pela indicação do meu nome, ao Vice-Presidente Antônio Feijão.

Designo como Relatora a Senadora Marluce Pinto e convido-a para tomar assento à Mesa. Convido também o Vice-Presidente, Deputado Antônio Feijão.

Antes de marcar a próxima reunião e franquear a palavra, eu gostaria de conceder a palavra à Senadora Marluce Pinto, que é uma estudiosa do assunto e teria algumas informações a nos passar.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, Deputado Vic Pires Franco, demais membros, realmente esta Comissão é uma responsabilidade para todos nós, porque trata de dois assuntos que no momento se tornaram de grande relevância para o contexto nacional. Um desses assunto diz respeito ao reestudo do Programa Calha Norte. Nós, que somos da Amazônia, acompanhamos e já estivemos muitas vezes nos pelotões de fronteiras e sabemos da utilidade da permanência, da necessidade de mais instalações de outros pelotões e sabemos também que a grande dificuldade, nos últimos anos, para o Programa ter atingido a sua meta foi exatamente a falta de verbas. Nós, como Parlamentares, poderemos fazer um trabalho, um levantamento bastante consistente em que possamos convencer os membros da Comissão de Orçamento a alocar recursos. Temos a certeza de que, com a estrutura das Forças Armadas, já existentes, se pudermos, como Parlamentares, manter anualmente as verbas para que aquele programa possa ter continuidade na sua plenitude, seremos bastante beneficiados.

O Calha Norte é um programa que não diz respeito só aos Parlamentares da Amazônia, muito embora diretamente lá convivamos, saibamos das dificuldades. Os problemas hoje existentes no Sul do País são em decorrência também da falta de desenvolvimento da região amazônica, que tem suas potencialidades, que tem condição de se desenvolver e de absorver grande parte da população do nosso País e não deixá-la concentrada só nos Estados do Sul, onde existe a dificuldade até de sobrevivência que amedronta não só os brasileiros como até quem vem de fora conviver nos grandes centros de nosso País.

Tenho certeza de que conseguiremos atingir nossas metas, através de um trabalho consistente, de grande responsabilidade nossa, de viajar, de mostrar os problemas ao País. Não ficaremos apenas no discurso. Hoje, por incrível que pareça, o povo já está cansado disso. Às vezes fazemos pronunciamentos que representam realmente os problemas existentes, a realidade do nosso País, mas, quando se desce da tribuna, ouve-se sempre: "não vai passar do discurso".

Temos realmente que nos dispor a viajar. Não é fácil. São regiões de difícil acesso, mas tenho certeza que todos participarão, principalmente os membros que comporão esta Comissão, que são mais das regiões subdesenvolvidas e daquelas em que estamos acostumados a trabalhar. Todos sabemos que o Parlamentar não chega a nenhuma destas Casas se não tiver passado pelo crivo do trabalho sofrido do interior do nosso Norte. Aqui não há ninguém

que não tenha visitado todos os recantos dos seus Estados para poder fazer uma campanha.

Temos a certeza de que, após esse trabalho e principalmente o da demarcação das terras indígenas, pois sabemos que a lei será única, tudo que for modificado na nova legislação com referência não só ao Estatuto do Índio, como o que ficar resolvido agora nessa revisão constitucional, é o que vai prevalecer.

Também sabemos que as leis são interpretadas de maneiras bastante diferentes. De magistrado para magistrado, às vezes, um define de uma maneira e outro define de outra, exatamente porque naquele livro não podemos ser específicos, pois ali tudo é muito sucinto. Então, a lei é interpretada da maneira, muitas vezes, mais conveniente.

Numa reunião de uma Comissão que houve recentemente, com a presença do Ministro Nelson Jobim, sugeri ao Sr. Ministro que cada Estado começasse a fazer o seu trabalho junto às comunidades indígenas, junto aos seus Parlamentares, para depois apresentar um relatório com o objetivo de se fazer essa modificação. Creio que poderemos fazer esse trabalho por intermédio desta nossa Comissão. Muita gente usa os índios e passam a idéia de que o que é dito é realmente o que eles querem, isso acontece aqui e também fora do país. E se conversarmos com os índios nas suas malocas, conhecemos suas dificuldade, saberemos sobre a capacidade de trabalho deles se forem assistidos, acompanhados, e essa atitude promoverá o desenvolvimento da nossa região.

E tenho certeza absoluta de que, quando chegar a hora da votação, os próprios índios serão nossos aliados para que as leis sejam aprovadas com justiça e que se possa fazer um bom trabalho.

De agora em diante dependerá de nós o bom desempenho destas duas questões: demarcação das terras indígenas e a continuidade do desenvolvimento do programa Calha Norte.

Vou repassar a palavra para o nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Antes de marcar a próxima reunião, que eu gostaria que fosse quarta-feira da semana que vem, quero de franquear a palavra a V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Eu quero cumprimentar a Mesa, o Deputado Vic Pires Franco, como seu Presidente; o Deputado Feijão, como Vice-Presidente; e a Senadora Marluce Pinto, como Relatora, nossa amiga de algum tempo.

Eu quero falar sobre o resultado de algumas reflexões que tenho feito com relação ao desenvolvimento deste País como um todo. E logo no início da fala da Senadora, S. Ex^a diz que o problema do Projeto Calha Norte é financeiro. Que o Projeto Calha Norte é de extrema importância para o Brasil é inquestionável, é indiscutível, e muito mais ainda para a Amazônia. E na política sobre a qual o Governo está assentado vamos ver que faremos um trabalho de buscar mais informações na região, de conhecermos melhor esse projeto - eu quero conhecê-lo bem, quero me aprofundar na discussão do projeto -, mas viabilizá-lo é um outro momento, é uma outra instância, e aí é necessário que haja dinheiro, é uma questão financeira.

A política do Governo - o qual tem a sustentação da maioria dos Parlamentares desta Casa - inibe qualquer viabilização do Projeto Calha Norte, porque, de todo o montante que se arrecada no País, do projetado no orçamento, R\$48 bilhões, 60% já estão comprometidos com juros e encargos da dívida. Acrescido a isso a despesa com pessoal, sobram 10% para custeio e investimento. Não dá nem para custeio, quanto mais para investimento.

Agora, com a política dos juros altos, estratosféricos, que o Governo adotou, nobre Senadora, vamos ficar com tudo isso em projetos, em papel, em discursos mesmo, como V. Ex^a acaba de dizer. Nós descemos da tribuna, e dizem: "Fica no discurso". Vai ficar no discurso porque o Governo não está disposto a mudar a

sua política de juros altos que compromete o maior tomador, que é o próprio Governo, comprometendo, agora, 70% de tudo o que arrecada para pagamento de juros e encargos da dívida interna. Da dívida interna, não estou colocando dívida externa. Se acrescentarmos a dívida externa, acrescenta-se mais 12%. Ou seja, o Estado brasileiro está falido com a política do Governo que aí está. E aí não vamos ter nem custeio. Nem os hospitais serão mantidos, nem as rodovias já implantadas serão recuperadas e mantidas, muito menos haverá novos investimentos.

É lamentável!

Eu aqui sou suspeito ao falar, porque sou da oposição, voto contra o Governo por absoluta convicção, não porque sou oposição. Votaria no Governo e gostaria de votar com o Governo em medidas extraordinárias que viessem ao encontro daquilo que entendemos ser o correto, o necessário, para viabilizarmos o desenvolvimento deste País.

Mas, Sr. Presidente, voto contra e estarei em todas as reuniões questionando sempre a necessidade de clareza, de confiança de todos os Parlamentares, de todos os brasileiros que aqui representam outros brasileiros lá do nosso interior. Temos que dar um "chega prá lá" no Governo, no sentido de não permitirmos esses gastos e que tudo que se arrecada, do imposto pago pelo cidadão lá do mato que comprou uma caixa de fósforo, seja repassado para o banqueiro ou para o especulador, que estão aqui na ciranda financeira enriquecendo. E com isso temos uma grande concentração de riqueza na mão de uma meia dúzia, em detrimento do Exército brasileiro, em detrimento da Amazônia brasileira, em detrimento das rodovias brasileiras, dos hospitais brasileiros, enfim, em detrimento do cidadão brasileiro, da nação brasileira.

Em função dessa dívida interna que é de 65 bilhões, que representa 15% do PIB nacional, só 15% - a Itália deve 100% do seu PIB nacional e gira a sua dívida com juros de 7% ao ano -, nós temos de girar nossa dívida a custos de 70% ao ano, uma dívida que representa apenas 15% do PIB.

Então, não é a dívida que eleva os juros. Não! É a política de Governo, uma política de juros altos para inibir consumo, mas que na outra ponta inibe investimento e produção, que, por sua vez, encarece o produto porque são repassados os custos financeiros para o produto.

Ainda não fui convencido por esses "artífices" da política nacional para onde querem que nós caminhemos.

Há poucos dias estive aqui o Ministro José Serra, numa palestra, num debate, e eu perguntei ao Sr. Ministro: V. Ex^a, que planeja este País, de-me o rumo. Para onde V. Ex^a quer nos levar quando gasta - gastara até aquela época - R\$6,2 bilhões para pagamento de juros e encargos da dívida e apenas 1% em investimentos?

Sou parceiro nessa luta. Vamos levantar a questão do Projeto Calha Norte, vamos revitalizá-lo, vamos brigar na Comissão de Orçamento.

Senadora Marluce Pinto, a senhora tem tido brigas homéricas para garantir os interesses da Amazônia, nós seremos parceiros nessa luta, com os pés no chão, sabendo que se o Governo não mudar os rumos da sua política econômica, não teremos o prazer de ver viabilizado o Projeto Calha Norte.

Eram essas as considerações que tinha a fazer. Peço desculpas aos meus companheiros pois tenho outro compromisso agora e terei de me retirar.

Gostaria de ouvir todos os presentes, mas terei essa oportunidade, com certeza, numa outra ocasião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Elton Rohneit.

O SR. ELTON ROHNELT - Sr. Presidente, Deputado Vic Pires Franco, Sr. Vice-Presidente, Deputado Antônio Feijão, Srs. Parlamentares, inicialmente, desejo me congratular com a Mesa e externar a minha opinião.

Realmente, foram felizes as indicações partidárias em relação a esta Comissão. É uma Comissão representativa e que, realmente, traz em seu escopo parlamentares que conhecem a problemática da Amazônia. Nós esperamos que, no decorrer dos trabalhos, possamos buscar as inspirações do nosso povo da Amazônia.

Era o que tinha a dizer nesta oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Concedo a palavra a nobre Deputada Marinha Raupp.

A SRA. MARINHA RAUPP - Quero parabenizar a presidência que ora assume e dizer do nosso empenho e da nossa vontade de trabalhar.

Acredito, nobre Senadora, que retomar esse Projeto Calha Norte é de muita valia para a nossa região Norte.

Quero, neste momento, aproveitar a oportunidade para externar o convite para o II Encontro da Bancada dos Parlamentares da Amazônia, que será realizado nos dias 3 e 4, no meu Estado, Rondônia.

Acho de fundamental importância não apenas o trabalho dos parlamentares ao nível das Comissões, mas também ao nível das bancadas.

Nós que estivemos presentes no Pará, vimos a necessidade de continuarmos com esse grupo de trabalho, o que tem ocorrido aqui em Brasília. No entanto, a presença dos parlamentares nesse encontro em Rondônia é muito importante. Gostaria também de dizer a esta Comissão que todos nós teremos de nos empenhar porque a região Norte precisa muito de nós.

Como colocou o nobre Deputado, precisamos estar atentos para brigar pelos benefícios para a região Norte. Se não for assim, não seremos notados e os benefícios jamais chegarão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Algum Deputado ou Senador gostaria de fazer uso da palavra?

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO - Cheguei de uma viagem de 4 dias a nossa região Norte, para mim aquilo não é problema, é solução. Meus parabéns pela Comissão. Lamento não podermos ter dois vice-Presidentes.

Não sou daquela região, mas podem contar comigo. Serei um soldado nesta Comissão para trabalhar por um Brasil melhor para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Muito obrigado.

Concedo a palavra a nobre Deputada Elcione Barbalho.

A SRA. ELCIONE BARBALHO - (Início da intervenção fora do microfone.)

...acabamos de votar matéria importante onde a nossa Vale do Rio Doce poderá ser vendida ao capital estrangeiro, o que, com certeza, irá impedir que o Governo brasileiro tenha qualquer autoridade, possa falar, possa questionar um direito que é nosso, que está sob o nosso solo, que são as nossas riquezas minerais. E outras matérias estão sendo votadas, até de uma forma irresponsável.

Espero, aqui dentro, ser útil e fazer com que esta Comissão possa se fazer respeitar, ter a representatividade necessária para poder deliberar algo que norteie o futuro do nosso País, fundamentalmente, para a nossa Amazônia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Concedo a palavra ao vice-Presidente, Deputado Antonio Feijão.

O SR. ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, Senadora Marluce Pinto, Srs. Deputados, acho que não há grande mérito na concepção de um fato.

A grande importância é a concepção da idéia que gerou esse fato e o Projeto Calha Norte originou-se com a idéia de ocupação da fronteira viva da Amazônia.

Ouvi atentamente e dou inteira razão ao nosso colega Giovanni Queiroz, mas lembro a S. Ex^a que pior do que não ter recursos é não ter uma política de Governo, especialmente para a Amazônia.

Acho que nasce aqui, nesta comissão, uma comissão genuinamente representada de amazônidas, a possibilidade de traçarmos uma política de ocupação de fronteiras.

Essas viagens que temos feito à Amazônia têm fortalecido a nossa idéia de que a solução é aquela colocada pelo nobre Deputado Jair Bolsonaro.

Chegamos a uma área que se diz Brasil e ter que ver o País instalar-se sobre 4 linhas de cerca, porque é uma área indígena, e não pode haver ocupação civil. São essas preocupações que temos de trazer à tona. Há a possibilidade da ocupação ordenada, acompanhada pela ação militar, transformar-se na tão sonhada fronteira viva na região Norte.

Acredito que, sob a liderança do Deputado Vic Pires Franco, principalmente orientados pela experiência da nossa querida Senadora Marluce Pinto e com a ajuda magnífica do Senador João França, V. Ex^s terão em mim um fiel escudeiro. E também com essa vivência, com esse conhecimento do Deputado Giovanni Queiroz, que nos alertou sobre um ponto crucial que é o dinheiro.

Esta Comissão, se Deus quiser, produzirá muito não só para o Brasil, mas especialmente para nós lá da região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Não havendo quem queira fazer uso da palavra, gostaria de, de uma maneira informal, deixar marcada a data da nossa próxima reunião. Conto, desde já, com a presença de V. Ex^s na quarta-feira, dia 31 de maio, às 17 horas.

Se houver algum problema em relação a essa data, pediria a V. Ex^s que se manifestassem.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, gostaria de sugerir que se convidasse alguma autoridade do setor militar, já na primeira reunião, para fazer uma ampla explanação sobre o que é o Projeto Calha Norte, seus objetivos, o porquê da sua concepção, para que pudéssemos, aí sim, tirarmos algumas dúvidas e poderemos começar a caminhar.

É apenas a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Acato a sugestão.

Concedo a palavra a nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Eu havia falado isso ao nosso Presidente, porque ele queria mais material.

O nosso tempo é muito limitado, se nós não trouxermos na próxima reunião algo que seja de maior interesse para os membros, até para uma maior motivação da nossa reunião.

Sugiro, se for da anuência de todos, que convidemos primeiro membros do Ministério do Exército, e ficaria a cargo do Ministro a designação de uma pessoa específica naquela área, porque é o Exército quem comanda todos os pelotões. Poderíamos, portanto, começar por ele.

Posteriormente, faríamos convites a duas ou mais autoridades. Lembro-me de que, quando fizemos a primeira reunião, vieram os representantes do Ministério do Exército; o próprio comandante Flores, que era da SAE na época, aqui compareceu. Poderemos incluir representantes da Marinha e do EMFA.

A meu ver, Sr. Presidente, a quarta-feira seria um dia ideal, por ser o de maior quorum.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Os Srs. Parlamentares estão de acordo. (Pausa.)

Então, nossa reunião fica marcada para quarta-feira, dia 31, às 14 horas, com a presença do Ministro do Exército ou um repre-

sentante específico nessa área. Encaminharemos, desde já, um convite ao Sr. Ministro.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 18h15min.)

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada Através do Requerimento Nº 06, De 1995-cn, de Autoria da Senadora Marluce Pinto, Destinada A "reavaliar O Projeto Calha Norte, Visando Seu Revigoramento No Sentido Da Integração da População Setentrional Brasileira Aos Níveis De Desenvolvimento Das Demais Regiões; Propor Novas Diretrizes Ao Projeto Que Definam Uma Política de Ocupação Racional Da Região Amazônica, Bem Como Vistoriar e Apresentar Sugestões Sobre As Demarcações das Áreas Indígenas Localizadas No Norte do País"

Ata da 2ª reunião Realizada em 31-5-95

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se os Senhores Senadores José Bianco, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Jefferson Peres, Marina Silva, Flaviano Melo e Romeu Tuma e os Senhores Deputados Vic Pires Franco, Jair Bolsonaro, Silvernani Santos, Giovanni Queiroz, Salomão Cruz, Antônio Feijão, Marinha Raupp e Elcione Barbalho, membros da Comissão Especial Mista "destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Vic Pires Franco, procede a composição da mesa, convidando a tomarem assento à mesa a Relatora, Senadora Marluce Pinto e o expositor, General-de-Brigada Carlos Roberto Uchoa. O General Uchoa inicia sua explanação caracterizando a área geográfica do Projeto Calha Norte, dizendo que destaca-se a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas, com uma extensão da ordem de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados e que nesta região predominam vazios demográficos formados pela floresta amazônica e por um subsolo rico. Dentro da faixa de fronteira, existem projetos prioritários, onde se localizam maiores concentrações de população e problemas, quais sejam: o Projeto do Alto Solimões, do Alto Rio Negro, do noroeste de Roraima, do nordeste de Roraima, do Tumucumaque e um projeto de integração do Amapá. Enfatizou o depoente que as Forças Armadas, através da Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE, que executa o Projeto, vem contribuindo para que, nas fronteiras, a presença nacional seja de maneira efetiva e permanente. Ressaltou a necessidade de obterem recursos para serem aplicados no Projeto. Na seqüência, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Relatora, que parabenizou o General Uchoa pela bela exposição, acrescentando que a mesma trará bastante benefícios a esta Comissão e perguntou se, como é a SAE que executa, planeja e recebe o orçamento existe um acompanhamento por Exército ou Aeronáutica como também, se há alguma integração do Ministério do Exército e Ministério das Relações Exteriores em relação à demarcação daquelas fronteiras, que é um problema este que preocupa não só os Parlamentares como também todos os brasileiros. Em resposta, o General Uchoa disse que a execução do Projeto Calha Norte é toda dos diferentes Ministérios responsáveis, não existe nenhum convênio entre o Ministério do Exército e o Ministério das Relações Exteriores. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz sendo que o mesmo observou que as verbas destinadas ao Projeto são insuficientes, existindo necessidade de priorizar, dentro do orçamento, recursos para execução desse projeto. Em seguida, usando da palavra, o Deputado Salomão Cruz lamentou que a Amazonia não tenha leis que retratem a realidade, como é o

caso das leis que tratam da segurança nacional; leis que definam a garimpage e as que tratam do meio ambiente as quais não estão regulamentadas e perguntou ao depoente se com a implantação do Sivam o Projeto Calha Norte não perderia seu objetivo, tendo o depoente respondido que em termos de relacionamento o Exército tem bastante experiência e vivência, as quais serão úteis para a integração e consolidação dos trabalhos do Calha Norte, sendo que os do Sivam são complementares. Ainda fizeram uso da palavra a Senadora Marina Silva, o Senador Romeu Tuma e o Senador Ernandes Amorim, sendo que o último, estabeleceu a diferença entre o garimpeiro da Amazônia e o garimpeiro que da Praça da Sé, em São Paulo, vendendo ouro como se fosse um garimpeiro especializado. O Deputado Jair Bolsonaro elogiou a Senhora Relatora por levar ao conhecimento dos demais brasileiros as questões da Amazônia e louvou a explanação do depoente. Na seqüência, o Senhor Presidente levou ao plenário a sugestão para que fossem ouvidos representantes da SAE na próxima reunião, sendo acatada a referida proposta. Perguntando, ainda, ao General Uchoa como o Exército encararia a criação de uma guarda nacional de fronteira ligada ao regime militar e subordinada diretamente ao Exército, tendo o depoente respondido que teria que pensar sobre esse aspecto, pois demandaria um conjunto de medidas legais, de legislação, e regulamentação do processo. Não havendo nada mais a tratar e sem que alguém mais se manifestasse, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

Reunião 31-5-95 – 14h30min

Presidente: Deputado Vic Pires Franco

Relatora: Senadora Marluce Pinto

Convidado: General Carlos Roberto Uchoa

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - Declaro aberta mais uma reunião da Comissão Especial Mista, instituída por meio do Requerimento nº 6, de 1995, do Congresso Nacional, de autoria da Senadora Marluce Pinto, destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte visando o seu revigoramento no sentido da integração da população setentrional aos níveis de desenvolvimento das demais regiões; propor novas diretrizes ao projeto que definam uma política de ocupação racional da Região Amazônica; bem como vistoriar e apresentar as sugestões sobre as demarcações das áreas indígenas localizadas no Norte do País.

Convido para compor a Mesa a Senadora Marluce Pinto, Relatora da presente Comissão e o General-de-Brigada Carlos Roberto Figueiredo Uchoa de Moura que será o nosso expositor. Convido, também, os presentes a se sentarem mais à frente para que o debate fique mais participativo.

Concedo a palavra ao expositor, General-de-Brigada Carlos Roberto Uchoa.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Exmº Sr. Deputado Vic Pires Franco, Presidente da Comissão Especial Mista, destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte; Exmª Srª Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão; Exm's Srs. Congressistas, minhas senhoras e meus senhores, com muito prazer e altamente honrado aqui me encontro como representante do Sr. Ministro do Exército, em atenção à solicitação do Sr. Presidente desta Comissão para falarmos sobre o Programa Calha Norte, assunto, sem dúvida, muito palpitante, de muita importância, seja no âmbito político, econômico ou social, além de ser de fundamental importância para nossa soberania. Não digo soberania apenas para a Amazônia, mas para a soberania do País.

Obviamente, ciente das preocupações desta Comissão com o tema, procurarei, dentro de minhas possibilidades, trazer algumas informações em termos da participação do Exército Brasileiro no Programa Calha Norte. Procurarei mostrar a realidade desse programa nos dias atuais, expondo o seu posicionamento no contexto da conjuntura nacional e internacional que, certamente, apontam para a necessidade do fortalecimento, de implantação e até mesmo ampliação desse programa, razão por que acredito que estamos todos aqui presentes na tarde de hoje cientes dessa problemática.

Dentro dessa idéia, inicialmente, farei uma pequena caracterização da área geográfica do Programa Calha Norte. Posteriormente, apresentarei um perfil do projeto, mostrando a participação do Exército e focalizando principalmente o projeto dos nossos polos especiais de fronteira.

São projetos integrados que levam a nossa participação, a nossa atuação e criam pontos de apoio para o desenvolvimento de ações governamentais, seja de âmbito federal, estadual ou mesmo municipal, naquelas regiões das nossas fronteiras na Amazônia.

Finalmente, apresentaremos algumas conclusões em relação àquilo que falamos. Obviamente, não pretendemos, num tempo relativamente curto, esgotar o assunto. Desde já, colocamo-nos à disposição para, numa fase posterior, em termos de debate, naquilo que for do nosso conhecimento ou estiver ao nosso alcance, respondermos às indagações dos presentes nesta Comissão.

Inicialmente, vamos buscar apresentar a região abrangida pelo Projeto Calha Norte, situada na Amazônia brasileira, que todos conhecemos desde os tempos de bancos escolares, sobre cuja imensidão, vastidão e vazio demográfico há muito nos referimos.

Destaca-se a região situada ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas. Daí o nome Projeto Calha Norte. Possui uma extensão da ordem de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados; uma região de fronteira muito extensa, da ordem de seis mil e quinhentos quilômetros - fronteiras com a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa -, que se estende desde Tabatinga, no Amazonas, até Foz do Oiapoque, no Amapá.

Essa região destaca-se pelos seus vazios demográficos; pela grande floresta Amazônica; por um subsolo rico, já com muitas jazidas marcadas e delimitadas; por um sistema viário muito precário, à base principalmente de transporte fluvial, ficando muito sujeita ao regime de águas - não é um sistema utilizado em toda a sua extensão e durante todo o ano -; por uma população muito escassa, que se concentra nos grandes pólos, nas capitais, nos pólos regionais, ou se dilui à margem dos grandes rios. No centro, há um vazio, uma economia incipiente e mesmo primária.

As nossas fronteiras nessa região estão - como sabemos - totalmente delimitadas. No entanto, carecem de uma demarcação mais efetiva, porque, em determinadas áreas, onde a selva é totalmente fechada, muitas vezes, há dificuldade de se identificar até onde vai o nosso território e onde começa o território do vizinho.

Se não tivermos um instrumento técnico, um GPS ou algum instrumento que nos dê as coordenadas exatas, muitas vezes poderemos ter dúvidas se estamos no Brasil, ou na Venezuela, ou em outro país.

Nessa área, ainda, existem outros ingredientes, que trabalham na interação do contexto da região: influências, reflexos de movimentos revolucionários de países vizinhos ou mesmo do Caribe; uma forte atuação do narcotráfico; a franquia internacional dessas vias navegáveis - há tratado internacional de navegação -; a atuação, às vezes, de grupos estrangeiros junto aos nossos indígenas, buscando direcioná-los ou criar sentimentos de força, nações dentro de nações.

De modo que tudo isso possibilita uma dinâmica toda especial e diferente para a nossa região. Obviamente, ciente desse contexto e reconhecendo a problemática, o Governo brasileiro, em

1985, criou um grupo para estudar essa região com enfoque de desenvolvimento e segurança para o País. Depois de muitos estudos, esse grupo chegou a algumas conclusões e buscou apresentar sugestões, visando, principalmente o desenvolvimento da região e a sua integração ao território nacional.

Então, dentro dessa região, foram estudados espaços diferenciados para se abordar. Obviamente, pelo seu tamanho, pela sua dimensão, seria praticamente muito difícil - para não dizer impossível - obter recursos para dar um aporte financeiro para o desenvolvimento da região como um todo.

Foram identificados, como espaços diferenciados para abordagem desses estudos, a faixa de fronteira, indo desde Tabatinga até àquela região do Oiapoque; a orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas, onde estava a maioria da população, embora bastante diluída e escassa; e o núcleo interiorano, ou seja, o imenso vazio compreendido entre esses dois espaços: a fronteira e a calha do Solimões e do Amazonas.

Foi escolhida, como espaço prioritário para a abordagem, a faixa de fronteira, pela sua sensibilidade, pelos seus aspectos de segurança e outras inúmeras características que todos já conhecemos.

Dentro da abordagem da faixa de fronteira, em seus 6.500 quilômetros de extensão, foram selecionados projetos prioritários, ou seja, naquelas regiões principais, onde teríamos maiores concentrações de população ou mesmo de problemas, foram selecionados projetos prioritários, quais sejam: o Projeto do Alto Solimões, na região de Tabatinga; o Projeto do Alto Rio Negro; o Projeto Noroeste de Roraima; o Projeto do Nordeste de Roraima; o Projeto Tumucumaque e, finalmente, um projeto integrado do Amapá, que faz parte dessa parte mais da direita e voltada para a fronteira onde há uma maior densidade populacional. Esses foram os locais escolhidos para esses projetos.

Esse grupo de trabalho interministerial fez um estudo global da região e identificou necessidades fundamentais da área, que deveriam ser atendidas através de ações que buscassem atender esses objetivos. Obviamente, precisávamos aumentar a nossa presença brasileira na área. Pensou-se, como modo de iniciar esse aumento, baseando-se na ação pioneira das Forças Armadas, que sempre estiveram presentes nessas regiões afastadas, nessas regiões de fronteiras, em resolver problemas tais como:

- aumento e fortalecimento da oferta de serviços básicos (energia elétrica, água potável e uma série de facilidades), no sentido de estimular a ida e a presença do nosso pessoal naquela região;

- ampliação das relações bilaterais com países vizinhos, obviamente para fortalecer os mecanismos de cooperação na fronteira, os fatores de produção, reforçando, sem dúvida, essa dinâmica e essa interação existentes nas regiões fronteiriças;

- expansão da infra-estrutura viária, sempre em complementação à estrutura fluvial, que é a vocação da região.

No entanto, para chegarmos àqueles pontos mais afastados da nossa fronteira, precisaremos de pequenas estradas vicinais ou pequenos trechos para fazermos aquelas ligações onde não tem um rio ou mesmo onde esses rios são encachoeirados e não navegáveis. Problema, certamente, de fortalecimento de órgãos governamentais, seja da Justiça, Polícia Federal, Receita Federal, Previdência Social, como fatores de inibição do ilícito e, evidentemente, de fortalecimento da ação e presença dos órgãos do Estado nessas regiões;

- intensificação de campanhas demarcatórias, necessidade a que já nos referimos, pois, embora nossas fronteiras sejam delimitadas, os marcos fronteiriços estão muito afastados, necessitando de uma demarcação com menor espaçamento;

- um aspecto principal, como não poderia deixar de ser, que é a questão da promoção de assistência e proteção às populações locais,

melhorando as suas condições de vida, de sobrevivência e permanência na área, oferecendo, também, estímulos a quem desejar ir para lá.

Como vimos aqui, através desses objetivos, diferentemente do que se noticiou ou se procurou enfatizar, o Projeto Calha Norte não é um projeto militar, pelo contrário, a participação militar é relativamente pequena. Quando ele foi projetado, a maioria dos nossos ministérios participaria. No entanto, as Forças Armadas, por já estarem estruturadas e presentes na região, principalmente o Ministério do Exército, foram, aos poucos, recebendo outras missões que não apenas aquela exclusiva do Ministério do Exército. Isso, como já foi dito, por já estarem presentes na região e estruturados.

Feita essa pequena abordagem de caracterização da área e apresentado o perfil do projeto, vamos mostrar, aqui, alguma coisa em termos da participação do Ministério do Exército nesse projeto.

Além das ações referentes à implantação e ampliação de recursos sociais básicos na área de saúde e educação, havia, também, o problema de abastecimento de água, produção de energia elétrica, infra-estrutura viária, extensão dos serviços de comunicações, pois há uma enorme dificuldade com as comunicações dessas nossas unidades na fronteira, que normalmente estão ligadas a um pólo regional, ali em São Gabriel da Cachoeira ou Boa Vista, ou mesmo Manaus, no Amazonas. Enfim, o problema de comunicação é muito difícil.

Dentro dessa idéia, foram criadas algumas unidades, como vamos mostrar aqui, em complemento àquelas que já existiam. E procuramos melhorar as condições e a forma de atuação daquelas que já existiam.

Neste dia 4, embora sucintamente, vamos procurar, inicialmente, mostrar o que já existia antes da implantação do Projeto Calha Norte.

Tínhamos, na região de Tabatinga, um comando de fronteira, ou seja, um batalhão com pelotões especiais destacados, em Vila Bittencourt e na região de Ipiranga. Tínhamos, então, esses dois pelotões no alto Solimões.

Na região do alto rio Negro, tínhamos apenas o pelotão de Cucuí, exatamente onde o rio Negro entra no Brasil. Na região de Boa Vista, tínhamos o comando de fronteira e os pelotões ao nordeste: BV-8, Normandia e Bonfim. E, finalmente, no Amapá, tínhamos um comando de fronteira, ou seja, um batalhão em Macapá, com uma companhia destacada em Clevelândia do Norte, na fronteira com a Guiana.

Esse era o nosso dispositivo. E V. Ex^{as} podem verificar que é um dispositivo bastante antigo e essas organizações militares foram colocadas exatamente nos grandes acessos internacionais da Amazônia que vêm do exterior, ou seja, os afluentes da margem esquerda do Amazonas, na região de Ipiranga, quais sejam, Vila Bittencourt, Cucuí, etc, ou aquelas regiões lá em Roraima, à direita, que estavam começando a se desenvolver e vivificar mais a fronteira.

Após a implantação do Projeto Calha Norte, foram criados e já estão concluídos, na região do Alto Rio Negro, onde houve uma maior concentração e maior atuação nessa região, três pelotões, quais sejam, um em Iauaretê, outro em Terari e outro em São Joaquim. Além desses três, foi somado ao pelotão de Cucuí, o pelotão de Maturacá, que fica no sopé do Pico da Neblina.

Na região de Roraima, foi criado o Pelotão de Surucucu e começada a implantação, já praticamente terminada, de uma Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista. Essa Brigada veio transferida do Rio de Janeiro, da cidade de Petrópolis. Era conhecida como a nossa Brigada Imperial, já que o seu comando era exatamente no antigo Paço Imperial na Região de Petrópolis. Foi extinta na Região de Petrópolis e recriada na Amazônia, como

uma medida de racionalização. Para nós, militares, fica mais fácil fazermos ações de transferência de presença desse tipo.

Além disso, os Comandos de Fronteira de Tabatinga, do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira também foram transformados de Batalhões de Fronteira em Batalhões de Selva. Isso tem um significado militar. Diríamos que houve um aumento de efetivos no efetivo dessas unidades militares.

Estamos implantando, no momento, o Pelotão de Auaris(?), no noroeste de Roraima, e concluindo a implantação da Brigada em Boa Vista. O comando da Brigada e algumas instalações logísticas já estão prontos. Já poderíamos considerar mais para implantação do que em implantação.

O Pelotão de Auaris também está praticamente pronto. Já se pensa em mandar para lá um destacamento para cuidar das instalações, para que fique apenas o pessoal que já está trabalhando nisso. O que se está fazendo e o que foi feito é muito pouco, levando-se em conta as necessidades. Posteriormente, vamos dizer o porquê de mencionar esse dado.

Finalmente, temos a implantar alguns Pelotões. Na Região do Alto Rio Negro, temos Pari Cachoeira(?) e a região de Itunui(?). Em Roraima, temos ainda o Pelotão de Ericós, e, no Estado do Pará, está previsto um Pelotão na região de Tiriós(?). Obviamente que os Pelotões já existentes precisam também de trabalho, de manutenção, de ampliação dos serviços básicos. Esse é o nosso planejamento e como eles vêm se desenrolando.

É importante dizer o que vem a ser um Pelotão especial e o que é o projeto integrado de um Pelotão Especial de Fronteira. Prevê-se para cada um Pelotão, além, obviamente, do aquartelamento e residências para o pessoal militar, a construção de instalações para órgãos federais, como a Receita, a Polícia Federal, a Previdência Social; posto de vendas de alimento; posto médico; escola; setor esportivo; urbanização da área; implantação de infra-estrutura básica - água potável, esgoto, energia elétrica; comunicações; e uma pista de pouso ao lado de cada um desses Pelotões. As instalações são rústicas, de madeira, pré-moldada. Procura-se utilizar o próprio material da região para baratear o custo da obra.

Cada Pelotão de Fronteira tem uma microssina, uma pequena hidroelétrica para atender, não só a unidade militar, mas toda a comunidade em torno do Pelotão. O serviço de abastecimento de água também é feito desse modo. O nosso serviço de saúde atende indiscriminadamente os militares, os civis da área, as populações indígenas e até mesmo a população fronteiriça que chega dos países vizinhos, às vezes, com necessidades urgentes.

Obviamente, esses Pelotões transcendem em muito o aspecto de segurança, o aspecto militar de ocupação de fronteira, pois têm uma função social de grande importância para a região, principalmente pela ausência de outros órgãos. E essas ações terminam se acumulando para execução no nosso comandante de fronteira. Procuramos dar auto-suficiência em todos os aspectos. E, devido à carência de recursos, temos procurado desenvolver ações comunitárias através de convênios com outros órgãos federais, que não podem se fazer presentes na área, mas nós, com esses recursos, melhoramos as condições.

Mostraremos aqui os reflexos da implantação dos pelotões, a presença de nossas organizações, fiéis à vocação de solidariedade às populações brasileiras, principalmente em situações de crises, em áreas pioneiras, carentes, em ocasiões de catástrofes ecológicas, o que a presença militar tem trazido para essas populações.

Poderíamos dizer que há um estímulo das atividades educacionais e econômicas - pequenas atividades econômicas incipientes, principalmente a agricultura, mas já podemos notar algo; assistência de saúde às populações locais. Quando não temos condi-

ções de fazer o tratamento adequado, providenciamos a evacuação para centros regionais como Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira ou mesmo Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Vic Pires Franco) - General, desculpe a interrupção. Preciso me retirar para uma votação na CPI do Bingo. Passarei a Presidência para o Deputado Antônio Feijão e retornarei em seguida.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Não seja por isso, Sr. Presidente.

Estamos promovendo a integração de indígenas à comunidade nacional - sua presença já traz uma certa inibição do trânsito ilegal de estrangeiros; o refreamento de atividades do narcotráfico, a inibição da evasão ilegal de riquezas da região, a implantação de uma infra-estrutura viária em complemento à rede fluvial; sem dúvida, a vivificação das áreas da faixa de fronteira, pois vários de nossos soldados, ao passarem para a situação da inatividade, de tão integrados à região, lá permanecem e vão aos poucos vivificando a área.

Há uma diferença fundamental - quem lá esteve pôde verificar - entre a situação do Pelotão de Surucucus, em Roraima, que é um pelotão relativamente novo, implantado há cerca de 3 ou 5 anos, onde temos apenas a população militar e seus familiares; e a situação do Pelotão de Cucuí, no Alto Rio Negro. Cucuí é um pelotão cinqüentenário, já está instalado há mais de cinquenta anos. Em torno do pelotão, vemos uma população civil formada de militares que passaram para a reserva, outros que chegam e vêem alguma oportunidade melhor de trabalho e assistência social. E a população vai se adensando. Isso é o que se imagina que os projetos integrados dos PEFES(?) trarão para nossa região de fronteira.

O intercâmbio mais racional e disciplinado é com países vizinho, na presença do Estado, e não algo em que não haja o controle das autoridades legais e constituídas. Obviamente, esses projetos e esses pelotões têm um preço. São projetos que enfrentam muitas dificuldades. De início, uma problemática muito grande para a implantação e a manutenção do Projeto Calha Norte é o equacionamento da logística militar. Quando falamos em logística militar, normalmente estamos falando de cinco atividades. Desculpe-me por entrar na parte técnica, mas trata-se de algo aplicável perfeitamente a qualquer projeto que se faça nessa região. A logística militar trata de cinco atividades: os problemas de saúde de efetivos humanos; de suprimentos; de manutenção de equipamentos, de estruturas, de construções, de tudo o que possa existir; de transporte, do deslocamento de cargas e efetivos humanos; e, finalmente, da atividade de construção.

Podemos imaginar o que seja, numa clareira do Amazonas ou em Roraima, na região da serra, construir-se um pelotão de fronteira. São toneladas de material e equipamento que devem ser levados para o local e, depois, o pessoal. Após a acomodação dos efetivos humanos, ainda há o problema da manutenção dos suprimentos, da alimentação, do atendimento médico, dos combustíveis - visto que as embarcações consomem combustível. Os pelotões têm um grupo gerador para produzir energia elétrica, pois, quando há algum problema com as pequenas hidroelétricas, há a necessidade dele.

Só para se ter uma idéia, no Pelotão de Surucucus, em 1993, havia uma disponibilidade de cinco toneladas mensais de apoio aéreo da FAB, para se levar o suprimento necessário ao pelotão. A hidroelétrica de lá teve um problema e passou fora de operação um certo tempo, e tínhamos que fazer ou manter um mínimo de doze horas por dia de energia elétrica para a questão do suprimento, de alimentos, de vacinas, de funcionamento das comunicações com os centros regionais, com o comando superior. Isso implicava num gasto de combustível considerável, pois empenhávamos, dessas cinco toneladas, três mensais somente para mandar aquele necessário para funcionamento do grupo gerador de Surucucus.

Esse problema de energia é grave - do Rio Negro até a região de São Gabriel ou até mesmo Cucuí, o rio vai muito bem -, na medida em que nos afastamos para Maturacá, Quiari, São Joaquim, Cachoeira, Iauaretê, Surucucus, Auarejo, em Roraima. Algumas regiões têm rios com cachoeiras, outras não têm rios. Por exemplo, aqueles pelotões do noroeste de Roraima só funcionam com apoio aéreo.

Os senhores têm visto nos jornais a dificuldade que a Aeronáutica tem tido - o Ministro tem vindo a público falar sobre isso -, devido às restrições orçamentárias com relação ao fato de se colocar horas de voo à disposição dos diversos órgãos federais que eles apóiam. São, pois, problemas sérios esses da implantação e manutenção de um pelotão de fronteira, sem falar, obviamente, do apoio à população que se encontra naquela região.

Com relação àquela extensa fronteira, uma região da ordem de seis mil e quinhentos quilômetros, para fazermos uma vigilância efetiva de Clevelândia até a região de Tabatinga, com essas unidades, há ainda um dispositivo relativamente pequeno. No entanto, essas unidades estão postadas nas principais conexões internacionais ou naquelas onde há uma possibilidade maior de passagem de nativos da região. Obviamente, esse fato há que ser adensado, e a vigilância há que ser complementada pelo patrulhamento em áreas adjacentes à região dos pelotões, inclusive com reconhecimentos aéreos e também com uma vigilância eletrônica, para complementar e fechar toda essa fronteira, havendo, assim, uma segurança realmente efetiva.

Apesar da decisão tomada de manutenção do Projeto Calha Norte, vemos que, nos últimos anos, os recursos destinados à Calha Norte têm diminuído, e as metas que estavam no programa - que era para ter ficado pronto até 1990 - vêm sendo adiadas sucessivamente por falta, obviamente, de recursos e de uma presença mais maciça de outros órgãos na região.

Naquele projeto, nos pelotões de fronteira, há um pavilhão chamado de "Pavilhão de Terceiros", o qual seria destinado a uma agência bancária, à Receita Federal ou à Polícia Federal. Na verdade, na maioria das nossas instalações, ou esses pavilhões estão desocupados ou estão sendo utilizados para outra atividade.

Mostraremos aqui os recursos existentes nos dois últimos anos. Tem havido um atraso nas metas programadas, e a sua não execução adia a meta para o ano seguinte.

No ano passado, havia uma previsão de necessidade de recursos da ordem de R\$42 milhões para que o projeto fosse implantado. No entanto, só foram destinados ao projeto, ao Ministério do Exército, R\$ 2,7 milhões.

Neste ano, para atender as metas que pretendíamos realizar, havia a necessidade de recursos da ordem de R\$45,8 milhões. Na realidade, o nosso orçamento contempla apenas R\$3,4 milhões; o orçamento está sendo revisto, e, provavelmente, esses recursos ainda sofrerão cortes.

Os recursos do Projeto Calha Norte não são incluídos no orçamento do Ministério do Exército. Por se tratar de projeto multinacional, esses recursos são recebidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, a qual os repassa, através de destaque, para os diferentes Ministérios que têm ações a desenvolver no Projeto Calha Norte.

Do total previsto para este ano, mostraremos os recursos liberados até o presente momento. Há diversos projetos e atividades que executamos: a implantação de centros de telecomunicações, visando à melhoria das comunicações com os pólos regionais e à integração da unidade nacional; a vigilância terrestre, com a implantação dos pelotões de fronteiras; a implantação de centros de energia elétrica, de pequenas centrais e usinas hidrelétricas - para esse fim, foram liberados R\$192 mil; infra-estrutura viária, para a qual está prevista a liberação de R\$156 mil; e aquisição de mate-

rial, de apoio e de merenda escolar para as escolas que funcionam nesses pelotões. Tudo isso totaliza R\$3,4 milhões.

Para V. Ex^{as}. terem uma idéia, o custo da implantação de um pelotão - a sua construção, o material gasto e os equipamentos utilizados no seu funcionamento - é da ordem de R\$ 6,5 milhões. Então, esses recursos limitam tremendamente o projeto, porque, com os recursos atuais disponíveis, são necessários três anos para que um pelotão seja implantado. A limitação principal é o problema dos recursos.

O Projeto Calha Norte tem sofrido limitações. No ano em curso, dos R\$ 3,4 milhões, foram liberados apenas R\$ 2,7 milhões. No início da sua implementação, tal projeto teve um impulso muito grande. O que está implantado está em pleno funcionamento, muitas vezes com o sacrifício do nosso orçamento. Às vezes, é preciso redirecionar recursos de outras atividades para o Projeto Calha Norte. Não podemos deixar as pessoas desse projeto sem apoio, porque não há armazéns que forneçam alimentos, nem médicos que não sejam os do pelotão.

Com isso, não podemos deixar de colocar nesse projeto a logística militar, a qual tem uma conotação muito importante: a logística militar é realizada em todo o Território Nacional e de forma contínua, durante todo o ano. Não podemos deixar de dar o apoio a essas unidades.

O que está faltando do que está no projeto é relativamente pouco, mas ficamos na dependência de recursos. Há muita coisa ainda para ser feita; poderia ser feita a nossa estrutura militar na Amazônia, não só dos pelotões, mas outras OMSs que temos lá, como os batalhões de engenharia de construção; poder-se-ia dar uma participação grande a preços relativamente baixos no auxílio ao desenvolvimento da Região.

Bom, não vou alongar-me mais. Diria, vamos dizer assim, que se trata de uma Região muito palpitante. Há uma série de realidades que se entrecrocam. No início, enfatizamos o problema da extensão territorial, vazios demográficos, a intensa linha de fronteiras, riquezas naturais, - temos que olhar isso com muito carinho. A tudo isso somamos fatores sócio-econômicos, envolvendo o problema dessa dinâmica de índios e garimpeiros e manifesto interesse internacional na área.

A vivificação e o desenvolvimento dessa área foi um avanço relativamente lento até agora. Fez-se principalmente com base na ação pioneira das Forças Armadas nessas regiões. Embora esse avanço possa, a uma primeira vista, parecer lento, e a dimensão dos efetivos lá colocados possam parecer pequenos, representam um grande esforço da instituição e mesmo a nível individual e familiar de cada um. V. Ex^{as} podem imaginar o que seja uma pessoa passar um ou dois anos numa região dessas, afastando-se apenas esporadicamente, estando às vezes com sua família.

Agora, digo com experiência própria, pois pilotei um desses pelotões quando era Tenente-Capitão, ali no Alto Rio Negro, na Região de Cupuí?. É um trabalho altamente gratificante, onde nos sentimos recompensados de ver a produção daquele trabalho que fazemos no dia-a-dia.

Vimos aí as unidades que foram instaladas. O Calha Norte, sem dúvida, trouxe um aumento da presença militar, benefícios para a Região, mas a Região é muito grande. Embora eles representem pólos de desenvolvimento e irradiação, como antigamente tivemos as nossas colônias militares, vemos que a Região do Calha Norte é imensa; a Amazônia é muito maior e precisa também de algo semelhante. Obviamente, para fazermos isso, precisaríamos de uma ação conjunta de vários órgãos governamentais, de modo a promover um desenvolvimento auto-sustentado; temos que legar essa Região para as nossas gerações futuras. Isso, sem dúvida, é uma responsabilidade nossa.

Além dessas coisas todas, vamos ter, nessa Região, que ultrapassar alguns fatores adversos, que muitas vezes não vimos em outras regiões do território nacional: espaço geográfico vazio, precariedade das vias de transportes, dificuldades enfrentadas pelos governos estaduais e federais - para se fazerem presentes em toda a região -, a grande distância entre os marcos fronteiriços, delimitar, marcar, perfeitamente a nossa fronteira, problemas, reflexos de guerrilhas e narcotráficos em países vizinhos, atuação de grupos nacionais ou estrangeiros sob vários pretextos, problemas de ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização de florestas. Isso muitas vezes dificulta, até, a dinâmica, a presença da ação do Estado. Cabe mencionar também as dificuldades que têm os nossos países vizinhos também de projetarem os seus poderes na nossa região fronteira e, sem dúvida, o crescente interesse que a Amazônia tem despertado nos últimos tempos. É de fundamental importância, portanto. Nosso ponto de vista, Senadora, é implementar, acelerar, o Calha Norte, de uma vez por todas, envolvendo todos os setores responsáveis, criando condições que possibilitem a ocupação dessa extensa área. Sem dúvida, vamos ter que enfrentar muitos problemas nos diversos níveis federal, estadual e municipal, e responder a todos esses desafios.

Terminaríamos nossa apresentação reafirmando, a nossa convicção de que o Projeto deve ser fortalecido de modo a abranger toda a Amazônia, não exclusivamente o Calha Norte. Temos problema semelhante na parte sul da Calha do Solimões e Amazônia.

Uma prova da consciência do Exército sobre essa realidade é que, nos nossos planejamentos de estruturação da força de presença, passamos a dar uma prioridade absoluta aos nossos projetos e às nossas atividades. Já falei aqui da transferência de uma brigada da região de Petrópolis para Boa Vista, em Roraima. Obviamente estava prevista a criação de uma brigada em Boa Vista; só que, para evitar o problema de criar mais uma brigada, resolvemos do modo mais racional, extinguindo uma brigada em Petrópolis e criando outra lá.

Em 1993 foi feita a mesma coisa e no ano passado também. Estamos implantando uma brigada na região de Tefé, no Amazonas, por transferência de uma brigada que foi extinta no Rio Grande do Sul, em Santo Ângelo, tendo sido implantada na região de Tefé. Essa brigada tem unidades em Tabatinga: aquele batalhão de Tabatinga é dessa brigada, um batalhão em Tefé e outro em Cruzeiro do Sul, no Acre.

Estamos procurando dar prioridade e materializá-la com ações concretas. Em Manaus, em fase de instalação, já criado no ano passado, encontra-se presente um esquadrão de aviação, de modo a que possamos dar um melhor apoio aos companheiros na fronteira e nesses pólos afastados da Amazônia.

Com isso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, encerramos a nossa apresentação expositiva.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Dando prosseguimento, passaremos preferencialmente a palavra à Relatora da Comissão, Senadora Marluce Pinto, e posteriormente para os membros que se inscreveram; se não pela ordem de solicitação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Presidente, demais Membros desta Comissão, General Uchoa, demais representantes das Forças Militares, quero inicialmente parabenizar o General Uchoa pela bela exposição feita a esta Comissão, que, realmente, vai nos trazer bastante subsídios, não só para o acompanhamento das dificuldades dos povos que vivem na Amazônia e, principalmente, nas regiões fronteiriças, como também para facilitar o nosso trabalho na Comissão de Orçamento. Já tivemos essa Comissão instalada no ano passado e muito embora não tenha chegado ao término, tínhamos conhecimento de que a maior dificuldade enfrentada para a execução e para dar continuidade à ins-

talação do outros pelotões era exatamente o problema de orçamento, a falta de verbas.

Queria saber de V. Ex^a, General, - muito embora esse programa não seja um programa militar, como já foi dito, e a SAE é quem executa o programa, é quem recebe o orçamento, é quem planeja - queria saber, repito, se na execução do planejamento pela SAE há acompanhamento principalmente do Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica, porque são os dois que ficam praticamente na linha de frente. A Aeronáutica na execução do transporte, como já foi dito aqui; sabe-se que até para transportar combustível, principalmente para os pelotões lá da nossa região de Roraima e de Surucucus, os pelotões na Região Norte, isso é feito através de aeronaves; das cinco mil toneladas, três mil representam a quantidade de combustíveis. Nas outras regiões, como é o caso de Oiapoque, quero saber se a Marinha executa algum programa, se fica na linha de frente como fica o exército, porque não conheço todos os pelotões instalados. Já estive por três vezes em Tabatinga, em São Gabriel da Cachoeira e Surucucus, e todas as vezes foi como Parlamentar, como Deputada, na época da Constituinte, e também como Senadora. Em Surucucus, como fica no nosso Estado, Roraima, já conheço aquela região desde os idos da era de 80.

Também, General, gostaríamos que V. Ex^a explicasse para nós, Parlamentares, além do exército ficar nessas fronteiras como os guardiões das nossas fronteiras, se existe alguma integração do Ministério do Exército com o Ministério das Relações Exteriores com relação a demarcação daquelas fronteiras, porque é um problema muito sério que nós, Parlamentares e brasileiros, que ficamos atentos somente quando há conflitos, como há uns dois anos que aconteceu aquele caso do Haximu. Esta foi uma notícia que considero bastante desastrosa para o nosso País e, principalmente, atingindo mais ainda nosso Estado. A imprensa, não só a nacional como a internacional, divulgou, por dias seguidos, aquele suposto genocídio e que, posteriormente, quando ficou detectado que realmente aquela região não fazia parte do nosso Brasil, e sim da Venezuela, o noticiário das 20h, que é tão ouvido, apenas deu uma pequena comunicação de que não era no Brasil, mas na Venezuela. Quer dizer, espaço não temos o mesmo para desmentir aquilo que irresponsavelmente é divulgado.

Os problemas maiores que enfrentamos na nossa Amazônia, também é o problema fronteiriço, porque não tem nem os marcos, nunca se sabe se os garimpeiros, se os índios estão do lado de cá ou do lado de lá do Brasil. É muito importante para nós sabermos se há uma integração para haver um trabalho conjunto para a demarcação das nossas fronteiras.

Em terceiro lugar, quero um esclarecimento com referência à responsabilidade social dos pelotões, porque ali em Surucucus não vemos a presença de órgão algum; governamental não pode existir, porque aquela área, como Surucucus, está sob administração da área Federal, tendo na linha de frente a Funai. Então, o Governo estadual não pode prestar assistência alguma, não tem a liberdade de administrar em setor algum, mesmo estando na nossa jurisdição. A única presença, pelas muitas vizinhas que já fiz naquele batalhão, em Surucucus, é a presença do exército. As muitas vezes que lá estive nunca encontrei nem aquele posto de saúde da Funai funcionando, e posso dizer isso com muita liberdade, porque a última vez que lá estive foi na companhia do Ministro da Justiça, na época, Maurício Corrêa, e o Ministro do Exército, que ainda é o atual. Para decepção do Ministro da Justiça, o posto estava fechado, não tinha enfermeira, não tinha ninguém para atender aqueles índios Ianomâmis, que fazem parte da mídia nacional e internacional para divulgação, mas que na hora que precisam falta assistência do órgão e, principalmente, da Funai.

O que já percebemos, por muitas vezes, é que apenas aquele pelotão, através dos militares e esposas dos militares, é bom ressaltar isso aqui, porque o que é benéfico é bom que se fale, geralmente só se fala das coisas que não são benéficas. Por diversas vezes já estive ali e vejo que aquelas esposas dos militares, espontaneamente, voluntariamente, sem qualquer remuneração, dão assistência às índias, principalmente acompanhando naquele período de gestação, por falta de noções de higiene, já que os índios verdadeiramente silvícolas de fato são os ianomâmis. Desta forma, as esposas dos militares é que dão a assistência às crianças doentes e dão as primeiras letras àqueles índios. É um trabalho muito difícil. Considero um trabalho missionário. Minha pergunta é que se não poderia, através desse orçamento, além da implantação da manutenção daqueles pelotões, ter uma verba, pois vimos que a verba da educação deste ano, do dinheiro que receberiam, receberam quase a metade. Outras são irrisórias. Não existe, por parte do Ministério, uma liberação mais regular? Até para que os próprios militares que lá estão pudessem saber, realmente, quais os programas, na área social, independente do trabalho propriamente dito militar, nas fronteiras, o que era que poderia ter feito? Se não existe, nós, como Parlamentares, poderíamos entrar com uma emenda, na época do orçamento, em bloco. Os Parlamentares da Amazônia - está presente o Deputado Giovanni Queiroz, que em vários anos seguidos sabemos das dificuldades que temos, pois estivemos na Comissão de Orçamento. É difícil conseguirmos as verbas para nossas regiões, para nossos Estados, mesmo para as situações mais difíceis que precisam urgentemente de verba. Não seria difícil reunirmo-nos e fazermos uma emenda coletiva, expandindo mais aquele programa. Se existe a presença dos militares naquela fronteira do Norte, como única presença... São Gabriel da Cachoeira, não! Neste local, além do pelotão - tenho que ressaltar aqui a presença das missionárias, dos Colégios das Salesianas, que dão assistência na área da educação, no artesanato, dirigindo muito bem aqueles jovens que saem daquele local para estudar em outras regiões mais adiantadas. Não sei se aquela missão recebe algum subsídio do Exército ou de alguma organização não governamental. Se é de seu conhecimento, queira nos esclarecer, se, não, da nossa visita a São Gabriel da Cachoeira levaremos em consideração, nesta Comissão, será exatamente as verbas. Por quê? Não poderemos fazer um bom trabalho em prol de uma comunidade que fica desassistida e distante do Poder Central se, primeiro, não nos ocuparmos em assegurar verbas para que se possa ao menos minimizar a carência daquele povo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao General Carlos Moura.

O SR. CARLOS MOURA - Excelentíssima senhora Senadora Marluce Pinto, antes de mais nada desejo agradecer as suas colocações, principalmente as perguntas e indagações feitas que me permitirão estender, um pouco mais, a nossa parte expositiva, assuntos que seriam cansativos se entrássemos em detalhes. Inicialmente é necessário que entendamos bem a questão quanto à responsabilidade do Projeto Calha Norte. A responsabilidade da SAE e a dos diferentes ministérios. Falarei, especificamente, do Ministério do Exército ao qual represento neste momento. A SAE tem a coordenação do programa, não a execução, pois tem-se em vista que o programa envolve vários ministérios. No orçamento da SAE são colocados os recursos para o projeto Calha Norte, vindo direcionado para o Ministério do Exército, dentro daqueles diferentes projetos de atividade, tanto para o Ministério da Marinha, o Ministério da Aeronáutica, para todos os Ministérios que têm participação no Calha Norte.

Então, a SAE faz questão da coordenação, mandamos a programação - por exemplo, as metas para o ano -, quantificamos

as metas em termos orçamentários, e a SAE procura incluir isso no seu orçamento.

A execução do Projeto Calha Norte é toda dos diferentes Ministérios responsáveis. No caso do Ministério do Exército, a execução, a implantação desse ministério e o controle dessa implantação, tudo isso é do Ministério do Exército. Fazemos o controle através das nossas unidades de engenharia. Estamos permanentemente lá, verificando o andamento e, nos últimos tempos, também e principalmente as necessidades que são muitas, devido à falta de recursos.

Portanto, o primeiro aspecto é esse. A execução é do Ministério, mas é feita com os recursos colocados no orçamento da SAE que estão ali.

Como eu disse e como os seniores viram, esses recursos têm sido muito escassos, o que nos tem obrigado muitas vezes a cortar, do nosso orçamento, determinadas atividades para atendermos situações, vamos dizer, de crises nesses pelotões ou mantermos um fluxo de abastecimento mínimo compatível com aquelas necessidades da região.

Com relação ao Estado do Amapá, naquela questão de Clévelândia do Norte, a indagação sobre a presença da Marinha, a Marinha deve ter a programação de viagens para lá; não tenho conhecimento detalhado, mas antecipo porque não é permanente.

Nós no Ministério do Exército, dentro daquele aspecto que falamos, da logística militar, temos uma atividade de transporte. Então, dentro de nossa estruturação da Amazônia, temos localizado em Manaus um Centro Especial de Transporte, que integra, coordena e faz essa atividade, fazendo o transporte por meio de balsas, embarcações de maior ou de menor vulto. A partir de Boa Vista, faz-se também o transporte rodoviário. Então, é uma responsabilidade nossa.

Mesmo ali na região do Amapá, temos embarcações situadas na 8ª Região Militar, em Belém, que fazem o transporte desse suprimento. Obviamente nossa estrutura logística, em termos de transporte, não tem a dimensão que gostaríamos de ter para dar um apoio mais permanente a essas unidades mais afastadas. Mas dentro de uma política, vamos dizer, de suprimento, de manutenção de níveis de estoque lá na ponta da linha, como chamamos, no pelotão de fronteira, nesses polos regionais, que são Macapá, Boa Vista e São Gabriel da Cachoeira, e finalmente no polo maior que é Manaus, onde está a sede do Comando Militar da área, temos conseguido equacionar o problema dessa atividade difícil e complexa de levar esses equipamentos, suprimento, alimentação, vestuário, tudo para essas unidades de fronteira.

Obviamente há determinadas unidades - como já foi dito aqui, principalmente no noroeste de Roraima, o pelotão de Surucucus, o pelotão de Aris, que está praticamente pronto - que só têm acesso, atualmente, por via aérea. Então, esses são os problemas de suprimento mais críticos.

Há previsão de instalação de mais um pelotão nesta área, o pelotão de Aricós; estamos estudando porque não podemos direcionar recursos para um pelotão que depois não teremos condição de manter em termos de pessoal e tenhamos que retirar.

Sobre aquele aspecto que relatei de Surucucus, foi uma situação de emergência. Normalmente o transporte do combustível não demanda volume daquela ordem, de três toneladas. Isso foi uma situação em que a pequena usina hidrelétrica estava em pane, e toda a iluminação ficava a cargo do gerador do pelotão. Então, essa questão é realmente problemática. Quando falamos em logística militar - estamos freqüentemente apresentando os nossos problemas para a área econômica - uma das coisas que sempre abordamos é o problema da logística militar, porque, muitas vezes, se confunde erroneamente a logística militar com a simples atividade

de custeio. Se temos um órgão federal numa capital, ou em Brasília, e faltou recurso para custeio, o chefe da sessão diz: "Olha, hoje não tem expediente; não venham, porque não tem luz, falta energia para o computador e simplesmente não funciona". Mas, numa unidade de fronteira, não se pode fazer isso, porque há o problema das vacinas, o problema das comunicações com os centros, o problema da alimentação do pessoal - se faltar energia, muitos gêneros perecíveis vão se deteriorar e se perder.

Então, quando explicamos o problema da logística militar, muitas vezes o pessoal da área econômica diz: "Puxa, General, realmente isso é um problema sério". Estamos falando só do Calha Norte; imagina isso em nível nacional! As vezes, só uma incorporação de recrutas é como se fosse uma família que tivéssemos que cuidar, com 100.000 filhos para vestir, alimentar, instruir, educar sobre problemas de cidadania e orientar. O companheiro da área econômica diz: "Puxa, general, é como se fosse administrar uma cidade". E eu digo: "É muito pior. É como se você, pai de família, estivesse aqui em Brasília e tivesse os seus filhos dispersos pelo País todo, e você com essa responsabilidade de educar, de vestir, de instruir, uma série de coisas".

Então, realmente esse é um problema sério. Há a necessidade da compreensão do que seja a nossa logística militar: problema da saúde, problema de evacuação, suprimento, necessidade de construção, tudo isso fica maximizado pelas distâncias, pelas dificuldades das vias de transporte, pela falta dos meios de transporte, etc. Estamos vivendo situações difíceis.

Com relação à segunda pergunta, sobre o problema do Ministério do Exército, se está em execução algum convênio com o Ministério das Relações Exteriores para demarcação de fronteiras, concretamente, no momento, não. No entanto, é uma coisa possível, que já fizemos em vezes passadas. Eu já assisti vários desses trabalhos, inclusive naquela região de BV-8 e Normandia. Na década de 60, trabalhou ali uma comissão mista de demarcação de fronteiras do Brasil e da Venezuela, quando estavam presentes elementos do nosso Ministério das Relações Exteriores. E normalmente essas comissões, essas campanhas demarcatórias de fronteiras são feitas apoiando-se, a partir das unidades militares.

Então, isso é algo perfeitamente compatível e possível. Essa é uma das responsabilidades de um outro Ministério que não o nosso, no momento, mas, pela estrutura e pela presença que temos na região, temos condições de apoiá-lo e de facilitar o trabalho desse pessoal dessas comissões. Sem dúvida, é um problema sério.

Foi citado aqui o caso do Haximu. Sem dúvida não foi só lá em Haximu: em outras ocasiões, tivemos problemas com garimpeiros, que, deslocando-se naquela região, às vezes não têm um GPS para tirar a coordenada e saber exatamente em que ponto estão, se em território nacional ou estrangeiro. E a situação pode ser a mesma da parte do outro país em relação ao nosso.

O projeto, desde aquela ocasião, viu que uma das necessidades fundamentais e um dos objetivos era a intensificação das campanhas demarcatórias da fronteira, principalmente naquelas regiões de conexão internacional mais intensa ou de interação entre as populações regionais. Isso é de todo desejável. Obviamente não vamos conseguir, de início, demarcar toda essa fronteira, esses 6.500km, no entanto, existem determinadas regiões que estão necessitando uma intensificação nessa demarcação.

O Pelotão de Surucucus - para quem não conhece - fica já num altiplano, em direção à serra, porque Roraima tem uma geografia toda característica. Até Caracarái ela é um tipo selva fechada, a partir de Caracarái, o visual do ambiente é como se fosse a campanha gaúcha, aquelas finas cocheiras, vegetação rasteira, aquelas sangas com vegetação ciliar. O gaúcho, quando chega lá, imagina-se quase como se estivesse na sua terra; só que para a par-

te ocidental, naquela região onde mostramos os pelotões de surucucus, auaris, ericós, quando começa o altiplano, a selva é novamente fechada. E o pelotão de surucucus está em cima desse altiplano e é praticamente uma clareira até natural, deve ser alguma formação basáltica naquela região.

Então, existe uma aldeia indígena ianomâmi que vive praticamente em maloca, e tem um pequeno posto da Funai, que, lamentavelmente, a impressão que eu tenho das vezes que lá estive é de uma situação até constrangedora. Eu gostaria até de dizer aqui, Senador, sobre esta questão dos Ianomâmis, que as diferentes aldeias deles encontram-se em diferentes estágios de aculturação. Na região de Maturacá, eles têm duas aldeias, Ariatu e Maturacá, onde 'esses índios, hoje em dia, estão num estágio avançado de aculturação. Eles são agricultores; plantam frutas de um modo geral, banana, laranja, abacaxi; plantam mandioca, pupunha, em quantidades até além do que necessitam, e os excedentes daquelas plantações eles levam para a região de São Gabriel e trocam por alimentação. Eles moram em casas bem simples, que é a casa típica da região, de pau-a-pique, com barro, tabatinga, e coberta com palha. Quando nós chegamos lá, temos a impressão totalmente diferente daquela aldeia lá de Surucucu, onde o índio está numa maloca totalmente retraído, como se estivesse num zoológico de indígenas para serem visitados. São situações totalmente díspares. Há pouco tempo, foi feita uma visita ao Pelotão de Surucucus por alguns parlamentares da Casa, mas devido às condições meteorológicas, que é outro problema da Amazônia, a aeronave não pôde pousar na região de Maturacá. E eu lamento muito, porque há um contraste gritante de se observar numa mesma viagem, num mesmo instante. Parece que não estamos no mesmo momento, e que estamos diferenciados por anos de civilização, no entanto estamos vivendo o mesmo instante da vida presente.

Esses pelotões nossos, devido a essa deficiência de recursos, têm procurado melhorar essas condições através de convênios. Realmente o Comando da 8ª RM em Belém tem feito uma série de convênios com órgãos estaduais, e lá em Roraima também são feitos esses convênios para melhorar as condições naquelas regiões dos projetos integrados dos Pelotões Especiais de Fronteira. Então, nós temos convênio com a Secretaria de Educação da Amazônia e temos convênio com a Sesal da Amazônia, para que nós possamos melhorar o desenvolvimento dessas ações comunitárias. Temos também convênios com a Celetra amazônica, e em alguns desses pelotões, além da radiofonia, está sendo implantada a telefonia, para trazer melhores condições de vida.

Então, realmente é um trabalho nosso essa busca na geração de recursos para desenvolvimento do trabalho, e a manutenção e o custeio do projeto, porque o problema não é só adotar um pelotão, que é simples; a construção, os equipamentos, a instalação são gastos da ordem de R\$ 6,5 a R\$ 7 milhões de reais, mas posteriormente vem o problema do custeio e da manutenção, que é o combustível, a alimentação, a medicação, o problema de saúde, de ensino, que tem que ser equacionado.

Um aspecto também ressaltado aqui, sem dúvida, é a participação das esposas dos militares nessas regiões isolada. Há um outro aspecto fundamental que é a fuga do isolamento, porque é uma atividade construtiva. Como eu disse, numa situação dessa, o militar, que tem um nível cultural e social, não se pode manter à parte da problemática social. E não é só o militar. Quando eu disse que se fez ou que se está fazendo isso com grande esforço da instituição, é também a nível individual, o militar não está lá sozinho. O tenente ou o capitão está com a sua esposa, o que colabora com essa parte social.

Sobre a questão dos ianomâmis, já falei sobre os diferentes estágios de evolução em que eles se encontram.

É interessante, também, uma pergunta que a Senadora nos fez. Qualquer pessoa com quem falamos, de um modo geral, desperta a atenção - como brasileiro, como cidadão, como pessoa humana - para essa problemática em que se vive na fronteira. Têm sido colocadas, incessantemente, através de documentação do Ministério, através de intercâmbio pessoal, de conversas, de apresentações, ou de conversas pessoais, as necessidades nossas de recursos orçamentários. Nesse ano, estamos vivendo uma situação totalmente diferenciada ou atípica dos anos anteriores. Com relação a esse ajuste que se pretende fazer no Orçamento, o que a área econômica vem liberando em termos de recursos é uma parcela relativamente pequena. Aquilo que nós vimos para o Calha Norte, se formos ver em ponto maior, um pouquinho melhor é a situação que estão vivendo todos os ministérios. Nós temos também o nosso orçamento e o problema de manutenção e custeio de todo o Ministério, em todo o País. A própria Aeronáutica também está vivendo problemas de manutenção das suas aeronaves, e dificuldades em prestar apoio aos órgãos governamentais. Então, esperamos que agora, no final do semestre, isso se resolva, e que venha minorar um pouco, porque os recursos do Calha Norte são poucos, mas eles são muito bem empregados e ajudam muito a manutenção e o custeio. Agora, obviamente o que foi liberado até hoje é muito difícil e doloroso para nós, porque temos que retirar de outras atividades para não deixar os nossos companheiros sem o devido apoio. Esperamos que a área econômica venha a se sensibilizar, por esses diferentes apelos que nós temos mostrado, e que no Orçamento do próximo ano a Comissão Especial Mista possa ajudar-nos, se não como um todo, pelo menos essa parte do Calha Norte, de modo que nós tenhamos um melhor Orçamento.

Quando da elaboração do ano passado, embora o orçamento do Calha Norte seja da SAE, nós apresentamos aos companheiros da SAE - inclusive temos representantes nossos lá dentro, e aqui mesmo no Congresso - algumas propostas de emendas para melhorar essa situação, porque, de um modo geral, nós recebemos um teto e dali temos que dividir, embora nós já tenhamos feito uma programação que normalmente está acima daquele teto.

Finalmente, o problema de São Gabriel das Cachoeiras. Trata-se de um pólo regional, e, comparado com aqueles nossos pelotões de fronteira, eu diria que é uma metrópole. Conheço bem São Gabriel porque fui comandar o pelotão Cucuí, que fica a 250Km ao norte, e fui lá para passar um ano, mas adaptei-me bem à região e passei três anos e meio lá. E naquela ocasião São Gabriel da Cachoeira era uma região belíssima, praticamente tinha a missão salesiana, a prefeitura, o fórum e a Câmara na sede dos Três Poderes municipais. A cidade era quase nada. Hoje em dia está com uma população acima de 10 mil habitantes e ali estão presentes, realmente, as autoridades governamentais; tem atividades econômicas, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e a Seltroamazon(?) estão presentes.

A missão continua obviamente com o seu trabalho. Diminuiu um pouco porque, praticamente, naquela ocasião, todo o atendimento era naquela missão. Continua com aquele trabalho de educação formidável dos salesianos, que não é só em São Gabriel, é no vale do rio Negro. Estão presentes em Barcelos, Tapuruquara e outras regiões.

Eles procuram, mas o Exército, obviamente, não tem condições de apoiar esse pessoal financeiramente. O apoio que fazemos é um trabalho integrado comunitário. A unidade hospitalar, que existia lá antes do Exército chegar, funcionava com as irmãs salesianas. Não tinha médico, pessoal especializado. A partir da chegada do Exército tinha a Unidade Mista de São Gabriel da Cachoeira, que era atendido com o nosso pessoal de saúde do batalhão: médicos, enfermeiros e funcionários do Governo do Amazonas.

Agora já tem um hospital, que havia sido construído, mas que estava fechado desde 1992. O hospital estava pronto, e vamos dizer, hospital que faria inveja a qualquer cidade. Se tivesse aqui em Brasília estaria muito bem situado, construído, equipado, etc. E estava desde 1992 parado porque tinha faltado recurso para pagar a firma que construiu e ainda não sido feita a entrega. Isso foi solucionado pelo governo do Estado e através de convênio estamos operando esse hospital, e que atende obviamente toda a população local. O trabalho dos salesianos realmente é um trabalho digno de nota, porque marcam presença no Alto Rio Negro.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, General Uchoa, Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, hoje aprendi um pouco mais a respeito do Projeto Calha Norte. Se aprendi um pouco, já estando aqui há quatro anos e meio, e que sou da Amazônia, do Pará, mesmo sendo a minha região do sul do Pará, sabia muito pouco a respeito do Projeto Calha Norte, embora tenha me interessado sempre por todos os temas nacionais.

Calculo que muitos deputados de outras regiões, também com os afazeres que as regiões lhe impõem à maior atenção, desconhecem quase em absoluto a importância do Calha Norte e esse projeto. Logicamente muitos outros Deputados e Senadores, mais ligados a essas questões de segurança nacional, possam ter melhores informações do que nós, parlamentares da Amazônia.

Mas aprendi aqui hoje, e vamos ter que repassar isso a outros colegas para entenderem a importância que é o projeto Calha Norte para ocupação efetiva da Amazônia, sob pena de permitirmos amanhã que outros a ocupem. E essa foi também uma das primeiras preocupações quando se pensou no Projeto Calha Norte.

Mas falta e precisa ter aí vontade governamental para que isso ocorra. Na verdade os senhores estão sobrevivendo nesse projeto. As duras penas transferindo recursos de outras unidades para manter até aquelas instalações já colocadas em outros momentos.

Eu talvez nem tivesse pergunta a fazer, mas tenho aqui a fazer algumas considerações. Penso que a preocupação da Senadora Marluce Pinto, quando propôs esta Comissão Mista especial para reestudar o Projeto Calha Norte, e poder viabilizar esse projeto, é que S. Ex^a já tendo conhecimento da importância desse projeto queria revitalizá-lo, queria dar-lhe nova vida para que pudesse cumprir aí os objetivos primeiros a que foi motivo da sua elaboração e do início da sua implantação.

O que nos deixa pasmos é que, na verdade, só receberam até agora 3% dos 7,5% que foram propostos, que foram mantidos no orçamento.

Então, Senadora, nós vamos brigar muito na Comissão para colocar mais recursos. Mas vamos nos sujeitar - e aí nos deixa indignados - à motosserra hoje do José Serra, do Serra amanhã, do Serra novamente, cortando, por exemplo, e deixando só 7,5% do que já tinha sido aprovado. E depois ainda a vontade dele para liberar os recursos, liberando até hoje no quinto mês menos de 3% dos recursos, depois de sujeitos à motosserra. Está cortando novamente, contingenciando recursos para atender o Calha Norte.

Pior ainda, General, e sei que o senhor não vai poder tecer muitos comentários sobre isso. Quem tem que tecer comentários são os deputados, denunciar o Governo, das suas prioridades. Porque a prioridade do governo hoje é voltada para pagar juros e encargos da dívida.

Calculem os senhores, pelo meu exercício rápido, sou da Comissão de Orçamento, como disse a Senadora Marluce Pinto, e gosto de discutir isso lá. Dos 65 bilhões de dívida interna, 1% dessa dívida significa R\$650 milhões/ano. Ao mês significaria em torno de R\$56 milhões. Daria para atender o senhor nos dois exer-

cícios sem cortes de motosserra. E 1% ao dia, dá quase R\$2 milhões/dia. Só receberam lá R\$95 mil.

O que ficou para este ano são R\$3 milhões, ou seja, em dois dias, de 1% de juro a mais que se paga a mais no mercado, na rolagem da dívida interna do Brasil, com juros no patamar de 66% ao ano. Nunca vi isso na história do mundo. Isso é a maior sangria que se pratica neste País. É uma vergonha a situação vivida por nós, brasileiros, tolerando isso.

Toda a receita fiscal e tributária da União prevista no orçamento são R\$48 bilhões - R\$62 bilhões são contribuições sociais. Receita fiscal e todos os impostos somam R\$48 bilhões. Com a receita tendo um pouco mais de sucesso deve ir a R\$60 bilhões, se não entrarmos agora num processo recessivo; aí, talvez, retorne aos R\$48 bilhões. E aí estão comprometidos 80% de toda essa receita com juros e encargos da dívida interna. Não estou falando da dívida externa, que está sob controle, perfil alongado, 8% ao ano. Tudo bem vai se gastar R\$7,5 bilhões. Amortizar mais R\$4 bilhões, até aí tolerável.

Mas aqui é alta a concentração, falta prioridade do governo; que quer a todo custo achatá-lo o consumo, mas antes de achatá-lo reduz também investimentos. E inibe a condição de investimento do Estado, porque não lhe sobra dinheiro nem para custear o que está aí mantido, como o senhor mesmo está dizendo. Tem que tirar dinheiro de outras áreas para poder atender aquela região. Tem que sacrificar gêneros alimentícios para transportar petróleo, porque a Aeronáutica não poderia fazer mais vôos para suprir a necessidade momentânea de óleo diesel para um grupo gerador em substituição a uma hidrelétrica, que estava paralisada temporariamente. O senhor sacrifica lá, mas aqui não se preocupam com isso.

Então, na verdade, esse projeto é extremamente importante na visão de nós amazônidas, e temos aqui à frente parlamentares da Amazônia que vão estar agora em Rondônia. E penso que essa questão tem que ser colocada para a frente parlamentar num grito para que possamos levar para discussão e debate e pressionar o governo, a fim de que olhe um pouco para a Amazônia, senão ele não olha.

Há mais de dez anos não se vê investimentos sério de governo federal na Amazônia. É uma vergonha: E quando tem investimento, um projeto como esse, lamentavelmente o governo surge com outro, que é o Projeto Sivam, e para esse projeto tem dinheiro. E tem dinheiro, General, porque interessa a quem está vendendo os equipamentos arranjar dinheiro lá fora para financiar investimento aqui dentro. São R\$1,4 bilhões, e não tem esse projeto a mesma importância, não tem prioridade sobre o Projeto Calha Norte. Não tem. Então, precisamos rever este Brasil.

Nós estamos andando a reboque de interesses de grupos que querem nos vender equipamentos e por isso arranjam financiamentos lá fora, internam esses recursos a custos altíssimos, e nós ficamos com um projeto dessa importância, dessa magnitude, paralisado.

Então, eu faço aqui apenas um registro da nossa posição, do meu Partido, o PDT, que não tem nada de radical, apenas questiona os rumos que estão sendo seguidos por este Governo.

De repente, estamos aqui a privilegiar a concentração de renda cada vez mais na mão de quem especula, em detrimento de serviços e de investimentos de extrema importância para a integração e proteção dessa área amazônica de extraordinária importância para o Brasil. Sem dúvida nenhuma, é cobçada por muitos lá de fora, com ONGs as mais diversas, algumas sérias, a maioria a serviço de outros interesses para questionar a ocupação efetiva da Amazônia.

A presença do Exército é uma garantia para nós brasileiros de que a Amazônia vai continuar sendo nossa. Não sendo isso, corremos o risco de vê-la minada amanhã e perdermos o controle da região.

Queria cumprimentar o ilustre General, até fazendo-lhe um apelo para que ele nos forneça, por intermédio da representação na

Câmara e no Senado, esses dados das transparências aqui apresentadas, para que possamos, depois, tê-los como instrumento de argumento e de questionamento a essa linha do Governo que tem relegado a um quinto plano - se existe quinto plano, porque não tem nada feito - esse Projeto Calha Norte.

Meus cumprimentos ao General, obrigado pela oportunidade de aprender um pouco mais aqui sobre a nossa Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Com a palavra o General Carlos Moura.

O SR. CARLOS MOURA - Sr. Presidente, Exm^o Deputado Giovanni Queiroz, inicialmente, quero agradecer as suas palavras, sinto-me sensibilizado mesmo de ouvir essas palavras de um amazônida, ao dizer que aprendeu alguma coisa hoje. Sei que V. Ex^a conhece muito mais do que eu a problemática do Amazonas, do Projeto Calha Norte, mas nos sensibiliza, profundamente, seu desejo de repassar esse conhecimento, tenho certeza, aos seus pares desta Casa.

Sobre isso, sugiro a V. Ex^a que uma visita à região tem um poder de persuasão muito maior do que qualquer coisa que eu possa dizer aqui ou trazer em gráficos. Visitar essa região, principalmente nesses rincões mais afastados, ver as dificuldades, verificar o trabalho que é desenvolvido, tem um apelo chamativo muito maior do que qualquer palavra. As palavras podem convencer, no entanto os exemplos arrastam.

No ano passado, inclusive nesta Comissão, quando a Senadora Marluce Pinto era Presidente, chegou a ser programada uma visita ao Calha Norte por alguns Parlamentares da então Comissão Mista que estudava e fazia a reavaliação do Projeto Calha Norte. Infelizmente - ano passado foi um ano atípico, muito difícil, ano eleitoral, compromisso de Parlamentares -, essa viagem estava marcada para meados de agosto e terminou sendo adiada e, mais tarde, devido ao problema de calendário, não foi realizada.

Sugiro a V. Ex^a, como idéia, e se for possível, uma visita de Parlamentares, acompanhada, obviamente, de alguém da região que possa ir até as localidades, mostrando e ressaltando essas dificuldades que vivemos, porque, realmente, precisamos ter um tratamento um pouco melhor para o Calha Norte. A própria SAE-Secretaria de Assuntos Estratégicos também conhece o nosso problema, tem mais ou menos acompanhado em nível de coordenação.

Ainda este mês, houve uma comitiva da SAE viajando na região, e tenho certeza que esses problemas serão equacionados a nível de Governo, não só aqui na Casa do Legislativo, onde temos sempre encontrado o máximo de boa vontade, mas também no Executivo, até se equacionarem os problemas de caixa e de orçamento. Essa é a minha área no Ministério do Exército, e conheço um pouco dos assuntos narrados aqui por V. Ex^a.

De modo que agradeço por tudo e deixo essa sugestão à Comissão de fazer uma visita a algumas unidades na época mais favorável ou mais disponível para isso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Temos inscritos, pela ordem, o Deputado Salomão Cruz, Senadora Marina Silva e o Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Deputado Salomão Cruz, de Roraima.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, inicialmente, quero registrar que esse horário é impróprio para a realização da reunião desta Comissão, porque está havendo votação na Câmara dos Deputados. Então, sugiro um horário depois da votação das 18h, e que marcássemos as próximas audiências com tempo mais prolongados, porque entendo que esse é um tema apaixonante, polêmico e fundamental para a Amazônia.

Quero dizer ao General Uchoa que, independente de qualquer coisa, sou favorável ao Calha Norte. A Amazônia, lamenta-

velmente, não tem leis que retratem a sua realidade. É o caso, por exemplo, das leis que tratam da segurança nacional, que, até hoje, não foram regulamentadas. As leis que definem a questão da garimpagem, uma questão importante na Amazônia, até hoje, não foram regulamentadas. As leis que tratam do meio ambiente são leis federais que não retratam a realidade da Amazônia.

As leis brasileiras, de um modo geral, são genéricas com o tratamento das coisas da Amazônia. Elas criam várias Amazonas: a do seringueiro, da Senadora Marina Silva, a garimpeira do Senador Emandes Amorim; a sua Amazônia da segurança nacional. São várias amazonias, e nada é feito no sentido de se ter uma proposta definitiva para a Amazônia.

Por causa da segurança nacional, por causa da presença do Exército nessas regiões é que sou favorável ao Calha Norte, embora entenda que o projeto precisa ser repensado. Eu falo isso porque vamos discutir a questão dos recursos. Na sua exposição, verificamos que os recursos do Calha Norte são insuficientes e abaixo da expectativa do que previsível. Como acredito no orçamento do Exército, sei que o previsível é o desejável, é o necessário. Se 10% só é destinado para aquilo que é previsível, só 10% daquilo que se pretendia foi feito. Vamos discutir isso nas comissões que liberam recursos, portanto preciso de subsídios.

Agora mesmo o Deputado Giovanni Queiroz falou do Sivam. Quero dizer a V. S^a, a esta Casa e a esta Comissão que sou favorável ao Projeto Sivam. Desde o começo, acompanhei as audiências públicas, os debates na Câmara dos Deputados sobre a questão do Sivam. É o projeto mais importante que o Governo Federal já fez na Amazônia nos últimos 30 anos. O último foi o projeto RADAM que teve uma importância vital para a integração da Amazônia. Depois daquele, só o Projeto Sivam veio definir alguma coisa para a Amazônia daquilo que entendo ser a Amazônia, apesar, General, de o Projeto Sivam não estar nos moldes daquilo que sonhei para a Amazônia.

Se tentarmos detalhar esse Projeto, observamos que seus objetivos são atrelados aos recursos previstos em US\$ 1,4 bilhão, sendo 60% para o tráfico de ilícitos, mais ou menos 25% para o tráfego aéreo e só 15% para a questão dos recursos naturais. Acho que a Amazônia deveria inverter esse papel, devendo ser 60% para a avaliação dos recursos naturais e o restante destinados ao tráfego de aeronaves comerciais e ilícitos.

Nós da Amazônia não temos culpa se os países fronteiriços produzem a cocaína e se os Estados Unidos consomem essa droga. Se estamos com recursos para o Brasil pagar e buscar uma alternativa para a Amazônia o maior volume de recursos devia ser exatamente para a avaliação dos recursos naturais.

Defendo o Projeto Sivam, acho que ele é instrumento que vai viabilizar um outro projeto mais importante que é o Sipam. Acho que as ações na Amazônia têm sido feitas de maneira descoordenada. Vou lhe dar um exemplo de como é essa ação descoordenada. V. S^a, que conhece a Amazônia, estuda-a, sabe que vários projetos que foram idealizados e implantados na Amazônia não tiveram o resultado desejado porque faltou uma coordenação dos órgãos federais. Os órgãos federais, às vezes, atuam de forma desordenada, repetindo algumas coisas que já foram feitas, e isso dificulta principalmente a presença do Estado na Região Amazônica.

Veja por exemplo o caso do Garimpo de Serra Pelada, que era uma área pequena, uma área de menos um hectare e aquele Garimpo de Serra Pelada, de repente, inverteu-se a hierarquia nos órgãos federais, colocando uma coordenação geral, o que não resultou em nada. Na verdade, quando se terminou de extrair o ouro que os garimpeiros tinham acesso, ficou um buraco enorme, e nada redundou em favor da Amazônia.

O Projeto Sipam, que é uma consequência do Sivam, tem o objetivo exatamente de ordenar a atuação dos órgãos federais na Amazônia. Disse isso para o Ministro Sardeberg que talvez a maior dificuldade que o Projeto Sivam e o Sipam tenham encontrado, nesta Casa, sejam da responsabilidade da própria SAE que não se preocupou em dizer para os Parlamentares da Amazônia, de forma objetiva, de forma clara, o que se pretendia. O resultado foi que ficamos com a idéia de que os Projetos Sivam e Sipam eram projetos militares, tal qual o Calha Norte. Por isso a dificuldade do Governo em discutir, em aprovar e em dar uma alternativa importante para a Amazônia que é a avaliação do seu potencial natural.

Sempre digo que as sociedades brasileira e mundial cobram o desenvolvimento sustentável com a exploração racional dos recursos naturais da Amazônia. Não temos como explorar racionalmente, como definir uma política, mas não tivemos acesso a essa tecnologia que vai dar uma avaliação global do potencial dos recursos naturais da Amazônia.

Na Amazônia, General, as coisas são ganhas no grito, porque falta o conhecimento básico do potencial da Amazônia. Pessoalmente, não acredito na história de internacionalização da Amazônia, V. S^a me desculpe, não sei qual a sua posição. Acho que se o americano quiser invadir a Amazônia, ele a invade, mas acredito que não fará isso.

O que pode acontecer na região é a presença de forças de paz pelo não cumprimento da lei. O que quero, na verdade, é definir leis que reflitam a realidade da Amazônia...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Mas, se vier força de paz, já é ocupação.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Mas é possível as forças de paz porque as leis são feitas e não são cumpridas, mas vou deixar de fazer as colocações e fazer as perguntas a V. S^a.

V. S^a comparou Cucuí com Surucucu e disse que há uma diferença muito grande. Cucuí, há 50 anos, tem a presença do Exército e já existe um contingente de civis considerável, que tem origem nos militares que deram baixa e ficam com suas famílias nas proximidades do pelotão. E, em Surucucu isso não acontece, porque é um pelotão recente.

A primeira pergunta é a seguinte: V. S^a acredita que conseguimos fazer um povoamento em Surucucus com toda essa dificuldade que temos na definição da reserva indígena?

A outra pergunta é com relação ao Projeto Sivam. Faço essa pergunta porque precisamos definir bem essa questão. Com a implantação do Sivam, e algumas regiões como Surucucu ou na região a oeste de Roraima, o Calha Norte não perde o seu objetivo, e não temos que repensar uma forma de buscar recursos para a manutenção do Exército naquelas áreas? Parece-me que, nessas regiões, com a implantação do Sivam é possível que o Calha Norte perca alguns objetivos, e enfraqueça o nosso argumento na busca de recursos para a manutenção do Exército naquelas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Com a palavra o General Carlos Moura.

O SR. CARLOS MOURA - Sr. Presidente, Exm^o. Deputado Salomão Cruz, antes de mais nada desejo cumprimentá-lo pelo ardor de amazônica, o modo como coloca as suas posições sobre a região e encara realmente a problemática.

Concretamente, sobre as indagações feitas, desejo fazer um pequeno reparo. A comparação que fiz dos Ianomâmis é na Surucucu e na Região de Maturacá. Cucuí é próximo de Maturacá, mas fica afastado em torno de 100km. Vivi na Região de Cucuí, mas tive a oportunidade de visitar Maturacá na ocasião não tínhamos presença do Exército. O Pelotão de Maturacá é relativamente recente. Tinha ali uma missão salesiana na região de Maturacá. Sem dúvida, há uma diferença fundamental em termos de desenvolvi-

mento e de progresso das Aldeias de Maturacá e Areiabu, que ficam ao sopé do Pico da Neblina, e a Aldeia ianomâmi, em Surucucus. Ali, em Surucucus, os índios vivem em malocas, em situação bastante precária, em termos de sobrevivência, onde o pelotão oferece um atendimento básico. Existe, junto a essa aldeia indígena, um posto da Funai, onde há um posto médico, que nos causou uma péssima impressão, a mais deprimente possível. Muitas vezes, o índio da maloca é orientado a não procurar o atendimento do posto médico e do pelotão. Isso é complicado. Estamos presentes para prestar-lhes assistência, mas existe toda uma dinâmica legal, à qual, obviamente, temos de nos sujeitar. Sem dúvida, isso é uma constatação com relação à situação ou ao estágio de evolução das Aldeias Ianomâmis nas regiões de Maturacá e Surucucus. Não tenho dúvida de que, com a continuação, esse intercâmbio, esse relacionamento, aos poucos, independente do aspecto legal, vai se estabelecendo naturalmente, porque a lei do progresso é a que impulsiona a humanidade.

Temos experiência em termos de relacionamento, já que não começamos o contato com índios agora no Projeto Calha Norte ou mesmo quando foram os primeiros pelotões há cinqüenta, sessenta ou cem anos. O nosso relacionamento com as comunidades indígenas estiveram presentes desde os primeiros instantes da formação Histórica do País, onde o Exército teve o seu lugar nos seus principais momentos, com um relacionamento muito intenso com as comunidades indígenas, a começar no Rio de Janeiro, em 1565, quando, nós, descendentes de portugueses ou mesmo aqueles que aqui estavam, com a ajuda dos Tamoios, expulsamos os franceses do Território Nacional.

Posteriormente, em 1648/49, houve as Batalhas dos Guararapes, quando foi formado o berço da nacionalidade brasileira, época em que nasceu o Exército brasileiro, num trabalho conjunto das três raças: o negro, o branco e o índio. Tínhamos chefes indígenas que combateram, lado a lado, para expulsar o invasor da nossa terra.

Já no século atual, temos a presença de Rondon, que foi um exemplo em termos de relacionamento com comunidades indígenas, tendo sua obra citada em todos os países do Primeiro Mundo.

Não temos dúvidas de que, nessa situação de Maturacá, há uma problemática em termos de logística, de manutenção, de se criar condições para o nosso elemento quando estiver na inatividade, a exemplo do ocorrido em Cucuí, em Japurá, em Vila Bittencourt e em vários outros pelotões nossos de fronteira, que foram desenvolvendo e hoje já existem comunidades razoáveis.

Em termos de relacionamento, tenho certeza de que temos bastante experiência e vivência, às quais serão úteis para a nossa integração e para o trabalho que realizamos de afirmação, não só como profissionais militares, mas, como pessoas humanas, e também para as populações que lá estiverem.

Com relação ao problema de o Sivam trazer um afogamento ao Projeto Calha Norte, discordo de V. Ex^a e digo que não. Diria que eles poderiam inclusive se complementar. Como V. Ex^a bem explanou e traduziu o que vem a ser a idéia do Sivam, que se trata do Projeto Sipam/Sivam. Mas, não quero entrar em detalhes, pois a SAE, que é a dona do Projeto, virá aqui posteriormente e vai explicá-lo. Mas, como V. Ex^a abordou, o Sivam é a parte do sistema que vai produzir os dados para serem submetidos e tratados, e o Sipam - Sistema de Proteção da Amazônia -, vai utilizar esses dados. Ou seja, vai possibilitar, aquilo que V. Ex^a tanto almejou e corretamente citou, uma ação integrada e racional dos diferentes órgãos do Governo Federal. Então, o Sivam vai, produzir os dados, e o Sipam será a integração dos diversos órgãos, usando essas informações e utilizando-as em benefício da Amazônia.

Obviamente, o Exército, de um modo geral, na Amazônia, será um dos usuários e parte integrante do Sipam, usando essas informações, que serão muito úteis para nós, pois temos interesses em mapas da região para exercícios, patrulhamentos e orientação, dados esses que nos facilitarão sobremaneira.

Quanto ao problema do tráfego aéreo ilícito da Amazônia, apenas imaginamos a sua intensidade. Anualmente, vou a essa região duas ou três vezes, por ser uma responsabilidade funcional minha, e os Pelotões de Surucucus e de Auari são um problema, por serem de difícil acesso. Por diversas vezes, tentamos. No início de maio, por exemplo, estivemos lá com o Chefe do Estado-Maior. Decolamos de Boa Vista com um tempo excelente e, quando estávamos nos aproximando da Serra, o tempo começou a fechar, diminuiu-se a visibilidade e faltaram instrumentos para se fazer um voo numa região de serras, onde há o perigo de se ir a baixas altitudes, num voo cego, sem um apoio instrumental. Esse é um aspecto fundamental. O outro é com respeito à questão da vigilância eletrônica, que o complementa.

Finalmente, diria que os recursos necessários ao Projeto Calha Norte são tão pequenos que, com certeza, não será uma questão de decidir entre o Calha Norte, o Sivam ou isso. E os trabalhos são complementares, porque o Sivam é um sistema muito complexo, mas algumas estações, vamos dizer, são satélites ou monitoramento por estações móveis, em terra ou em aeronaves, e fixas que, obviamente, vão necessitar de elementos para fazer leituras e segurança de instalações, visto que essas estações fixas deverão buscar essa segurança natural que esses pelotões de fronteira ou essas unidades militares na Amazônia não dão.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, agradeço a exposição do General. Aproveito a oportunidade para lhe dizer que em nenhum momento quis destratar ou desconsiderar o Exército brasileiro. Apenas disse que se o americano quisesse entrar no espaço brasileiro, entraria, pois ninguém pode questionar a potência bélica que são os Estados Unidos.

Concluindo, o Deputado Giovanni Queiroz disse-me que a Força de Paz é uma intervenção. Concordo com isso. Podemos evitar isso se, aqui nesta Casa, fizermos leis que retratem a realidade da Amazônia. Busco exatamente essas leis. Não quero que a Amazônia seja somente minha, do índio ou do garimpeiro, mas que ela seja toda nossa, devendo ser explorada em benefício de quase vinte milhões de pessoas, que, de uma forma ou de outra, estão lá morrendo em berços esplêndidos, com um potencial fantástico e na mais absoluta pobreza.

Quero também lamentar o fato de não podermos ficar mais tempo, visto que estamos em um processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Penso que a melhor forma de protegermos a Amazônia é ocupá-la. Indiscutivelmente, qualquer instrumento, por mais sofisticado que seja, não substitui o homem na região. O homem, com a presença do Exército, tem a dimensão de ampliar esses espaços para que nós, brasileiros, possamos ocupá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA - Primeiramente, Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento. Sugiro que sejam respondidas em bloco as demais questões, dado o esvaziamento desta reunião em função das atividades dos Srs. Parlamentares. Em segundo lugar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de começar os trabalhos

desta Comissão Mista no sentido de ouvir as pessoas que são as responsáveis pela efetivação dessa proposta.

Há um pensamento do General Carlos Uchoa que diz que a história é um profeta infalível, por profetizar em cima do que já passou; aqueles que profetizam para o futuro têm muitas possibilidades de falhar. No caso, o Projeto Calha Norte já vem em andamento há algum tempo. Assim, já temos o que profetizar para o passado. Nesse sentido, gostaria de fazer um pequeno histórico com relação às concepções que nortearam esse projeto, sobre as quais V.Ex.^a falou no início da sua exposição. V.Ex.^a, pode, inclusive, corrigir-me se, por ventura, houver alguns equívocos.

O Projeto Calha Norte foi idealizado por um núcleo militar do Poder Executivo, mais especificamente na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. O processo que deu origem a esse projeto foi baseado na Exposição de Motivos nº 18/85, elaborada pelo General Bayma Denis, na qual solicita ao Presidente da República a constituição de um grupo de trabalho interministerial para elaborar diretrizes e subsídios às ações governamentais na Região Norte, nas calhas dos Rios Solimões e Amazonas, visando superar as imensas dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento. Temos algumas referências ao documento com relação à criação do Projeto Calha Norte, que foi particularmente os Estudos nºs 3 e 10, de 31 de maio de 1985, da Terceira Seção do Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Todo esse processo, embora seja dito que não, tem toda uma vertente, uma raiz militar. V.Ex.^a, disse também que, além dessas ações militares, do cuidado com a nossa fronteira e de uma série de fatores que foram elencados, tem também a preocupação social da presença do Exército com outros serviços, no sentido do apoio às populações.

No início da implantação do Projeto Calha Norte, como se deu a presença militar junto aos grupos já existentes, junto, por exemplo, às comunidades indígenas, às representações sociais, já que se tratava de um trabalho que seria integrado junto à sociedade? Quais as experiências e aprendizados que se teria hoje, já que se está pensando em fazer uma reavaliação - pelo menos é o que alguns Parlamentares pensam - com relação à questão do Projeto Calha Norte? Que tipo de ação concreta aconteceu do ponto de vista da alteração do comportamento indígena face à presença do Projeto Calha Norte? Os senhores já tem uma avaliação crítica, positiva ou negativa, dessa questão? E quanto à presença de garimpeiros na região, principalmente na área Ianomâmi, o que teria V. S.^a a dizer?

Com relação à polêmica acerca de quem guarda as nossas fronteiras, tenho uma posição que penso ser dos militares e não minha: primeiro, quem assegura as nossas fronteiras são as populações que moram naquelas regiões. Sem elas todos nós, inclusive os senhores, estaríamos fadados ao fracasso. Sou do Estado do Acre, onde o Exército brasileiro, que chamávamos de "arigós", estava representado por nordestinos, era liderado por um gaúcho meio maluco chamado Plácido Castro e ganhou dos bolivianos da seguinte forma: os bolivianos entraram numa mata cheia de brasileiros que davam proteção aos revolucionários nacionais e que faziam tudo para sabotar os bolivianos. A presença, então, dos seringueiros, dos índios, dos caboclos que vivem naquela região é o primeiro elemento da nossa segurança. Daí a importância de políticas públicas e sociais no sentido de que essas pessoas e comunidades sejam os principais aliados na questão da segurança nacional, sem as quais não haverá Exército que consiga ser vitorioso, pelo menos dentro de uma guerra politicamente ética.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao General Carlos Uchoa.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Sr. Presidente, Exm^a Senadora Marina Silva, primeiramente, desejaria reafirmar algumas considerações feitas aqui sobre o problema do início do Projeto Calha Norte.

O estudo inicial feito pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional era apenas uma questão funcional de coordenação de um grupo de trabalho, em que havia vários Ministérios civis representados: Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior e Ministério da Justiça.

A SRA. MARINA SILVA - Parece-me que os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Esses eram representantes apenas observadores, pela presença que já tinham na área.

É bom destacar que a presença não era só de elementos militares, mas também de Ministérios de peso, como o Ministério do Interior - V. Ex^a se lembra bem de como era a sua estrutura -, o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores, devido à problemática que se tem ali.

O problema de defesa de nossas fronteiras, como vamos falar aqui, não é uma responsabilidade exclusiva das Forças Armadas, principalmente nesta fase da manutenção preventiva das fronteiras: Uma coisa é a manutenção preventiva; outra, a situação de conflito.

Posteriormente, esse estudo foi ampliado; criou-se um grupo de trabalho interministerial, com a participação de quase todos os Ministérios, e foram identificadas as necessidades fundamentais.

Esses projetos integrados, segundo a exposição de motivos apresentada posteriormente por esse grupo multiministerial, eram bem mais extensos e detalhados. Havia problemas de assentamentos de colonos e de oferta de recursos básicos, como alimentação, energia e água potável.

Quando o projeto começou a ser implantado, os Ministérios, as forças singulares, por estarem mais presentes na região e já terem uma estrutura dimensionada para isso, deram uma resposta mais pronta.

Obviamente, V. Ex^a conhece bem essas regiões e sua problemática. O Acre, embora tenha uma geografia dissociativa, apresenta uma problemática um pouquinho diferente, em outro estágio de evolução, com uma presença nacional bem mais intensa.

Há necessidade de uma estrutura montada para se dar resposta a um projeto. Muitas vezes, são assinados acordos internacionais que levam anos e anos para serem implementados - é o caso do Pacto Amazônico e do Pacto Andino, e podemos citar vários outros - e demandam a montagem de uma estrutura para que se possa atuar numa determinada região.

Então, quero deixar claro nosso ponto de vista, obviamente auxiliado por essa documentação da qual V. Ex^a falou, de que o Projeto Calha Norte não tem - como aparentemente se diz - uma raiz militar, mas multiministerial. Trata-se de um projeto abrangente.

Se observarmos tudo que estava previsto em cada projeto integrado àquele, verificaremos que nossa parte foi feita. Essa é a realidade. O Pavilhão de Terceiros está lá para abrigar os órgãos dos outros Ministérios.

Na ocasião, a execução abrangia a participação de quase todos os Ministérios, além de outros órgãos governamentais, que, por falta de estrutura, não puderam, na época, dar uma resposta de imediato.

Com relação à questão da defesa das nossas fronteiras, sem dúvida, os militares têm uma função definida em termos de segurança nacional, de cumprimento, presença, atividades e uma série de coisas; enfim, devem-se fazer presente na região.

Obviamente, nós que estamos vivendo uma conjuntura difícil não temos condição de manter uma estrutura militar, com adesamento constante, apenas esperando uma situação de conflito.

Então, precisamos participar - e o temos feito - dos grandes temas sócio-econômicos e de desenvolvimento.

Nossa missão constitucional é bem definida; além dela, desenvolvemos ações complementares em apoio às políticas governamentais de desenvolvimento do País. Poderia dizer que as nossas OMs no País todo são verdadeiros centros de irradiação de civismo e pontos de apoio para a ação governamental se fazer presente em determinadas regiões pioneiras e inóspitas, aonde chegaria com mais dificuldade.

Sem dúvida, a presença de populações nacionais na área de fronteira é extremamente importante para a defesa. Na medida em que vivificarmos nossas fronteiras, e essa dinâmica de interação com os povos vizinhos for acontecendo, esses problemas todos serão sanados.

Foi apontada aqui a dificuldade de se reconhecerem as nossas fronteiras, a demarcação, o adensamento de marcos, tudo isso vai ser realizado e facilitado por essa interação das populações locais.

Citaria aqui a política do imperador Adriano, na época em que o Império Romano estava numa situação muito favorável, com suas fronteiras muito longe de Roma. Como ele não podia ter tropas para vigiar toda a fronteira do império; mandava legionários se fixarem em determinadas áreas durante muito tempo, naturalmente para que se casassem com pessoas da região ou levassem suas famílias e lá se fixassem, formando uma população que iria vivificar a fronteira e seria o primeiro baluarte em termos de vigilância e defesa dos interesses nacionais, que iria apontar invasões e o ilícito, quando se sentisse espoliada.

Sem dúvida, esse é um trabalho complementar. Sozinha, essa população vai sentir, em situações de crise, a necessidade de apoio do Exército ou de uma ação efetiva governamental, para melhorar suas condições. V. Ex^a conhece muito bem as dificuldades vividas em uma fronteira, seja no Acre, Amazonas, Roraima, Amapá etc.

Nesse aspecto; digo que não são missões compartimentadas. Essa questão da segurança, embora possa parecer subjetiva, é um princípio que deve ser verificado por todo cidadão. Está intimamente ligada à cidadania nacional; não é um problema específico dos militares.

Com relação ao problema de avaliação sobre o Projeto Calha Norte em termos de abordagem ou de relacionamento com populações indígenas, diria a V. Ex^a que nossa observação ainda é relativamente recente. O Projeto Calha Norte foi idealizado a partir de 1985, as ações começaram em 1986, e só ao final da década de 80, os primeiros pelotões começaram a ser implantados, mas, com a experiência que temos na área, posso dar testemunhos significativos sobre essa questão do relacionamento.

Nos anos passado e retrasado, estive visitando Maturacá, onde o nosso pelotão está há três anos, mais ou menos, e constatei um relacionamento até afetivo entre o pelotão e a população da aldeia.

O relacionamento é feito no sentido de se prestar o apoio necessário e desejado, nunca imposto. Os princípios de cultura do povo indígena são respeitados em todos os aspectos.

Lá podemos prestar apoio complementar - por exemplo, médico - naquilo que precisam e procuram. Ao ser instalada uma pequena hidroelétrica, o cacique chamado Joaquim pediu fosse feita ligação de luz elétrica para a sua aldeia.

Diria que essa dinâmica e convivência são bastante salutares. Até agora, não temos tido reparos ou problemas nesse sentido.

Há um outro testemunho muito significativo. V. Ex^a deve ter observado que, dentre os pelotões previstos para o Calha Norte, existe um para a região de Padre Cachoeira, que fica no alto do Rio Negro e tem um povoamento já bastante razoável, com a presença de uma missão salesiana.

Para satisfação nossa, no ano passado, o Sr. Ministro do Exército recebeu um abaixo-assinado de indígenas dessa região, pedindo fosse instalado um pelotão de fronteira ali. Considero isso um testemunho bastante eloqüente de que esse relacionamento vem ocorrendo de um modo positivo para ambas as partes.

Espero, com isso, ter respondido às indagações de V. Ex*.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Os meus cumprimentos à Direção da Comissão, à Senadora Marluce Pinto e ao Deputado Vic Pires Franco, pelo empenho na instalação desta Comissão, cuja reunião se iniciou, como disse a Senadora Marina Silva, com depoimentos de pessoas que conhecem realmente o problema.

Preliminarmente, peço desculpas por não estar presente à exposição de V. Ex*, mas o castigo foi meu, pelo prejuízo em desconhecê-la.

Acompanho o Deputado, pedindo encarecidamente que me seja concedida uma cópia dessas transparências, porque tenho participado de várias reuniões internacionais - sou Vice-Presidente Honorário da Interpol -, em que se discute muito o problema da Amazônia, normalmente voltado para o crime. No entanto, por termos passado algum tempo lá, podemos dar outras explicações sobre a situação real dessa região.

Um dos pontos altos das minhas exposições é o Projeto Calha Norte, porque tem dentro de si a importância vital da presença, da autoridade constituída, nessa região.

Eu questionava há pouco, quando alguns colegas expunham seus pensamentos e perguntas, a ocupação da Amazônia e obtive a resposta da Senadora Marina de que ela já está ocupada. O grande problema é coordenarmos o que lá existe e privilegiarmos aqueles que lutam e procuram conquistar os seus bens, a sua vida.

Passei, praticamente, oito anos na região. Quando da Polícia Federal, a minha paixão eram as operações na Região Amazônica. Para aprender, conhecer, esses pelotões de fronteira chegaram a ser a minha casa durante algum tempo.

O senhor dizia sobre a convivência. Lembro-me de alguns tenentes recém saídos da Academia, que, tendo optado por prestar serviços na fronteira, levaram a esposa jovem, montaram a sua escolinha e passaram a ministrar conhecimentos àquelas crianças indígenas, mas que, como todos nós, querem aprender como se convive socialmente na civilização. Ninguém gosta de viver no mato, ninguém gosta de ignorar as coisas.

Às vezes se pergunta: estamos hostilizando ou buscando um processo de extinguir as comunidades ianomâmis? Acho que não. O que se busca é trazê-los para o seio da sociedade, onde eles possam ter meios de sobrevivência, para não chegarem à auto-extinção.

Quando se faziam as operações Neblina, com a ajuda da Aeronáutica e do Exército, tínhamos a missão de erradicar o opadu, principalmente na região de Iauaretê, na Cabeça do Cachorro. A comunidade indígena era explorada pelo traficante colombiano na produção, em maior escala, da folha de coca para transformá-la em cloridrato de cocaína.

Com relação aos índios, nos primeiros contatos sentimos uma reação contrária a nossa presença. Isso porque o colombiano lhes oferecia bens que, nós, em tese, estávamos tirando. Eles não tinham mercadoria para trocar. Faziam um trabalho escravo, porque além de serem agredidos, explorados, pouco lhes dava o traficante colombiano, mas era alguma coisa. Nas outras operações, começamos a levar médicos, dentistas, etc. Há até um caso a relatar nesse sentido. Presenciamos o sofrimento de meninos de doze anos, com dentes sisos que estouravam, sentindo uma dor tão profunda que mal conseguiam suportar. Havia um dentista nosso que dizia: "Vou parar, porque já extrai mais de cem dentes, não estou

agüentando mais." Eu então lhe perguntei se não havia outra solução, no que me respondeu: "Não há. A dor é terrível". A falta da presença do Estado se faz através do Calha Norte.

Anda hoje eu discutia sobre o Sivam/Sipam com alguns colegas da Polícia Federal. Não sei se V. Ex* têm conhecimento de um outro projeto, o Pró-Amazonas, direcionado explicitamente para a Polícia Federal, que tem a ajuda da ONU. Tudo isso tem que ser coordenado, para que ele realmente tenha um objetivo conjunto, as despesas se reduzam e os investimentos sejam corretos.

Temos os pavilhões de terceiros. Fui à inauguração desses pelotões de fronteira e me encantei com o pavilhão, a unidade que poderia surgir. No Brasil, infelizmente, os investimentos são apenas iniciais, não há manutenção. O meu medo quanto ao Sivam/Sipam é esse alto investimento de um bilhão e quatrocentos milhões no projeto e na instalação dos equipamentos. Fica a interrogação: quanto vai custar manter esse projeto vivo? Queremos o projeto, consideramo-lo importante, mas temos que pensar como é que ele vai ser mantido.

Ele tem realmente não só sob esse aspecto a que V. Ex* se referiu de consulta dos mapas, do andamento nos processos de queimadas. Acompanhamos um levantamento aerofotométrico via satélite, feito pelo INPE, e outro, de levantamento agrícola, feito pela Embrapa, os quais consideramos perfeitos. Conseguimos localizar pistas clandestinas, queimadas. Eles realmente têm um valor inestimável para qualquer projeção de operações na área.

Creio que esta Comissão vai ter um caráter que não é investigativo, e isso é importante. A CPI tem que apurar sempre algum fato. Nesse caso, o principal objetivo é saber o que está havendo e como o Congresso pode ajudar as autoridades do Poder Executivo a dar prosseguimento a todos esses projetos numa unidade só.

Talvez eu esteja repetindo o que V. Ex* já deve ter falado, quando foi a Tabatinga. A impressão que se tinha sempre é que o Calha Norte é um projeto militar. Era a minha e a impressão de várias pessoas.

O General Bayma Denis, dos grandes comandantes do Comando Aéreo, e mais os generais da região amazônica diziam: O projeto civil é mais forte, o Calha Norte é a presença física para garantir a fronteira e ajudar as comunidades indígenas a terem uma convivência pacífica com o cidadão brasileiro e aprenderem que ninguém quer matar ninguém e que ninguém é bicho.

No processo de Tabatinga - fui a várias inaugurações - estão as fases seguintes do Projeto Calha Norte: o desenvolvimento das regiões para a ocupação civil, para a população ter seu comércio, a sua prefeitura, o seu sistema de água, o seu sistema de esgotos. E isso depende da decisão política de permanentemente aplicar-se, um pouco mais, um pouco menos, mas sem nunca interromper o processo.

Sinto, às vezes, que isso é interrompido, porque existe a visão de que o projeto é militar, quando essa é uma idéia muito falsa. Os militares fazem parte do projeto. Eles estão lá porque são uma peça da engrenagem, do todo que foi projetado.

Nessa visita a que V. Ex* se refere, quero ser o primeiro inscrito para matar as saudades e rever aquela região maravilhosa. Lembro-me de São Gabriel da Cachoeira, quando se almoçava lá no colégio das freiras.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - As salesianas.

O SR. ROMEU TUMA - São umas santas de proteção daquelas comunidades indígenas. Brincávamos: "Quem bebe não tem direito à refeição". Dormia-se, ouvindo o barulho da cachoeira. Os cidadãos dançavam com os índios nos forrós. Os militares trabalhavam. A convivência é altamente respeitável.

Às vezes, fala-se aqui nos garimpeiros - e está aqui o nosso Senador Emandes Amorim que pode confirmar o que digo - como uma figura de predador, de destruidor, de bandido. Não defendo

a atividade, mas sempre digo e repito: não são bandidos, são pessoas que não tiveram oportunidade na vida e vão para os garimpos no espírito de conseguir alguma coisa que na cidade não conseguiram. Não cumprem a lei. Pergunto: o Estado levou a lei para eles saberem como se comportar perante ela? Não. Só aparece na hora de retirá-los, às vezes, sacrificá-los e tentar consertar o que foi destruído. A lei não chegou antes do homem, antes do garimpeiro.

Então, o Exército tem esta missão também de levar a presença da autoridade, para que eles tenham uma porta a bater e saber qual o caminho a seguir, que tipo de conversa ter ou o que podem ou não fazer.

Desculpem-me por entrar por um caminho mais filosófico. Gostaria de agradecer V. Ex^a e dizer que estamos aqui para apoiá-los na certeza de que a maioria, independente de segmento político-partidário, quer apoiar o desenvolvimento da região amazônica dentro da lei, dentro da ordem e com fé em Deus de que vai dar certo.

O problema que foi levantado aqui de força de paz, de invasão, isso tudo são coisas que servem ao prazer de situações políticas sazonais. Para mim não existe absolutamente nada disso. O que precisamos é levar para o exterior a informação correta do nosso procedimento, para que não fiquemos sempre sofrendo as conseqüências da divulgação de uma imagem distorcida do que acontece no Brasil, o que é totalmente fora dos padrões. Às vezes, a imprensa menos avisada, coloca-nos em situação de dificuldade.

Não vou fazer perguntas. Apenas desejo fazer o agradecimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao General Carlos Uchoa.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Sr. Presidente, Exm^o. Sr. Senador Romeu Tuma, embora V. Ex^a não tenha feito nenhuma pergunta, pedi para usar da palavra para agradecer o enfoque dado ao Projeto Calha Norte.

Desejo usar a oportunidade para me redimir de uma pergunta feita. Foram tantas as indagações que não toquei na problemática do garimpeiro. É exatamente o nosso ponto de vista o apresentado pelo ilustre Senador.

Sem dúvida, é necessário que procuremos compreender a problemática da região, colocando-nos na região, olhando com os olhos da região. Não vamos buscar solucionar os problemas da região com a visão, com o enfoque que temos aqui da Capital Federal.

Toda a nossa extensão de fronteira, que é enorme, já tem muitos pontos povoados e muitos que ainda não têm o mínimo adensamento em termos de população. E, obviamente, onde não há população, não há problemas. A problemática começa a partir do momento em que há um inter-relacionamento humano na região, principalmente numa região fronteira, em que essa interação é com povos de outros países.

Então, nesse aspecto, vemos que o Projeto Calha Norte é, sem dúvida, um ponto de apoio para as ações governamentais, para o Governo se fazer presente, para poder levar a sua presença e dar as soluções legais.

Falou a Senadora sobre o problema ocorrido em Haximu. Quando ocorreu aquele problema, o Governo Federal fez-se presente através de escalões apoiados no pelotão de Surucucus. Esteve o nosso Ministro da Justiça, esteve a Senadora. S. Ex^a visitou Surucucus exatamente nessa ocasião.

Todo o inter-relacionamento inicial, se não houver a presença do Estado, é desordenado. Então, antes de se buscarem culpas, vamos fazer o Estado presente e disciplinar esse relacionamento entre indígenas, garimpeiros e grupos brancos.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que nos deu de fazer essa pequena complementação. Sabemos da experiência de V. Ex^a de

homem que conhece a área e que tem uma visão, um enfoque - outro segmento nosso muito presente na Amazônia é a engenharia de construção - perfeito, porque vê a questão não só colocada aqui na conjuntura, a nível nacional mas também no seu trabalho funcional a nível internacional e percebe como essas verdades são distorcidas ao serem apresentadas lá fora.

De modo que agradeço muito o testemunho de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao nobre Senador Emandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, Sr. General Carlos Uchoa, Srs. Deputados, Srs. Senadores, apesar de não ter muito conhecimento do projeto Calha Norte - por sinal, cheguei atrasado e não ouvi as explicações do General -, como há vinte anos existia aquela política que o próprio Exército apoiou o sistema para ocupar a Amazônia, para não entregar.

Mediante isso, fomos convidados a ir para a Amazônia acompanhar projetos de assentamentos. E para lá fomos e estou há dezenove anos na Amazônia. A nossa área agrícola é uma área rica em minerais e dedicamos um tempo muito longo nesse setor, defendendo garimpeiros, brigando contra multinacionais.

Hoje, ainda se ouve dizer que o garimpeiro é bandido. Podemos notar, em todas as conversas que foram desenvolvidas aqui, que há muitas irregularidades e que muitas projetos teriam que passar pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados para se criarem as leis, dando condições para disciplinar-se o trabalho, a exploração da Amazônia, os recursos, etc.

Muitos dizem: "O garimpeiro é bandido". Observamos a diferença entre o garimpeiro da Amazônia e aquele garimpeiro que está na Praça da Sé, no Rio de Janeiro, roubando ouro e vendendo como se fosse um garimpeiro especializado. Não se encontram maneiras de fiscalizar, de inibir esse garimpo que existe lá fora. Preocupo-me muito com o garimpeiro da Amazônia.

Imaginem que o Deputado disse que Serra Pelada ocupa uma área de alguns hectares, um pedaço pequeno de terra. Verifica-se que falta regulamentação. É jogo de multinacional. Quando fizeram uma lei, eliminaram o garimpeiro manual da condição de trabalhador. Essa lei continua querendo sobreviver, mas falta regulamentar a profissão e promover as condições para essas pessoas trabalharem.

O poder econômico é muito forte ali. Todo o subsolo da Amazônia está entregue praticamente a seis empresas, em detrimento de milhares e milhares de garimpeiros, e ninguém se preocupa. Os poucos legisladores do passado deram condições a esse povo de trabalhar, até por questões de lobby. Estamos procedendo a estudos no sentido de apresentarmos soluções para tirar esse tipo de garimpeiro da clandestinidade, dando-lhes condições de trabalhar e assistência. O General disse que a convivência do Exército com o índio pode ser a mesma convivência do índio com o garimpeiro, desde que haja a presença governamental, assistência na localidade em que se produz o minério.

Vejo que a questão garimpeira não é o fim do mundo. Ela deve ser organizada, devendo-se trabalhar no sentido de dar oportunidade a esse povo de explorar o subsolo. A Vale do Rio Doce detém quase todo o subsolo da região Norte e está à beira de ser privatizada, a troco de algumas migalhas. Está havendo uma euforia. Vão entregar esse patrimônio e ninguém está preocupado em rever e analisar essa situação. Mas de um pobre garimpeiro existem essas críticas e comparações. Sou contra esse posicionamento e espero que isso seja corrigido, principalmente por nós, Parlamentares.

Há pouco, eu estava ouvindo o Deputado do PDT, nosso Partido, falando sobre a questão dos juros, a problemática de hoje. Vê-se que praticamente todas as instituições do País estão falidas,

sem horizonte para melhorar. As empresas que detêm os melhores setores - no caso, as telecomunicações e o subsolo - são postas à venda. A própria Petrobrás estão querendo vender. Imaginem que esse assunto sobre juros altos, essa questão financeira, de que pouco entendo, é algo muito sério, já se está apelando para o lado da segurança nacional. Não sei qual a atitude a se tomar nesse sentido.

Atualmente, o cidadão que tem 100 mil reais na mão, se entrar no sistema de agiotagem vai ganhar muito dinheiro. Com os juros, ele contrata três senadores, três deputados ou três generais e vive na mordomia.

Juros altos inviabilizam praticamente tudo. Comprou-se o Projeto Sivam, que custa 1 bilhão e 400 milhões. Eu não sei, ainda, quanto custa a manutenção desse Projeto, mas há muitos outros falidos, hoje, no País. A situação é de pobreza, a agricultura está falida, as áreas de saúde e segurança estão precárias. O Exército deve ter condições, no nível em que o Brasil se encontra hoje, de administrar esses problemas e, talvez, com o mesmo custo desse Sivam.

É muito bom comprar. Existem as negociatas, trazem esses aparelhos, que não sei o que são, daqui a pouco são encostados. O resultado é que o Brasil vai pagar mais e mais juros, se endividará e não terá dinheiro para comprar a safra agrícola. O saco de arroz, que custa hoje 5 reais, não tem quem compre; o saco de milho custa 5 reais e não tem quem compre; 1 quilo de frango custa 90 centavos e não tem quem compre porque a população não tem dinheiro e está passando fome. Eu não sei o que é prioritário neste País.

O Presidente da República está recebendo apoio do garí ao Exército, ao Legislativo. Isso me preocupa. Será que esse Presidente, com esse apoio que está recebendo, não terá solução para esse problema? Não vai sobrar dinheiro neste Brasil para a manutenção das principais atividades que interessam ao brasileiro? Nesta situação tão difícil que vivemos, haverá dinheiro sobrando para comprar os equipamentos do Sivam? É um quadro que eu, como novo desta Casa, estou procurando entender.

Daqui a pouco, vamos fazer um expediente e, quem sabe, até o Ministério do Exército e uma representação do setor militar, até para demonstrar, nesse sentido, em que situação está este País e qual seria o pensamento do próprio militar no encaminhamento, até por se esperar pela vontade e pela disciplina militar, jamais o setor vai se pronunciar. Talvez numa solicitação, via Senado, seja possível saber-se mais ou menos o que pensam as Forças Armadas ou um representante da área.

Vejo o quadro brasileiro hoje um pouco complicado. Vejo o Congresso agora preocupado em querer ajudar e não sei se essa preocupação está caminhando corretamente, não sei se o Presidente da República está absorvendo esse apoio e está pensando, seriamente, em resolver esse problema. É uma questão um tanto difícil. Eu queria ter a oportunidade de conversar e de ter um conhecimento mais aprofundado nesse setor.

No mais, agradeço e reconheço a validade da nossa CPI, principalmente para nós da região Norte. Acho que neste momento em que todos os órgãos estão falidos - é Polícia Federal e esse próprio Projeto que não foi à frente por falta de recursos - que o próprio Senado dê as mãos, ajude a captar recursos e apoio para que esse Projeto vá em frente, porque para nós nos interessa muito.

Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, para uma questão de ordem.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Senador, é só para um pequeno esclarecimento: não é CPI. É uma Comissão Mista.

O SR. ERNANDES AMORIM - Desculpe, é o costume.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sei que é a primeira vez que V. Ex^a vem a esta Comissão, mas ela é uma Comissão Mista para reestudar esse Cronograma Calha Norte e, também, para o estudo da demarcação das terras indígenas. CPI é aquele trabalho, por assim dizer, de investigação; este é um trabalho de acompanhamento.

O SR. ERNANDES AMORIM - Correto. O que nós temos, hoje, na Amazônia é essa questão indígena. Como disse, o Exército seria uma corporação, uma instituição que deveria estar participando mais dessas decisões até porque eu vejo, por exemplo, o caso Funai é um órgão de terceira ou quarta categoria e do jeito que está hoje exercendo essa função na Amazônia, está impondo sobre outros poderes, está com a autoridade extrapolada. Então, teria que se ter uma fiscalização ou um disciplinamento. Imaginem que no Estado de Rondônia estamos com sérios problemas, em várias áreas, porque um cidadão da Funai acha que ali tem vestígio de índio. Onde há fazendeiros fixados há 20 anos, com fazenda produzindo, alguns elementos da Funai - não sei nem se tem a devida qualificação - chegam lá, levantam aquela demarcação, solicitam a medição e, não importa quem mora ali, quem tem investimentos, vão expulsando as pessoas de lá. Eu vejo que, futuramente, por sugestão - não sei - o próprio Congresso ou alguém deve regulamentar a condição de uma fiscalização ou participação maior do Exército nesse poder de decisão.

Houve há pouco a discussão sobre descer ou não em Surucucus. Existem lendas ou informes de que é área em que quase ninguém vai é porque tem jogo de interesse. As Forças Armadas, com o equipamento que têm, com um sistema de radar ou de aparelhagem de navegação, e tivesse esse serviço comunicação lá, evidentemente que se poderia descer quase que direto e mais: nós, nessa CPI da mineração, pretendemos ver se conseguimos visitar aquela região, para ver o que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Com a palavra o General Carlos Uchoa.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Sr. Presidente - muito obrigado -, Senador Emandes Amorim, obviamente farei apenas um pequeno comentário na parte que interessa aos objetivos específicos da Comissão e que estejam ligados à participação do Ministério do Exército. Como já disse anteriormente, não tenho conhecimento detalhado do Sipam/Sivam, já que é um projeto da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Com certeza, virá alguém aqui, posteriormente, para fazer uma apresentação sobre o Calha Norte e falar mais detalhadamente sobre o projeto para V. Ex^a.

Com relação ao Calha Norte, gostaria de fazer um registro, aqui, nesta oportunidade. Obviamente que, falando com entusiasmo, posso passar uma impressão diferente daquela que gostaria de deixar. Espero que fique aqui registrado que não se pode dizer, em absoluto, que o Calha Norte não foi para frente. Realmente, ele foi uma semente plantada que cresceu, frutificou e que, pelos frutos já alcançados, merece ser revigorado, merece um tratamento especial, merece ser tomado como exemplo para outros projetos integrados. Então, não se pode dizer que o Calha Norte faliu ou foi para trás. Gostaríamos de vê-lo caminhando com passos mais firmes e que se ampliasse, devido, principalmente, aos resultados positivos já alcançados e verificados *in loco*. Esse é o registro que gostaria de fazer; um testemunho, inclusive presente, ocular, nas diversas oportunidades em que lá estive. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, Senadora Marluce Pinto, prezado General Carlos Uchoa, acabei de votar a questão da cabotagem e, logicamente, votei contra, porque penso que a navegação aquática, no Brasil, sendo aberta, escancarada a

sua bandeira a outros, seria mais uma preocupação para os companheiros da região Norte. Apesar de não ser da área, acredito que aquela região não é problema, é solução. A preocupação do Senador Ernandes Amorim - não há dúvida - quanto a demarcação de terras indígenas, só perde para o Estado de Roraima. O Estado de S. Ex^a já tem 18% de áreas demarcadas como terras indígenas e creio que se não dermos um breque, agora, nesta indústria de demarcação de terras indígenas e não conseguirmos, a tempo, mudar e rever as áreas já demarcadas, perdermos a nossa região amazônica, para sermos mais realistas.

Gostaria apenas de elogiar a iniciativa da nobre Senadora de levar ao conhecimento dos demais brasileiros as questões da Amazônia e louvar a explanação, não do jovem Coronel como o conheci, mas já do vivido General Carlos Uchoa, pela sua brilhante explanação. Faço um elogio, também, ao Coronel Francisco, porque passei na Unidade no exterior há pouco tempo e tive boas informações a respeito do seu comando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Gostaria de aproveitar esta oportunidade para colocar algumas questões da nossa Comissão. Não estando presente o Presidente, já tendo discutido com a Relatora e tomado as sugestões do General Carlos Uchoa, gostaríamos de colocar em pauta a convocação da SAE como o próximo depoente. Na sessão seguinte, após o depoimento do representante da SAE, colocaríamos em pauta a convocação de dois palestrantes para darmos mais rendimentos às nossas reuniões. Também há questão do horário, que já está se tornando cada vez mais polêmica.

Antes de definirmos a questão do horário, gostaria de dirigir-me - agora, como membro da Comissão e não da Mesa - ao General Carlos Uchoa. Sei que é um estrategista geopolítico. O senhor disse uma coisa muito importante quanto a essa questão: "Não é a natureza que define os grandes problemas geográficos; é exatamente a condição humana em face dela." Esta é a questão das fronteiras da Amazônia. Então, objetivamente, vou apresentar três sugestões para a Relatora e para a Comissão. Depois, vou fazer uma pergunta. É lamentável que a Senadora Marina Silva e o Senador Romeu Tuma não estejam presentes.

Primeira questão concerne à definição da cidadania do índio. Nenhum cidadão pode ser definido pelo seu aculturamento. E o Código define a cidadania do índio pelo aculturamento: ou é brasileiro ou não é. Na Venezuela, são venezuelanos; na Guiana Francesa, são franceses de estado ultramar; no Brasil, são de média cultura, baixo aculturamento, não-aculturados e aculturados. Então, a questão que esta Comissão tem que colocar como uma das suas determinações é definir ou o cidadão é brasileiro ou não é.

Lamento a ausência do Senador Romeu Tuma. Não vejo por que uma missão a ser realizada em área dominada e ocupada pelo Exército tenha que levar a Polícia Federal. Até hoje não entendi.

O Exército recebeu até o mês de maio R\$96 mil. Apesar de nunca ter alugado um helicóptero do Exército, considero essa quantia insuficiente para manter um helicóptero por um mês fazendo missões em qualquer garimpo, como tínhamos em Roraima.

Só o que a Polícia Federal está gastando com helicópteros que vi lá no Surucucu já é o dinheiro que o Exército recebeu ao longo deste ano, se fosse pagar uma missão remunerada.

E isso, em termos de garimpo, quando vemos que o Exército recebeu R\$96 mil - lembro-me quando eu tinha garimpo lá no Rosa de Maio, despejavamos por dia dois vãos de Bandeirante, quatro mil litros de óleo diesel por dia, num garimpo de oitocentas pessoas. E vejo o sacrifício que foi pegar e colocar exatamente três mil e seiscentos litros de óleo diesel, o que dá mais ou menos três toneladas, lá dentro do garimpo. Foi um problema sério e uma di-

ficuldade, enquanto que um garimpo qualquer, lá dos 380 do Tapajós, despeja todo dia quatro mil litros, dois vãos de Bandeirante.

A situação está tão grande que esses dados não poderiam nem ser expostos. É questão de segurança nacional esses dados saírem daqui, porque isso mostra o quanto o Governo deixou fragmentada a situação das Forças Armadas lá no Norte.

A segunda sugestão no sentido de saber quais os mecanismos, General, de se criar uma guarda nacional de fronteira e acabar com essa dualidade de ação, com relação, não digo quanto ao bandido narcotraficante, mas, sim, à ação nas fronteiras no que diz respeito à cidadania - garimpeiros, seringueiros, fazendeiros - e a garantia das fronteiras.

Uma vez que a Polícia Federal esteve em Roraima, foi manchete nacional que todos os policiais tinham pego malária. Nunca vi um militar se queixando de ter pego malária na Amazônia. Aquilo está dentro da função, está dentro do trabalho dele. Mas, com a Polícia Federal, foi manchete no Brasil todo, foi motivo até de argumentação de projeto. Para o Exército, não. A malária faz parte do acordo.

Então, como o Exército encararia a possibilidade de se criar uma guarda nacional de fronteira ao qual estaria diretamente subordinada e dentro do regimento militar. E esta guarda faria esse trabalho que a Polícia Federal se sobrepõe. Falo isso porque me senti constrangido, em Surucucus, em ver um tenente comandando - todo o Brasil estava dentro daquela cerca ali, ali estava o país. De repente, chega um civil e se torna a maior autoridade do país. Imagino um tenente olhando para os meus subordinados e vendo um policial civil dando as cartas ali dentro. Eu, como cabo ou soldado, já começava a me sentir mal.

Isso não é bom, isso é oneroso para o País. No momento em que ele desce numa área para prender o garimpeiro, descem do helicóptero dois oficiais da Aeronáutica - com uma metralhadora e com um revólver -, quer dizer, para proteger a aeronave. Ninguém entende mais nada.

A terceira sugestão seria a estadualização da política indigenista. Este País não consegue administrar mais nada do ponto de vista federativo. E, hoje, os Estados de Roraima e Amapá são os melhores exemplos da ação do Estado como gestor da qualidade de vida dos indígenas. O Estado de Roraima presta todo o tipo de assistência aos indígenas. O Estado do Amapá hoje é matéria internacional de revistas pela sua atuação junto à assistência às comunidades indígenas.

Se está dando certo, a única coisa que está atrapalhando Roraima e o Amapá é exatamente a Funai, que é justamente o que atrapalha.

São três sugestões. A pergunta seria: como o Exército encararia a criação de uma guarda nacional de fronteira ligada ao regime militar e subordinada diretamente ao Exército?

Concedo a palavra ao General Carlos Roberto Uchoa.

O SR. CARLOS ROBERTO UCHOA - Sr. Presidente, obrigado pela pergunta que nos permite fazer alguns exercícios, porque essa é uma posição nova sobre essa problemática. Sem dúvida, teríamos que pensar sobre esse aspecto, de se criar uma guarda nacional de fronteira, porque há todo um conjunto de medidas legais, de legislação, a regular o processo.

É necessário que entendamos o problema da destinação constitucional das Forças Armadas, o problema da defesa nacional e dos poderes constituídos, a defesa interna, quando convocados por cada um desses poderes. Esse é um aspecto que tem surgido na conjuntura atual, quando o problema de segurança muitas vezes, no âmbito da Federação, transcende a capacidade de cada uma das unidades da Federação. Muito se pergunta, muito se coloca quanto ao problema da utilização das Forças Armadas ou da tropa federal para atuar nesse campo. Mas, em todas as oportunidades,

há sempre a especulação ou a pergunta, mesmo quando há um convênio ou uma solicitação, de ser ou não uma intervenção da Federação numa de suas Unidades.

A Polícia Federal, obviamente, tem as suas atribuições em termos de presença nas nossas fronteiras, principalmente nos pontos de maior tráfico ou onde possa haver necessidade de um disciplinamento maior nesse aspecto. Então, temos fronteiras excessivamente vivas, tais como Foz do Iguaçu, onde essa presença é marcante. No Calha Norte, em Tabatinga, é realmente marcante e necessária essa presença da polícia federal, pela sua destinação funcional.

Nas pequenas localidades, nem sempre há problemas que sejam do nível da competência funcional para que ela venha a atuar.

Então, feita essa pequena introdução de repartição de trabalho, em termos de aspectos legais, poderíamos aqui, num primeiro passo, fazer um exercício mental sobre a criação de uma guarda nacional de fronteiras que estivesse dentro do Ministério do Exército.

Ora, haveria com isso, sem dúvida, uma repartição no que diz respeito à competência e teria que ser estudado, obviamente, o seu aspecto legal. Se dissesse que há um ramo do Exército, estaria dando uma atribuição a ele nessa situação, o que causaria um choque com relação ao problema de destinação constitucional de Forças Armadas. Se fosse uma coisa independente, seria mais um órgão para compartilhar essa responsabilidade específica com a Polícia Federal.

Assim, à primeira vista, fazendo um primeiro enfoque da situação, essa é uma questão complexa; talvez devêssemos nos fazer mais presentes através dos organismos que já temos.

Já tive a oportunidade de comparecer a esta Casa em outros fóruns de debates referentes à Amazônia, nas quais presenciei, frequentemente, apresentarem novos projetos ou novos instrumentos, quando, na realidade, o que precisamos na Amazônia é revigorar os projetos e os instrumentos que já existem.

É exatamente o que esta Comissão se propõe a fazer: estudar, reavaliar o problema de um dos diversos instrumentos que existem para a ação governamental se fazer presente na Amazônia.

De modo que, Sr. Presidente, assim, à primeira vista, esse seria um enfoque da questão que, obviamente, deveria ser estudado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Achei que a resposta foi bastante técnica, mas continuo com o seguinte pensamento: quando percebemos que, lá em Manaus, temos uma unidade do Exército que prepara homens para, antes de enfrentar o inimigo, conseguir sobreviver na natureza amazônica. Quem foi peão e já pegou onze malárias, sabe que é difícil sobreviver naquela floresta, porque a sua quantidade de proteína é muito pequena e, quando não está alta, é arisca.

Então, a idéia seria ter uma unidade dessa de guarda de fronteira especificamente para a Amazônia. Porque o adversário que temos hoje é um cidadão brasileiro, é um garimpeiro, é um fazendeiro. Mas as trilhas dos confrontos da Amazônia migram para o narcotráfico. E aquele, sim, é o inimigo que está na floresta.

E como diz o peão, o garimpeiro lá da Amazônia, com todo respeito à ação da polícia federal, que eles não sabem combater o que não seja no limpo - como diz o peão. Só ataca no limpo, ou seja, na pista. Mas, lá dentro da floresta, pode trazer a maior metalhadora do mundo que ela não tem valor nenhum. O que vale mesmo é saber conviver e viver naquela floresta.

Então, estou vendo um passo à diante. Em 1985, dei uma palestra no Congresso Mundial de Ouro, em São Paulo, e disse que o grande problema da Amazônia seria a inserção do narcotráfico dentro da cultura amazônica, porque, do momento em que ele absorve e convence a cultura do lugar, eles dominam a região. E eles já estão fazendo isso. Com a crise econômica que assolou a Amazônia, os narcotraficantes passaram a ser queridos já em pontos da Amazônia. E isto é o que derrotou o americano no Vietnã: não ter a

sociedade a seu favor. E esse será o grande inimigo do Exército, porque é só quem tem condições de encarar esse tipo de inimigo.

A minha preocupação não está visando o garimpeiro. Estou visando o que vai ser o cenário amazônico daqui a dez anos. Não vai ser briga de garimpeiro, de fazendeiro, não! Vão ser guerrilhas instaladas, produzindo um fruto riquíssimo, valorosíssimo e muito bem informados e instrumentalizados.

Gostaríamos de agradecer, em nome da Comissão, ao General Carlos Uchoa que aqui, muito generosamente, estourou o seu tempo, prestando as informações e os esclarecimentos em nome do Ministério do Exército.

Convoco esta Comissão para a próxima quarta-feira, no mesmo horário, quando faremos um convite à SAE, para tratar sobre o tema da nossa Comissão.

Por sugestão da nossa Relatora, a reunião vai começar às 14h30min.

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h53min.)

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA,

CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 06, DE 1995-CN, DE AUTORIA DA SENADORA MARLUCE PINTO, DESTINADA A "REAVALIAR O PROJETO CALHA NORTE, VISANDO SEU REVIGORAMENTO NO SENTIDO DA INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO SETENTRIONAL BRASILEIRA AOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS REGIÕES; PROPOR NOVAS DIRETRIZES AO PROJETO QUE DEFINAM UMA POLÍTICA DE OCUPAÇÃO RACIONAL DA REGIÃO AMAZÔNICA, BEM COMO VISTORIAR E APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE AS DEMARCAÇÕES DAS ÁREAS INDÍGENAS LOCALIZADAS NO NORTE DO PAÍS"

Ata da 3ª reunião

Realizada em 07/06/95

Aos sete dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Marluce Pinto, Romeu Tuma, José Bianco e Marina Silva e os Senhores Deputados Salomão Cruz, Antônio Feijão, Elcione Barbalho, membros da Comissão Especial Mista "destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Antônio Feijão, procede a composição da mesa, convidando a Relatora, Senadora Marluce Pinto e os expositores, Embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas e o Coronel Rui Alves Catão a tomarem seus assentos à mesa. Concedida a palavra ao Embaixador Carlos Pardellas, o mesmo inicia sua explanação sentindo-se honrado em comparecer a esta Comissão Mista, representando o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE, e disse que o Projeto Calha Norte nasceu da necessidade de promover-se a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia de modo harmônico e adequado às características da área, de acordo com interesses nacionais, tendo o Projeto Calha Norte, entre outros, os seguintes objetivos: aumento da presença brasileira na área, ampliação das relações com países vizinhos, expansão da infra-estrutura viária, fortalecimento da ação dos órgãos governamentais da Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social. Na seqüência, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Coronel Rui Alves Catão, que destacou algumas realizações do Projeto Calha Norte. Continuando, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Relatora, Senadora Marluce Pin-

to, que elogiou as colocações dos expositores, ressaltando que o Projeto Calha Norte é de fundamental importância para o desenvolvimento da Amazônia, e que até os Parlamentares tinham uma idéia bastante distorcida desse Programa, e também do Sivam. Em seguida, o Deputado Salomão Cruz lembrou o processo de colonização da Amazônia, perguntou se existe algum modelo que inspirou o Calha Norte e por que o Calha Norte não está na área Raposa Serra do Sol e se existe um trabalho da Funai com o Calha Norte e sugeriu que a Comissão ouvisse D. Aldo Moggiano, da Igreja Católica, a Dra. Cláudia Andujá e o irmão Zaquini, que é ligado à questão Yanomani e alguns setores ligados às Organizações Não-Governamentais que atuam na área, tendo o Presidente dito que essas sugestões foram anotadas e, por questão de metodologia da Comissão, vão aguardar até esgotar inicialmente essa parte informativa concernente ao Calha Norte. De posse da palavra, o Senador Romeu Tuma teceu comentários sobre a origem do Projeto Calha Norte, lembrou de como conheceu a área do mesmo na Amazônia em razão de ter sido Diretor da Polícia Federal, pois percorreu toda a área sendo conhecedor dos seus problemas e atuações, saudando a relatora pela magnífica idéia de manter viva a presente Comissão. Concedida a palavra ao Embaixador Carlos Pardellas, este comentou as perguntas do Deputado Salomão Cruz, dizendo que o Calha Norte nasceu de um grupo interministerial, iniciado pela Secretaria do Conselho de Segurança, mas não seguiu nenhum modelo e iniciou-se pela faixa de fronteira e pela zona ribeirinha, não só pela margem do rio Amazonas como dos seus principais afluentes, mas a idéia é cobrir toda a faixa norte do rio Amazonas. Em seguida o Senhor Presidente, como membro da Comissão, fez algumas colocações sobre o Projeto Calha Norte e perguntou aos expositores quais as participações dos Estados e Municípios no Projeto Calha Norte e o que são oferecidos a esses Estados e se os mesmos se mostram interessados em participar do Projeto, tendo o Embaixador Pardellas respondido que existe uma preocupação do Projeto no sentido de incentivar a participação dos Estados e Municípios como um todo na formulação da política do Projeto. Finalmente, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Embaixador Carlos Pardellas e do Coronel Catão pela brilhantes exposições feitas na presente reunião, uma reunião convocando ainda, para a próxima quarta-feira, para estabelecimento e ordenação de pauta. Não havendo nada mais a tratar e sem que alguém mais se manifestasse, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

Reunião 7-6-95 - 14h49min

Presidente: Deputado Antônio Feijão

Relatora: Senadora Marluce Pinto

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Declaro abertos os trabalhos da terceira reunião da Comissão Especial Mista criada através do Requerimento nº 06/95-CN, destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte.

Compõem a mesa o Vice-Presidente da Comissão, eu, Deputado Antônio Feijão, e a Relatora, Senadora Marluce Pinto.

Não havendo expediente a ser lido, convido para tomar assento à mesa o Embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardelas e o Coronel Rui Alves Catão, que são os expositores da presente reunião, representando a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE.

Com a palavra, o Embaixador Carlos Alberto, para o seu relato, sendo-lhe facultado o tempo que lhe convier. Esclareço também que, após essa explanação, será dada a palavra ao Coronel Catão e, na forma regimental, iremos proceder aos debates, começando pela Sr^a

Relatora, Senadora Marluce Pinto, que poderá fazer as indagações pertinentes, sendo sucedida pelos demais Senadores e Deputados.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, é para mim motivo de muita honra comparecer a esta Comissão Mista, representando o Embaixador Ronaldo Sardeberg, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Devo, antes de proceder à leitura do meu depoimento, dizer que tive ocasião, há menos de um mês, de visitar a região beneficiada pelo Projeto Calha Norte. Mais do que quaisquer palavras, a visão das necessidades das comunidades daquela região e do trabalho que o Projeto Calha Norte desenvolve dá uma idéia muito mais precisa da oportunidade desta Comissão Mista, criada por iniciativa da Senadora Marluce Pinto.

Com uma delegação da SAE, estivemos em Tabatinga, Vila Bittencourt, Jauaretê, Querari, São Gabriel da Cachoeira, Maturacá, Surucucu, Auari, Vila Pacaraima e Boa Vista, naturalmente, de modo que tivemos uma visão bastante ampla, se não profunda, dos problemas daquela área.

Programa Calha Norte. Generalidades.

O Programa nasceu da necessidade de promover-se a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia de modo harmônico e adequado às características da área, de acordo com os interesses nacionais.

Sob direta orientação presidencial, a então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional iniciou, em maio de 1985, os estudos da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico da área em pauta e sua consequente integração ao restante do País.

Acolhendo proposta consubstanciada na Exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Governo Federal determinou a criação de um grupo de trabalho interministerial, com a incumbência de apresentar medidas que buscassem atender as carências mais sérias da área, além de assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial naquela região.

Esse grupo de trabalho, coordenado pela Secretaria de planejamento da presidência da república - Seplan, integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Interior e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, contou com a efetiva participação do Ministério da Fazenda e dos Ministérios militares na promulgação das ações propostas.

O Presidente da República aprovou, em dezembro de 1985, a Exposição de Motivos nº 770, da Seplan, que propôs os projetos especiais que compõem o Programa Calha Norte, contendo a consolidação das ações propostas pelos diversos órgãos governamentais que participaram de sua elaboração.

Os Objetivos.

Considerando as deficiências e restrições de toda ordem constatadas no estudo realizado, foram caracterizadas as seguintes necessidades básicas, determinadoras dos objetivos estabelecidos pelo Calha Norte: aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos e atrativos para o desenvolvimento sustentável da região; ampliação das relações com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças; expansão da infraestrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional; fortalecimento da ação dos órgãos governamentais da Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social, como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorridos da presença insuficiente do Estado

em função das distâncias e do isolamento; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes; promoção da assistência e proteção às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras.

Conseqüente a esse elenco de objetivos tão significativos, seja pela própria dimensão, seja pela natureza das atividades a serem desenvolvidas e considerando a dificuldade para reunir meios que permitissem a solução dos problemas levantados a curto ou médio prazo, o Programa Calha Norte foi estruturado segundo atividades diversas, destacando-se numa primeira etapa como prioridades imediatas: assistência às comunidades indígenas; implantação de pequenas centrais hidrelétricas; implantação de centros de telecomunicações; vigilância naval, terrestre e aérea e implantação de infra-estrutura viária.

Implementação do programa. O estudo da realidade regional já identificara na área em causa três espaços diferenciados: o primeiro, compreendendo uma faixa de fronteira, com 150km de largura, entre Tabatinga, no Amazonas, e Oiapoque, no Amapá; o segundo, definido como orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; e o terceiro, a hinterlândia, constituído dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros.

Elegeu-se a faixa de fronteira como área prioritária e preferencial para fim de planejamento e ação imediata do Governo. Assim, foram estabelecidas as seguintes urgências para o atendimento da faixa de fronteira: Estado de Roraima, com pólo de desenvolvimento em Boa Vista e ações a implementar, particularmente em Bonfim, Normandia, Pacaraima, Érico, Auari e Surucucu; região do Alto Rio Negro, com pólo em São Gabriel da Cachoeira e ações a desenvolver, particularmente em Maturuca, Cucuí, São Joaquim, Perari e Jauareté; região do Alto Solimões, com pólo em Tabatinga e ações a desenvolver, particularmente em Benjamim Constant e Ipiranga; região do Alto Traíra, tendo como pólo Vila Bitencourt; e finalmente, região norte dos Estados do Pará e Amapá, com ações a desenvolver, particularmente em Tiriós, Clevelândia e Oiapoque.

Na estratégia de consecução do Programa Calha Norte foram previstas ações governamentais imediatas por meio da implementação de projetos especiais com a participação coordenada de órgãos federais e estaduais. Ao Exército, em face de sua tradicional presença na área e do acervo de realizações já efetivadas, foi dado especial relevo nas ações a empreender para servir, além de suas atribuições específicas, como base de apoio logístico para toda a estrutura do governo empenhada.

Dessa forma, foram idealizados os chamados "pavilhões de terceiros", construções erigidas junto aos pelotões de fronteira do Exército para abrigar os demais órgãos de governo com responsabilidade no programa, provendo-lhes o adequado apoio.

Ao longo desses quase dez anos de funcionamento, o Calha Norte vem ressentindo-se da falta de participação mais efetiva de outros ministérios que não somente os militares e da decrescente alocação de recursos, o que vem dificultando, sobremaneira, a execução de projetos e atividades. Os recursos orçamentários alocados ao Calha Norte podem ser vistos neste quadro, que dá uma idéia bem nítida do agravamento da situação a partir do fim da década passada.

O máximo, em 1989, de US\$47 milhões, decresceu abruptamente em 1990 e mais gravemente ainda a partir de 1991. De tal forma que no ano em curso estamos reduzidos a pouco mais de US\$7 milhões em vez de US\$47 milhões, que foi o pico em 1989.

Principais realizações. Apesar da decrescente disponibilidade de fundos e da escassa participação de outros órgãos da Administração Federal, o Calha Norte consegue exibir um considerável acervo de realizações nesses seus quadros em dez anos de existên-

cia. Na área de influência de Tabatinga, posso citar: a elaboração e implementação do plano diretor da cidade, a construção da Via da Amizade, avenida de pista dupla em concreto com 3,5km de extensão ligando Tabatinga a Letícia, na Colômbia, a interligação telefônica entre as duas cidades, a implantação dos serviços de saneamento básico, abastecimento de água, coleta de lixo e tratamento de esgoto, a criação da Comarca de Tabatinga, com a instalação de duas Varas, a construção do entreposto pesqueiro, a ampliação e melhoramento do hospital, a construção de moderno centro administrativo municipal.

Na área de influência de São Gabriel posso citar: a construção da ligação rodoviária Ipanoré-Urubuquera, permitindo a integração do transporte fluvial do rio Uapés; a construção da rodovia de São Gabriel a Cucuí e o início das obras de implantação da ligação de São Gabriel a Maturacá; a instalação de um moderno hospital de 50 leitos totalmente equipado e em plena atividade; a construção e equipamento da Escola Agropecuária para 600 alunos, já em funcionamento para o primeiro ano letivo; a construção das instalações e ativação do atual V Batalhão de Infantaria da Selva e de quatro pelotões especiais de fronteira nas localidades de Jauareté, São Joaquim, Querari e Maturacá; o apoio à instalação já concluída da estação de radar que se integrará à rede de sensores no sistema Sivam, Sipam.

Esses dois exemplos de Tabatinga e de São Gabriel bastam para ilustrar a contribuição do Projeto Calha Norte ao desenvolvimento da região, mas não esgotam a diversificada gama de realizações concretas, plantadas pelo projeto ao norte da calha do Solimões-Amazonas e muito menos o seu potencial de produzir benefícios se os recursos ao mesmo alocados puderem ser restabelecidos nos níveis que alcançaram no final da década passada. Benefícios para as comunidades locais, inclusive de indígenas, benefícios para preservação da soberania e benefícios para efetiva integração com os países vizinhos.

É importante lembrar que outros instrumentos se agregam ao Calha Norte no sentido de tornar mais efetiva a presença do Estado na área, procurando garantir aos brasileiros que lá estão o acesso a bens e serviços disponíveis no restante do País. Assim é que também no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos o programa de auxílio financeiro aos municípios da faixa de fronteira repassa recursos a serem empregados na construção de obras de pequeno porte nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, contribuindo para fixar o homem na faixa de fronteira.

No presente ano, lamentavelmente, em face das restrições orçamentárias, este programa perdeu toda sua pujança e efetividade, uma vez que teve sua rubrica zerada no orçamento. Podemos acrescentar ainda as normas e condições vigentes para a utilização da faixa de fronteira, que regulam a exploração das diversas atividades econômicas, permitindo o controle de área tão sensível. Essa é também uma atribuição da Secretaria de Assuntos Estratégicos que, servindo-se de uma de suas coordenadorias, controla e monitora todas as atividades econômicas desenvolvidas nos municípios de faixa de fronteira.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, ao longo do ano passado foi elaborada a política nacional integrada para a Amazônia Legal. Aprovada pelo Conselho Nacional da Amazônia, CONAMAZ, em 17 de novembro último. Esse documento, fruto do trabalho colegiado de todos os órgãos federais envolvidos em assuntos da região, dos governos dos nove Estados amazônicos e de organizações não governamentais representativas, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, será agora objeto de revisão definitiva pelo mesmo elenco de órgãos representativos dos interesses da região, e, posteriormente, submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Esse documento, ao fazer um balanço das ações empreendidas na Amazônia, refere-se ao Calha Norte como o projeto que eu cito, cujo objetivo é o de intensificar a presença brasileira na área de fronteira e o insere no rol das iniciativas tomadas pelo Governo Federal em resposta à preocupação ambiental que se fez presente a partir do início da década de 80.

O Projeto Calha Norte pretende exatamente desempenhar essa função de intensificar a presença brasileira na faixa de fronteira com plena consciência das condicionantes do desenvolvimento sustentável. E, portanto, em sintonia com a política nacional integrada para a Amazônia, em estreita colaboração com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Não há dúvida de que a presença brasileira naquela faixa de fronteira deve ser intensificada. Todos os países dedicam atenção especial a sua zona de fronteira e o fazem mesmo quando não há atrito com os países vizinhos, nem a mais leve ameaça às relações de boa vizinhança. Fazem-no porque a área de fronteira é particularmente sensível. Os problemas nela gerados repercutem muitas vezes ampliados em todos os quadrantes do país. E suas comunidades, talvez pela distância que as separa do centro geográfico da nação, precisam saber ser vinculadas ao núcleo do poder e objeto permanente de seus cuidados.

Cabe aqui destacar a elevada credibilidade de que desfrutam as nossas Forças Armadas junto às comunidades fronteiriças. O Exército tem-se, no campo interno, constituído em elemento aglutinador, agindo no sentido de reduzir tensões e mediar conflitos, contribuindo eficazmente para preservar o equilíbrio nas áreas onde se faz presente. A disseminação das organizações militares na fronteira, permitindo uma estreita e contínua convivência com os militares dos países vizinhos, que têm a mesma missão a cumprir, favoreceu o desenvolvimento de sentimentos salutares de confiança mútua e de necessidade de colaboração, proporcionando a exata compreensão do sentido puramente defensivo dos efetivos militares presentes na fronteira e afastando o risco de agravamento de eventuais incidentes fronteiriços.

Merece registro o importante papel integrador exercido pela nossa Marinha de Guerra e pela Força Aérea Brasileira, tomando factíveis muitas das ações realizadas em proveito do Programa Calha Norte.

Peço permissão, Sr. Presidente, para passar a palavra ao Coronel Rui Alves Catão, que vai fazer uma exposição mais precisa sobre os objetivos e conquistas do Projeto Calha Norte e as deficiências que ainda precisam ser sanadas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Concedo a palavra ao Coronel Rui Alves Catão.

O SR. RUI ALVES CATÃO - Exm^o Sr. Deputado Antônio Feijão, no exercício da Presidência desta Comissão Especial; Exm^a Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão; Exm^{os}. Srs. Senadores e Srs. Deputados presentes, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, dando prosseguimento a este depoimento da Secretaria de Assuntos Estratégicos para esta Comissão, complementarei a exposição realizada pelo Sr. Embaixador Pardelas, abordando os seguintes tópicos: as principais realizações, com detalhamento, do Programa Calha Norte, ao longo da sua existência; o que ainda ficou por fazer como decorrência da carência de recursos que sempre afetou a execução do programa e as principais dificuldades que vêm sendo enfrentadas para a consecução dos objetivos do Programa Calha Norte.

Após essas considerações, o Ex^o Sr. Embaixador Carlos Alberto Pardelas retornará para concluir o depoimento da SAE perante a Comissão Especial.

Eu daria prosseguimento a algum detalhamento das principais realizações sobre as quais o Embaixador Pardelas citou os exemplos de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

Dentre a gama de realizações do Programa Calha Norte, ao longo desses quase dez anos, merecem destaque: no Projeto-Piloto Tabatinga, construção e entrega de moderno e funcional centro administrativo; elaboração do plano-diretor para a cidade de Tabatinga; construção da Via da Amizade; construção do auditório comunitário Amazônia-Régia; efetivação da ligação telefônica com a cidade colombiana de Letícia, fronteiriça e gêmea a Tabatinga; implantação de um sistema de limpeza urbana; recuperação das instalações e reativação do Centro de Treinamento Profissional; construção ou reforma de prédios destinados ao funcionamento de postos de serviços da Previdência Social, da Polícia Federal, Polícia Militar e Receita Federal; implantação dos sistemas de captação e distribuição de água; tratamento de águas servidas, fluviais e esgotos para 70% da área urbana; criação da Comarca de Tabatinga, com instalação de duas Varas; construção do entreposto pesqueiro; e ampliação e melhoramento do Hospital de Tabatinga.

Nos projetos especiais, para incremento das relações bilaterais, podemos destacar: a dinamização do trabalho das comissões mistas de demarcação da linha de fronteira, cuja extensão, somente na região abrangida pelo Calha Norte, é de 6.771 quilômetros; construção de cerca de seiscentos novos marcos fronteiriços, particularmente na fronteira com a Venezuela; e ainda a construção da Via da Amizade, na parte referente à ligação binacional entre Brasil e Colômbia.

Nos projetos especiais para aumento da presença brasileira na área, temos: inicialmente no setor Exército, conclusão do quartel e conseqüente ativação do V Batalhão Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira, hoje o V Batalhão de Infantaria de Selva; término das instalações dos aquartelamentos e ativação de cinco Pelotões Especiais de Fronteira - PEF -, nas localidades de Auaretê, São Joaquim, Querari, Maturacá, todos nos Estados do Amazonas, e Surucucu, no Estado de Roraima; construção, ainda em fase de implantação, de outro pelotão na localidade de Auaris, também em Roraima; construção da 1^a Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista - transferida, como já foi informado na última reunião da Comissão, de Petrópolis, Rio de Janeiro, e de suas unidades subordinadas; obras diversas de construção e ampliação de unidades militares de fronteira; apoio comunitário através do pessoal e instalações de saúde do Exército; e ainda a construção dos chamados pavilhões dos terceiros.

No que diz respeito à Aeronáutica, Força Aérea Brasileira: construção, ampliação e execução do asfaltamento de vinte pistas de pouso, essenciais à continuidade do apoio logístico a ser prestado. Cabe assinalar que na Amazônia há localidades que, presentes guarnições do Exército ou comunidades indígenas, somente são alcançadas por meio do transporte aéreo.

Dentro da programação estabelecida, encontram-se em operação os aeródromos que aí estão listados: no Amapá, em Amapari, Palicor, Camarumã; em Roraima, Bonfim, Normandia, BV-8, Surucucu, Auaris, Baixo Mucajaí, Paapií, Uiacás e Ericó; no Estado do Amazonas, Melo Franco, Jambu Cachoeira, Estirão do Equador, Palmeiras do Javari, Ipiranga, Vila Bitencurt, Iauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Maturacá; no Pará, em Tiriós.

Marcados com asteriscos estão os aeródromos que já asfaltados, dentre esses que foram mencionados.

No que diz respeito à Marinha brasileira: construção do pier da Base Naval de Valdecans, no Pará; ligação definitiva do cais da Estação Naval de Rio Negro; aquisição e entrada em operação de duas agências flutuantes e quatro embarcações rápidas; construção de três lanchas-patrolhas e uma lancha balizadora; apoio médico e odontológico às populações ribeirinhas, por meio de dois navios de assistência hospitalar.

No que tange ao projeto especial para ampliação da infraestrutura viária, destacaríamos: ligação Ipanoréia-Urubuquara, já

citada, no Município de São Gabriel da Cachoeira, permitindo a integração ao transporte fluvial proveniente do Rio Uaupés; ligação de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, que é um pequeno trecho da BR-307; conservação do trecho da BR-174, que vai de Manaus até BV-8, entre Caracará e Boa Vista; conservação do trecho da BR-401, de Normandia a Bonfim; implantação da ligação Calçoene a Oiapoque, que é trecho da BR-156; planejamento e estudos da ligação Macapá-Tiriós, trecho da BR-210 e BR-163, aproveitando segmentos já construídos da perimetral norte; e ainda o início das obras de implantação da ligação São Gabriel da Cachoeira a Maturacá, através da BR-307, o que possibilitará o transporte rodoviário para o escoamento da produção agrícola da comunidade indígena de Maturacá para o crescente mercado consumidor de São Gabriel da Cachoeira.

Nos projetos especiais para ampliação da oferta de recursos sociais básicos, temos a destacar: construção de poços tubulares em Estirão do Equador, Vila Bitencurt, Ipiranga, Palmeiras do Javari e São Gabriel da Cachoeira, todos no Estado do Amazonas; construção de instalações para alojamento de profissionais de saúde em Parí Cachoeira, Itaracoá, também no Amazonas; construção de uma unidade de distribuição de alimentos da CONAB em São Gabriel da Cachoeira; construção e equipamento de centros de saúde em Parí Cachoeira e Sana do Rio Negro, que são áreas indígenas; aquisição e entrada em operação de unidades volantes de saúde, barcos, em número de quatro, para atendimento nos distritos e comunidades isoladas do Alto Rio Negro; alocação de pessoal de saúde em Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio dos Sá, Amaturá e na região do Alto Rio Negro; instalação de uma unidade mista de saúde, com vinte e cinco leitos em Auaretê, que ainda não entrou em operação; instalação de uma unidade mista de saúde, com cinquenta leitos, em São Gabriel da Cachoeira, em pleno funcionamento; fornecimento de farmácias básicas, uma para cada três mil habitantes, em periodicidade semestral, para unidades mistas e volantes de saúde dos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro; instalação e fornecimento de equipamentos para postos de saúde, em Parí Cachoeira II, Itaracoá, áreas indígenas; fornecimento de equipamento completo para o Centro de Saúde de Atalaia do Norte; construção e fornecimento de equipamento e operação de postos de saúde nas comunidades de Guanabara III, Prosperidade I, II e III, Sururuá, Niterói, Crajari, Veneza, São Pedro, São Raimundo, São Leopoldo e Belo Horizonte, todas no Município de Benjamin Constant, no Amazonas; instalação de creches em São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e em Barcelos; realização de campanhas de vacinação e erradicação de doenças endêmicas em todos os municípios da faixa de fronteira; ampliação e modernização das instalações do Hospital do Exército em Tabatinga; construção da Escola Agropecuária de São Gabriel da Cachoeira para 600 alunos de primeiro e segundo graus; implantação do Colégio Agropecuário de Benjamin Constant, objetivando, ao nível de segundo grau, a formação de técnicos nos setores de criação, de pecuária e produção agrícola; recuperação de mais de uma centena de salas de aula das redes de ensino escolares municipais; instalação do centro de treinamento profissional em Tabatinga, para o aprendizado industrial.

Como podemos inferir, por suas realizações, o Calha Norte não se restringe a uma mera distribuição de postos militares instalados na linha de fronteira. Abrange também uma pletora de ações multidisciplinares, visando a otimizar a presença do Estado e a melhorar as condições de vida dos brasileiros, cuja permanência nessas áreas inóspitas assegura a nossa posse plena sobre a região.

Passamos agora a focalizar o que ainda falta fazer no Calha Norte. Ao eleger-se como prioritária e preferencial a faixa de fron-

teira, todas as ações desenvolvidas pelo Programa se acentuaram nessa faixa. Em consequência, a hinterlândia e a orla ribeirinha, mais da metade da área abrangida pelo Calha Norte, pouco auferiam dos benefícios do Programa. Porém, mesmo na faixa de fronteira, ainda se ressentem de consecução as seguintes metas:

Na vigilância naval: agências de capitania em Caracará e São Gabriel da Cachoeira - a primeira em Roraima e a segunda no Estado do Amazonas; embarcações para os serviços de patrulha e de polícia naval e fluvial (20 lanchas); agências flutuantes, previstas onze unidades; ampliação do cais flutuante da Estação Naval do Rio Negro; navio de patrulha fluvial - Calha Norte; aviso hidrográfico fluvial I e equipamentos de comunicações.

No que se refere à vigilância terrestre, falta concluir a construção da primeira Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista; a construção de cinco pelotões especiais de fronteira e ainda a conclusão do pelotão especial de fronteira de Auaris.

No que se refere à vigilância aérea, particularmente no que tange a transporte aéreo e implementação de aeródromos: realizar o transporte aéreo em proveito dos projetos e atividades do Calha Norte, já que, em determinadas áreas, como já adiantamos, o avião é o único meio de transporte possível; pavimentação dos aeródromos de Querari, Vila Pacaraima, Bonfim e Normandia - o primeiro no Amazonas e os demais em Roraima; melhoramento e manutenção de aeródromos e a construção de aeródromos em consonância com a implantação dos pelotões especiais de fronteira, à medida que os pelotões de fronteira não construídos venham a sê-lo.

Na implantação de pequenas centrais de energia elétrica ou pequenas centrais hidrelétricas, que nós abreviamos por "PCH": conclusão da pequena central hidrelétrica de Auaris, em Roraima; implantação de PCH em Iauaretê, no Amazonas, e Ericó, em Roraima; e ainda a manutenção das quatro PCHs já instaladas.

Na implantação de centros de telecomunicações: aquisição de equipamentos de comunicação e instalação de telefonia das pequenas comunidades rurais.

Na infra-estrutura viária da faixa de fronteira norte: conclusão da ligação da BR-307 com Maturacá, no Amazonas - à qual já nos referimos, ter sido iniciada e não concluída; reparação da ligação Ipanoré-Urubuquara, no Rio Uaupés, no Estado do Amazonas, que complementa, como já adiantamos, a ligação com o transporte fluvial proveniente daquele rio; reparação das pontes de acesso às localidades de Cucuí e de São Gabriel da Cachoeira, ambas no Amazonas, no eixo da BR-307, que atualmente se encontram interditas; manutenção da BR-307 no trecho entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí; e ainda a conservação e recuperação da BR-156, no trecho Calçoene-Oiapoque, no Amapá.

No que diz respeito à assistência às comunidades indígenas: a implantação de projetos de desenvolvimento comunitário, particularmente nas áreas de saúde, educação, atividades produtivas e artesanato; melhoramento das instalações hospitalares da Funai, em apoio às comunidades indígenas.

No que tange à educação na faixa de fronteira norte: aquisição e distribuição de material às escolas de ensino primário de forma plena e com regularidade.

Na área de saúde: operacionalizar o Hospital de Iauaretê, assim como os postos de saúde de Içana e Parí-Cachoeira, no Amazonas, que ainda não foram entregues pela empresa Servilise, responsável pela sua construção.

Além das realizações a desenvolver nos projetos e atividades supracitados, justa se torna também a adoção de medidas, visando à consecução de obras e ações de relevante apelo sócio-econômico para a região, tais como: saneamento básico nos pólos de desenvolvimento de São Gabriel da Cachoeira e em Tabatinga, com prioridade para São Gabriel da Cachoeira; oferta de energia

elétrica, compatível com a demanda, particularmente nas localidades de Macapá e São Gabriel da Cachoeira; pequenas obras de infra-estrutura portuária que permitam a utilização de transporte intermodal para as localidades afastadas das calhas dos grandes rios; melhoria no sistema de telecomunicações, em especial nas pequenas comunidades rurais da fronteira norte, distantes dos grandes centros regionais, permitindo um trânsito de informações confiável e oportuno; incremento do relacionamento bilateral, proporcionando facilidades que permitam intensificar o comércio na região de fronteiras, particularmente com a Venezuela e com a Colômbia; aumentar e aperfeiçoar os meios disponíveis da Polícia Federal e da Receita Federal nos postos de conexão internacional, visando minimizar a ocorrência de ilícitos; buscar assegurar recursos em saúde aos núcleos populacionais dispersos, pela aproximação entre a administração federal e os representantes estaduais e municipais, na tentativa de encontrar soluções próprias para a realidade da área; e, finalmente, incentivar a implantação de projetos no setor de agricultura e subsistência e a criação de bovinos, caprinos e a piscicultura, entre outras atividades.

Todas essas são atividades que certamente concorrem para a garantia do desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica. Esse desenvolvimento tão mais efetivo será quanto mais tivermos sensibilidade, vontade e capacidade para aperfeiçoar os dispositivos já de nosso conhecimento e domínio.

Vamos passar agora a focalizar as principais dificuldades que vêm sendo arrostadas pelo Programa Calha Norte. Contribuíram e continuam a contribuir para dificultar o desenvolvimento do Calha Norte os seguintes pontos: a primeira e principal delas é a falta de recursos compatíveis com as necessidades do Programa. Cabe aqui lembrar que é esse o maior óbice enfrentado pelo Programa Calha Norte desde a sua criação. A decrescente alocação de recursos, aliada à irregularidade nas liberações, tem dificultado sobremaneira o atingimento das metas estabelecidas.

É importante ressaltar que os Orçamentos da União têm contemplado o Programa com recursos sempre muito inferiores aos considerados ideais. Os projetos e atividades têm sido desenvolvidos com dotações que variam entre 7% e 9% daquilo que foi originalmente solicitado, sendo que, para o corrente ano, 1995, foram solicitados R\$179.566.600,00 - aí incluídos os recursos destinados ao programa de auxílio financeiro aos municípios da faixa de fronteira, tendo o Orçamento aprovado destinado apenas R\$6.439.560,00, ou seja, exatamente 3,58% do que fora inicialmente solicitado. Desse total, foram liberados, em 1º de março de 1995, apenas R\$1.117.604,00, relativos única e exclusivamente a despesas correntes, sem que houvesse qualquer liberação para investimento.

No segundo trimestre, até a presente data, nada foi liberado. A escassez e a irregularidade do fluxo de recursos vêm acarretando atrasos sucessivos na condução do Programa, com o conseqüente incremento do custo final, decorrente da despesa com a manutenção dos investimentos já realizados.

Exemplo concreto dessa situação verifica-se na implantação da ligação rodoviária entre São Gabriel da Cachoeira e Maturacá, cujos recursos, insuficientes para o prosseguimento da obra, são totalmente consumidos na manutenção do pequeno trecho já implantado. Essa situação, como se apresenta, acarreta um desgaste inútil de recursos material e pessoal. O aporte ideal de recursos para que a obra seja concluída é da ordem de R\$1 milhão anuais para execução de 12km, em média, a cada ano, permitindo que a obra seja finalizada em 5 anos.

Outros projetos e atividades de grande alcance social, como os desenvolvidos na área de saneamento básico: educação e saúde têm também suas metas comprometidas por essa crônica escassez de recursos. Entre as outras dificuldades, alinhamos as que tornam

difícil a presença dos demais órgãos do governo: o imenso espaço geográfico considerado, coberto por densa floresta; a população pequena e rarefeita que caracteriza toda a Amazônia; a problemática indígena, com todos os desdobramentos que os senhores bem conhecem; a presença de garimpeiros e de narcotraficantes; as grandes distâncias entre os marcos fronteiriços; os interesses e ações de grupos internacionais, sob os mais diversos pretextos e ainda as dificuldades dos países limítrofes em também projetarem seus poderes na áreas lindeiras.

Retomo a palavra ao Exmº Sr. Embaixador, Carlos Alberto Pessoa Pardelas, para que conclua essa apresentação.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o momento me parece muito oportuno para que nos debruçemos sobre essa área do extremo norte do País e procuremos meios e modos de promover ali o desenvolvimento sustentado que, desde o início, foi o propósito principal do Programa Calha Norte. Por isso congratulo-me com a iniciativa da Senadora Marluce Pinto, que virá trazer ao Programa Calha Norte a inestimável parceria do Congresso Nacional na busca de novas fórmulas de progresso e de efetivos resultados.

A tarefa que nos propomos enfrentar tem dimensões gigantescas e caráter nitidamente estratégico.

O estado de abandono da região e os programas específicos e quase sempre delicados que ocorrem na faixa de fronteira cujos desdobramentos podem ter, não raro, efeitos sistêmicos, como é o caso, por exemplo, do narcotráfico.

O interesse em adensar relações com os países vizinhos, a convicção de que a ausência do Estado naqueles longínquos rincões do País implica o risco de vê-los confundidos com terra-de-ninguém são apenas algumas das diversas razões que nos levam a aceitar o desafio de revigorar o Programa Calha Norte.

Os instrumentos à nossa disposição, a partir da implantação do sistema Sivam/Sipam, permitirão dar execução com maior agilidade e mais correta seleção de metas e, portanto, com a desejável eficácia aos planos de ação do Programa Calha Norte.

Podemos, contudo, desde já, prestar-nos para a tarefa de revigoramento, tão necessário, daquele programa de inegável interesse nacional. Urge, pois, que, na busca desse desiderato, nos preparemos para mobilizar os recursos compatíveis com o tamanho do desafio que nos é proposto.

Ocorrem-me para tanto algumas idéias que, peço vênia, para submeter à consideração desta Comissão. Poderia ser constituída uma Comissão de Acompanhamento e Controle cujos membros efetivos seriam representantes dos ministérios que devessem ter atuação no âmbito do Programa Calha Norte, mas que seria integrada também por membros convidados que proporcionassem assessoria técnica ou aporte de suas experiências, caso a caso, conforme a pauta, para o exame regular e continuado da situação naquela área.

Caberia a essa comissão exercer o papel de instrumento de integração do Programa Calha Norte à política nacional integrada para a Amazônia legal e de compatibilização com outros programas e projetos de interesse da região. Além de foro para o exame dos temas que dizem respeito diretamente à região do Calha Norte que traria, como resultado imediato, maior envolvimento de todos aqueles órgãos no equacionamento da ação e na busca de soluções dos problemas tópicos. Na medida em que surjam, esta Comissão tem o mérito de servir de caixa de ressonância para as reivindicações da faixa mais remota do Território Nacional. Reivindicações das comunidades locais e exigência da segurança nacional passariam a ser mais conhecidas das autoridades responsáveis e da opinião pública nacional.

Devem ser fortalecidos e ampliados os esquemas de cooperação bilateral nas comissões mistas de desenvolvimento

fronteiriços. que já mantemos ativas com alguns de nossos vizinhos amazônicos. Comércio incrementado, as trocas no setor de energia, a parceria nas atividades de mineração, desde a pesquisa até à recuperação das áreas mineradas, a colaboração nas áreas de saúde e saneamento, as relações de vizinhança entre as comunidades dos dois lados da fronteira, tornadas mais fluidas e mais firmes, pelo interesse comum, são aspirações compartilhadas que serviriam para cimentar a integração regional que é o objetivo maior do tratado de cooperação amazônica e uma das prioridades de nossa política externa. Outra dimensão desse processo integrativo seriam as estradas de acesso ao Caribe e ao Pacífico, corredores de progresso em mão dupla, cujos estudos de viabilidade, há longo tempo, a guardam para iniciar a convergência de nossas atenções.

Essas ligações rodoviárias, assim como a exploração das possibilidades da interligação das bacias fluviais do Amazonas e do Orenoco, abrem novas perspectivas para a região Norte, e muito especialmente para a zona de fronteira.

O Programa Calha Norte, nos seus objetivos e por suas características, inegavelmente é prioritário para a integração da área ao restante do País, afirmando a presença do Estado e criando melhores condições aos brasileiros que avizentam a fronteira Norte. As necessidades fundamentais e imediatas, identificadas por ocasião do estudo gerador do Programa Calha Norte, permanecem válidas, porque a carência de recursos alocados retardou a execução de projetos específicos e o quadro sócio-econômico nacional se manteve praticamente inalterado.

Em suma, podemos afirmar que o Programa Calha Norte transcende, e muito, o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar um projeto governamental arrojado e multidisciplinar de considerável alcance social para os brasileiros cuja presença em áreas inóspitas assegura a nossa posse sobre a região.

Dos distintos planejamentos governamentais, desde o início do programa, podemos inferir que, a despeito do cenário econômico desfavorável, o Programa Calha Norte tem, sem solução de continuidade, buscado atender às necessidades de integração e desenvolvimento da área objeto de sua ação.

É nosso desafio comum - do Congresso Nacional e do Poder Executivo - proporcionar às populações do extremo Norte renovadas perspectivas com o revigoramento do Programa Calha Norte. É preciso que os meios de que o mesmo venha a dispor doravante, sejam compatíveis com as imensas responsabilidades daqueles que, com sacrifício, o estão executando, e com os inestimáveis benefícios que dele advirão para as comunidades locais e para todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Em primeira mão, gostaríamos de agradecer essa bela exposição do Embaixador Carlos Pardelas e do Coronel Rui Alves Catão.

Dando prosseguimento ao roteiro de nossa pauta, passarei a palavra à relatora desta Comissão Especial Mista, Senador Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, nobre embaixador, representante o ministro, após ouvirmos essa bela exposição de V. S^a e do Coronel, chegamos à conclusão de que o Programa Calha Norte é de fundamental importância para o desenvolvimento da Amazônia, porque as pessoas e até nós, os Parlamentares, tínhamos uma idéia bastante distorcida desse programa, como muitos têm do Sivam.

O Programa Calha Norte, como foi dito na exposição passada, sendo confirmado agora por V. S^a, não é um programa militar, mas vários ministérios civis estão integrados. Não são apenas - sempre considerava isso - que os pelotões de fronteiras significavam para nós brasileiros os guardiões de nossa Amazônia. Não é

apenas na fronteira que esse programa tem tido uma atuação constante e de maior importância para o nosso País, mas na área de transporte, escola, saneamento, saúde.

Eu própria, que já visitei várias vezes essas localidades onde estão instalados os pelotões, hoje fiquei surpresa ao tomar conhecimento dessa abrangência que é o Programa Calha Norte e até onde já chegou. Se não mais houve desenvolvimento, foi pela escassez de verba. É lamentável solicitar ao orçamento da União R\$180 milhões e serem aprovados apenas R\$7 milhões. Já estamos terminando quase o primeiro semestre do ano, e o que se recebeu foram apenas R\$1 milhão e 100.

Dessa forma, pergunto qual o recurso que está sendo liberado, ou de que recurso é retirado para que o programa ainda possa estar em execução. Quanto custa para o Exército manter os pelotões de fronteira, para a Aeronáutica executar seus transportes, enfim, para manter o que já existe nos pelotões?

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOAS PARDELAS - Se V. Ex^a me permite, Senadora. Felizmente, para o Programa Calha Norte, o Exército mantém o funcionamento de seus pelotões de fronteira; a Aeronáutica mantém seus poucos aviões em voo. E com isso a máquina continua funcionando.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Quer dizer, com a verba do Exército e da Aeronáutica?

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Exato. Os nossos recursos não dariam sequer para manter o funcionamento da máquina, se não fossem os recursos próprios do Exército e da Aeronáutica.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Embaixador, quando entrei com o requerimento para a instalação desta Comissão, era exatamente porque já tinha conhecimento da escassez de recursos. Agora, jamais poderia supor que seria tão grave como o que eu soube, hoje, através de sua exposição. O objetivo maior desta Comissão é para que possamos trabalhar junto aos membros da Comissão de Orçamento para aprovar.

Já que é o Orçamento da União quem destina os recursos à SAE e ela repassa para os outros ministérios, gostaria que V. S^a designasse uma comissão que viesse conversar conosco, além da exposição de hoje, para dizer das prioridades do programa e de quanto seria necessário. Não sabemos o valor. Foi solicitado, mas, com tudo que foi apresentado, que está para ser instalado, admito que precisará de muito mais.

E nós parlamentares da Amazônia - não só da Amazônia, pois temos a presença do ilustre Senador Romeu Tuma, que desde a hora que tomou conhecimento do requerimento procurou-me para dizer que tinha interesse em participar desta Comissão; foi indicado por outro partido, pois o seu não tinha vaga, já que o número é reduzido - estamos aqui, hoje, reunidos pela segunda vez, com a presença do Senador Romeu Tuma, que é representante direto de São Paulo. E por ser um homem que já andou muito pela Amazônia, e mesmo em Roraima, quando tivemos, por diversas vezes, problemas com demarcação de terras indígenas e com garimpeiros. É um Senador, acredito, mais da Amazônia, embora receba votos de São Paulo.

Queremos que esta comissão encerre o relatório, encerre os trabalhos e não fique apenas na apresentação de um relatório, não fique apenas no papel. Queremos ter o prazer de, no próximo ano, poder chegar para V. Ex^s e dizer que do nosso trabalho obtivemos grandes resultados. Se não conseguirmos alocar recursos no Orçamento, sinceramente, nosso trabalho não terá nenhum significado.

Desejaria também ser esclarecida a respeito de algo que ainda tenho uma certa dúvida.

Em São Gabriel da Cachoeira existe o colégio das missionárias, onde estive por diversas vezes. É um colégio muito organi-

zado tanto no que diz respeito à parte educacional quanto na parte social. Em São Gabriel da Cachoeira, pelo que conheço da Amazônia, desde a época das construções de aeroportos, está o artesanato mais rico, mais aperfeiçoado que encontramos em toda a região. E tudo isso depende de orçamento. Existem, por parte do Programa Calha Norte ou do Exército ou de qualquer outro setor da União, verbas destinadas àquele colégio das missionárias?

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Não creio que exista, mas admito que é uma lacuna, pois seria uma maneira de valorizar o trabalho das missionárias salesianas e afinar, sintonizar melhor, digamos, a atuação, a presença do Governo e das entidades religiosas naquela área. No caso dos salesianos, é um trabalho admirável. V. Ex.^a conhece melhor do que eu, mas que nos foi dado de passagem admirar em São Gabriel da Cachoeira. Creio que seria uma das boas idéias a desenvolver, essa melhor sintonia entre o Governo e a missão salesiana. Pelo menos na área de São Gabriel.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Embaixador, realmente a responsabilidade dos membros desta Comissão é muito grande. E aqui estão presentes dois representantes de Roraima: o Deputado Salomão Cruz e eu. Faremos o maior empenho para que as outras pistas sejam asfaltadas - duas já estão - e para que seja dada continuidade à construção daquele batalhão de infantaria, como foi citado, que está parada em decorrência da falta de verbas. Sei que nosso Presidente da Casa, que é do Amapá, também se empenhará neste sentido.

Gostaria de encerrar, agradecendo a presença dos representantes da SAE. E faço um convite, mesmo não estando presentes todos os membros da Comissão, porque este horário das 14h30min é muito difícil, pois nossas comissões técnicas, que se iniciam a partir das 10h da manhã, normalmente se encerram às 14h. E em decorrência disso, às 14h30 iniciou-se a sessão em plenário. Hoje temos votação; a Câmara também está votando a sua pauta. O próprio Presidente comunicou-me que não poderia vir, porque faz parte da Comissão sobre os Bingos, criada agora na Câmara.

Enfim, são tantas as comissões e muitos congressistas participando de várias ao mesmo tempo, mesmo assim já contamos com a participação de sete representantes, número significativo para o que temos conhecimento de outras comissões. Muitas vezes ficamos apenas o Presidente e o Relator. Mas não considerem a não presença dos membros como se não fosse um trabalho relevante dentro da Comissão. Distribuiremos a palestra a todos os membros. Não apenas aos membros. Pedirei ao Presidente e ao Secretário que tomem providências para que a exposição realizada hoje nesta Comissão seja distribuída a todos os parlamentares, pois na Comissão de Orçamento há representantes de todos os Estados. Quem sabe, com todo esse trabalho, possamos angariar simpatia para que, quando vier o Orçamento, seja feito um trabalho, através da SAE, para que venham os recursos necessários à conclusão do Programa.

Faremos um trabalho junto aos demais parlamentares no sentido de não retirem nada daquele valor; e para que consigamos o nosso objetivo é preciso que se faça um trabalho não só de pronunciamento, mas também encaminhando a todos as palestras dos depoentes que passarem por esta Comissão, para que tomem conhecimento do que representa o Programa Calha Norte para o nosso País. Ele está situado na Amazônia, mas a Amazônia faz parte do Brasil; e as ocorrências, muitas vezes fatais, naquela região dizem respeito a todos nós e ao País.

Quero agradecer a presença de V. S.^s e dizer que mudaremos de horário para que, através de uma presença marcante nesta Comissão, alcancemos os nossos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Com a palavra o nobre Deputado Salomão Cruz.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Agradeço e protesto, pela segunda vez, quanto ao horário. Lamentavelmente hoje é um dia importante para a Câmara dos Deputados. Estamos votando a PEC do petróleo. Por isso não estão todos os membros aqui. Peço desculpas em nome dos companheiros aos palestrantes. O assunto é importante, é palpante e diz respeito diretamente à questão da Amazônia.

Sr. Embaixador, Coronel e Capitão, com relação à questão do Projeto Calha Norte, ouvi coisas hoje, no depoimento do General Uchoa, que me deram, exatamente como falou a Senadora Marluce Pinto, uma visão mais abrangente do projeto. Na verdade, a sensação que fica é a de que o Calha Norte é um projeto militar. Hoje vi com mais clareza até do que no depoimento do General Uchoa a abrangência que é o Calha Norte. Preocupa-me muito porque talvez eu seja parte de uma elite que compõe a Amazônia, como são os políticos aqui presentes. E já que, como elite, tenho essa imagem distorcida com relação ao Calha Norte, imaginem, por exemplo, um homem comum, que está no interior da Amazônia - não falo nem da capital, que deveria conhecer, mas com certeza não conhece. E isso deixa uma impotência muito grande quando questionamos algumas coisas e ouvimos questionamentos com relação a esse programa na Amazônia.

A princípio, não sou contra nada que venha para a Amazônia. Por isso defendo o Calha Norte mesmo sem conhecer sua realidade. Qualquer coisa que venha para a Amazônia ainda é pouco, na medida em que sabemos que o Governo tem um compromisso histórico para com a Amazônia e não o resgatou. Não apenas com as comunidades indígenas. O Governo tem um compromisso com todos aqueles 17 ou 18 milhões de pessoas que habitam a Amazônia. Ninguém foi para lá porque quis e ninguém foi forçado a entrar na Amazônia. Nossos antecedentes foram porque houve uma política governamental que conduziu as pessoas para lá.

Eu me lembro bem, durante o regime militar, com o ufanismo de conquista, os militares fizeram muita coisa pela Amazônia, não tenho dúvida. Mas houve a euforia de grandes projetos que levou as pessoas para a Amazônia.

É o processo de colonização da Amazônia, desde o governo português, foi no sentido de ocupá-la pela abundância de terra, com visão estratégica de ocupação e de produção de matéria-prima para abastecer o centro-sul do País. A história da Amazônia toda é essa.

Vejam a dificuldade, 3% dos recursos para o Calha Norte foram liberados este ano, num total de quase US\$180 milhões e não vejo o Governo fazer nada no sentido de liberar recursos. Essa é uma decisão política. Estive três ou quatro vezes com o Ministro Nelson Jobim e fiquei entusiasmado por sua preocupação. É uma questão fundamental para a Amazônia que nós, desde a promulgação da Constituição de 1988, não discutimos e que é uma luz na cobrança do cumprimento da Constituição de reverter toda a política indígena para a Amazônia.

O Calha Norte é uma decisão política. Evidentemente deve sofrer algumas correções com a implantação do Sivam e Sipam. Defendi, na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, que fossem embora, pois sentia que o projeto não sairia dos moldes do que sonhei para a Amazônia. Vejo o projeto essencialmente voltado à questão do controle do tráfego de entorpecentes e disse isso na Comissão. Não tenho nada a ver se a Colômbia produz cocaína e os Estados Unidos compram. E 60% do Projeto Sivam, lamentavelmente, será destinado ao tráfego de entorpecentes, 25% à questão do tráfego aéreo, que é uma competência do Calha Norte, e apenas 15%, aproximadamente, será destinado à avalia-

ção de proteção de recurso natural que, para mim, justifica a defesa do projeto.

Entendo que a dificuldade do Calha Norte é muito grande exatamente porque senti uma decisão política com vontade de fazer algo, mas não há nada na lei que defina isso. Não há nada na lei que institucionalize o Calha Norte, que diga onde vai a competência do Calha Norte. Aliás, venho da Amazônia e em uma recente reunião que tivemos da Bancada Amazônica em Rondônia colocamos isso. O problema da Amazônia é questão de lei. Se analisarmos, não existe nenhuma lei que trate especificamente das questões da Amazônia, que trate de forma clara as questões.

Vejamos a lei da mineração, por exemplo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado Salomão Cruz?

O SR. SALOMÃO CRUZ - Pois não, nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Às vezes nos preocupamos com lei. Mas existe a lei, foi promulgada, da criação de nossas áreas de livre comércio. E nem é a lei. Acho que o que está faltando é a vontade de fazer. Se fizermos um trabalho, como foi iniciado agora, dos Parlamentares da Amazônia, existirão muitos Senadores interessados, assim como tem um Senador hoje.

Sinceramente, fiquei decepcionada com aquele caso, até hoje, fazem 2 anos que a lei foi promulgada e nós não conseguimos nada. Ontem, graças a Deus, consegui mudar de Pacaraima para Boa Vista. Agora não vai haver mais desculpas, porque antes Pacaraima era uma área indígena. Nós sabemos que é área de fronteira, agora vamos saber se vão implantar mesmo a nossa área de livre comércio na nossa capital Boa Vista.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O nobre Senador Romeu Tuma está me colocando que a única lei que existe é a lei da Zona Franca, mas as leis de livre comércio também existem.

Eu quero dar o exemplo da questão da mineração. Se nós pegarmos, à luz da legislação, desde a Constituição Federal até a lei ordinária, o que trata da mineração é uma indecência, um engodo. Na verdade, toda atividade de pequena mineração, da mineração aluvial da Amazônia que é o garimpo, toda ela é ilegal. Por que é ilegal? Primeiro, não tem nada que regulamente a extração aluvial, que é o famoso decreto de lavra garimpeiro, que até hoje está no papel e nunca saiu do papel e foi colocado em evidência.

Segundo, a lei diz que toda área que é requerida por empresa mineradora, por alguém, essa área, por lei, impede a atividade garimpeira. O que não está requerido por empresa mineradora - e há mineradoras na Amazônia que tem até 800 áreas - está dentro de área indígena.

Aí vem o § 3º, do art. 231, da Constituição Federal, que diz que a pesquisa, exploração de terras em áreas indígenas depende de parecer do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades indígenas.

Vejam bem uma coisa, nós estamos no oitavo ano de promulgação da Constituição, agora vamos completar 8 anos, e existem mais 5 mil pedidos de pesquisa em terras indígenas e até hoje o Congresso Nacional sequer fez uma comissão para verificar, averiguar se um processo desses foi legalizado. Então, isso é um engodo. É uma forma de nos enganar.

Lei de faixa de fronteira até 150km. O que é faixa de fronteira? Eu não sei o que é. A comissão diz que até 150km é faixa de fronteira, mas não existe uma lei regulamentando.

As questões ambientais também estão na mesma situação e aí vai. Se for citar aqui, por exemplo, toda a sociedade brasileira, a sociedade mundial cobra que a Amazônia seja desenvolvida de uma proposta de desenvolvimento auto-sustentável, que ninguém

sabe definir exatamente o que é desenvolvimento auto-sustentável. É palavra de ordem e todo mundo diz isso.

Agora, quando nós vemos um projeto como o Sivam, que eu critico pelo baixo índice de investimento na questão da avaliação dos recursos naturais, quando nós vemos um projeto daquele, que pode dar certo, que é a introdução de tecnologia de ponta, ninguém cresce em tecnologia, vai trazer um conhecimento global da Amazônia e que vai trazer subsídio para que exista o Sipam, que vai regulamentar a atividade dos vários órgãos federais. Na atuação da Amazônia, inclusive o Calha Norte, quando nós vemos um projeto desses que pode dar certo, toda sociedade brasileira cobra eficiência da Amazônia, combate o projeto Sivam e Sipam, inclusive a imprensa mundial.

Hoje, por exemplo, nós não podemos, como cidadãos da Amazônia, como cidadãos brasileiros, construir.

Vou dar um exemplo de como é que as coisas são feitas na Amazônia. Disse que não iria mais falar porque iria passar à tarde toda.

Mas veja a questão da Funai. Em 1979, em Roraima, existiam áreas pretendidas e definidas como reserva indígenas, em torno de 2 milhões e 500 mil hectares. Hoje, são mais de 11 milhões de hectares. Isso da área global do Estado de Roraima, são 42% da área global. Se nós formos analisar a questão do potencial de recursos naturais, 90% das áreas com potencial de exploração mineral de Roraima estão dentro de área indígena. Mais de 75% da área de potencial madeireiro, de uso potencial do solo, estão dentro de áreas indígenas. Potencial florestal, todo o potencial, a tal da biodiversidade, toda ela está dentro de área indígena. E nós vemos o Governo, que tem no Calha Norte, na falta da lei, o único instrumento de presença brasileira na região, o Governo libera apenas 3% dos recursos para tocar o Calha Norte.

Acho que já falei muito, vou fazer algumas perguntas. Quero solidarizar-me com o Calha Norte, não conheço profundamente, acho que ele é muito global, tem de sofrer alguns ajustes, temos de conversar sobre ele, pois é preciso que ele tenha subsídio das Prefeituras Municipais. Parece-me que o Calha Norte está mais em cima e nós podemos corrigir isso. Ele tem de ter uma relação mais restrita com o Município.

Agora, ouvi, nas exposições, uma questão que me pareceu muito interessante. O Calha Norte, pelo que foi colocado, não partiu muito para a confrontação com a Igreja, com a Funai e com os órgãos defensores das causas indígenas. Por exemplo, não tem Calha Norte na área de Raposa Serra do Sol, que hoje é a área mais complicada do nosso Estado.

Surucucus não é calha da Amazônia, mas é da Bacia da Amazônia. Cotíngio, Surumu também são da calha da Amazônia.

A Raposa Serra do Sol pega, na verdade, Urariquera, Rio Branco, que é tributário do Amazonas, que é muito mais próximo do Amazonas do que o Mucajá, Surucucus e Calha Norte.

Por isso que eu até estranhei.

(Intervenção fora do microfone)

Pois é, mas tem a fronteira, entre Venezuela e Guiana, na região do Pirara, que acho que deveria ter lá.

Eu ouvi sobre isso e resolvi, em função disso, fazer algumas perguntas.

Primeiro, se existe algum modelo que inspirou o Calha Norte para que nós tenhamos como referencial alguma posição disso? Segundo, por que o Calha Norte não está na área Raposa Serra do Sol? Terceiro, se existe um trabalho da Funai com o Calha Norte, um trabalho restrito que vi nas duas palestras, algumas coisas que foram colocadas? Ao General Uchoa não foram abordadas diretamente a questão da relação da Funai com o Calha Norte e se o Calha Norte tem alguma relação com as organizações não-governamentais?

mentais, com a Igreja Católica e com algumas igrejas evangélicas na região.

Parece que em Roraima a Igreja Católica dividiu a sua atuação, louvável inclusive, em duas partes. Determinados setores da Igreja tomam conta da área Raposa Serra do Sol e outros setores, mais as organizações não-governamentais, tomam conta da área Yanomami. Junto com elas tem Meva e outras que estão na área, portanto, pergunto se há uma interação entre o Calha Norte e a Igreja Católica.

Para concluir, Sr. Embaixador, gostaria de propor a esta Casa, em função do que observei no depoimento passado e neste, que seja convocado o Presidente da Funai. Sempre disse que a Funai é absoluta nas suas decisões, nós estamos pedindo uma CPI na Câmara dos Deputados para verificar as trambicagens que existem na Funai e gostaria que fosse convocado, também, alguns setores de organizações não-governamentais que atuam na área do Calha Norte, inclusive, que intervêm na competência institucional do Calha Norte, e gostaria, também, que a Igreja Católica, pela sua atuação na área Yanomami, alguém dela, acho que o D. Aldo Mogiano, fosse convocado para vir a esta Comissão dizer o que ele acha da Igreja Católica.

Estou falando isso porque sempre ouvi setores da esquerda dizerem que o Calha Norte é um processo de militarização da Amazônia, e tão somente por isso que eles condenam.

Então, queremos ouvir de viva voz, se nós estamos avaliando o que é o Calha Norte, por isso temos de ouvir o D. Aldo, setores da Igreja Católica, a Dr^a Cláudia Andujá, o irmão Zaquini, que é ligado à questão Yanomami, e alguns setores ligados às organizações não-governamentais que atuam na área.

Já falei de mais, o nobre Senador já está impaciente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Feijão) - Apenas, nobre Deputado, para esclarecer que, dentro da condição legal, a convocação à Igreja Católica não pode ser feita por causa da liberdade de credo e igualdade de direitos estabelecida no art. 5º. Seria melhor indicar a pessoa e não a crença ou a função que ele exerce.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Apresentei dois nomes: D. Mogiano...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Um esclarecimento bem rápido porque nós vamos votar.

O meu requerimento diz respeito ao Calha Norte e também para fazer um acompanhamento da demarcação das terras indígenas.

Agora, nós vamos primeiro ouvir todas as autoridades, porque nós precisamos ter esclarecimento sobre o Calha Norte e, posteriormente, sobre os índios. Entre eles vem o Presidente da Funai e as organizações não-governamentais.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Senadora, ouvimos o General Uchoa, o Embaixador Carlos Alberto e ouvimos o Coronel Rui Alves Catão, que falaram coisas mais ou menos semelhantes.

Se nós ouvirmos só eles, nós não vamos fazer um juízo de valor do que é o Calha Norte. Ouvi sempre setores da esquerda dizerem que combatem o Calha Norte porque o Calha Norte é um processo de militarização. Ora, se é um processo de militarização e eu aqui ouvi que não é, fiquei até convencido que não é, então, não custa nada nós chamarmos esse pessoal e ouvi-los. É importante nós ouvirmos.

Temos que ouvir de um lado e de outro para que nós aperfeiçoemos o raciocínio e a decisão com relação ao problema.

Quero que esta Comissão saia daqui fortalecida politicamente e diga ao Governo que é fundamental, é necessário, o Calha Norte. Se não puder R\$ 180 milhões por ano, que dê R\$ 50 milhões. Mas que dê 50 e não dê só 3% do previsto no orçamento.

Daí por que acho, Sr. Presidente, que é importante a gente ouvir esse pessoal. Acho que uma coisa está muito relacionada

com a outra. Vamos ouvir, também, com relação à demarcação de áreas indígenas qual a posição deles em relação à Calha Norte, porque eles estão interferindo, estão fazendo um trabalho que, pelo que ouvi aqui, é de competência legal do Governo brasileiro atuar nessas áreas. E porque estão atuando, é preciso saber o que eles pensam do Calha Norte.

Enfim, acho importante por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Suas colocações, meu nobre colega Salomão Cruz, foram todas anotadas e o que a Senadora Marluce Pinto colocou, apenas por uma questão de metodologia da Comissão, vai aguardar porque vamos esgotar inicialmente essa parte informativa concernente ao Calha Norte.

V. Ex^a até falou que auriu muitas informações nas disposições já prestadas à presente Comissão, mas todas as colocações de V. Ex^a estão anotadas aqui.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, minha cara Relatora, Sr. Embaixador Carlos Alberto, Coronel Rui, quero agradecer a possibilidade de poder não só ouvi-los, mas também buscar algumas informações que acho importantes.

Eu não poderia dizer que tenho uma imagem distorcida do Projeto Calha Norte, até porque eu vivi um pouco o Projeto Calha Norte quando diretor da Polícia Federal.

Lembro-me aqui, até com saudades, de alguns nomes, como São Joaquim, Querari, Surucucu, Cacuí, São Gabriel da Cachoeira, Maturacá, Vila Bitencourt, Tabatinga. Regiões por onde andamos em operações ou acompanhando Presidentes realmente dando andamento ao cronograma do Projeto Calha Norte.

Ainda me lembro quando fui com o Presidente Sarney a Tabatinga, quando realmente eu entendi que o Projeto Calha Norte não era um projeto militar, quando se instalava lá, pela primeira vez, um item da segunda fase do Projeto Calha Norte, que era o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios pertencentes ao Projeto Calha Norte, para atrair a população civil e realmente promover um desenvolvimento nessa região.

Então, hoje ouvi, não com tristeza, Senadora, sobre o pouco de verba, mas senti que caminhou alguma coisa o Projeto Calha Norte. Os homens que dirigem o Projeto Calha Norte estão tirando leite de pedra, mas estão construindo alguma coisa.

Isto é importante para nós que temos um interesse de ver o Brasil desenvolvido, mas temos uma paixão especial pela região.

Então, isto nos dá a certeza de que, realmente, a disposição de V. Ex^a em criar esta comissão especial, que não está fiscalizando, não está interrogando ninguém, não está apurando deslize, absolutamente nada. É uma comissão que quer buscar meios para ajudar a construir alguma coisa. Não é uma comissão que quer destruir ou polemizar alguma coisa.

Hoje eu discutia com alguns índios que me procuraram. Eu fico às vezes amargurado quando vemos o Salomão Cruz, que entende, falar de Serra do Sol, que é uma angústia que vem de 10 anos, desde que assumi e depois deixei a Polícia Federal, essa disputa, essa discussão entre a Funai e as comunidades civis que lá desenvolveram a sua atividade, construíram um patrimônio e, em tese, têm que ser respeitados.

Eu perguntava a esses índios se a grande preocupação deles era ter um milhão de hectares ou ter um pedaço de terras e meios para desenvolvê-la. Não é crítica, eu acompanhei durante o período do Jucá aquelas lutas entre os Yanomamis e os garimpeiros, com mortes até, processos amargurosos para aqueles que tinham que resolver uma situação daquelas, e a gente fica preocupado em saber se a única preocupação da Funai é

demarcar terra indígena ou se realmente é dar assistência às comunidades indígenas.

É uma interrogação que faço, por isso que acho que a Funai, ficando ou não, não entro no mérito, mas este projeto tinha que ser incorporado ao Calha Norte para os objetivos globais, não individualizados sobre o processo de demarcação de terra.

Eu respeito antropólogos porque não sou especialista no assunto, mas dizem que tem que se preservar as comunidades indígenas para que eles fiquem e vivam nas suas origens. Às vezes o índio pescava o seu peixe, hoje os rios estão poluídos, mas na época em que pescavam, ou se se despoluir o rio os índios voltarem a pescar, será que eles vão sentir o mesmo paladar que encontram em uma lata de sardinha com molho português, se eles sentiram o paladar? Eles vão andar atrás do molho português. Vão tentar pelo menos melhorar a vida. Se ele quiser andar nu é um problema dele, mas se ele quiser ter roupa, terá que ter a roupa para usar.

Por isso é que fico preocupado, porque estamos discutindo aqui dentro sobre demarcação de terra indígena e não ouço ninguém dizer como se dá assistência às comunidades indígenas para que ele se fixe numa determinada área, e o Estado possa levar a ele uma assistência correta, séria, honesta e cristã, porque o índio não pode ser explorado, ninguém tem o direito de explorá-lo, como se fossem crianças ou pessoas que vão ao bel prazer de decisões que não são as deles.

Acho que as comunidades indígenas têm que ter os seus conselhos e também tomarem as suas decisões. Não somos nós que vamos decidir por eles, eles têm que ter a liberdade de decidir. Por isso é que acho importante esta Comissão.

Falou-se na mineração. Eu anotei aqui, há uma outra comissão nesta Casa que está indo para Roraima - eu fiquei triste de não poder ir junto -, para discutir o problema da mineração.

Então, vão casar essas duas Comissões, não tem jeito de isolarmos cada uma delas em um relatório. Eu já vi que boa parte do nosso relatório está na exposição do Sr. Embaixador e do nosso Coronel.

Então, tudo isso me dá a sensação de que estamos caminhando bem para levantarmos os problemas da Calha Norte. Por que não convocar o Prefeito de Tabatinga, que foi o primeiro Município que recebeu o projeto da segunda fase do Calha Norte? Por que ele não vem aqui para nos dizer se está dando certo ou se está ruim a situação?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Vamos viajar para essas localidades, porque acho que o mais importante, além da gente ouvir, é poder presenciar o que já foi feito.

Então, vamos ouvi-los. Nós vamos a todos os pelotões de fronteiras, já estamos organizando essa viagem e queremos contar com a presença de V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA - Se Deus quiser, e num avião da Aeronáutica. Não adianta protestar que avião da Aeronáutica está levando Parlamentar, porque vou querer que nos leve. Eu quero ir naqueles aviões que só descem na pista de Surucucu, o Búfalo, para matar saudades, e sentar do lado em banco de ferro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Uma curiosidade, V. Exª estava falando sobre as terras indígenas. O que é que eles queriam, era receber um milhão de hectares de terra ou a assistência.

O SR. ROMEU TUMA - Eles levaram alguns documentos, porque o índio, quando vem falar conosco, vem para pedir algum apoio em alguma coisa, ele não vem reclamar de terra.

Não sou contra a demarcação, não estou entrando nesse mérito, mas o que adianta dar um bilhão de hectares e depois largar aquilo ali.

Eles falam aqui sobre o problema de legislação. Acho que há uma prateleira de leis que a gente um dia tem que rever e condensar. Mas não se regulamentou o dispositivo constitucional que permite a exploração em mineração. Acho que tinha muito índio que podia andar de Cadillac, podia nos levar para passear de avião e hoje estão morrendo de fome.

Lembro-me, em algumas áreas, a Operação Neblina, nessa região da Cabeça do Cachorro, na região de Aurequê, por causa da exploração do colombiano e da mão-de-obra indígena, na segunda vez que lá fomos tivemos que levar dentista e médico, porque os meninos ianomamis têm uma dentição diferente, o siso aos 12 anos cresce e a dor é violenta. O dentista disse que ia parar porque tinha extraído, num dia, noventa e tantos dentes. Ele disse que o braço não agüentava mais de dor. Será que o índio quer tomar uma cassetada para tirar o dente ou ele quer um médico e um dentista para dar uma atenção e recuperar a sua saúde, a sua vivência, aprender alguma coisa que o mundo moderno lhe traz. Não que ele venha para aprender a praticar crime, a roubar, nada disso, mas ter um pouco de assistência, a presença do Estado a viver no isolamento. Porque essa falta de verba é permanente. Quantas vezes a gente faz uma operação nessa região para tentar retirar garimpeiro? Daqui a pouco os bolsões estão lá outra vez, porque não há a presença do Estado. O Calha Norte não vinga por falta de verba.

Então, quando se fala da ocupação do pavilhão de terceiros, eu não vi nenhum ocupado por nada. Nós íamos lá quando tinha operação, abastecia-se no quartel, alimentava-se no quartel e dormiam junto com os soldados nos pelotões, depois saiam. Estão abandonados. Por quê? Porque ninguém da Funai, da Polícia Federal ou do Ibama vai para lá. E não há vontade política de mandar.

Desculpe-me, Sr. Tanassai, mas também fui do Executivo durante muito tempo e é uma luta desigual. Se o senhor mandar a proposta, ela ficará lá 10 anos; talvez o senhor se aposente, ou pegue outra vez a Embaixada na China, e não tenha resolvido o seu problema. O Capitão o sabe.

Penso o seguinte: o Calha Norte não é o projeto embrionário do Sivam/Sipam, mas sua base. Ele tem que ser inserido no Orçamento e no Projeto Sivam/Sipam para poder vingar. Na hora em que o Projeto Calha Norte conseguir dar essa base, o Sivam/Sipam vem mais fácil, porque ele tem que fazer parte integrante do referido projeto.

Talvez tenha razão o nobre Deputado, e o Calha Norte não tenha que se limitar apenas à calha dos dois grandes rios, mas tem de ser um projeto com a denominação Calha Norte que sirva para toda a Região Amazônica. E nele esteja inserido o Sivam/Sipam, porque aí pode-se dizer tratar-se de um projeto 100% nacional.

Creio que o interesse do crime é uma força de argumentação para poder valorizar e viabilizar o projeto. Também digo isso, mas, provavelmente, inverta o processo. Os 15% ficam para o combate ao crime, e o resto vai ter que ser investido em outros projetos, porque o crime vai diminuir. É natural que, onde há a presença do Estado, onde há objetivamente o desenvolvimento socioeconômico, o crime tenda a diminuir.

O crime de tráfico de drogas normalmente ocorre pela passagem. Com o Cindacta 5 - parece-me que é este o Cindacta que vai ser instalado dentro do Projeto Sivam/Sipam -, já se começa a monitorar a passagem das aeronaves, e a tendência é a de que eles busquem um outro caminho, provavelmente saindo pelo Pacífico, como fazem hoje, evitando a passagem pela região do Caribe, ou pelo Amazonas.

Creio que me prolonguei demais. Desculpem-me, mas quando falo neste assunto fico entusiasmado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Passo a palavra para o Embaixador tecer suas considerações a esse respeito.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Gostaria que o Embaixador respondesse às minhas perguntas, porque, do PFL, a única dúvida que tinha no voto da PEC do petróleo era o meu, e resolvi votar com o Governo. Como não estou lá, as pessoas vão dizer que estou me escondendo ou que estou sumindo!

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Muito obrigado.

Iniciaria, então, comentando as perguntas do Deputado Salomão Cruz e, em primeiro lugar, agradecendo a S. Ex.^a os seus comentários que, tenho certeza, serão muito úteis para pautar, doravante, a nossa maneira de pensar a respeito do Calha Norte.

Quanto à sua primeira pergunta específica sobre se o Calha Norte obedeceu a algum modelo, talvez os meus companheiros possam corrigir-me, mas tenho a impressão de que não. As peculiaridades na área são muito específicas.

Nasceu de um grupo interministerial, iniciado pela Secretaria do Conselho de Segurança, mas não seguiu nenhum modelo. Depois, devo esclarecer que a idéia do Calha Norte é cobrir toda a margem esquerda do Amazonas até a fronteira. Na verdade, é um espaço imenso. Aquilo são 1.200.000 Km². De modo que não era possível cobrir toda aquela área.

Iniciou-se, assim, pelas beiradas, digamos, pela faixa de fronteira e pela zona ribeirinha, pela margem dos rios, não só do Amazonas como dos seus principais afluentes. Mas a idéia é cobrir toda aquela faixa ao norte do rio Amazonas, a parte do hemisfério norte.

Outra pergunta que naturalmente mereceria uma análise mais profunda é o relacionamento entre o Calha Norte e a Igreja. É difícil, talvez, generalizar, falar em Igreja como uma entidade, porque há várias personalidades. Cada uma delas está isolada numa área imensa, praticamente sem contato algum com os seus vizinhos e, muito menos, com a Sé. Nem tanto em Roma, como com a própria, digamos, CNBB.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Não seria só a Igreja Católica, mas também as comunidades...

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - No caso da Igreja Católica, naturalmente há, em alguns exemplos, um relacionamento muito fluido, muito bom. Em Jauretê, por exemplo, há um hospital que V. Ex.^a visitou, que está fechado, inativo, e que poderia ser cedido à Missão Salesiana, o que prova que há um relacionamento muito bom entre o Governo e a Igreja naquele local.

Em outros locais, possivelmente, o relacionamento é menos fácil. Talvez, por uma posição mais rígida ou menos maleável por parte das personalidades envolvidas. Aí, digo: tanto a personalidade da Igreja como a personalidade do Governo. Não se pode querer que todos os comandantes de pelotões sejam diplomatas e que saibam lidar com o padre que tem tido influência naquele local durante os últimos 10 ou 20 anos. É um relacionamento difícil, por natureza, por definição.

De modo que, creio que a idéia de convocar D. Aldo Moggiano é muito boa, porque, seguramente, ele aqui aprenderá tanto quanto estamos aprendendo. Em certa ocasião, tive uma conversa muito franca, muito agradável, muito amena com D. Aldo Moggiano, mas foi em Roma, a 10 mil quilômetros da sua diocese.

Assim, entendo ser muito interessante voltarmos a conversar com D. Aldo e analisar esses problemas, pois acredito que, tanto ele como nós, do Congresso, ou o Executivo, temos interesse em solucioná-los.

A sua colocação é, dessa forma, muito importante e serve para nos alertar para a necessidade de um relacionamento mais fácil e mais fluido com as autoridades eclesásticas, tanto da Igreja Católica como de outras igrejas que lá exercem sua missão.

Quanto às posições do Senador Romeu Tuma e, ainda em relação a uma parte que S. Ex.^a citou sobre o Sivam/Sipam, S. Ex.^a criticou ou, pelo menos, levantou dúvidas quanto à divisão das despesas do Sivam/Sipam. Não sou técnico no assunto, mas, até onde me parece válida a sua posição, caberia um comentário. É que a disposição do Sivam/Sipam, do software do Sivam pode ser alterada ao longo do tempo. Quer dizer, talvez, agora, na fase inicial, a preocupação dominante tenha sido a de fiscalização de vigilância e monitoramento dos ilícitos, como narcotráficos. Mas o software pode ser adaptado, mais adiante, para as outras finalidades que - concordo com S. Ex.^a - são mais importantes para nós, para o nosso interesse nacional, que seria a exploração mineral e a identificação das riquezas locais. É lógico que isso, a qualquer tempo, pode ser melhorado. Não há uma rigidez permanente no Projeto Sivam.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Vou-me retirar e gostaria de dizer que, quando mencionei a questão do narcotráfico, que nada temos a ver com isso, é porque realmente acompanhei o Sivam/Sipam de perto e sei que os recursos são mais ou menos assim divididos sem se saber o que está definido. O que eu queria é o seguinte: que os Estados Unidos bancassem os 850 milhões que são destinados ao narcotráfico, e esse dinheiro, o emprestado do Governo brasileiro, servisse para o Calha Norte, para a CPN, para o DNPm, para a EMBRAPA, enfim, para investir na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - V. Ex.^a vai ainda tecer comentários?

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Não, somente complementando o comentário do Deputado sobre o Sivam/Sipam, agradeço muito ao Senador Romeu Tuma, que estabeleceu um vínculo de complementariedade entre o Calha Norte e o Sivam/Sipam. Creio que isso é uma verdade, não há dúvida, mas não é uma verdade conhecida do grande público. De modo que me felicito por ter o apoio do Senador Romeu Tuma para essa tese e penso tratar-se de uma oportunidade muito boa, a desta Comissão, para tornar do domínio público essa vinculação entre o Projeto Calha Norte e o futuro sistema Sivam. Entendo que os dois se completam, não há oposição alguma entre ambos e folgo muito em saber que S. Ex.^a percebeu tão rapidamente essa compatibilidade entre os dois programas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Como Membro da Comissão, agora não mais na condição de Presidente, gostaria de usar da palavra, primeiro para fazer algumas colocações sobre o Calha Norte.

Assisti no Amazonas a vez em que o General Rubem Bayma Denys se reuniu com o Conselho dos Governadores da Amazônia, no lançamento desse Projeto. Em Manaus, quando do seu lançamento na sede do Instituto Superior de Estudos da Amazônia - ISEA, já gerou polêmica. Hoje consigo entender o porquê. Embora seja um projeto para regiões de floresta tropical úmida, ele fora concebido nos cerrados de baixa umidade. Talvez tenha sido este o primeiro confronto do Projeto Calha Norte.

Havia anotado algo que considerava uma besteira, mas, depois, vi que era uma coisa importantíssima: sugestão para incluir os governos estaduais na parceria de apoio ao Projeto Calha Norte. E a cada dia que lá aprovamos um PEC, o Governo deixa de ser um órgão de desenvolvimento e gestor da sociedade para ser um banco de administração, de arrecadação e de pagamento de juros. Então, cada vez mais a União concentra uma atividade financeira

na mão do Governo Federal e se afasta da atividade-fim, qual seja, a vara da saúde, a da infância, a criminal e cível, e os Estados se fortalecem na necessidade, mas não na verba.

Sendo assim, farei três perguntas que, inicialmente, casam com o acredito ser importante: qual tem sido a participação dos Estados e Municípios no Projeto Calha Norte? O que tem sido oferecido a esses Estados? Essas entidades têm demonstrado interesse em participar do projeto? E, por último, que tipo de contato que a direção do projeto tem mantido com os Estados e os Municípios? Não se preocupe em copiar as perguntas, pois vou entregá-las por escrito.

Fui o Relator da Carta de Porto Velho, a qual será entregue, amanhã, ao Presidente da República. Como o Relator, às vezes, se acha o dono do mundo, coloquei sugestões de medidas a curto prazo que venham ao encontro de soluções de problemas emergenciais das Unidades da Federação de nossa região, que foram apresentadas no 2º Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia.

O item nº 4 da nossa lista diz o seguinte:

"Incentivar a implantação imediata dos Projetos Sivam e CIPAM, bem como a liberação de verbas, redefinição e retomada do Projeto Calha Norte."

Vejam a importância deste Projeto diante da Bancada. Ficamos sensibilizados com a iniciativa da Senadora Marluce Pinto, já que "S. Exª" foi de uma habilidade impressionante ao colocar, aqui, 90% de Parlamentares da Amazônia.

Gostaria de fazer uma retificação nas transparências, Cel. Catão: o que afastou a Bancada da Amazônia do Projeto Calha Norte, além da sua fecundação de baixa umidade nos cerrados, é que a transparência tem um erro gravíssimo, pois, quando a olhamos, verificamos como "questões" a existência de garimpeiros e narcotraficantes. Para nós, que a ocupamos e que a consideramos como nossa terra, os garimpeiros não são um problema da Amazônia e jamais poderão ser taxados de narcotraficantes, o que representa uma peste para a sociedade. Então, retificaria da seguinte maneira: questão indígena e garimpeira. Hoje, o garimpo, não é uma questão de polícia, nem um problema mineral, mas sim uma questão social enorme, pois a sociedade terá que remanejar todos aqueles garimpeiros para as áreas urbanas, já que não há mais áreas para mineração garimpeira e essa atividade proibida em áreas indígenas. Enfrentamos, portanto, o problema de urbanizar este homem sem profissão e sem nenhum meio de se readaptar, a curto prazo, à sociedade produtiva urbana.

Um terceiro ponto diz respeito a um outro projeto. Quando fui a Surucucus, fiquei com raiva de ser brasileiro ao ver um quartel aquartelado em suas fronteiras limites; em ver o Brasil separado do Brasil por uma cerca. Isso o que eu vislumbrava ali. Vi um comandante de batalhão tendo que cumprimentar um funcionário da Funai como se fosse sheik árabe, ou, ainda, um comandante de um helicóptero tendo que receber ordens de cima para baixo e de baixo para cima de um simples policial da Polícia Federal. Diante disso tudo, estou quase concluindo - inclusive já se encontra na fase final - a criação do distrito especial de fronteira. Vamos tentar ser Brasil dentro do próprio Brasil. Se o Calha Norte é uma fecundação para vivificar as fronteiras, como que uma criança pode nascer dentro do útero? Ela tem que chorar a dor de respirar o ar. Assim, o Calha Norte, o Brasil e a sociedade estão retidos dentro das fronteiras. Foi a primeira vez que vi um quartel preso pelos seus próprios limites. E isto tem que mudar. Estamos movendo várias ações, e esta Bancada não defende o garimpeiro por ele não ser eleitor, já que garimpeiro não vota. Digo isso porque perdi uma eleição em 1990, pois fiz uma campanha baseada neles. Bastou eu ir para a periferia de Macapá para ser eleito. Discurso de garimpeiro, portanto, não dá voto na Amazônia. Nós a defendemos como

instrumento de ocupação da fronteira, evidentemente resguardando as áreas indígenas.

Portanto, minha nobre Senadora, a criação deste distrito especial de fronteira seria regulamentado em lei estadual. Oportunidade em que teríamos que dar uma conotação de gancho na lei federal, a fim de que isso possa romper, através da sua língua patrimonial, o espaço necessário para a urbanização dos comandos especiais de fronteiras em áreas indígenas.

Resguardaria, assim, as quatro questões para o Calha Norte e faria um pedido urgente, pois nós da Bancada, e 60% dos que estão aqui, somos pessoas que têm o mesmo pensamento sobre a garimpagem e a Amazônia. Mas bastou a Senadora chamar o Exército da Amazônia para que nós nos sensibilizássemos e colocássemos como quarta opção a entrega desse documento ao Presidente da República. Poderíamos ter sugerido estradas, etc, enfim, mas não o fizemos. Temos a "rádio cipó" que funciona entre nós. O que a Senadora falou é verdade, ou seja, temos uma espécie de família.

Sendo assim, gostaria que a expressão "narcotraficante e garimpeiro" pudesse dar lugar a expressão "questão indígena e garimpeira".

Erão estas as considerações. Passo a palavra ao nosso Embaixador Carlos Alberto Pardelas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Pediria licença apenas para complementar o que foi falado sobre a Funai. Esse órgão, que fica naquela fronteira, só aparece em época de conflitos.

Para conhecimento de todos aqui presentes, gostaria de dizer que na Revisão Constitucional do ano passado, que infelizmente não foi terminada, apresentei uma emenda no sentido de que a Funai fosse extinta. Que cada governador de Estado tivesse a responsabilidade pelos índios. Ou seja, os índios ficariam sob a administração dos governos estaduais, e que fosse criado um órgão, a nível federal, o que poderia ser feito através do Ministério da Justiça, para fiscalizar os governos dos Estados. Não querendo ressaltar o nosso Estado de Roraima, com exceção dos Ianomâmis, porque o Governo do Estado não pode chegar lá, mas todas as demais malocas, inclusive a os índios pertencentes à área Raposa/Serra do Sol, têm assistência do Governo. É preciso que todos saibam que na Maloca da Raposa, onde está o maior contingente indígena, existe colégio de 2º grau sob a responsabilidade do Governo do Estado. Nas malocas, em Roraima, nesses últimos quatro anos, os índios se tornaram pequenos agricultores e pecuaristas. E lá não há índios fora das salas de aula, salvo aqueles que não têm interesse em estudar, recebendo farda e todo o material escolar. Os adultos têm tratores para trabalharem, portanto, fazem uma agricultura mecanizada e recebem a semente gratuitamente. Digo isto em público, pois qualquer pessoa que vá a Roraima, naquela região, verá muitas coisas mais. Eles têm caminhões, postos de saúde, ambulâncias paradas nas malocas, telefonia, etc. Tudo isso em consequência do trabalho do Governador do Estado. Daí por que tive a idéia de apresentar o projeto, e o reapresentarei agora. Não tenho nada contra a Funai, como também não sou contra a demarcação das terras, mas é necessário que exista uma demarcação, dando terra suficiente para que os índios possam viver e conservar a sua cultura, sem sacrificar os que não são índios. E é isso que está sendo feito em Roraima e acredito que em outros Estados também. Mas como não tenho conhecimento dos outros, só posso falar pelo Estado que represento. Assim como o Calha Norte não tem verba suficiente para expandir o seu programa, a Funai também não a tem. E além de não ter - soube disso através de dirigentes da Funai -, 95% do orçamento daquela instituição é gasto na administração aqui em Brasília. Por este motivo é que, acredito, não é dada assistência aos índios. Todavia, o que tenho contra a

Funai é o fato de ela ficar contra os governadores dos estados, as autoridades, os Parlamentares e ficar a favor de outros interesses e somente chegar nas localidades na época dos conflitos. E, quando retorna a Brasília ela procura denegrir a imagem dos estados.

Lembramos muito bem daquela época de haximu. Até falei aqui quando veio o General Uchoa porque as declarações da Funai, nos meios de comunicação, fizeram com que essa notícia chegasse lá fora e fomos considerados como matadores de índios, quando a ocorrência que nem houve - até o local citado ficava na Venezuela - e após haver o exame técnico das cinzas, pois diziam que eram as cinzas dos ossos dos Ianômamis, foi constatado que eram de animais.

São essas coisas que não queremos que aconteçam. Louvo essa turma jovem, de novos Parlamentares, que a esta Casa chegaram, novos na idade e novos no seu trabalho, e que admiro. Não estou querendo fazer gracinha pois não preciso disso, mas se vê que o Deputado Antônio Feijão, assíduo na Comissão, está voltado totalmente para tentar resolver os problemas da Amazônia. E é isso que nos dá entusiasmo.

Tenho certeza de que contando com a colaboração do Poder Executivo e a vontade ferrenha dos Parlamentares da Amazônia não é possível que não se resolva, ao menos em parte, as grandes dificuldades que naquela região estamos acostumados a enfrentar, mas que não arredaremos pé em momento algum, enquanto os nossos objetivos não possam ser atingidos.

Gostaria de agradecer a participação de todos vocês nesta Comissão e passo a palavra ao nosso Embaixador.

O SR. CARLOS ALBERTO PESSOA PARDELAS - Muito obrigado, Sra. Senadora.

Sr. Presidente, quanto às perguntas que V. Ex.^a formulou as interpreto como uma sugestão de atuação mais concentrada no sentido de incentivar a participação dos estados e municípios no Projeto Calha Norte.

Posso assegurar a V. Ex.^a que essa preocupação, de há muito tempo, está na cabeça do Embaixador Sademberg. Ainda ontem quando conversávamos sobre essa vinda à Comissão, o Embaixador Sademberg enfatizou a importância da participação dos municípios e dos estados na formulação da política do Projeto Calha Norte.

Para nós, na SAE, V. Ex.^a sabe que o Calha Norte tem uma espécie de apêndice que é o Programa de Ajuda Financeira aos Municípios de Fronteira. De modo que essa relação íntima com a problemática dos municípios existe permanentemente através desse programa que é desvinculado do Calha Norte, mas que é, digamos assim, funcionalmente, uma das nossas obrigações. De modo que a consciência da participação dos estados e municípios está presente e muito presente nos nossos trabalhos.

Naturalmente que através da política nacional integrada para a Amazônia Legal, da qual, de certa forma, o Programa Calha Norte faz parte na medida em que foi considerado pelos elaboradores da política como um programa muito útil e muito importante de ser preservado, através desse programa já temos o influxo da atuação dos estados e municípios, mas isso não impede que procuremos, daqui por diante, incentivar a presença mais íntima dos estados e municípios no Programa Calha Norte. Entendo que essa é uma idéia realmente muito importante e que deve ocupar a nossa atenção doravante.

Quanto à sua preocupação, Deputado, sobre a confusão entre garimpo e narcotráfico, tenha a impressão de que essa justaposição não significou de nossa parte um juízo de valores. Quem quer que conheça a importância da garimpagem para uma considerável parcela da população naquelas paragens não pode confundir os com narcotraficantes. De modo que, tomaremos cuidado para que

essa vizinhança nas nossas transparências não dê sequer a idéia longínqua de que possa haver um juízo de valor dessa natureza.

Naturalmente, o equacionamento da problemática do garimpo não compete ao Projeto Calha Norte, uma vez que transcende o limite do nosso programa, mas na medida em que o assunto interessa a todos os brasileiros e não- apenas aos Amazônidas, tenho certeza de que a Secretaria de Assuntos Estratégicos procurará dar uma colaboração aos órgãos responsáveis pelo assunto como já o está fazendo.

Entramos, ainda nesses dias, em contato com autoridades venezuelanas para tratar mais especificamente do assunto, inclusive - pena que o Deputado não esteja mais presente - no aspecto de mineração, na possibilidade de trocarmos idéias sobre os meios e modos de proteger a terra garimpada, a zona minerada, de tal forma que haja o menor dano possível para a natureza, para o meio ambiente, tanto na atividade de mineração de grande escala como na artesanal que, em última análise, é o garimpo.

Eu peço licença para levar essas suas questões para que possam servir de lembrança permanente quanto à conveniência de colocar os estados e municípios numa situação de preeminência na formulação da nossa política quanto ao assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Feijão) - Para encerrar, Senadora, quero dizer que me dirigi ao General Leonel, através de um ofício, para tentar ir mais adiante, mas o Exército tem a lei como limitador e como meta da sua existência. Vou, então, me dirigir à SAE.

No Pará existe uma cidade que é um pedaço da Europa encravado na Amazônia chamado Monte Dourado. É uma cidade lindíssima com toda a infra-estrutura. O grupo Caeme, através da Jari Florestal - Cadam e a Santa Lucrécia, as três mineradoras, estão saindo da cidade para ir para Munguba, vão desocupar as cidades e vão deixar as empresas de terceirização que atuam nessa área ocuparem essa cidade.

No outro lado do Rio Jari, ou seja, na frente de Monte Dourado, existe uma cidade chamada Laranjal do Jari com 33 mil habitantes. É, ao longo dos Rios Paru e Jari, há atualmente oitenta garimpos e já se instalou um forte braço do narcotráfico com ornamentos pesados em garimpo o que é uma coisa rara. A idéia seria a de fazermos a tentativa de unir a empresa que gera somente lá 200 milhões de dólares por ano - bruto - entre celulose, caulim e bauxita refratária. Tentaríamos fazer isso com os governos do Amapá e do Pará, através do Exército ou do Projeto Calha Norte e colocar um pelotão especial de fronteira.

As construções não precisarão ser feitas. Todo mundo quer a presença do Exército naquela região. Itirirós, mais acima, pela própria geopolítica de estratégia do Exército e se tendo a pista, aquela força chega em vinte minutos e se instala em duas horas. O importante é que haja a logística. Mas, o Jari hoje é um problema seríssimo. No caso, poderíamos colocar uma terceira variável que seria a iniciativa privada. Não vai tirar um arranhão, um miligrama das estrelas e da honra que a Amazônia dá ao Exército brasileiro, mas precisamos neste momento, não vou nem dizer atualizar, levar até os estados essa colaboração das Forças Armadas naquela região da Amazônia.

Sugeriria à SAE que analisasse isso e para tal vou fazer um ofício, pois temos a única chance de implantar um batalhão especial de fronteira onde vai ser instalada uma hidroelétrica de 100 Megawatts pela empresa numa área estratégica onde há um patrimônio de produção de 200 milhões de dólares ao ano e vai duplicar a produção de caulim no ano que vem e essa é uma chance rara.

Outra coisa é que pediria aos técnicos da SAE - coloquei uma matéria que já está na pauta da semana que vem na Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania e que altera todo o capítulo do meio ambiente - mas, aproveitando a oportunidade, criamos as reservas nacionais de recursos naturais e acabamos com esse negócio de reserva extrativista, reserva indígena, pois tudo é uma reserva nacional de recursos naturais. Uma lei ordinária irá estabelecer o seu uso, a sua ocupação, a sua área de conservação e seus destinos.

Mais adiante, colocamos "a União, os estados, os municípios, através de seus órgãos ambientais competentes farão na forma da lei a administração e fiscalização dessas áreas que terão a participação de órgãos representantes dos indígenas". No caso, retiro a palavra índio, pois é imprópria. E, acaba-se com a Funai. Cada área estabelecida em uma lei para aquela RN-2 terá sua representação dos indígenas. O Município, o Estado e a União terão um órgão dentro de gerenciamento, como é feito nas reservas extrativistas, pois há um estatuto que as regulam. A Venezuela criou a reserva da biosfera do Kasicoara e o Aironoco, fala que índio não é venezuelano, e, em momento algum, diz que a terra é do indígena, mas estabelece que, para desenvolvimento de qualquer projeto, os índios terão que participar desse desenvolvimento e dos resultados. Temos, pois, que acabar com essa figura do Brasil dentro do Brasil. A área indígena será dada, até maior do que o necessário, mas dentro de uma RN-2, ou seja, dentro de um manto em que a União possa gerenciar como um fator de geopolítica, de estratégia e de segurança nacional.

A Bancada está articulada para isso, mas apenas nós, da Amazônia, não aprovaremos. Se o Governo não abençoar esse projeto ele não passa.

Quero agradecer ao Embaixador Carlos Pardelas, ao Coronel Caão, a todos os membros da SAE e de todas as outras autarquias que aqui estiveram e à ilustre Senadora.

A Presidência desta Comissão convoca, para a próxima quarta-feira, uma reunião para estabelecimento e ordenação de pauta.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h54min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MINERAÇÃO NO BRASIL

Reunião 9-6-95 - 9h26min

Presidente: Senador Ramez Tebet

Relator: Senador Romero Jucá

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Havendo número legal, declaro aberta esta reunião, que está sendo realizada nesta bonita cidade de Boa Vista.

Dando início aos trabalhos, quero convidar o Sr. Nelino Galé, coordenador do Conselho Indígena de Roraima, caso esteja presente, que compareça para prestar o seu juramento.

Faço referência à presença entre nós do Relator, Senador Romero Jucá; da Senadora Marluce Pinto, que fica convidada a compor a nossa Mesa; do Deputado Federal, Salomão Cruz; do Juiz de Direito, Dr. Alcir de Miranda e de outras autoridades que aqui se encontram; bem como do ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, que tão bem nos recebe nesta Casa de Leis.

Convido o depoente, Nelino Galé, a prestar o seu juramento, na forma do Regimento.

O SR. NELINO GALÉ - Bom dia para todos. Sou o Coordenador do Conselho Indígena de Roraima. Chamo-me Nelino Galé. Recebi o convite para vir à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Nelino, pediria ao senhor, antes de prestar o seu depoimento, que, por gentileza, cumprisse a determinação que foi feita pela Presidência, lendo o juramento legal.

O SR. NELINO GALÉ - Juramento:

Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Registramos a presença dos Deputados Estaduais Helder Gross e Zenilda Portela.

O SR. NELINO GALÉ - Estávamos fazendo a representação do Conselho Indígena de Roraima. Informo que fui convidado a prestar esse depoimento a esses Parlamentares. Há tempos que vimos lutando pelo Território de Roraima. Finalmente, estamos vendo a situação.

Informo a essa Comissão, que veio de Brasília, a esses Parlamentares, que tenho um documento feito, que posso ler.

O Conselho Indígena de Roraima, entidade destinada à defesa dos direitos e interesses indígenas deste Estado, a respeito da questão mineral do Brasil e respondendo ao convite desta Comissão tenho a seguinte declaração a fazer:

Primeiro, a atividade mineral do Estado de Roraima se dá ilegalmente dentro da área indígena, através de garimpos existentes nas terras ocupadas pelos ianomâmis - território indígena ianomâmi, conforme Decreto de 1991, pelos Makuxi, Ingariko, Wapixana, Taurepang, Território Raposo Terra do Sol, identificada pela Funai, conforme Despacho nº 9, publicado no Diário Oficial da União, em 21 de maio de 1993.

Essa exploração tradicionalmente acontece de maneira nociva às comunidades indígenas, que são afetadas.

Segundo, a invasão das terras ianomâmis por José Altino Machado, em 1995, desencadeou um processo que se agravou nos anos de 1987 a 1990, quando cerca de quarenta mil garimpeiros, vindos de outros Estados, invadiram a área, levando à morte 20% da população ianomâmi.

A população ianomâmi no Brasil soma hoje cerca de 8.268 pessoas, segundo o censo do Distrito Saúde Ianomâmi, da Fundação Ianomâmi de Saúde, em 95 distribuídos em 188 comunidades nos Estados de Roraima e Amazonas. A partir da invasão garimpeira, 2200 ianomâmi morreram vítimas de introdução de doenças, como malária, infecções respiratórias, tuberculose, sarampo e outras além de conflitos violentos com os garimpeiros, como os divulgados em agosto de 93, quando 16 índios foram mortos. A demarcação das terras ianomâmi em 91 foi um passo definitivo para garantir a soberania deste povo, mas ainda há garimpeiros trabalhando ilegalmente em números menores nas terras dos ianomâmi. Na terra indígena Raposo Serra do Sol há cerca de 1500 garimpeiros trabalhando ilegalmente nos Rios. Os efeitos do garimpo sobre o meio ambiente são danosos em relação às condições das águas e como há também a destruição das margens dos rios, destruição das terras em verdade são agravados situação das comunidades indígenas que são ainda afetadas com doenças, prostituição e violências. Nós últimos oito anos quatro índios makuxi foram mortos por garimpeiros e outros pelos próprios parentes embriagados com cachaça vendida nos garimpos. Recentemente aumentou o número de roubo de gado das comunidades indígenas por garimpeiros devido à saída de fazendeiros que antes abasteciam o garimpo.

4. O garimpo realizado em terras indígenas é duplamente ilegal. Primeiro, por não ter nenhum tipo de controle pelo DNPM; segundo, por ser garimpagens cata e fiscoação, exclusivos das comunidades indígenas - Estatuto do Índio, art.44 da Lei nº 6.001/73 e o § 20 do art. 231 da Constituição Federal.

Assim sendo, o que temos a declarar é que nós esperamos que esta Comissão incorpore aos seus relatórios estas nossas considerações e que os Srs. Senadores se empenhem no Congresso Nacional para que os direitos indígenas, principalmente a saúde e a vida, não sejam preteridos em favor de poucos que lucram com a

exploração mineral dentro de terras indígenas e de uma noção de desenvolvimento tão irreal quanto ultrapassada. O Estado de Roraima, grande acolhedor de migrantes, tem todas as condições de se desenvolver economicamente, sem precisar riscar do mapa ou expor aos mineiros os seus primeiros ocupantes que resistiram a trezentos anos de colonizações.

Boa Vista, 9 de junho de 1995

Nelino Galé.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Nelino, vou fazer-lhe algumas perguntas. Vou fazer a primeira delas. Nós últimos anos tem aumentado a área de terra ocupada pela comunidade indígena no Estado de Roraima?

O SR. NELINO GALÉ - Olha, a área ocupada pelas comunidades indígenas nunca aumentou, mas sim a população.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual é o pensamento que o senhor tem com referência à atividade dos garimpeiros e das mineradoras?

O SR. NELINO GALÉ - A presença dos garimpeiros na área indígena é ilegal. Antes os povos indígenas viviam mais tranquilos e hoje, a entrada dos garimpeiros nas comunidades indígenas trouxe morte, ameaça, desunião dentro das comunidades indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - E as mineradoras?

O SR. NELINO GALÉ - Sobre as mineradoras... isso depende do Congresso Nacional. Acho que é para isso que os Srs. Senadores e Deputados estão em Brasília. É para trabalhar em cima disso.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Galé, eu gostaria de esclarecer mais essa questão da mineração e da própria extração mineral. Nós estamos querendo regulamentar a exploração mineral em terras indígenas de uma forma organizada, onde o índio possa receber royalties de mineração, possa receber realmente um valor adequado pela produção mineral, possa ter controle de meio ambiente, possa ter um controle do ingresso de quem for trabalhar ou não nas áreas indígenas e principalmente, obedecendo à Constituição, para que a comunidade indígena diga se quer ou não aquela extração mineral, aquela mineração nas suas terras, nas terras que ela ocupa. Gostaria de saber de você, se essa legislação for aprovada dessa forma, se concorda com esse relacionamento, se sua posição é no sentido de concordar com a mineração em terra indígena, desde que organizada.

O SR. NELINO GALÉ - Acho que isso eu posso dizer bem claro porque estou no meio de vocês como uma pessoa inocente, mas o que eu disser é bem verdade, porque a lei que os senhores fizeram não foi cumprida, já está ultrapassada essa lei. Jamais hoje, formando essa lei, porque quando o senhor era Presidente da Funai, em Brasília o que aconteceu foi a morte dos nossos parentes ianomâmi, com grande respeito que hoje nós sentimos. Hoje, se eu dou essa posição para os senhores como Deputados Federais e Senadores, isso pode complicar cada vez mais. Isso depende do Congresso Nacional, ouvir as comunidades indígenas também, porque eu só não posso dizer que eu posso aceitar isso, porque não posso acabar com o meu povo.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - O senhor acha que com a mineração há o risco de se acabar com o seu povo?

O SR. NELINO GALÉ - Eu acredito que sim. Como eu disse: não sou contra, se os senhores respeitassem a lei, mas como aqui no Brasil não se tem respeito, eu tenho medo. Se tivesse respeito, se tivessem cumprido a lei, eu podia dizer que podia acreditar, mas dessa forma eu não posso acreditar.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - No que diz respeito à questão da demarcação das áreas indígenas, está-se discutindo muito a demarcação de áreas contínuas à Raposo Serra do Sol e

grandes áreas em Roraima. O senhor acha que é possível haver entendimento para haver uma demarcação diferenciada ou nós temos que fechar questão com relação à área contínua e deixar essa área da forma como está proposta.

O SR. NELINO GALÉ - Doutor, há muito tempo venho trabalhando, como sempre tenho colocado, meu pai foi um líder há vinte e cinco anos e eu assumi essa direção conforme o povo. Então hoje eu sou defensor da área contínua pela razão de que a população cresceu, aumentou e a área não pode ser retalhada porque as quatro, principalmente Raposo Serra do Sol, são totalmente conhecidas pelos indígenas. Aquela questão, a primeira pergunta, se a terra indígena aumentou, a terra nunca aumentou, o que aumentou foi a população indígena. Então, estão procurando espaço para poder sobreviver. Se não houver espaço, essas comunidades vão depender daqueles que têm recursos, porque a gente reconhece que muitos países têm mesmo muita gente pobre, índios e também brancos escavando lixeiras nas ruas e passando fome, porque não tem sua terra para poder viver.

Então o que vai acontecer hoje é isso, porque aqui em Roraima era por uma maloca que estava em Roraima. Temos o nome dela chamado Makuxiaqui, e, hoje, a gente vê que essa população aumentou, veio de "outros países". Então isso pode acontecer na nossa área, pode ser atingida para "várias populações" que vêm de fora, quer dizer, se isso melhor para a gente "poder marcar" a nossa terra, a nossa área Raposo Serra do Sol e "outras áreas" que não são ainda "demarcadas", tem que ser "demarcadas" para poder viver melhor, porque esse povo precisa e merece viver.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senadora Marluce Pinto, por obséquio.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Senador Romero Jucá, Presidente da Assembléia Legislativa Almir Sá, os Deputados Helder Gross, Zenilda Portela, Deputado Salomão Cruz, Dr. Gunsem, Secretários de Estados, Secretários municipais, vereadores aqui presentes, senhores e senhoras, já que vivemos, aqui, em Roraima, há bastante tempo, andando muito por essas malocas - você sabe disso - hoje, essa região Raposo Serra do Sol abrange todo aquele Município de Normandia. Não sei se é do seu conhecimento que se, realmente, essas terras venham a ser demarcadas com áreas contínuas, toda comunidade indígena passará a ser supervisionada e administrada pela União e, em decorrência disso, o órgão, que é de proteção ao índio, é a Funai.

Na maloca do Raposo - refiro-me mais a ela porque é a mais desenvolvida e com uma grande comunidade -, vocês já têm colégio até de 2º grau, assistência na parte da agricultura, saúde, transporte, telefone, luz elétrica, água tratada, as estradas. Toda a estrutura existente vai lá ficar, mas será que a Funai, com o seu orçamento tão pequeno, vai ter recurso para administrar todas as malocas, dar assistência a todos os índios de Roraima, porque, no momento atual, sabemos, não por negligência da Funai, mas por falta de condição financeira, eles não dão assistência satisfatória nem aos índios ianomâmis.

O ex-Ministro da Justiça, o Sr. Maurício Corrêa, quando lá esteve, lamentou, quando regressou, e disse que precisava ser feito um trabalho para que se aumentasse o orçamento da Funai, porque os índios estavam abandonados, e o único apoio que eles estavam tendo naquela região era através do Pelotão de Fronteira do Exército que fica ali nos Surucucus.

Faço essa colocação porque faremos um trabalho - isso que V. Sª deseja que seja feito - com as comunidades indígenas. Há uma comissão agora no Congresso Nacional, Deputados e Senado-

res, que fará um estudo sobre a demarcação das terras indígenas, e ouviremos as comunidades indígenas. Eu queria saber que, nesse momento, se vocês já têm aquela estrutura que você conhece que, na agricultura, têm os tratores, vocês têm o transporte do Governo do Estado para levar todo o produto que vocês conseguem plantar e colher para comercializar nas feiras de Boa Vista? O que é melhor para o índio? Junto com vocês, deixar fazer por módulos aquela demarcação por ilha, deixando uma boa quantidade de terra para o habitat dos índios e para que os índios possam produzir?

Como exemplo, de acordo com a legislação atual, o INCRA, quando vai demarcar terra, usa um módulo por família. Tenho até um projeto para que seja diferente: assim como o não-índio tem um módulo, que vocês venham a ter, por família, de três a quatro módulos para, com isso, vocês terem amplitude maior, abrangência maior em termos de quantidade de terra que possam trabalhar, cultivar e sustentar as suas famílias.

O que é melhor: vocês ficarem como estão no momento, ou seja, Governo do Estado dando assistência aos índios, até que se coloque, na reforma constitucional, a obrigatoriedade para que haja verba específica para os índios, ou vocês ficarem com muita terra, uma quantidade imensa de terra e, no final, faltar a escola, o fardamento, o material escolar, o médico, o dentista, a semente, o caminhão. As estradas vão se deteriorar.

Sr. Nelino Galé, pela sua exposição, você é um homem inteligente, mesmo tendo dito que é inocente, mas o senhor tem uma convicção plena do que vocês necessitam. Poderíamos, independente da Comissão, formar grupos dos Parlamentares de Roraima e juntos procurarmos uma solução para que pudéssemos realmente levar, à Constituição, ações concretas. Se ficar sempre assim, as coisas ficam impossíveis.

Não nos podemos apegar muito só pela lei - desde ontem que falo isso aqui -, porque a lei existe e nem sempre ela é cumprida. Tinham, em 1990, que ser demarcadas todas as terras; Por que não foram demarcadas? Exatamente porque diz "as terras tradicionalmente indígenas". Buscando as terras "tradicionalmente indígenas", procura-se fazer o trabalho dos dois lados. Existem os fazendeiros cujos ancestrais chegaram ou na mesma época ou antes um pouco, em determinadas localidades. Fica muito difícil, através de uma lei que se faz muito diminutiva. Você já deve ter lido a Constituição: escreve-se aquela frase e não é o todo.

O que é melhor: é vocês ter assistência com menos terra ou ficarem com muita terra e não ter um órgão que tenha condição de continuar dando assistência a vocês?

O SR. NELINO GALÉ - "Vão ver se eu respondo todas essas perguntas". Que a gente vê assim um debate muito forte, mas, primeiramente, Senadora Marluce, a senhora sabe que a Funai é um órgão da parte do Governo Federal. Então o que tudo impede que Funai fica com recurso é a Brasília. A Funai faz parte do órgão federal, então ela é um órgão federal. "Então porque ela não tem tudo esse recurso?" Porque não se passa recurso para a Funai.

A outra segunda pergunta: posso dizer assim que demarcar terra não é afastar os índios do Estado de Roraima. Ninguém tá querendo fazer outro território, outro país diferente, "nós tamos" querendo trabalhar com o Governo de acordo com a nossa demarcação. Demarcando "esse terra", nós vamos pensar, fazer um estudo "de se como trabalhar". Um exemplo, nós estamos com "três lavouira mecanizada" na área Raposo Serra do Sol, "tá indo" para onde esse produto? Será que "tá sendo" dividido para as comunidades indígenas? Negativo, então não tem estudo profundo disso.

Falava-se da caixinha de tamandú, será que isso iria beneficiar as comunidades indígenas? Negativo. Então, tudo isso é visto. A Senadora Marluce Pinto disse que na Maloca do Raposo tem trator, tem caminhões, tem estrada, tem escola, enfim, tem de

tudo; mas, com tudo isso, também está havendo um extermínio das comunidades indígenas dentro da Maloca do Raposo, porque eles querem tudo. Eles têm os maquinários, mas não têm um técnico. Índio não sabe mecânica! Nossos parentes mesmo quebraram as pernas, quebraram as canelas com aquele trator, pois não considero como um trator para beneficiar quarenta, sessenta, duzentas comunidade, aquilo, para mim, é um brinquedo. Podia ser um trator que faria um trabalho melhor para termos produção, mas não um brinquedo! Aquilo não leva trinta pessoas, está todo quebrado, e não tem assistência nenhuma esse trator. Então, acho que tem que se pensar um pouco melhor.

Uma coisa que achei boa que ocorreu na região da Raposo foi a construção de dois açudes. Tudo bem. Estou de acordo com aquilo. Mas, em outra parte, como por exemplo na alimentação, as pessoas estão pedindo cesta básica, e estão recebendo, mas sou contra. Na minha maloca, nunca pedi nem nunca peguei nem um pouco Governo. Várias vezes vim aqui no Palácio do Governo e encontrei a porta fechada para mim todo o tempo.

Na minha escola, tenho meus alunos, quem está ensinando lá é o meu irmão, porque eu coloquei; quem paga é a comunidade. Então, o Governo não aprovou escola. Demarcando a terra, ninguém vai desligar disso. Vamos trabalhar em conjunto! Demarcando a terra, vamos trabalhar juntos. Temos o benefício da terra, tudo bem, mas, do jeito que está, ninguém agüenta isso. A terra já está demarcada, rio por rio, e as comunidades estão trabalhando nisso. Quero dizer o seguinte: vamos trabalhar ainda mais, porque somos a maioria dos Tuxauas que estamos trabalhando em favor dessa área contínua. Também temos várias organizações aliadas aqui no Brasil; temos COIAB, em Manaus, a CAPOIB, em Brasília, para trabalharmos nisso. Então, vamos continuar trabalhando. Isso é muito importante. Pela primeira vez sou convidado para falar neste assunto. Vim uma vez, antes, e não gostei de uma reunião que teve aqui. Sou índio. Como os senhores dizem, sou um índio aculturado, claro. Se não tivesse chegado essa camisa para mim aqui na cidade, então, eu viria do meu jeito, mas como chegou, eu preciso usá-la. Então, não gostei do encontro que tive aqui com os Parlamentares, pois não fomos ouvidos. Mas estou colocando pessoalmente, todo mundo está ouvindo, está tendo perguntas, e isso é importante, porque agora começaremos a nos sentar para conversarmos mais em acima disso. Sempre vou defender o meu povo! Digo à Senadora Marluce que vamos continuar com a nossa luta. E ela não está indo bem porque na Maloca da Raposo, os parentes estão indo embora. Na Maloca do Cuntão, instalaram luz elétrica à motor. No início disseram que tudo era de graça, tudo bem. Depois começaram a cobrar, e com isso os parentes estão indo embora para Sorocaima. Por quê? Porque não têm dinheiro para pagar aquela luz. Então, isso é um desengano para a comunidade indígena. Então, é isso que estou colocando de maneira clara, com seriedade; prejuízos que estou vendo dentro da população indígena, porque a população indígena recebe de bom coração, mas amanhã ou depois, ela vai ver que diferente, porque o estudo dos senhores é profundo.

A SRA. MARLUCE PINTO - Muito obrigada. Estou satisfeita com a sua resposta. Não tenho mais nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Deputado Salomão Cruz.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma rápida introdução.

O processo de colonização da Amazônia foi feito por via fluvial. Esse processo, do lado brasileiro, feito pelos portugueses. Do lado venezuelano, do lado das Guianas, foi feito pelos holandeses, pelo Atlântico, pelo Ezequibo, e pelo espanhoís, pelo Ore-

noco, na Venezuela. Os espanhóis chegaram primeiro e, no processo de colonização espanhol, eles expulsaram para o interior da Bacia Amazônica a maioria dos índios que compõem os lavrados de Roraima, a parte de savana de Roraima.

Naquela época, o português não deu atenção para Roraima, ficou até a Capitania do Rio Negro, e os índios expulsos, na sua grande maioria, makuxis, começaram a manter um intenso comércio fronteiriço com a Holanda. Daí, houve a questão do pirara, que foi uma livre opção dos makuxis, no arbítrio do Rei de Portugal, que deu o ganho de causa à Inglaterra - ficou o pirara para a Inglaterra.

O português, preocupado com a influência holandesa aqui na Bacia, e a espanhola, que vinha do Orenoco, passou para colonizar essa Região - estou falando de maneira resumida - e fez o Forte de São Francisco. Junto, veio a Igreja Católica, que foi a responsável pelas primeiras povoações ao longo do Rio Negro, e tinha como objetivo, à época, escravizar os índios, vender uma parte para a Capitania do Rio Negro e a do Grão-Pará - os índios eram levados de barco aqui, e a outra parte ficava fazendo trabalho escravo para a Igreja Católica. Essa é a história.

A tese da imemorialidade não existe, porque a maioria dos índios lavrados são caribenhos. Vieram do Caribe, como vieram os espanhóis, como eu estou aqui descendendo há muito tempo, minha família que foi, expulso pelo capitalismo selvagem que dominou o Nordeste. Vim para cá, meus ascendentes vieram para cá não porque quiseram, mas vieram como opção, na busca de melhoria de vida.

Estou dizendo isso, porque não posso aceitar, Sr. Presidente, a tese segregacionista que se quer implantar no Estado. Não devemos ter preconceito com os índios, nem os índios devem ter preconceito com os não-índios, que pagam na mesma moeda com que os índios pagam na medida em que a sociedade amazônica vive, basicamente, com o salário menor do que um salário mínimo e vive na pobreza absoluta também, como vivem os índios.

Mas gostaria de perguntar ao Nelino o seguinte: primeiro, quem escreveu o seu discurso, esse que foi entregue ao Presidente?

O SR. NELINO GALÉ - Temos companheiros, como o 2º vice-presidente, que não veio por estar viajando. Sentamos para poder colocar isso, porque fazemos isso em todos os encontros que temos.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Foi a comunidade que escreveu?

O SR. NELINO GALÉ - Sim, senhor.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quantos índios há em Roraima?

O SR. NELINO GALÉ - Trinta e cinco mil índios.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quantos índios há na área de savana, na área Raposo Serra do Sol?

O SR. NELINO GALÉ - Há 10.850 índios.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quantos tuxauas há em Roraima?

O SR. NELINO GALÉ - Em Roraima, 188.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quantos são filiados a entidade que V. Sª representa?

O SR. NELINO GALÉ - Somos filiados à Região da Serra da Lua...

O SR. SALOMÃO CRUZ - Não. Há 188 tuxauas em Roraima. Quantos são da SIR?

O SR. NELINO GALÉ - Posso dizer por região.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Não, quero o total. Não é preciso por região. Quantos são filiados à SIR? Dos 188 tuxauas que estão em Roraima, quantos são filiados à SIR.

O SR. NELINO GALÉ - Temos, na base, de 120 tuxauas filiados ao SIR.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Está certo. V. Sª disse que a área de Raposo Serra do Sol é insuficiente, porque a comunidade indígena tem aumentado a população. Qual o aumento anual da população indígena na área Raposo Serra do Sol? Anualmente, V. Sª disse que são dez mil e poucos. Mais ou menos, quantos índios nascem na área Raposo Serra do Sol?

O SR. NELINO GALÉ - Essa pergunta não posso responder, porque a gente não fez esse levantamento de quantos nascem por ano.

O SR. SALOMÃO CRUZ - V. Sª disse que o garimpo polui a área indígena.

O SR. NELINO GALÉ - Polui.

O SR. SALOMÃO CRUZ - V. Sª conhece esse documento, que é a formação da mineradora indígena?

O SR. NELINO GALÉ - Se me passaram, não reconheço esse documento.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, quero passar uma cópia desse documento, que é regulamento da firma indígena Makuxi das Serras, uma firma formada pelo SIR, para garimpar, e aí pergunto a V. Sª: se o garimpeiro branco polui, o garimpeiro índio também não polui?(Palmas.)

O SR. NELINO GALÉ - Polui.

O SR. SALOMÃO CRUZ - V. Sª conhece o Padre Jorge?

O SR. NELINO GALÉ - Antes, conhecia. Hoje, não vejo mais ele. (Risos.)

O SR. SALOMÃO CRUZ - Não conhece mais. V. Sª conhece o Padre Antônio, aquele que está bem ali?

O SR. NELINO GALÉ - Claro.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Há quanto tempo ele está na comunidade indígena do Maturuca?

O SR. NELINO GALÉ - Faz uns 3 meses que ele se encontra...

O SR. SALOMÃO CRUZ - O que ele faz nessa comunidade?

O SR. NELINO GALÉ - Batizados e casamentos.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Se ele faz batizados e casamentos, e V. Sª disse que a cultura branca atrapalha a cultura indígena, por que V. Sª aceita que ele faça casamentos e batizados, se a cultura dele também é cultura branca?

O SR. NELINO GALÉ - Antes, eu disse: porque jamais todos os índios... se eles chegaram antes... se vocês não viessem para cá, tudo bem. Como já estão aqui, têm que estar nesse caminho, porque eles estão necessitando de documentos. Hoje, na área Raposo Serra do Sol e em outras comunidades existem deputados e vereadores que foram eleitos por esse povo.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Como é o nome do Deus Makuxi?

O SR. NELINO GALÉ - Se eu falar, V. Exª não entende.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Fale, porque está gravando e podemos traduzir depois.

O SR. NELINO GALÉ - "Paa-bá".

O SR. SALOMÃO CRUZ - É o mesmo Deus do Padre Antônio?

O SR. NELINO GALÉ - "I-nhã-nhã".

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Quantas entidades de defesa da causa indígena há em Roraima? Existem a SIR, a PIR, a Aricon. Quantas existem?

O SR. NELINO GALÉ - Aqui em Roraima temos a PIR, SIR, Copir, Aricom, que eu desconheço, tem Sudio, que eu também desconheço.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Por que existem várias comunidades, se todas elas defendem o índio?

O SR. NELINO GALÉ - É porque algumas delas defendem índio, mas não é bem assim, porque quem defende o índio é essa organização que trabalha junto com a SIR e com a PIR, porque eles estão se organizando pela base, enquanto o outro se organiza através do Governo e de outras pessoas.

O SR. SALOMÃO CRUZ - V. S^a defende a Funai?

O SR. NELINO GALÉ - A Funai é que defende a causa indígena; também, se ela estiver fazendo um trabalho bom, podemos defender; se não...

O SR. SALOMÃO CRUZ - O que a Funai faz pela sua comunidade?

O SR. NELINO GALÉ - Até o presente, ela vem dando assistência à saúde; um pouco, porque não tem recurso. Ela faz parte do Governo Federal. Acho que essa é uma pergunta muito simpática.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Participei de algumas reuniões com comunidades indígenas em Brasília e tenho observado que quem vai representar as comunidades indígenas em Roraima são pessoas ligadas à SIR, e não às outras comunidades indígenas. Quem paga a passagem do pessoal da CIR, que vai representar as comunidades indígenas e falar por elas lá em Brasília?

O SR. NELINO GALÉ - Quando temos um projeto é pela base. Conforme nossa viagem, solicitamos das comunidades e também da Funai e vamos para Brasília. Inclusive, quando tivemos aquele trabalho do Tamandua, quando foram espancados doze parentes, logo escolhemos quatro pessoas e mandamos para Brasília, através das comunidades. Elas é que decidem.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Por que não vão representantes das outras comunidades também, se todas elas, como V. S^a disse, defendem a causa indígena?

O SR. NELINO GALÉ - Eles não vão porque não têm interesse de defender suas áreas, seu povo, porque estão trabalhando manipulados pelas outras pessoas. É isso que estou colocando.

O SR. SALOMÃO CRUZ - V. S^a disse que sua comunidade, associação, tem a maioria dos tuxauas e defende a maioria dos índios de Roraima, eles são filiados, defendidos pela sua associação. Vou lhe fazer uma pergunta e gostaria que me dissesse se concorda ou não. Acho que a questão da demarcação da área Raposo-Serra do Sol depende também de parecer, de entendimento com os índios. V. S^a aceita fazer uma votação na área Raposo-Serra do Sol, com os índios, para perguntar se eles querem área contínua ou não-contínua?

O SR. NELINO GALÉ - Aceito sim. Mas depende de dentro desta Comissão ter a nossa parte. Já teve reclamação de que estão indo aos Parlamentares pegando o nome das comunidades, dizendo que é para votar contra a área contínua. Aceito, quero isso. Até já disse que ia ter uma reunião junto com o pessoal desse Governo, que diz que o Governo tem tantos tuxauas que trabalham a favor da área bloqueada. Já tentei fazer isso, mas o meu companheiro disse: "Não, faz tua parte". Então não posso, porque somos maioria, todo mundo vai dizer que sim.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, obrigado, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Deputado Estadual, Dr. Helder Gross.

O SR. HELDER GROSS - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Nelino Galé, o senhor é o coordenador do Conselho Indígena de Roraima. Esse Conselho de que o senhor é o coordenador e o senhor citou na tribuna que o relacionamento do branco, do índio com a comunidade indígena, nas terras indígenas é uma coisa que prejudica o índio. Eu gostaria de saber do senhor se esse

grupo que trabalha na direção do Conselho Indígena de Roraima é formado de só não-índio ou se tem a participação de outros elementos não-índios dentro do grupo, no grupo de direção.

O SR. NELINO GALÉ - Na nossa organização só existe índio. Só índio mesmo.

O SR. HELDER GROSS - Pelo que observei da leitura do seu relatório, que, do meu modo de ver, como médico e como Deputado Estadual, é um relatório muito bem feito, muito complexo, citando a Constituição Federal, adendos, parágrafos e incisos da Constituição, citando os delitos causados ao índio. Quem foi que fez esse relatório, quem ajudou nesse relatório?

O SR. NELINO GALÉ - O que eu coloquei antes? Antes, tudo bem. Meu pai, meu avô não sabiam disso. Hoje estamos nos defendendo. É obrigação nos defendermos hoje. Então, temos professor que estuda na universidade, temos professor que está fazendo Direito, parente que está fazendo Direito. Então, é nosso dever colocar isso.

O SR. HELDER GROSS - A última pergunta. O senhor falou que houve um grande extermínio de índio, grande perda de vidas de índios. Onde está registrada a quantidade de extermínio de índios? Que órgão registrou esse grande extermínio de índios?

O SR. NELINO GALÉ - Acho que todo mundo conhece o extermínio, daquela morte do Haximu, com o que ninguém se preocupou, pelo menos os Parlamentares deixaram passar isso.

O SR. HELDER GROSS - Na sua estimativa, quantos foram exterminados?

O SR. NELINO GALÉ - Vários parentes foram mortos pelos garimpeiros. Deputado, é o seguinte: eu não vim aqui para estar ouvindo palavras dos companheiros. Sou uma pessoa, sou da organização, tenho o direito de colocar, mas não de estar ouvindo palavras.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Atenção, por gentileza. Desculpe-me, talvez eu estivesse cochilando, mas não reparei, eu estava conversando com a Senadora Marluce e não ouvi se houve manifestação da assistência. Parece-me que houve. Então, queria alertar a assistência de que a presença de todos aqui nos é muito agradável, isso prestigia a Comissão, mas eu também queria alertar a assistência para o fato de que ela não pode dirigir perguntas ou palavras a qualquer pessoa que esteja depondo.

Concedo a palavra, agora, ao Deputado Estadual Henrique Machado, para que faça as perguntas ao depoente.

O SR. HENRIQUE MACHADO - Sr. Nelino Galé, o senhor falou que é a favor da área contínua, porque a população aumenta. Eu pergunto ao senhor: não existe mortalidade natural entre vocês?

O SR. NELINO GALÉ - Tem muito pouca. Temos casos de parente de parente. Mas esses parentes estão cumprindo sua posição dentro da comunidade mesmo. É muito pouco.

O SR. HENRIQUE MACHADO - Sr. Nelino, esse muito pouco supera os nascimentos ou equivale a eles?

O SR. NELINO GALÉ - Não sei se estou fugindo do assunto, mas essa família do morto tem um prejuízo.

O SR. HENRIQUE MACHADO - O senhor acha a área pequena só por causa dos nascimentos que ocorrem nas malocas?

O SR. NELINO GALÉ - Na nossa área, Deputado, é o seguinte: não é só a comunidade, nós temos criações também. Como aqui na cidade tem os fazendeiros, que não estão criando aqui na cidade, eles tem suas fazendas afastadas da cidade; nós também podemos criar dentro daquela comunidade, porque nossos antepassados não viviam como estamos hoje. Estamos obrigados a viver em conjunto. Nossos antepassados faziam a casa. Depois abandonavam e passavam para outra. iam andando até onde encontrassem um lugar. E lá se acabava. E depois que nós fomos ver... Pos-

so dar um exemplo ao senhor de que a *minha avó tinha uma barraca e pediram a casa para morar. Ela deu a casa, tudo bem. Depois que ele começou a criar, está começando a dar problema. Então, minha avó foi subindo a serra.*

Então, foi assim um pouco dessa invasão, porque hoje estamos vendo que já não dá mais para nossa criação, porque temos carneiro, porco, gado, cavalo, tudo isso temos hoje.

O SR. HENRIQUE MACHADO - Eu gostaria, também, que o senhor me respondesse: essa criação vocês adquirem com recursos... porque vocês declararam que estão se mudando das malocas onde *foi colocada luz elétrica* porque não têm recursos para pagar a conta de luz, que é algo insignificante. Esses animais, carneiro, gado, galinha, essas coisas, quem é que realmente doa a vocês? Quem é que dá o apoio efetivo às comunidades indígenas daqui de Roraima, a Funai, o Governo do Estado ou a prelatia?

O SR. NELINO GALÉ - Primeiro, a Funai tinha mais ou menos umas trinta mil cabeças de rês. Esse gado foi dividido para as comunidades, não para todas. E hoje ela está atingindo várias comunidades. Não é da Funai, é um patrimônio indígena. Então hoje ela está entre as comunidades e fez um projeto também de carneiros. Mas os carneiros quase não agüentaram. Então, o que temos é da nossa compra mesmo. Esse porco, carneiro e cavalo nós compramos, com o nosso trabalho.

Agora, tem um projeto que é doado pela diocese. Temos esse apoio da diocese. Isso foi muito importante para nós, quando estava acabando o nosso gado, porque antes o meu avô não sabia fazer ferro. Quem ferrava o gado era o branco mesmo.

O SR. HENRIQUE MACHADO - Sr. Nelino, o senhor ainda não chegou bem ao que eu queria. Eu gostaria de enfatizar. O senhor falou aqui que não existem recursos da Funai para atender as comunidades indígenas. E existe, no orçamento do Governo do Estado - e é nosso papel fiscalizar, por isso estou lhe fazendo esta pergunta -, apoio às comunidades indígenas. Quero que o senhor me confirme se o Governo realmente ajuda ou não as comunidades indígenas.

O SR. NELINO GALÉ - Uma parte ele está ajudando, não todos. Uma parte, somente em algumas comunidades. Outras partes, negativo; elas não têm esse apoio. Posso colocar isso porque conheço esse andamento. Posso até citar os nomes das comunidades que não estão tendo esse apoio do Governo. Só que a gente não é contra isso. Devemos nos sentar com o Governo, ver esse tipo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Eu pediria a V. Ex^a que fizesse sua última pergunta.

O SR. HENRIQUE MACHADO - Pois não, Sr. Presidente. Obrigado pela concessão. O senhor falou da cachoeira Tamandá, onde existe a pretensão do Governo de construir uma hidrelétrica que virá beneficiar toda a população do Estado, bem como ajudar o desenvolvimento de Roraima. O senhor sabe - ou lhe é dito - os benefícios que trará a construção da hidrelétrica do Cotíngo na região? O senhor já foi orientado, já foi esclarecido, alguém lhe disse... Com a lavagem cerebral que o senhor está sofrendo, só lhe dizem os problemas, não lhe dizem as vantagens. Só as desvantagens. O senhor sabe as vantagens que o senhor vai ter com a hidrelétrica do Cotíngo?

O SR. NELINO GALÉ - Isso é bem claro, porque ela tem um benefício. Só que esse estudo não foi feito. Ela vai beneficiar mais de um Estado, e não a comunidade. Vai trazer mais prejuízo. Temos experiência de outras barragens. Jatapô, onde muitos parentes estão sofrendo hoje. Ela pode trazer...

O SR. HENRIQUE MACHADO - O senhor está mentindo sobre Jatapô. Lá não há comunidades. O senhor está desvirtuando. Vou lhe dizer: com a construção da hidrelétrica do Cotíngo,

vocês terão um grande lago - já houve reclamações das comunidades indígenas pedindo pequenas barragens -, onde poderão implantar a piscicultura, terão agricultura irrigada, que hoje não têm como fazer, porque o lavrado não é terra propícia; vocês terão água para dar de beber aos animais e, além do mais, terão, as comunidades indígenas, porque é um direito assegurado na Constituição, direito de participação na geração de energia. Vocês poderão, efetivamente, ficar na rede pescando e vão ter um motor trabalhando para vocês 24 horas por dia. A cada segundo vocês terão participação na geração da energia.

Então, Sr. Nelino, são essas informações que deveriam lhe dar. Só lhe falam das desvantagens; não falam das vantagens que terá o povo indígena com a construção da hidrelétrica, com a construção e demarcação das áreas contínuas, preservando o direito do branco e do índio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Nelino, agradeço imensamente o seu depoimento. Se V. S^a não tiver mais nada a declarar, está encerrado seu depoimento.

O SR. NELINO GALÉ - Agradeço o convite dos Srs. Deputados e Senadores. Foi um prazer para mim ter colocado isso perante V. Ex^{as}. Vamos sempre ficar atentos a isso. Teremos que conversar mais para ver essa posição. Nós, como eu disse antes, não vamos deixar de conversar, sempre vamos ter que colocar nossa posição, porque temos que colocar a verdade, não a mentira. É isso que posso colocar para V. Ex^{as}.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Quero convidar agora o Ex^o Sr. Secretário de Fazenda Estadual, Dr. Essem Pinheiro Filho, para prestar o seu depoimento.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Sr. Presidente, enquanto o Dr. Essem não chega, eu gostaria de fazer uma comunicação à Mesa e aos Parlamentares. Deveríamos ouvir hoje aqui o representante da Diocese, da Igreja. Infelizmente, Dom Aldo está viajando, e não haverá nenhuma representação da Diocese aqui.

Quero, portanto, informar à Mesa que recebemos agora uma denúncia, com documentos, inclusive com cheques internacionais, que acusa a Diocese de receber recursos externos para aplicação nessas atividades. Não quero ser leviano. Essa questão pode ser comprovada e pode estar regular ou não. Então, quero comunicar à Mesa que recebemos a denúncia e, como a Diocese não vai depor, vamos encaminhar à Diocese o pedido de informações e, a partir daí, dependendo das informações que tenhamos, iremos convocar; aí sim, se necessário, um membro da Diocese para dar explicações (Palmas), porque existem e foram entregues à CPI, à relatoria, oito cheques internacionais que chegam ao montante de US\$36.300, e isso vai ser investigado pela CPI.

Eu queria dar esse esclarecimento, mas em nenhum momento também quero fazer juízo de valor contra a Diocese, que tem o direito e condição de esclarecer tudo isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Vou determinar a juntada aos autos das fotocópias recebidas aqui. Elas não estão autenticadas. Vamos, no momento, requerer a juntada e depois, na primeira reunião ordinária da Comissão, vamos melhor analisar, com toda a isenção, os documentos mencionados pelo Senador Relator para tomarmos as providências devidas.

Convido o Sr. Secretário a prestar o juramento.

O SR. ESSEM PINHEIRO - Juro dizer a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhores e Senhoras membros da Comissão, meu bom-dia. Coloco-me à inteira disposição de V. Ex^{as} para responder-lhes as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Secretário, V. S^a, como Secretário da Fazenda, sabe os objetivos da nossa CPI. Qual é a sua expectativa, qual o estado atual da arrecadação do Estado; se existe, qual a expectativa do Governo com relação a uma possível e desejável regularização do assunto com a consequente carga tributária do Estado? Qual é o pensamento da Secretaria do Governo?

O SR. ESSEM PINHEIRO - Hoje a arrecadação de minerais não chega a 1% da arrecadação total. Além de aquecer o comércio local, devíamos arrecadar em cima da mineração, porque hoje o percentual de taxaçaõ é 1%, com a redução do Convênio n^o 08. Iríamos aquecer o comércio local com venda de equipamentos. O Estado arrecadaria muito mais, não só na parte de mineração como na arrecadação do ICMS normal no comércio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas V. Ex^a acha que com a exploração adequada do minério existente no território de Roraima, o Estado poderá ter uma grande arrecadação? V. Ex^a comunga de que o tributo deve ser federal, deve ser estadual? O que pensa a esse respeito?

O SR. ESSEM PINHEIRO - A partir de 1988, o tributo é estadual. A taxaçaõ é a mesma do antigo II, anterior, porque, com a redução, com o Convênio n^o 08, ele caiu para 1%. Antes era de 12% a 17%. Com essa redução se voltou a 1%.

Hoje, é interessante manter-se essa independência do Estado como arrecadador. É lógico que, por exemplo, temos atualmente uma das maiores províncias minerais do Planeta, e o Estado não lucra nada com isso. Seria importantíssimo para um Estado que está nascendo contar com esse tipo de benefício que seria a arrecadação, não só sobre os minerais mas também sobre o comércio de um modo geral.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Secretário, qual é a arrecadação do ICMS, global, em abril e maio do Estado de Roraima, ou somente abril, se não tiver maio computado ainda?

O SR. ESSEM PINHEIRO - Sei aproximadamente. Em abril, foram dois milhões seiscentos e trinta mais ou menos; em maio, mais ou menos a mesma faixa.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Dessa arrecadação de ICMS, V. S^a disse que não chega a 1% a arrecadação do ICMS com os minerais.

Praticamente, que tipo de mineral paga o ICMS sobre os minerais? É um pouco a cassiterita?

O SR. ESSEM PINHEIRO - É taxaçaõ sobre o ouro, mais ou menos. Muito pouco, muito pouco mesmo.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Vale dizer que não significa nada para o Estado.

O SR. ESSEM PINHEIRO - É irrisório.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - E V. S^a vê uma possibilidade na regularização dessa questão mineral de que essa arrecadação seja ampliada de forma significativa?

O SR. ESSEM PINHEIRO - Sim, porque o Estado poderia usufruir daquilo que ele tem no subsolo. Hoje não estamos usufruindo.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - O Estado tem condições de fiscalizar essa questão do ICMS dos minerais?

O SR. ESSEM PINHEIRO - Teria sim, porque hoje estamos lançando um concurso público, aumento do quadro dos fiscais. Fecharíamos todas as saídas da parte de tributaçaõ.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Estou satisfeito.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Secretário, é muito importante sua presença em nossa Comissão.

Não tenho muito a perguntar, até porque já tenho conhecimento do assunto. Mas gostaria de fazer uma pergunta, e não sei se será possível que S. S^a nos dê a resposta agora; caso contrário, poderá fazer por escrito à Comissão.

Nos últimos três meses, qual foi o valor recebido pelo estado referente ao imposto municipal que vem da União?

O SR. ESSEM PINHEIRO - Sobre o minério?

A SRA. MARLUCE PINTO - Não. Quero saber qual o total que o estado, hoje, recebe mensalmente da participação dos estados, não dos municípios, só do estado.

O SR. ESSEM PINHEIRO - Não tenho essa informação correta.

A SRA. MARLUCE PINTO - Nem a do último mês?

O SR. ESSEM PINHEIRO - A do último mês é de cerca de R\$15 milhões.

A SRA. MARLUCE PINTO - Quer dizer que o estado, em ICMS, arrecadou R\$2,6 mil e recebeu da União R\$15 milhões. Sabemos e temos certeza de que nada tem vindo da União.

O SR. ESSEM PINHEIRO - Exatamente. Em termos de convênio vem muito pouco; mais com educação e...

A SRA. MARLUCE PINTO - Não, para a educação são aqueles aditivos, porque, do orçamento anual, ainda não foi liberado nada.

Fiz essa pergunta ao Secretário, porque há pessoas na platóia que precisam saber da dificuldade por que passam os estados, mesmo com essa arrecadação de ICMS e com essa pequena participação recebida da União a cada dez dias do mês. O próprio Governo tem dado uma boa assistência às comunidades indígenas. Com isso, verifica-se como são tratadas igualitariamente. Não existe nenhuma discriminação. Se não recebem do Governo Federal é porque só são liberados recursos para as comunidades indígenas através do orçamento da Funai. E sabemos como é feito junto às comunidades indígenas. Tenho certeza de que o Governo atual está seguindo os mesmos programas e dando a mesma assistência. Tenho notado que os programas são os mesmos.

Mas lamentamos que apenas 0,15% é o que se arrecada sobre mineração. E é por isso que estamos convictos, mais do que nunca, de que não só os Parlamentares de Roraima mas dos estados cujos solos são ricos devem trabalhar - e isso é uma prioridade - para que o subsolo brasileiro seja explorado. É incrível que, com as riquezas naturais existentes, principalmente em nosso Estado, seja preciso o Governo se sacrificar tanto para poder dar assistência a determinados programas. Sabemos que o ouro e a cassiterita estão muito próximos e sua exploração não é proibida, apenas ainda não existe uma legislação ordenada. E até mesmo de acordo com a legislação existente nada é realizado, porque há sempre divergências. Tenho certeza de que, para que possamos conseguir o objetivo desta Comissão e de outras que estão trabalhando no Congresso Nacional, teremos que fazer muitas reuniões com as comunidades indígenas, para mostrar-lhes a facilidade que teríamos de o nosso Estado não precisar da União.

Há um exemplo muito claro, até hoje, a área de livre comércio não foi instalada unicamente porque a Funai a utiliza como área indígena; consequentemente, não pode ser instalada. Sei que isso não parte da maioria da comunidade indígena.

Na época em que apresentei o projeto, no ano de 1991, fiz várias reuniões com os Tuxauas e, depois de explicar detalhadamente as vantagens para o nosso Estado, mostraram-se acessíveis. Apenas uma minoria se coloca contra. E se aquela área de livre comércio estivesse funcionando, hoje já estaríamos com outra situação econômica em nosso Estado. Conheci Manaus antes da Zona Franca, quando havia mais dificuldades do que atualmente. O de-

envolvimento daquele Estado deu-se única e exclusivamente após a criação da Zona Franca.

Ouvi do Sr. Gilberto Mestrinho e do Governador Amazonino Mendes que 95% da arrecadação do Estado do Amazonas é apenas da comercialização feita na capital em decorrência da Zona Franca. Então Roraima tem muito que progredir, até mesmo sem esperar pela exploração do subsolo.

Como aqui estão presentes alguns representantes indígenas, peço que os senhores se conscientizem de que o índio é tão importante quanto o não-índio. A mão-de-obra do índio é tão importante para o desenvolvimento do nosso Estado como a dos não-índios. Vamos nos juntar, como roraimenses que somos, não importa se nascidos ou chegados posteriormente, mas é por esta terra que temos trabalhado. Tenho certeza de que vamos levar o Estado de Roraima a uma situação que nenhum Estado do Norte poderá alcançar porque não têm as prerrogativas e nem as riquezas mineiras do nosso Estado.

Sr. Secretário, não farei perguntas a V. S^a. porque sobre o nosso Estado, sobre a atuação da Secretaria e do Governo do Estado, todos sabem, não precisamos nem perguntar. Deixo o tempo livre para outros oradores, se for o caso, para que possamos inteirar-nos de outras situações.

Muito obrigada por sua presença.

Na qualidade de Presidente, devido à ausência do Senador Ramez Tebet, passo a palavra ao Deputado Salomão Cruz.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Constituição de 1988, atendendo a interesses de grupos que monopolizam a comercialização do ouro, criou duas figuras no sistema de tributação do ouro, o que é inédito no mundo todo. Criou a figura do ouro como ativo financeiro, que paga o IOF, 1%, e criou a figura do ouro como matéria-prima, como o minério, que paga o ICMS.

O que acontece é que todo o ouro comercializado no País é registrado como ativo financeiro e desviado pela indústria eletroeletrônica, pela indústria odontológica, pela indústria de joalheria, e o Governo não tem como controlar esse ouro. Se vímos a história do ouro comercializado como ativo financeiro, teremos um determinado valor. Se pudéssemos verificar nos estoques, teríamos, no mínimo, menos de 50% do real, porque mais de 50% é dividido e distribuído pelas outras utilidades que o ouro tem na sociedade atual.

Isso me deixa incomodado porque o Estado é prejudicado duas vezes: primeiro porque a forma de tributação através do IOF é menor e segundo porque, como é um imposto federal, a retenção numa economia de inflação acentuada chega até a um ano, e só vem para cá o valor histórico.

Ouvi ontem o Secretário da Receita Federal dizer que o ouro tem mais ou menos um total registrado pelas DTVMs e gostaria de saber qual o total registrado como minério pela Secretaria de Fazenda, que é quem controla o imposto cobrado sobre o ouro como matéria-prima.

O SR. ESSEM PINHEIRO - Não tenho essa informação hoje.

O SR. SALOMÃO CRUZ - No meu entendimento, é interessante se V. S^a. puder mandar-me essas informações por escrito porque poderemos fazer uma comparação para juízo de valor da Comissão.

A outra questão diz respeito à devolução dos tributos que o ouro origina e seu retorno ao estado e ao município. Gostaria que V. S^a fizesse um levantamento - é uma contribuição que estou pedindo para a comissão -, dizendo que - sei que existe uma boa relação na Receita Federal -, por exemplo, no mês de janeiro de 1994, foi tributado esse. Quando foi que esse texto veio e quanto significava na época em que chegou. Mais ou menos um histórico

de quando ele é tributado e de quando retorna, para que possamos ver se a Comissão oferece algum subsídio para mudar a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Vamos providenciar as informações.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, eram apenas essas questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário; S. S^a as enviará por escrito para que a Comissão tenha subsídios até para propor alterações na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Deputado Estadual Helder Gross.

O SR. HELDER GROSS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário, estou muito satisfeito de, como deputado estadual, estar comparecendo hoje a esta Comissão, aqui na Casa, para participar de um trabalho que, tenho certeza, irá gerar frutos importantes para o nosso Estado.

Gostaria de saber do Secretário de Arrecadação do nosso Estado, se, ao incrementarmos a exploração, através de um meio legal, de adaptação de leis através de nossos legítimos representantes, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, adaptarmos as leis para que possamos realmente usufruir do que é nosso. Não adianta termos a riqueza e sermos miseráveis. Não adianta sermos um Estado rico e o povo estar desdentado, morrendo de tuberculose e na miséria, sermos taxados de Terceiro Mundo. Não interessa isso. Passamos gerações e gerações e nosso povo subnutrido, doente, e sermos humilhados internacionalmente como um país de subdesenvolvidos. Para mim não interessa isso. Quero meu Estado rico, quero que Roraima seja colocado, com pujança neste País.

Gostaria de saber do nobre Secretário - sei que na oportunidade S. S^a não era Secretário Estadual da Fazenda, mas gostaria de perguntar ao cidadão que hoje detém o comando da Secretaria, se tem conhecimento da quantidade de ouro que foi tirada do Estado na época do grande boom do desbravamento do minério. Se S. S^a não souber, existe a possibilidade de pesquisar os arquivos daquela Secretaria e comunicar a esta CPI.

O que quero é provar que existe muito ouro e isso seja confirmado por um órgão oficial do Estado, informando esta CPI para que fique registrado que esse minério deve ser explorado enquanto ainda é tempo.

Era a minha consideração.

O SR. ESSEM PINHEIRO - Eu desconheço a quantidade. Irei pesquisar. Nós perdemos diretamente essa informação. Mas, indiretamente, arrecadamos com a venda de maquinários, de alimentação, de tudo. Essa outra informação posso lhe fornecer também. Não sei a quantidade do minério, como da arrecadação de modo geral no comércio.

O SR. HELDER GROSS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Não havendo mais perguntas, agradeço a atenção de V. S^a. E convido, a seguir o Exm^o Sr. Secretário de Segurança Pública, Coronel Manoel de Lima Mendes, a prestar seu juramento.

O SR. ESSEM PINHEIRO - Muito obrigado à Comissão. Até logo.

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pois não. Coronel, o senhor sabe, e desde ontem acompanha nossos trabalhos, os objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sobre eles V. S^a tem alguma coisa a declarar?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Fique à vontade, então.

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Na parte de segurança pública, o nosso Estado é recente, do tempo do território, o Governo Estadual, efetivamente, só tem poder sobre 10% de seu território. Quanto aos 90%, há uma série de leis federais, de órgãos federais que se sobrepõem, dificultando a administração.

Isso foi fruto, acredito eu, da transformação do território para o Estado e que ainda não se acomodou. Ainda não se definiram as leis do mando para o Poder Executivo do Estado.

Então, há uma grande dificuldade na parte da segurança pública. Há uma grande dificuldade porque fica a dúvida se é o Estado, se é a Polícia Federal que intervém nas áreas indígenas. Há sempre esse choque, que só não é maior devido à grande afinidade, ao entrosamento que temos aqui na área. Senão poderia haver problemas sérios de administração.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sei que não é da competência da Secretaria de Segurança Pública do Estado a apuração de contrabando, de narcotráfico. Mas, dada essa interrelação, dado esse intercâmbio que existe, que esclarecimentos V. S^a pode prestar sobre o problema de drogas no Estado de Roraima, independentemente de haver ou não contrabando?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - A droga existe no Estado de Roraima, como, infelizmente, existe em todas as partes do mundo. Mas, pelo que sei, ainda não somos rota do tráfico, nem produzimos aqui.

Felizmente, os nossos vizinhos, Venezuela e Guiana, não são tradicionais produtores. O problema mais sério se dá na Amazônia Ocidental, com Bolívia e Colômbia.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Secretário, qual é a situação hoje com relação à segurança pública, qual é o animus instalado em áreas indígenas, principalmente no norte do Estado. A situação é de iminente conflito? É de calma? Como V. S^a configuraria essa situação hoje, principalmente na questão da terra indígena de Raposo e Serra do Sol?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - A situação hoje começa a preocupar, devido à retirada da tropa federal da área. O tempo que ficamos aqui com a tropa federal na área serviu como fator de equilíbrio.

Disse ontem o companheiro da Polícia Federal que não tem meios suficientes para atuar a contento na área. É verdade, também, para a segurança pública. Tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil do Estado estão deficientes, sem meios para operar a contento na área.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Essa retirada deveu-se a uma decisão judicial federal?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Sim, a uma decisão judicial.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Hoje a comunidade garimpeira é responsável por algum foco de tensão? Por algum problema? Enfim, tem criado algum tipo de questionamento ou de problema mais grave para a segurança pública do Estado?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Sr. Senador, desconheço esse tipo de problema hoje. Pelo que sei, a situação está normal tanto na área Iahomâmi como aqui na área Raposo e Serra do Sol.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - A situação hoje de segurança pública da capital, V. Ex^a diria que é uma situação tranquila ou é uma situação mais preocupante, motivada pelo problema econômico em que o Estado vive, pela falta de opção de trabalho, pela não-atividade garimpeira, pela diminuição da atividade no campo, mesmo com a pecuária, devido a esses problemas de demarcação de terra indígena? Como V. S^a vê hoje a questão da segurança pública, principalmente na periferia da capital que recebe o afluxo dessas pessoas que estão sem atividade econômica?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - A situação é preocupante no sentido de que o nosso Estado ainda tem uma economia incipiente, não consegue gerar empregos. Temos uma população carente nos bairros periféricos. Com isso há um aumento de incidência de ilícitos, mas não do porte do sul. Os nossos ilícitos aqui são, diante do quadro do País, nós os consideraríamos normais. São assassinatos, roubos, mas coisas individualizadas, normais. Os nossos marginais não têm o poder de fogo dos marginais do sul. Em consequência disso, o nosso aparato policial está bem adequado para a nossa realidade criminal.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Estou satisfeito. Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Obrigada, Senador Romero Jucá.

Sr. Secretário, tenho uma única pergunta a lhe fazer. Quando aconteceram aqueles incidentes, na região Raposo Serra do Sol, o Governador do Estado foi a Brasília e, acompanhado dos Parlamentares, teve um encontro com o Ministro Nelson Jobim. S. Ex^a, muito preocupado em que as ordens dadas pelo Governador não fossem cumpridas e houvesse um conflito, muito embora a Polícia Militar e a Polícia Civil, como ele expôs para o Ministro, haviam recomendado que ninguém usasse arma, que não houvesse nenhuma agressão para com os índios, solicitou ao Ministro, àquela época, que o Exército permanecesse naquela área. Dessa forma, estaria passando para a União a responsabilidade, uma vez que as comunidades indígenas são tuteladas pela União.

Todavia, na semana passada, o Ministro Nelson Jobim comunicou, por fax, ao Governo do Estado que havia mandado retirar o Exército por ordem judicial - solicitou-me que fosse com ele - e nos garantiu que ficaria alerta.

Pergunto a V. S^a: após a retirada do Exército, houve alguma modificação ou tudo continua calmo como aconteceu na época em que havia um contingente do Exército naquela área?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - No momento, ainda não estamos com nenhum problema na área que seja do meu conhecimento. Apenas os fazendeiros da região estão preocupados que, aos poucos, retorne ao problema das fontes e das torres daquela época.

A SRA. MARLUCE PINTO - Fico satisfeita em saber, pois, se essa situação continuar, repercutirá bem para o nosso Estado.

Devemos ter a preocupação de somente levar a Brasília as questões que não pudermos resolver, para evitar que se crie uma imagem negativa do nosso Estado.

Temos que demonstrar - e é o que temos feito em Brasília - que o nosso povo é pacato, que o nosso Estado tem condição de desenvolvimento e que não se vive em conflitos. Agora, quando necessário for, lógico que não podemos abrir mão.

Portanto, Sr. Secretário, tenho certeza de que, com a experiência de V. S^a, a situação vai continuar calma, até por que os nossos índios também já entenderam que determinadas situações não deverão acontecer.

Comprometemo-nos, em todas essas situações ligadas a índios, antes de nos dirigirmos a Brasília, a realizarmos reuniões locais para sabermos realmente o que a comunidade espera dos parlamentares e o que elas necessitam.

Quando o que nos for solicitado não for viável ou possível de ser atendido, teremos argumentos para conscientizar as comunidades indígenas e buscaremos alternativas para solucionar os problemas.

Muito obrigada, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Deputado Federal Salomão Cruz.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, na verdade, estamos falando sobre contrabando de minério. Mas essa questão está tão envolvida com a questão dos índios na Amazônia, que acabamos saindo do tema principal e entrando numa questão para a qual não se encontra solução. Isso nos deixa preocupado.

Nessa questão da Raposo Serra do Sol, quando houve o início do conflito, requeri à Comissão de Meio Ambiente da Câmara que formasse uma Comissão Externa para vir aqui verificar a extensão do conflito. Contudo, por sugestão do Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho, tive que retirar meu requerimento, porque senão ele seria rejeitado. Simplesmente veio aqui ao Estado a Comissão de Defesa Nacional com o Deputado Gilney Viana, do PT do Mato Grosso e meu companheiro na Comissão de Meio Ambiente.

Quando chegou em Brasília, o Deputado Gilney Viana me procurou e disse: olha, Salomão, fiquei impressionado com o acirramento dos ânimos em Roraima, com o radicalismo de ambas as partes, e não é só das pessoas que combatem a questão indígena, que defendem o garimpo. Os ânimos estão acirrados em Roraima e é necessário e urgente que se defina na nova estrutura da lei a questão da demarcação da Raposo Serra do Sol.

Estou falando isso porque tenho certeza absoluta de que, com a retirada do Exército da área Raposo Serra do Sol, vai surgir conflito ali de proporções incalculáveis, e o resultado disso será a morte de índios e não-índios. Os ânimos estão acirrados. O silêncio e a tranquilidade são aparentes, a situação sangrava na área.

A Secretaria de Segurança tem uma atuação limitada. Vejo, por exemplo, uma preocupação com a estratégia de ocupação das reservas indígenas, de expansão das reservas indígenas, que ocupam áreas que estão fora da reserva indígena. Essa ocupação é a preparação de futuras ampliações.

Tenho um exemplo, Secretário: aqui na área do canal. Eu não disse isso. Ontem o Delegado da Funai estava aqui, mas tenho denúncia de que a área indígena foi mudada porque era conveniente para determinados fazendeiros mudar para o outro lado. Nessa região existem denúncias de invasões.

Pergunto o seguinte: o que faz a Secretaria de Segurança - porque compete a ela fazer -, para impedir essas invasões de índios em posses de não-índios? O que a Secretaria tem feito no sentido de coibir essa ação, já que é constante a ocupação de terras de posseiros por índios?

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Sempre investigamos quando o fato é registrado, ou seja, o cidadão chega, registra o fato e nós o investigamos.

No caso, a Polícia Militar é quem faz essa parte preventiva. Então, o cidadão é orientado a entrar na Justiça para solicitar a reintegração da sua posse. O Juiz a determina e a Polícia Militar vai lá e expulsa o invasor, dentro da lei.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Deputado Helder Gross. Vou aproveitar para fazer um apelo. Faltam três depoimentos. Não obstante, acho que as perguntas - quero me referir aqui aos Senadores, aos Deputados Federais - não precisam ser necessariamente precedidas de discursos. Devemos procurar ser mais rápidos, quer dizer, objetivos. As considerações serão feitas a posteriori.

O SR. HELDER GROSS - Concordo plenamente, Presidente.

Sr. Secretário, desejo perguntar sobre a destruição do patrimônio do Estado naquela questão da Raposo Serra do Sol, dos meios de comunicação, das pontes, que, inclusive, causaram danos físicos e queimaduras em seres humanos. O Dr. Alcir de Miranda fez uma brilhante palestra sobre a responsabilidade do Estado nessa questão. O que, de fato, a Secretaria de Segurança fez no senti-

do de investigar o caso e levantar as indenizações ao nosso patrimônio? A Secretaria tomou conhecimento de que a Funai sabia previamente desse levante? Qual a situação da Secretaria? É do seu conhecimento ou não a matança e o sacrifício dos rebanhos bovinos naquela região, caracterizando com isso os desvios de função de órgãos envolvidos como a Funai e se é de conhecimento da Secretaria e providências tomadas.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Quanto ao problema das torres da TELAIMA e das pontes, foi aberto um inquérito policial que, no momento, está tramitando na Justiça para novo prazo e ainda não retornou. Se não me falha a memória, no dia 3 ou 4 de março ele foi para a Justiça e ainda não retornou.

Quanto ao problema do gado, nós já temos feito várias investigações na área, tanto da Delegacia de Normandia como do nosso Departamento do interior, sempre que é registrada uma queixa sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Não havendo mais quem queira formular perguntas, agradeço ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública a atenção que dispensou a esta Comissão e as considerações que fez. Fica S. Sª, a partir deste momento, dispensado, mas convidado a permanecer em plenário, se assim o desejar, o que constitui honra para nós.

O SR. MANOEL DE LIMA MENDES - Agradeço ao Sr. Presidente, a toda a Comissão, aos Srs. Senadores, à Srª Senadora, aos Deputados federais e estaduais e coloco, enquanto transcorrem os trabalhos desta Comissão, a nossa Secretaria à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Convido agora o ilustre Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima, Sr. Crisnel Francisco Ramalho.

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Jramento:

Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Muito bem. Sr. Crisnel Francisco Ramalho, V. Sª é Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima.

Vou-lhe fazer a primeira pergunta, para prosseguirmos nos nossos trabalhos.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: temos ouvido até agora que não existe área de mineração legalizada aqui. Pergunto: existe alguma cooperativa de garimpeiros no Estado de Roraima?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Primeiro, eu quero dar o meu cordial bom-dia ao Exmº Senador Romero Jucá, ao Exmº Sr. Presidente da Comissão, à Exmª Srª Senadora Marluce Pinto e ao Exmº Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Almir Sato, e dizer da minha felicidade ao ver aqui o nosso Deputado Salomão Cruz, o nosso Deputado Helder Gross e demais autoridades.

Bom-dia a todos os participantes, que estão a fim de ouvir essas palavras.

Temos hoje não só uma cooperativa de garimpeiros, fundada por mim no dia 10 de outubro de 1992, na qual vence o meu mandato no dia 10 de outubro próximo, como temos também um Sindicato de Garimpeiros organizado, que foi fundado em 15 de janeiro de 1991 com o nome de Sindicato dos Garimpeiros Autônomos do Município de Boa Vista, alterada a sua razão social para Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Roraima no dia 19 de janeiro de 1992, em função de não termos, até essa época, outro sindicato. Hoje ele é o Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Roraima e está reconhecido legalmente, em Brasília, no Ministério do

Trabalho. Temos toda a documentação e podemos dar todos os comprovantes, dados concretos e materiais, se precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Vou fazer mais uma pergunta a V. S^a e fazê-la um pouco ousadamente, porque se a atividade de garimpagem no momento, pelo menos, é considerada ilegal, por que se insiste nessa atividade? Por que correr esse risco?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - O problema que o senhor perguntou se ela é ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pelo que tenho observado até agora, toda atividade de exploração mineral no Estado de Roraima é ilegal, porque não tem regulamentação, não tem alvará, e assim por diante. Então, eu pergunto: se é assim, por que se insiste na garimpagem?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - É bem claro. Insiste-se na garimpagem, porque, embora hajam tais ilegalidades, não podemos negar que temos apenas uma reserva garimpeira, hoje, legalmente, no Estado de Roraima, que se chama Reserva de Tapequém. Hoje ela está reconhecida e registrada no DNPM. Entretanto, fizemos um requerimento da área e temos um convênio com o DNPM para que faça melhor exploração naquelas áreas em que o garimpeiro ainda não pode explorar.

Quanto a existência da garimpagem ilegal no Estado de Roraima ela existe devido a necessidade dos pais de família, garimpeiros - ressaltamos aqui que 90% dos garimpeiros que estão hoje no Estado de Roraima, nessa atividade garimpeira, são nordestinos. Primeiro, porque vieram tocados, da fome da seca, da miséria, como todos sabem, que isso não é história de Trancoso. Segundo, eles são brasileiros. Terceiro, que o Brasil é nosso.

O que estamos necessitando de fazer, urgentemente, no mais breve possível - quero apelar a esta Comissão, além do que ela já se mostra preocupada - que defina uma política de assistência médico-hospitalar e odontológica para esse garimpeiro. Todos nós sabemos que a situação do garimpeiro hoje, na Amazônia brasileira, não é das melhores, ele trabalha pela sobrevivência. A vida do garimpeiro não é fácil, sair da cidade e deixar suas esposas, filhos, como é o caso de muitos e perder a vida, como tem acontecido no garimpo. Porque não temos lá assistência médica, odontológica. Não temos nem medicamentos para nos defender de qualquer peste.

Então, se nós tivéssemos, pergunto por mim, garimpeiro, condições de sobreviver nas cidades ou na capital, cada um com dinheiro suficiente para manter suas despesas sem depender do garimpo, ou de viver naquele Nordeste de onde viemos tocados da fome, o que nós ganhamos, o que faturamos no garimpo, jamais iríamos para o garimpo. Porque temos o exemplo de milhares de pessoas que hoje são funcionários públicos, ganham um bom salário, têm condição de sobreviver e que não estão nem ligando para o garimpo. Mas a realidade é que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - A sua resposta me tranquiliza, quanto a mim. Eu não fiz a pergunta no sentido de ser contra a garimpagem, no Brasil. Ao contrário, como Presidente da CPI, estou procurando conhecer melhor a realidade. Eu até vejo que esta CPI tem tanto valor, porque parece inacreditável, e a sua resposta demonstra isso. Num país que não tem emprego, que não tem nada, em que existe riqueza no solo, não tem legislação que garanta, por parte de brasileiros e empresas, a extração do minério. Só isso justifica, portanto, a existência da CPI e o objetivo do Congresso Nacional, de trabalhar e ver se encontra uma solução adequada para o assunto. (Palmas.)

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Sr. Presidente, caro Senhor Crisnel Francisco Ramalho, companheiro antigo de lutas, quero começar perguntando o seguinte: até o início de 1990, quan-

do eu estava no governo, o garimpo e o garimpeiro podiam trabalhar. Nós mantivemos as pistas abertas, não permitimos a explosão de pistas, lutamos contra o governo federal, e os garimpeiros podiam tirar riquezas e realmente a riqueza se espalhou pelo Estado. A partir de março de 90, depois que eu saí infelizmente, no Governo de Fernando Collor, explodiram pistas e o quadro ficou bastante difícil para os garimpeiros. Eu pergunto ao Senhor: qual a situação de milhares de garimpeiros que estão, hoje, no Estado de Roraima?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Precária. Isso é o que todos precisam saber e as autoridades, principalmente. Há pouco tempo, a Associação Beneficente de São Francisco, dirigida e representada por seu presidente, Padre Anselmo, me pediu alguns dados, a quantidade de garimpeiros instalada no Estado de Roraima e como está sua situação atual.

Eu consegui levantar o número de 20 mil garimpeiros, sem registrar nome por nome. Desses 20 mil, 70% está localizada na capital, Boa Vista. Os restantes 30% estão em todo o interior, espalhados. Trabalhando em diversas atividades, como por exemplo, a agricultura, sem condições de sobrevivência. Em muitos lugares espera-se por auxílio do governo do Estado, além de estradas e projetos de estradas mas ainda falta muito a ser feito para organizar o garimpo, que sobrevive trabalhando na agricultura. Até porque sabemos que Roraima não tem porto de embarque e nem exportação. Se fossem invertidas as prioridades, estimular a agricultura em vez do garimpo, não seria possível, pela falta de armazenagem, portos de embarque e de estradas. Agora estamos vendo o projeto do governo do Estado que visa asfaltar a BR daqui até Manaus. Aí, sim, poderemos investir em agricultura, como todos sabem. Então, os outros garimpeiros, que estão na cidade, estão sobrevivendo de pequenos expedientes, suas esposas os ajudam, lavando roupas, trabalhando de manicures, outras estão jogadas, mercê da sorte, como se sabe, sem condições mínimas. Até dando trabalho aos nossos parlamentares, vindo mesmo pedir para que paguem suas contas de luz. Isso é a realidade. Essa sociedade precisa ter condições de sobrevivência, num país tão grande, onde há lugar para todos. O que não podemos é deixar de dizer a verdade, e a verdade é que os garimpeiros estão aí, vivendo na miséria. Essa é a situação, Senador, daqueles que se encontram na periferia de Roraima. Os que moram na periferia dos bairros estão vivendo de limpar terrenos, capinando terrenos de quintal de casas de família.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - O que os garimpeiros esperam do governo federal?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Há dois meses enviei uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, recebi dois telex comunicando o recebimento da carta. Fui a Brasília mas não consegui marcar uma audiência com Sua Excelência. Escrevi 138 cartas para 138 deputados federais, das quais já comeci a receber resposta, do Deputado Moises Lipink, da Deputada Alzira, e do Deputado Antonio Brasil. Ainda estou esperando respostas dos demais. Mas isso é bastante para que se saiba que estamos esperando que as autoridades, no espaço de tempo mais breve possível, faça com que os garimpeiros se voltem para seu campo de trabalho de forma organizada. O Sindicato dos Garimpeiros está à disposição para colaborar com as autoridades e as grandes instituições, os órgãos competentes, naquilo que for necessário para que venha a compor a vida do garimpeiro, dentro de suas atividades. Preservação do meio ambiente, por sinal já entramos em convênio com a Secretaria do Meio Ambiente. Estamos fazendo trabalho de base, nos reunindo com os garimpeiros, ministrando aulas, programando cursos para que os garimpeiros saibam o que é preservar o meio ambiente, da necessidade de compatibilizar o tra-

balho de garimpo com a necessidade de preservação do meio ambiente. Agora, não podemos concordar que a garimpagem deixe de existir.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Na legislação anterior, os garimpeiros tinham aquela carteira, uma matrícula, com a qual podiam trabalhar em qualquer localidade. A legislação atual acabou com isso. Na sua opinião, essa carteira, esse registro deveria voltar? Qual a visão de vocês para esta questão?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Achamos que esta carteira deve voltar. O Sindicato dos Garimpeiros tem, por obrigação, expedir a carteira de garimpeiro, como sabemos ser correto. Porque se temos uma entidade, se ela tem estatuto, ela tem que ter a representação legal. Então, se temos um estatuto, que estabeleça como lei, para seus associados, dentro daquela atividade, então ele tem que ter a sua carteira de representação. Agora, cabe às autoridades a melhor organização, se achar que apenas isso não basta para representar o garimpeiro. Além do estatuto, a carteira do Sindicato e que este Sindicato tenha um convênio com as demais organizações, bem como o Ministério do Trabalho e que o garimpeiro não seja apenas reconhecido como garimpeiro simplesmente nos estatutos do Sindicato. Mas acho que deve haver alguma programação que devemos criar para que ele seja reconhecido, em sua carteira, como profissional. Agora, é preciso que fique bem claro que eu não me preocupo que garimpeiro tem que ser garimpeiro. Porque se disserem assim: vamos botar a coroa em quem quer ser garimpeiro, todo mundo vai ser rei. Tem que definir quem é o garimpeiro de verdade. Essa é uma preocupação do sindicato e também deve ser das autoridades. Isso precisa ficar bem claro, porque tem acontecido de o cara ser esturpador, assaltante, e sai no jornal, na televisão, o garimpeiro fulano de tal. Não vou dizer que garimpeiro é santo, porque não tem ninguém santo nesta terra. Deus é quem sabe. Salvação no outro mundo, se vamos ter, ninguém sabe, como não sabemos de onde viemos e para onde vamos. Agora, é preciso saber quem é garimpeiro. Caso contrário, nunca vamos controlar esse meio.

Por fim, gostaria de me dirigir aos garimpeiros, alguns dos quais se encontram aqui, nesta sala, e dizer que se faz necessária, para que tenhamos credibilidade, a conscientização de que se não for através de uma organização sindical nós não podemos conquistar nosso espaço. É precisos nos organizarmos.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Eu queria saber o que o senhor sentiu, o que o sindicato sentiu a partir de março de 90, quando saímos do governo. Nós vimos a explosão das pistas, os garimpeiros, até hoje perseguidos, tocados de suas áreas de trabalho, daquelas riquezas que foram descobertas e que tanto bem fizeram à nossa população. O que vocês sentiram quando viram o Presidente da República explodir pistas, fechando o ganha-pão de vocês, na mata?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Nós, garimpeiros, sentimos o mesmo que toda a sociedade roraimense está sentindo, principalmente a classe do empresariado. Nós tínhamos, no auge do garimpo, a extração de tonelada e meia de ouro, todo mês. Nós tínhamos cerca de 90 agências. Cada agência funcionava com quatro a cinco pessoas.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Agência de compra de ouro?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Agências de vãos. Tínhamos cerca de 60 escritórios de compra de ouro. Agora, imagine, Senador, 90 agências de vãos. Cada uma tinha de 4 a 5 pessoas, fora o piloto e a família do piloto, que sobrevivia dessa renda. Nós tínhamos tonelada e meia de ouro extraída, todo mês. Nós tínhamos cerca de 60 escritórios de compra de ouro, cada escritório com quatro a cinco funcionários. Porque lá havia

duas secretárias. Todos sabem como é que funciona a compra de ouro. Nós tínhamos todas essas pessoas trabalhando, dentro do garimpo. Então, vejam bem o que acontece. Nós tínhamos mais de cem casas de vendas de equipamentos, que importávamos de São Paulo para cá. Agora, imaginem quantos funcionários havia em todos esses departamentos, nessa organização de trabalho? Quanto gerava de emprego? E tudo isso hoje se acabou. Então, está sofrendo o comerciante, a classe empresarial, assim como o garimpeiro. Ninguém tem nada. É uma verdadeira calamidade o que vemos, de miséria, do povo aqui em Roraima. E temos que procurar uma solução, porque tudo isso se acabou.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Eu queria dizer ao Sindicato que durante a confecção do relatório vamos manter contato. Vocês vão poder dar uma colaboração grande a este trabalho. E aproveito para reafirmar o nosso compromisso de, uma vez por todas, solucionar esta questão, regularizar a situação do garimpeiro e propor uma solução para a política minerária brasileira que possa ser justa para os pequenos, que são os nossos garimpeiros.

Estou satisfeito. Obrigado.

Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Obrigada.

Sr. Crisnel, é um prazer tê-lo aqui para expor, não para nós, representantes de Roraima, porque de todas essas dificuldades temos conhecimento, mas para o Senador Presidente, porque os dois representantes de Rondônia tiveram que se ausentar. Antes de vir para Roraima, em janeiro de 1980, eu já conhecia e sabia que a única produção de Roraima era a exploração do minério. Não se falava tanto em cassiterita, mas em diamante. Sei que todos aqui conhecem o Ramiro, Sr. Ramiro, que é cearense, a família andava muito em Fortaleza e são contra-parentes de um cunhado. Então, eu tinha conhecimento do que era Roraima, e que o povo de Roraima tinha dinheiro. Mas só que, como os meios de comunicação naquela época não eram como hoje, o que existia era explorado pelos que aqui moravam e as notícias não chegavam no poder central e nem extrapolavam nossa Nação.

O que ocorreu aqui naqueles anos - lembro-me muito bem, o **Jornal Nacional** publicava, noticiava diariamente a quantidade de vãos. Fiquei até surpreendida um dia, como Deputada Federal, lá em Brasília, quando ouvi a notícia, no **Jornal Nacional**, que quatrocentos aviões levantavam vôo para os garimpos. Aquilo só perdia para São Paulo. Era o segundo aeroporto de maior movimento.

Então, o Collor fez o que fez. Não concordamos, como nunca concordamos com a demarcação da terra dos Ianomâmis. Não foi por negligência dos dirigentes da época nem dos Parlamentares de Roraima. Nenhum de nós pode dizer: ah, a culpa é do Parlamentar. O Collor teve a maior votação, proporcionalmente, quando eleito, do Estado de Roraima: 70% dos votos. Portanto, todos nós eleitores roraimenses brasileiros ajudamos Collor a lá chegar. E confiávamos nele.

Com aquela febre do ouro da época, os aviões vinham de fora, e isso mobilizou as grandes mineradoras que hoje têm as melhores áreas - como já foi dito aqui ontem por muitos, as melhores áreas já estão com as grandes mineradoras que nem exploram. É o poder econômico.

E a televisão levava lá para fora a notícia do que aqui acontecia. Então, veio a pressão, como vem a pressão hoje em cima dos Ministros, como vem a pressão em cima do nosso Presidente. Tudo o que foi dito aqui não é novidade para nós Parlamentares de Roraima, mas se traz esse assunto à Comissão para haver uma mobilização, porque, como nosso Presidente é do PMDB, o partido que tem o maior número de Parlamentares, vamos poder votar as reformas. Portanto, já é uma pessoa que vai falar.

Sou do PMDB, o Senador Romero Jucá do PFL. PMDB e PFL são os dois partidos que detêm o maior número de Parlamentares. Com os dois juntos, poderemos fazer um grande movimento. Mas na hora em que levamos à tribuna nossas reivindicações referentes à Roraima, todos vão julgar: eles são de Roraima.

A matéria não vai ficar só nesta Comissão. Temos uma Comissão mista com Deputados e Senadores e estamos ouvindo todos os ministros integrados com o Calhanorte, que é muito importante para os garimpeiros. O Projeto Calhanorte não é um programa militar, é um programa que vai ajudar os garimpeiros, porque eles vão ficar à frente das nossas fronteiras, vão conseguir delimitá-las, evitar esses problemas do garimpeiro brasileiro passar para os outros países, serem sacrificados lá fora e não saberem que estão em terras não brasileiras.

Como eu estava dizendo, nossas reivindicações serão ouvidas, mas não tanto quanto subir numa tribuna um Parlamentar que não é de Roraima, que fale sobre a situação de quem realmente aqui esteve. Muitos Parlamentares falam em Roraima, querendo demarcar todas as nossas terras, embora isso seja uma minoria, sem nem terem vindo aqui. A vinda desta Comissão tinha essa finalidade, senão nós mesmos poderíamos prestar, aos membros desta Comissão, esclarecimentos em relação aos assuntos de Roraima que conhecemos. Digo isso, porque já tive essa experiência. No dia em que o meu projeto, na Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado Federal, foi à votação, apenas o Senador Eduardo Suplicy falou contrariamente a ele, uma vez que já estava incentivado pela Funai que Pacará não era área indígena. Quando S. Ex^a começou a falar, o Senador Pedro Simon disse-me: "Marluce, ao invés de você defender, eu o faço, pois, eu não sendo de lá, não vão dizer que é interesse pessoal". E, assim fez. Quando a matéria foi ao Plenário, os Senadores Pedro Simon e Ronan Tito defenderam o projeto em meu lugar, e ele foi aprovado por unanimidade.

Então, o que queremos não é a mobilização dos Parlamentares de Roraima - todos trabalhamos por Roraima. O que queremos é que os outros estejam de acordo, pois apenas os onze Parlamentares de Roraima - oito Deputados e três Senadores - não vão mudar a situação.

Com referência ao que V. S^a disse sobre a agricultura, entendendo que, depois que acabou mesmo o garimpo em Roraima, a agricultura teve um grande avanço. Lembro-me muito bem de que, quando vínhamos de Brasília, trazíamos caixas grandes de frutas, porque não as encontrávamos aqui. Ainda na campanha de 90, quantas vezes tive que pedir ao gerente da VARIG em Manaus para trazer a nossa propaganda, pois não tinha como colocá-la no avião, uma vez que a carga estava completa. Ele me dizia: "Infelizmente, Deputada, estamos com os nossos armazéns - e levou-me para vê-los em Manaus e continua sendo o mesmo gerente - com um material precíval. E sabem o que vinha no avião? Frutas e verduras para serem vendidas aqui. Hoje nossas feiras livres estão cheias de produtos. Portanto, houve um avanço, embora não para todos, como seria desejável. Hoje todas as estradas foram recuperadas - V. S^a sabe disso; há outras estradas abertas, como a que sai daqui e passa pela Confiança e vai até o 500, que foi feito pelo ex-governador, exatamente para que, quando ela ficasse interdita no inverno, no Estado do Amazonas, se pudesse vir por aquelas estradas e não por Caracará. Assim, quando o rio está seco, que não se pode vir, haveria a possibilidade de se vir pela outra estrada.

Além dessas melhorias, houve também as hidrelétricas. Existe algo mais importante? Digo isso com orgulho, não por ter sido construída pelo Ottomar, mas porque o Estado de Roraima, mesmo com sua renda pequena, como foi dito hoje aqui pelo nosso secretário, conseguiu construir 300Km de estrada federal - e me

desculpe o nosso Presidente, mas não houve um Estado brasileiro que tivesse feito um quilômetro de estrada federal com recursos próprios, até o dia em que Roraima concluiu os 300Km; e nós conseguimos fazer isso, graças ao povo operoso de Roraima.

Estou encerrando, Sr. Ministro. Conseguimos construir uma hidrelétrica na região sul do Estado, para melhorar ainda mais a nossa agricultura através do arroz irrigado. V. S^s sabem muito bem que, para a agricultura mecanizada, precisamos de energia. Em quatro anos não se conserta o mundo. Somente Deus é que fez o mundo em sete dias.

Tudo isso foi um grande avanço para Roraima, e o Governador atual está dando continuidade a todos os programas. Tenho certeza de que, acabando essas divergências com os índios, que não estão bem informados, no dia em que tivermos a hidrelétrica do Cotingo, muitos virão para implantar indústrias. Não vamos viver somente da garimpagem, muito embora seja um propósito de todos nós Parlamentares corrigir essa legislação para melhorá-la.

Não vou fazer nenhuma pergunta a V. S^a, até porque as suas explicações já foram bastante suficientes. V. S^a sabe muito bem que já palmilhamos todo o Estado de Roraima, de norte a sul, e conhecemos todas as suas deficiências, assim como conhecemos todo o progresso existente e que vai existir para o futuro, seja qual for o governador, seja qual for o partido. Tenho certeza de que os políticos de Roraima se conscientizaram que, com o dinheiro do Estado, se pode fazer muita coisa. Digo isso, porque ouvi do Sr. Amazonino Mendes que iria fazer 255Km de estrada federal com recursos do Amazonas, uma vez que o governador do nosso Estado tinha dado o exemplo de que se pode construir com pouco dinheiro, desde que se tenha vontade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Vou limitar os tempos realmente. Todos podemos extravasar: temos viajado, ouvido muitas pessoas, e é natural que, do nosso peito, saia um grito de alerta e de indignação. Mas vamos ter que conduzir os trabalhos de outra forma. Cada inquiridor terá um minuto para formular a sua pergunta - acho que é suficiente.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, gostaria de fazer um protesto e que fique registrado. Não quero fugir do assunto; só quero fazer perguntas. Então, enquanto estiver fazendo perguntas, me deixe fazê-las, sem comentários.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Desde que V. Ex^a as faça em um minuto.

V. Ex^a há de convir que, se não estabelecermos um regulamento para nós mesmos, não vamos concluir os nossos trabalhos. Não é hoje em Roraima, pois ainda faltam dois, mas a Comissão pretende desenvolver um trabalho intenso e, à medida que desenvolvemos nossos trabalhos, vamos auferindo experiência para poder regulamentar melhor os trabalhos e atingir a nossa finalidade.

Veja que tem havido um espírito de ampla liberdade: embora a Comissão seja do Senado da República, temos admitido com muita honra - o que, aliás, é até um direito - a participação de Parlamentares federais aqui em Roraima e, no desejo de ouvir a sociedade e permitir uma ampla participação dos setores, ampliamos para os Deputados estaduais.

O objetivo da CPI é apurar fatos, conhecer a realidade. Isso nós fazemos através de perguntas, e não através de dissertação. A dissertação às vezes é necessária como um intróito; mas, uma vez que se fez esse intróito no início, quando aqui chegamos, depois as perguntas devem ser feitas de forma mais objetiva.

Portanto, gostaria de contar inclusive com a sua colaboração, que tem sido muito valiosa para os trabalhos desta Comissão.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, anotei as perguntas, para nem fazer o intróito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Está bem.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Crisnel Francisco, onde V. S^a nasceu?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Nasci no município de Palmeirândia, no Estado do Maranhão.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O que V. S^a fazia lá antes de vir para cá?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Eu era agricultor, aliás, trabalhava na roça. O agricultor é aquele que é organizado, e lá não temos isso.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Há quanto tempo está na Amazônia?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Há quinze anos. Meu primeiro garimpo foi em Roraima. Comecei no dia 24 de novembro de 1979.

O SR. SALOMÃO CRUZ - V. S^a está há quinze anos em Roraima. Qual o seu patrimônio?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - O meu patrimônio é simplesmente o barraco onde moro atualmente, até porque nunca fui garimpeiro bom. Acho que estou cumprindo uma sina de simplesmente trabalhar, o que é meu dever, como o de todo cidadão.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Pergunto qual a origem do trabalho. Antes de vir para a Amazônia, o que os garimpeiros faziam na sua terra?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Nós trabalhávamos, como já disse, de agricultor, porque essa era a nossa alternativa e porque já expliquei que 90% dessa classe é de pessoas semi-analfabetas ou analfabetas, que não tivemos condições de frequentar escolas. Hoje estou estudando em Roraima, porque estou cuidando dessa causa garimpeira, e tenho que estudar até para poder melhor conhecer as perguntas dos senhores.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Por que os trabalhadores rurais e os que o senhor conhece vieram da sua terra para a Amazônia?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Em primeiro lugar, ficamos sem terra para trabalhar. Não tínhamos espaço físico. O Nordeste, como sabemos, além das secas e inundações que há por lá, aquelas terras que outrora eram para os pequenos e médios agricultores foram requeridas por alguns fazendeiros que tinham condições.

No Nordeste, temos um problema: as terras são de donos, e esses donos aforavam para nós, que hoje somos garimpeiros aqui e que éramos pequenos agricultores lá. Perdemos esse espaço.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Por que, quando eles vêm para a Amazônia, não procuram outro tipo de trabalho que não o garimpo, que é ilegal?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Em primeiro lugar já disse: não temos condições, uma vez que não somos pessoas concursadas em escolas que possam se dirigir a qualquer departamento de emprego (...) sobrevivência como funcionários públicos, etc.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Em 87, 88 e 89, segundo uma estatística, havia até 40 mil garimpeiros na área dos Ianomâmis. Nessa época, essa área já era pretendida para demarcação de área indígena. Algum órgão oficial proibiu que os garimpeiros entrassem na área?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Não tivemos proibição de órgão oficial para entrarmos nas áreas, sem que fosse levantada essa questão da Funai e da Diocese de Roraima contra garimpeiros, que, ao invés de organizar, criou divergências. Essa foi a proibição. Sabíamos que a Receita Federal era quem ex-

pedia a matrícula de garimpeiros. Então, não considerávamos que fosse irregular.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quando vocês tiveram que sair da área, foi dado um tempo para que terminassem de lavar o material de vocês, gastassem o rancho, enfim, que terminassem o trabalho iniciado?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Não, não nos foi dado esse tempo. Houve algumas palestras em que se disse que seria dado esse tempo, mas não nos foi dado. O que aconteceu é que o garimpeiro perdeu todos os investimentos que tinha lá dentro, e essa é a grande causa de 99% dos garimpeiros estarmos na miséria; perdemos tudo o que investimos na época do garimpo lá dentro. Não nos foi dado espaço de tempo. Os nossos maquinários foram estourados pela Polícia Federal; por funcionários da Funai; posteriormente, eles mesmos chegavam a dizer que eram da Funai, estouravam nossas máquinas e não tinham nada a ver com a Polícia Federal.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Foi dada passagem para vocês daquela área para a capital, para a cidade?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Nenhuma passagem nos foi dada para que pudéssemos vir para cá. Para não dizer que não ganhamos a passagem, viemos jogados de lá. Eu não cheguei a vir assim, porque fiquei logo aqui; corri de lá para cá, não com medo, mas porque quis economizar a minha vida, pois a história lá era muito difícil de resolver.

Os meus companheiros vieram como a polícia faz com os marginais nas ruas da cidade: joga dentro dos camburões e leva para a penitenciária ou qualquer outra cadeia. Eles foram jogados como marginais e despejados daqui; não lhes foram dadas condições para recolher os seus pertences ou suas rendas, para que pudessem ter um forma de melhor organizar a sua família aqui.

O SR. SALOMÃO CRUZ - E também não foi dada a passagem para vocês voltarem para o lugar de origem?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Essa foi a razão por que houve grande inchação das periferias dos bairros, com os garimpeiros fazendo barraquinhas para morar, porque não lhes foi dada condição para voltar. Por isso, hoje estamos aqui sem condições de sobrevivência. A outra razão é que, de lá, já sabíamos que não havia condições. Como tínhamos esse potencial, ficamos esperando, e ainda estamos, uma solução.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O que o pessoal fez quando foi tirado de lá e veio para cá? Ficaram em Boa Vista? O governo local arrumou emprego? Foi feita alguma ação de emergência? alguma coisa foi feita no sentido de manter, pelo menos por um período emergencial, esse pessoal que foi retirado da área?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Não houve nada para manter esse pessoal. A verdade é que - como se diz, doa a quem doer - na realidade, o governo não se preocupou em priorizar a situação do garimpeiro como cidadão, que precisa de espaço físico para sobreviver: todo ficaram à mercê da sorte.

O SR. SALOMÃO CRUZ - A atual Constituição melhorou a vida do garimpeiro?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Até o presente momento, melhorou em nada. Aguardamos os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, que dizem que compete à União estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade garimpeira, em forma associativa: organizações como cooperativas e entidades como sindicato, etc. Estamos aguardando isso, e até agora não saiu.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O garimpeiro paga Previdência Social?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - O garimpeiro está sendo muito cobrado pelo Ministério da Previdência -

gostaria até de antecipar, que vamos trazer um documento ao Ministro da Previdência, quando chegar a Brasília, - no sentido de que seja eliminada aquela parte da contribuição dos 36 meses, que agora alteraram para 40 meses, ou seja, para que o trabalhador tenha o direito de se aposentar ao atingir a idade de 65 anos, como direito constitucional do cidadão. Então, a Previdência cobra esse direito de aposentadoria ou o direito de pensão. Alguns garimpeiros que perderam a vida pagaram durante quarenta meses, ele tem que pagar esses quarenta meses. Se não pagar não têm direito e sua esposa e filhos menores estarão aí jogados.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Qualquer profissional que queira ter a sua Carteira do Trabalho vai ao Ministério do Trabalho, registra a sua profissão e a recebe. O garimpeiro pode chegar ao Ministério do Trabalho e dizer: "Sou garimpeiro e quero uma Carteira do Trabalho"?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Sim, ele pode, porque a Carteira do Trabalho é comum. Agora, não especifica se vai ter alguém que assina, porque garimpeiro não é empregado, é autônomo. Agora, para que a Carteira? Para que, ao organizar a sua sociedade, ele já esteja também com o seu nome anotado para a contribuição à Previdência Social. São esses 10% do salário mínimo, que já ficam lá segurando-o para quando for necessário, em caso de acidente ou de direito de aposentadoria.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O que o seu sindicato faz pelos garimpeiros de Roraima?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - O sindicato, hoje, pelos garimpeiros do Estado de Roraima, para aqueles que são filiados, e mesmo não o sendo, para os que procuram por assistência médica e odontológica, o sindicato filiado à Federação das Indústrias do Estado de Roraima, FIER, onde ele tem assistência médica, odontológica, tem a creche, que, por sinal, não quero exagerar, é hoje uma das melhores, aqui, no Estado de Roraima, que, junto com as demais, atende às crianças de dois a seis anos de idade, filhos do garimpeiro filiado ao sindicato. Temos também a Escola Nacional de Aprendizagem, seu Departamento, o SENAI, que a partir dos 14 anos de idade os filhos do garimpeiro já estão lá, de qualquer maneira já está reservado o lugar dele, onde pode até cursar o segundo lugar e além da sétima série.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quem mantém o seu sindicato?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Quem mantém o seu sindicato é a Federação das Indústrias do Estado de Roraima. Temos, hoje, cerca de 220 filiados ao sindicato. Mas contribuintes não temos dez mensalmente. Por quê? O garimpeiro não chega a contribuir e não menos o fato de contribuir, porque o garimpeiro está totalmente desorientado não por parte do Sindicato da FIER, mas por não saber que ele vai ter uma vida fixa aqui no Estado de Roraima, se ele não vai voltar a utilizar a sua profissão. Então, o garimpeiro está, como se diz, tresmalucadamente, correndo sem saber o que fazer. Ele se preocupa em ter o pão de cada dia, o que não dá condições para ele contribuir nem mesmo dois reais. Então, o garimpeiro, hoje, está nessa situação. E o sindicato, por esta razão, é mantido pela Federação, que dá toda esta assistência.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Só para terminar, Sr. Presidente, sou geólogo e não sou sindicalizado, mas tenho minha carteira de geólogo. Como é que o senhor, se não for sindicalizado, pode me garantir que é garimpeiro?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Olha, temos que ver isso aí com muita clareza, conforme frisei antes. O garimpeiro tem que estar consciente de que se não for hoje, através da sua organização social, que é seu sindicato, ou uma cooperativa, conforme a União aprovar e deliberar, ele não tem como se identificar que ele é garimpeiro. É preciso que se faça uma distin-

ção de cada consciência de cada garimpeiro, e o sindicato se preocupar e chamar essa pessoa para esclarecer a verdade que precisa para melhor comprovar. Porque a carteira de garimpeiro é, como disse, quem botar coroa em rei, ninguém quer ser garimpeiro, todo o mundo é rei, ou todo o mundo é garimpeiro.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Presidente, mais objetivo possível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Também o cuidado de marcar o ponto de V. Ex^a V. Ex^a formulou mais de 10 perguntas; elas foram formuladas objetivamente, é verdade, mas V. Ex^a ocupou exatamente 13 minutos. Isso não é nada demais.

Isso aí vai permitir, veja bem, com que a partir das próximas a gente se organize. Veja, a discussão poder dar margem a uma excessiva participação da sociedade. Da outra vez, vamos nos reunir: cada membro da comissão vai poder, por exemplo, ocupar 5, 8 ou 10 minutos. E vai poder, nisso aí, fazer perguntas dentro daquele prazo. E, assim, acho que com regra preestabelecida, ficará mais fácil.

Agradeço a colaboração de V. Ex^a e passo a palavra ao nobre Deputado Estadual Helder Gross, para formulação objetiva de suas perguntas.

O SR. HELDER GROSS - Sr. Crisnel, há quantos filiados na cooperativa e no sindicato? Na sua opinião, na condição de garimpeiro, o Senhor acredita que é possível se garimpar nesse Estado, tirando a sua riqueza, de modo racional, sem lesar a natureza ou causar-lhe danos irreversíveis, com convivência harmoniosa com os índios nas terras indígenas? Na época da repressão da Polícia Federal e da Funai, houve desrespeito aos direitos do garimpeiro ou violência física. Como o Senhor apresenta a esta Casa como foram os procedimentos?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Temos, como já falei, mais de duzentos garimpeiros filiados ao sindicato hoje. A razão da contribuição já foi explicada. A cooperativa tem um limite mínimo de 22 pessoas para ser fundada. Então, a cooperativa foi fundada com 22 sócios e todos tiveram que passar pelo sindicato. Se antes não passarem pelo sindicato, não podem fazer parte da cooperativa. A preocupação é organizar na forma que acabou de perguntar o nobre Deputado Salomão Cruz. Caso contrário, o garimpeiro poderia dizer que faz parte da cooperativa e vai extrair minério porque conseguiu esse espaço de volta, é filiado à cooperativa e vai dar renda etc. Não. Para a nossa organização, para nossa credibilidade moral e porque as autoridades precisam da colaboração do sindicato, ele tem que ser filiado ao sindicato, que é o representante legal dele.

Agora, vejo hoje o garimpeiro como uma vítima de todo o massacre. Eu até gostaria de cobrar isso da Igreja Católica: Gostaria de dizer que sou catequista, formado por ato de consciência, e já fiz até estudo para cursos proféticos da ciência na vida com Deus. Gostaria de cobrar por que Dom Aldo Modiano não está aqui, se lhe foi dado um prazo hábil para que se apresentasse hoje. Considero até um desrespeito a esta Comissão, que é tão importante para a solução dos problemas.

Essa é toda a problemática que estamos vendo hoje dos garimpeiros no Estado de Roraima. Está aqui hoje um representante da API, Darci, queixando-se sobre assassinato de índios por garimpeiros. Eu gostaria de perguntar quem são os verdadeiros responsáveis por assassinatos, por essa divergência, por essa briga que houve, que chamamos de chacina, de massacre. Quais foram os culpados? A Igreja Católica, no Estado de Rondônia, não fez como esta Comissão, que se preocupou em Brasília em trazer ao conhecimento da sociedade roraimense como está a situação, ou o Governo Federal, junto ao Congresso, para decidir essa questão mineral hoje na Amazônia brasileira. É isso que estará definindo a

vida do garimpeiro, que dá a sua colaboração para o enriquecimento e desenvolvimento do nosso Estado e até mesmo para o desenvolvimento do nosso País, através do extrativismo mineral, porque sabemos que a moeda mais forte hoje é o minério. O país que não tem minério ou petróleo não tem nada.

A Igreja Católica, em Roraima, não se preocupou em organizar. Nós garimpeiros somos peões, mas se nós diocesanos, padres e bispos estamos exercendo esse cargo é porque somos formados, até porque a nossa maior formação é ato de consciência e de fé. Ora, se mando o meu irmão matar outro irmão, eu não sei qual é esse Deus que estou deixando claro que adoto. Será que é o Deus da paz? Não é. Necessitávamos que a Igreja se preocupasse em vir trazer a paz, chamar o garimpeiro, como no dia 6 de março de 1991, logo após a fundação do Sindicato dos Garimpeiros Autônomos do Município de Boa Vista. A primeira autoridade procurada foi Dom Aldo Mogiano, que me ajudou a levar ao conhecimento das autoridades parlamentares que já existia uma organização de garimpeiros em Roraima, da qual eu era o representante e me responsabilizaria a levar ao conhecimento das autoridades que nós garimpeiros estamos exigindo organização para trabalhar. D. Aldo Modiano não quis.

O SR. HELDER GROSS - A minha pergunta foi objetiva. O Sr. acha que é possível garimpar, modo racional, sem destruir a natureza, sem depredar a natureza, e em harmonia com o índio na terra indígena?

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Essa eu deixei para responder por último por ser a mais importante. É possível, até porque o Sindicato dos Garimpeiros, hoje, junto à Federação das Indústrias do Estado de Roraima, já fez uma parceria de trabalho com a Semajus, Secretaria do Meio Ambiente aqui no Estado. Temos a Rita de Cássia, temos os diversos funcionários de lá com os quais já fizemos parceria de trabalho, dando cursos na periferia dos bairros com os garimpeiros. Chegamos à conclusão de que temos que nos reunir com os Presidentes de Associações de Moradores de Bairros, por que têm grande acesso à massa garimpeira das periferias dos bairros. Lá nos reunimos tanto com os garimpeiros quanto com suas esposas e daremos explicação de como eles devem viver no seu meio ambiental, dizendo que eles devem preservar o meio ambiente, assim como eles precisam trabalhar.

Já fomos a Tapequém, já fomos até a São Luiz do Anauá e a diversos lugares. Tive até o prazer de conhecer a Usina Hidrelétrica de JP, através desse trabalho. A Semajus foi também cuidar dessa área, que é ambiental.

Estamos também com o Sesi, Serviço Social da Indústria, que cada vez que dá assistência médica e odontológica daqui a Tapequém e a outros bairros como nós levamos. Estamos também formando uma equipe para que conscientize o garimpeiro de que há possibilidade. Gostaria de deixar bem clara a sua pergunta. Há possibilidade porque o garimpeiro que está se reunindo conosco já está consciente e, também, à disposição, como fizemos uma reunião no Bairro do Jardim Primavera com o pessoal do meio ambiente e os garimpeiros se colocaram à disposição, pois eles têm que cumprir a lei, há possibilidade, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Nelino Galé, membros da Comissão, Srs. parlamentares que aqui se encontram e até aqueles que nos honram com sua presença, quero esclarecer que a Comissão Parlamentar de Inquérito pode até, mandar, ela pode requisitar documentos, ela pode até mandar trazer pessoas, coercitivamente, para depor, se convidado, a pessoa deixa sem justificativa de comparecer.

Todavia, a bem da verdade, cumpre esclarecer que a nossa comissão enviou ofício para o Dr. Aldo Modiano somente no dia 7. Esse ofício lhe foi transmitido por fax, uma vez que ele se en-

contra no estrangeiro, na Itália. Ele justificou também perante a essa comissão, a impossibilidade de estar aqui presente em razão de lá se encontrar.

Na reunião ordinária que os membros da Comissão vão realizar, vamos analisar a conveniência de ouvir, de insistir no depoimento dele, ou de dispensá-lo ou convidar também outras pessoas a depor. Faço esse esclarecimento para dizer que não houve nenhum desprestígio a esta Comissão, não houve nenhuma recusa em depor por parte de quem quer que seja. Inclusive do comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva que já, na véspera da Comissão viajar a Brasília, como Presidente da Comissão, aceitei a sua justificativa e por isso o dispensei de aqui comparecer.

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, agradeço o seu depoimento e os seus esclarecimentos. V. Ex.^a está dispensado.

O SR. CRISNEL FRANCISCO RAMALHO - Senador, queria dar uma explicação a V. Ex.^a sobre a minha pergunta a respeito da cobrança da presença do Sr. Aldo Modiano. É porque ele é a pessoa que mais menciona a questão aqui sobre a demarcação de terra aqui é ele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O Sr. explicou, sim.

Quero convocar a depor o Sr. Presidente da Associação dos Povos Indígenas de Roraima, Sr. Alfredo Silva. Ao compromisso legal, por gentileza.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O senhor quer começar falando ou quer...

O SR. ALFREDO DA SILVA - Eu gostaria de agradecer o convite da Comissão.

Acredito que através de manifestações como a de que estamos participando é que levamos ao conhecimento da opinião pública muitos dos fatos que fazem parte e que preocupam todo o segmento aqui apresentado.

Mas eu gostaria, também, de chamar a atenção pela maneira, em muitos casos tendenciosa, como se ter levado a questão atinente à pauta.

Vim aqui com todo o respeito à Comissão prestar esclarecimento e me limito a dizer que prestarei esclarecimento dentro da temática a que vim convocado.

Não gostaria que se debatessem outras questões, como vi com o antecessor, outra liderança, que não é meu segmento da organização, mas em que se criou uma espécie de contenda.

Todos os Parlamentares conhecem meu ponto de vista, sabem o quanto sou realista nas minhas posições e não venho aqui para ser sabatinado em coisas que considerar tendenciosas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Alfredo, quero esclarecer-lhe que o senhor prestou um juramento e o juízo da pergunta é de quem a fórmula, fiscalizado pela Presidência da Comissão. De sorte que peço a V. S.^a encarecidamente que se lembre do seu juramento e que, por gentileza, responda as perguntas que lhes forem formuladas.

Se alguma pergunta for considerada pela Presidência como impertinente ao caso, nós a daremos por impertinente e V. S.^a ficará dispensado de respondê-la. Mas também lhe reserva o direito de consultar a Presidência se a pergunta está atinente ou não ao assunto.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. S.^a tem toda a liberdade possível, por gentileza.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - O Sr. Alfredo Silva tem uma história de lutas em favor da comunidade indígena, é uma liderança indígena respeitada e creio que poderá dar informações importantes para a nossa CPI.

A primeira pergunta, Alfredo, é tocante à questão mineral. Existe muito conflito, conflito passado, conflito atual e conflito futuro por conta dessa questão mineral.

Eu pergunto a você se na sua visão de liderança, na sua visão de ter conversado muito com os tuxauas, se você como possibilidade a organização mineral em terras indígenas, para que essa mineração possa ser feita de forma organizada, com controle do meio ambiente, com os índios recebendo *royalties*, enfim, com um processo em que a comunidade indígena para que os Estado de Roraima também ganhe, enfim, para que toda a sociedade possa tirar da terra os frutos necessários para o seu desenvolvimento.

Eu queria saber qual é a sua posição sobre isso.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Muito bem.

Gostaria de, não só perante a Comissão, mas também perante toda a platéia que está aqui participando, mostrar que para nós, na qualidade de líder, isso tem sido uma preocupação muito grande e temos definido isso com realismo.

(Tumulto no recinto.)

Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pode.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Muito bem.

Nós somos favoráveis a toda exploração que nos leve a crescer como segmento organizado, e a questão da mineração nos interessa muito. Acredito que a Comissão, aqui, está dando um passo decisivo para isso, no sentido de se criarem normas de regulação específico para a mineração, não só em Roraima, mas em todo o País.

Sou bastante favorável, Senador, à exploração racional, respeitando o meio ambiente e que essa mineração não seja feita de forma degradante para o meio ambiente e para o ecossistema, não tanto dos seres vivos, mas das pessoas que vivem em lugares que são diretamente afetados.

Já verificamos, aqui em Roraima, essa experiência de maneira desastrosa e que em muitos depoimentos se procurou mostrar os fatos, talvez, fantasiosos. Como disse, somos uma liderança; gosto de refletir as questões de uma forma realista. No período do boom houve uma aglomeração de muitas pessoas que para aqui vieram em função do que, na linguagem garimpeira, se chama de fofoca de garimpo. Mas o próprio Estado, a própria sociedade em si, não estava preparada para conviver com aquilo, e pessoas que vieram para cá vieram oriundas, como bem disse o Presidente da Associação dos Garimpeiros, não só do Nordeste mas também do Pará. Ali, na Serra Pelada, havia um potencial de minérios bem como uma concentração maior de garimpeiros, e estava diminuindo.

Tivemos tudo isso: não houve regras, não houve um controle. O Estado perdeu, como bem disse, não pôde refletir a respeito. O Secretário da Fazenda aqui esteve. Não foi no período de S. S^a, mas o que ficou para nós foi o que estamos vendo: palafitas, miséria, pobreza. Na época, verificava-se muita marginalidade e violência. Nós - e quando digo nós, falo como sociedade roraimense - não estávamos preparados para conviver, de repente, com o boom daquele sistema. Os índios ficaram na mata com todo o resquício dessa violência que foi uma coisa sem qualquer ordenamento. Até hoje, o sistema cultural e o sistema econômico daquele povo estão comprometidos, e muitos casos são irreversíveis. Então, são fatos que devem ser levados em consideração. Como liderança e como Presidente de uma organização sou favorável a que se cresça o Estado, que se cresçam negros, índios e brancos. Po-

rém, que isso seja feito de acordo com a legislação, que os índios, pela garantia que têm na Constituição, recebam seus *royalties*, que o meio ambiente seja recuperado; dentro desses critérios, não poderíamos, em nenhuma hipótese, defender um desenvolvimento a troco de uma massa sendo conduzida por poucos, por grandes empresários, que desfrutam da ignorância e da falta de informação de toda uma população, seja ela de índio, seja ela de garimpeiro.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - No discurso referente à demarcação de terras indígenas e do relacionamento dos índios com os não-índios existe muito emocionalismo e muitos conflitos, até conflitos injustificáveis.

Eu gostaria de saber da sua opinião, como Liderança indígena e como pessoa importante nesse processo da definição dos direitos dos povos indígenas, como deve ser o relacionamento das comunidades indígenas com as não-indígenas, ou seja, com a demarcação das terras indígenas? V. S^a defende que essa comunidade se fecha ou tenha um relacionamento com a comunidade não-indígena? Enfim, o que se prega, o isolamento, o relacionamento, a integração? Qual é a sua visão com a comunidade?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Muito bem. Eu acho que as pessoas que pregaram, hoje, a segregação eram pessoas míopes com a própria evolução natural do ser humano. Nós não temos isso. Estamos conscientes da realidade em que vivemos; somos conscientes de que o índio é um ser humano e também parte de uma sociedade e, como tal, deve ser inserido de uma forma harmoniosa. No caso, é que vem exatamente as questões, porque, hoje, os grandes conflitos que existem fazem parte, muitas vezes, do despreparo que nós, como seres humanos, temos de aceitar as diferenças do outro, as diferenças culturais que acentuam muito as peculiaridades das populações indígenas não só em Roraima mas também no Brasil. A meu ver, isso tem criado conflitos, aqui, no nosso Estado, e nós temos trabalhado muito nesse esquema. O índio como ser humano é totalmente livre de existir ao conhecimento pleno e é mais ou menos por aí que temos trabalhado. Eu mesmo, como uma liderança indígena, tenho procurado isso, no meu dia-a-dia, aqui, dentro da sociedade roraimense, isto é, manter o nosso trabalho de intercâmbio e contato com as diversas experiências com que trabalhamos. Estou militando dentro da comunicação, como radialista, como comunicador de rádio. Refletimos muito a respeito disso, através do nosso trabalho; apesar de difícil, gostaríamos que todos chegassem a esse nível. Existem muitos casos, muitas estradas a serem transpostas até chegar lá; vai muito da questão da educação, do melhoramento do seu bem-estar de vida para se chegar a isso. Penso que isso não seria sonho ou utopia, mas uma necessidade básica e coerente que o índio deve seguir.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Sr. Presidente, como Relator, tenho procurado fazer perguntas de uma forma isenta, porque o relatório vai ter que refletir a realidade de todos os ângulos. Mas quero dizer que fico extremamente satisfeito com a posição colocada aqui pelo Sr. Alfredo da Silva, respeito e comungo das suas posições e, nesse depoimento, as colocações foram feitas com equilíbrio e serenidade, o que é muito importante na condução desse processo para a solução dos problemas na Amazônia. Estou satisfeito e quero louvar a exposição de V. S^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Alfredo da Silva, quero, antes de formular a pergunta, congratular-me com V. S^a pela exposição feita, com coerência, embora isso não me cause surpresa, porque já ouvi várias vezes os seus posicionamentos e os seus discursos, e então, cada vez mais, fico consciente de que nós pre-

cisamos, aqui em Roraima, da total cooperação dos índios para o desenvolvimento deste Estado.

Eu queria saber, já que estamos no período de uma Revisão Constitucional, como V. S^a vê, porque acredito que nós não poderemos de uma forma apresentar uma nova legislação para os índios brasileiros, generalizado. Penso da seguinte maneira e queria a sua opinião, porque existem os índios ianomâmis, todos nós sabemos que são totalmente silvícolas, então não é possível um tratamento igualitário, se não houver na própria legislação e no Estatuto do Índio um tratamento diferenciado fica até muito difícil para os senhores próprios, porque como vamos desperdiçar os índios que já estão integrados à sociedade, que têm cultura como V. S^a, e tantos outros que são professores nos colégios, mesmo conservando a cultura indígena pode ter um outro tratamento. Então queria saber se V. S^a é de acordo que se faça uma legislação tendo o tratamento diferenciado entre os ianomâmis e os não ianomâmis.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Sou favorável, porque a diversificação e também se criar um grau de diferenciação isto é até imperativo, porque ajuda, como falei anteriormente, embasando a idéia e a tese que defendo de que o índio deve seguir, deve subir e deve buscar seu espaço e para isso também deve ter meios para que isso aconteça. E o ianomâmi está muito distante hoje, a senhora e todos aqui conhecem, e deve ser tratado da maneira, como a visão deles vê o mundo de hoje, como a visão deles os levam a viver da maneira que vivem. Nós temos, os macuxis, uma história de mais 200 anos que já tiveram este contato e chegaram ao grau que está hoje. É evidente que não estamos ainda no potencial econômico e social que gostaríamos, mas estamos lutando para isso. Penso que já até defendi em artigos de jornais a hipótese de que o índio ao se investir em juízo para poder buscar sua emancipação tivesse ele também direitos originários, uma vez que ele teve aquele direito originário por algum tempo, amparado pela lei específica que o defende, tivesse direito a uma terra. Digamos, de acordo com a legislação hoje existente...

A SRA. MARLUCE PINTO - Só um aparte a V. S^a. O senhor diz direito a terra que não seja como agora que o índio só tem direito ao uso de terras, é isso que o senhor quer se referir? Ser proprietário das terras como os colonos e os demais?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Exatamente, direito à propriedade. Digamos, eu invisto em juízo buscando a minha emancipação, feito todo o processo de estudo que ajuíze uma medida se estou ou não apto a conseguir a minha emancipação, teria eu direito, ao ser dado o laudo final pelo juiz, à determinada gleba de terra que significasse um patrimônio inicial que me permitisse usufruir da emancipação.

A SRA. MARLUCE PINTO - Como o INCRA demarca e distribui terras aos colonos da mesma maneira tivesse uma legislação que desse direito não apenas ao uso da terra e, sim, proprietário de terra. Isso eu entendi, agora eu queria saber de V. S^a o seguinte: existe uma outra comissão no Congresso Nacional que vai tratar dos assuntos dos índios exatamente para fazer um estudo sobre demarcação de terra. Eu não posso aqui fazer muitas perguntas por causa do tempo, mas nós vamos voltar à Roraima com uma outra comissão, da qual sou a relatora. Então, eu queria saber de V. S^a se há como fazermos - parlamentares de Roraima, deputados estaduais, vereadores e a comunidade que se interessar - reuniões com os tuxauas, para podermos combinar como definir as demarcações das terras indígenas? Quero saber dessa possibilidade para que façamos um estudo bastante aprofundado, de modo a que se chegue a um denominador comum e se consiga realmente satisfazer essas reivindicações por parte de V. S^a.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Eu diria o seguinte: todas as comunidades indígenas aqui no Estado, direta ou indiretamente, estão

ligadas a um organização indígena. A APIR, que represento aqui, está trabalhando atualmente com áreas que já estão demarcadas e homologadas. Quanto a essa questão tão polêmica da associação, não temos jurisdição ali nem tampouco interferimos na questão.

Estive outro dia falando com o Governador Neudo Campos, em que manifestava a minha preocupação em face do conflito que estava havendo lá, e lhe disse que o que tem que ser feito é conversar, sentar, citar as divergências. Creio que o caminho é esse. Se eu tivesse hoje o dilema da Raposo e Serra do Sol em mãos para resolver, buscaria segmentos, porque penso que é esse caminho que devemos seguir. O confronto de idéias é civilizado, é democrático, tem que ser vencido. Mas, infelizmente não estão a Raposo e Serra do Sol sob a jurisdição da APIR. No que tange a essa questão, tem que ser buscada através das organizações que representam as pessoas. Se furarmos o cerco e especificamente pegarmos algumas pessoas, já se criam novamente embates, conflitos, que não vão chegar a nenhum termo.

Pelo que vimos e pelo o que os senhores puderam acompanhar, já existe uma posição definida. Muitas vezes, é difícil penetrar, buscar outros meios de equacionar a questão. Eu, até pela peculiaridade do meu trabalho, sou uma pessoa que gosta de sentar à mesa, ouvir opiniões, discutir meios, filosofias etc. É uma pena não está sob a minha jurisdição a questão da Raposo e Serra do Sol, porque a questão da demarcação seria tratada também sob outra ótica. A questão da hidroelétrica também teria uma outra ótica, coisa que não está podendo ser feita até pelo respeito que temos. Eu não gostaria hoje que a CIR interferisse numa área que é de minha jurisdição, assim como também não gostaria de interferir na deles.

Sempre tenho deixado isso claro, não só para a opinião pública. Falei ao Sr. Governador, propus ajudá-lo na medida do possível, e aquilo que pude fazer, fiz para inclusive amenizar esses conflitos que existiram lá.

A SRA. MARLUCE PINTO - Muito obrigada. Eu estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Deputado Federal Salomão Cruz.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, tenho uma pergunta a fazer. Baseado na última colocação do Sr. Alfredo, gostaria de perguntar o seguinte: pelo que entendi, a CIR tem um campo de atuação e a APIR, outro?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Exatamente. O nosso campo de atuação, como falei, são áreas que já estão demarcadas e homologadas: São Marcos, as regiões de Amajari, aquelas áreas que mais ou menos que foram demarcadas individualmente.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quem estabelece esse limite?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Isso vai muito de como a organização trabalha. As organizações têm diferenças ideológicas no tocante a essas questões.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Quer dizer que quando eu quero discutir alguma questão indígena, envolvendo a mineração, garimpo, se for em área demarcada, procuro a APIR; se for em área a demarcar, tenho que procurar a CIR?

O SR. ALFREDO DA SILVA - É mais ou menos isso. O trabalho da CIR, o conjunto das comunidades que ela representa estão na Raposo e Serra do Sol. Digamos que vamos discutir a questão de Vila Pacaraima, é a APIR que está nessa jurisdição. Temos discutido isso várias vezes, temos emitido propostas com relação à questão da Vila Pacaraima. É mais ou menos assim que está funcionando.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O senhor, embora não interfira, é favorável ou não à demarcação em área contínua da área Raposo e Serra do Sol?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Geralmente eu fico chateado, porque nunca recebi essas perguntas. É como se estivesse contra a parede, onde tenho que dizer se sou ou não contra. Não que eu esteja saindo pela tangente, mas cada área tem a sua peculiaridade. Penso que deve ser analisada de acordo com a peculiaridade que tem. Como disse, se eu hoje tivesse a jurisdição sobre Raposo e Serra do Sol, a área a ser lutada para demarcação não estaria contínua. Claro que existem áreas que devemos tirar, há localidades que a elas devem ser reservadas uma área.

O meu pensamento não envolve só o meu pensar ou está direcionado somente ao interesse das pessoas que estou defendendo. Vejo também a situação das outras pessoas. Em relação à vila que está dentro da Reserva de São Marcos, área demarcada em 1976 e homologada em 1991, fizemos uma proposta para doarmos de 10 a 20 hectares ou quanto for disponível para a vila poder permanecer, porque não queríamos a sua extinção. Mas isso foi uma proposta, apesar de ela ser inconstitucional. Sabemos que foi assim. Mas a nossa questão é o quê? É o que é legal e o que é coerente. Fomos pela coerência.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Assim estou vendo que o seu comportamento é ético e a CIR não se mete nas áreas demarcadas.

O SR. ALFREDO DA SILVA - Nas outras áreas, temos procurado evitar esses confrontos. Já houve vários confrontos antigos do tempo do antigo Presidente, e tão logo assumi a Presidência - foi numa Assembléia da CIR - eu disse, a partir de agora sou o Presidente e não vou admitir isso, isso, isso, por respeito à posição de vocês. Se eu não me meto, também não vou atrapalhar, como não admitir interferência na minha. Foram mais ou menos coisas acordadas dessa forma.

O SR. SALOMÃO CRUZ - O senhor é favorável à garimpagem em terra de índio?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Sou favorável na medida como falei anteriormente, ou seja dentro da lei e as coisas sejam cumpridas, que não haja a progressão de uma devastação. Isso não é tão fácil hoje, porque se vê o nível do segmento que temos hoje, precisaria ter um programa muito amplo de conscientização, não só da parte dos índios, como dos garimpeiros. Quem são os garimpeiros? São pessoas que estão à margem da sociedade, excluídos e que dependem muito de uma formação ou de informação para que possa haver esse intercâmbio ou digamos assim um trabalho conjunto. Não vou ser, não são utópico, como estão dizendo. Futuramente, se formos fazer uma coisa sem pensar em ver todos os lados, com certeza, conflitos surgirão futuramente. Tenho certeza disso, porque conheço pessoas, as quais estou representando, nem todos estão preparados. O problema é esse, a questão da formação e da informação.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sei que o senhor é técnico de mineração. Garimpo polui?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Polui da maneira que foi feito, como conhecemos muito esse problema.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Como pode ser feito garimpo sem poluir?

O SR. ALFREDO DA SILVA - É a mesma pergunta. Inclusive isso é uma coisa que procuro responder. Quando as pessoas falam que precisamos de um garimpo ordenado aqui em Roraima, eu pergunto: Onde tivemos garimpo ordenado no Brasil? Um exemplo, se tentou a Serra Pelada, foi o que foi. Quer dizer, da mesma pergunta se faz uma indagação, que também faço sobre a questão da mineração ordenada, como sempre se tem visto ser divulgada pelos meios de comunicação. É uma pergunta que eu sempre faço, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O senhor quer fazer pergunta, nobre Deputado.

Pois não, pode fazer uma, Sr. Deputado Helder Gross.

O SR. HELDER GROSS - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Alfredo da Silva, houve realmente um extermínio de comunidade indígena no Estado de Roraima desse relacionamento índio-garimpeiro?

O SR. ALFREDO DA SILVA - Não diria extermínio. Acho que o conflito existe e vai existir sempre. Onde há dois seres humanos: um ou dois, há diferenças de idéias, isso sempre vai haver. Mas extermínio, no sentido lato da palavra, desconheço a existência. Existem casos de mortes, violências, coisas pontuais, casuais. Por exemplo no que tange à área Yanomami especificamente. Houve vários confrontos de índios e garimpeiros, mortes de ambos os lados, assim como existe muitas mortes de Yanomamis, por conta da própria cultura que existe, que são guerras entre malocas, isso existe muito, eles guerreiam bastante. O Yanomami rapta a mulher do outro por conta daquilo existem guerras, pauladas, mortes. Estamos cansados de receber vítimas Yanomamis, mandadas para o sistema de saúde, mandada para Brasília, para Manaus onde possam socorrê-las, por conta dessas coisas. Não podemos generalizar que a questão da violência seja só feita por parte de brancos. Existe uma cultura constituída secularmente que também leva a ter essas violências internas. Entre nós mesmos e as pessoas mais aculturadas está existindo muitas violências. Tenho feito exaustivas reuniões preocupado com o índice de violência que existe entre nós, por contas talvez da absorção de vícios que existe no contato intermitente com a sociedade branca. Então a extinção ou uma violência generalizada não há.

O SR. HELDER GROSS - Sr. Presidente, quero dar os parabéns ao depoimento do Sr. Alfredo da Silva, que, realmente, foi muito sóbrio e preciso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Parece-me que não há mais nenhum debatedor.

Deveríamos, nesta hora, encerrar, aqui, em Roraima, esse capítulo dos nossos trabalhos. Todavia, a Presidência registra com prazer a presença do magistrado dessa comarca, o Dr. Alcir de Miranda, que esteve presente desde o início dos nossos trabalhos. S. S^a é um estudioso dos problemas sociais, econômicos e jurídicos dessa região.

Desta forma, eu gostaria de abrir uma exceção, chamando S. S^a para compor a Mesa, num limite de tempo de 10 a 15 minutos, para que o nosso magistrado possa enriquecer os trabalhos desta comissão com a sua explanação que ficará registrada nos nossos Anais.

Todavia, considerando que não fizemos uma convocação anterior, O Dr. Alcir não comparece aqui como depoente, razão pela qual os membros, a partir da Presidência, do relator e dos senadores, não lhe farão perguntas. Vou pedir a atenção dos presentes, a consideração dos parlamentares, das Sr^{as} deputadas. Vejo que existe uma onda feminista no país; as mulheres estão tomando conta. Permitam-me uma brincadeira: logo haverá uma onda de masculinidade, porque daqui a alguns anos os nossos parlamentares, os nossos cargos, estarão ocupados pelas mulheres, e os homens poderão se sentir discriminados. Digo isso porque há uma teoria, a teoria do retorno. A cada ciclo de anos e anos, as coisas se alternam e mudam.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Dr. Alcir de Miranda, para que discorra sobre o tema.

O SR. ALCIR DE MIRANDA - Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Parlamentares, a realidade é que estamos aqui como estudioso efetivamente. Desenvolvemos uma pesquisa, aprovada pela Universidade Federal de Roraima, no dia 29 de abril de 1992, e desde o dia 20 de janeiro de 1992, viajamos para a área Raposo Serra do

Sol, procurando subsídios para esse trabalho que procuramos desenvolver sobre a questão indígena no Estado de Roraima.

A nossa curiosidade científica fez com que permanecêssemos aqui para colhermos mais subsídios. Acredite, Sr. Presidente, fizemos bastante anotações sobre as colocações e a CPI, sobre a atividade de mineração. No Estado de Roraima, torna peculiar porque nós temos áreas indígenas e a coincidência dos minérios. Esse é o maior problema que envolve Roraima, ou seja, peculiar para Roraima, porque as áreas indígenas coincidem com as áreas mineiras.

Quanto a esse aspecto, não se deve desconsiderar a área indígena e os minerais, a questão ambiental. No caso, temos em Roraima, hoje, na realidade, três grandes problemas: a questão indígena, a mineral e a ambiental. Antes do contrabando de minérios, temos de observar também a questão dos bancos genéticos e a da biodiversidade.

Acreditamos que toda essa problemática que surge em Roraima, em função das grandes áreas demarcadas e das que se pretende demarcar, passa muito pelos critérios adotados. Ontem, ouvimos, na realidade, um representante, dirigentes de órgãos federais, de órgãos estaduais, todos praticamente dizendo que estão cumprindo a lei, mas sem efetivamente participar, conhecer a problemática para encontrar uma solução, até mesmo os critérios para definir a área indígena, expressos no Decreto nº 22. Entendemos que o próprio decreto é inconstitucional; não observa algumas questões, por exemplo, as diferenças dos grupos étnicos existentes na região, a tradicionalidade, que a nossa Constituição confirma como de continuidade viva; não se observa esse critério. Mais ainda: desconsidera-se o nível de integração dos indígenas, misturando índios aculturados com índios não aculturados, fazendo o mesmo juízo de valor. Se o Ianomâmi tem uma avaliação, os índios dessa área Raposo Serra do Sol devem ter outra avaliação.

Vimos como essas comunidades sofrem influências, principalmente a da área Raposo Serra do Sol. No entanto, acreditamos que o grande problema que está acontecendo, não só em Roraima, mas em todo o Brasil, relaciona-se a pessoas despreparadas para enfrentar, para resolver o problema, inclusive a nível de Poder Judiciário; pessoas que desconhecem a questão julgam complexa a questão ambiental, a mineral e a indígena; isso parece ser o grande problema que o nosso País enfrenta hoje.

Para tentar oferecer alguns subsídios à Comissão, entendemos que o Brasil precisa de uma revisão no seu ordenamento jurídico, a nível constitucional, a nível legal. Precisamos rever, no entendimento em que o Decreto nº 22 é inconstitucional, que essas demarcações sejam revistas na Amazônia, dada a sua imensidão, dadas as áreas imensas. E mais, Sr. Presidente, na realidade, a sugestão maior que queremos oferecer é que pessoas que realmente conheçam o problema resolvam-no, para não ouvirmos pessoas responsáveis por órgãos federais dizerem que o desconhecem. Isso é um absurdo.

Visitei mais de cinquenta malocas e nenhuma falou favoravelmente à Funai. Nenhum tuxaua admite a presença da Funai, porque ela é omissa. Realmente, ela não participa, não ajuda as comunidades. Um caso concreto, em 21 de janeiro de 1992: a maloca do Flexal(?). Há 22 anos, queriam fazer um trabalho nessa área, a Funai nunca a visitou. Esse é um exemplo concreto. Outro que trazemos é que muitas vezes os garimpeiros deixam a área, e os indígenas ocupam-na para garimpagem, esse exemplo já foi inclusive ventilado. Acreditamos que toda essa problemática pode ser resolvida quando o assunto for levado efetivamente ao Poder Judiciário e, lá, houver pessoas preparadas para enfrentar esse problema.

Por isso, Sr. Presidente, acreditamos que uma das soluções para essa questão no Brasil é a da Justiça Agrária, em que juízes

agrários tenham realmente conhecimento da problemática agrária, conheçam a questão indígena, a questão ambiental e possam resolver, como conhecedores, o problema que nos aflige, e não deixar ser decidido por autoridades que não têm conhecimento da questão.

Essas são as observações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Eu deveria declarar por encerrado o trabalho da nossa comissão no Estado de Roraima. Preciso fazê-lo, externando agradecimentos à Assembléia Legislativa do Estado, aos parlamentares, às autoridades constituídas, ao Governador, ao Tribunal de Contas, que aqui compareceu ontem, a sociedade de Roraima que nos prestigiou, os representantes dos diversos sindicatos, das diversas associações que nos honraram com as suas presenças e que, de uma forma ou de outra, colaboraram conosco. Em suma, a todas as autoridades que nos honraram com sua presença.

Antes de encerrar a reunião, vou conceder a palavra ao Deputado Salomão Cruz - ele queria falar tanto e vai receber isso como surpresa - para que, por três minutos, faça uma saudação ou teça as suas considerações finais.

O SR. SALOMÃO CRUZ - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar uma mensagem em nome de Roraima. Não estamos querendo acabar com o índio, ninguém está querendo estimular garimpo, depredar. O que a sociedade de Roraima e da Amazônia quer é que o Congresso Nacional, como fórum de discussão das grandes questões nacionais, assuma a vanguarda dessas discussões. Há pelo menos 17 anos, a questão do garimpo e dos índios se arrasta. Vemos pessoas fazerem aqui discurso bonito, serem aplaudidas na boa-fé do homem simples que compõe a sociedade de Roraima, e o tempo passa e nada se faz.

Não participo desta Comissão do Senado, sou Deputado Federal. Vim porque sou interessado no assunto, V. Ex^a sabe disso, participei de alguns debates da Comissão lá em Brasília. Gostaria que esta comissão fizesse um sobrevôo nas áreas de garimpo, mas lamentavelmente isso não vai ser possível. Eu gostaria que o resultado trouxesse algo de efetivo para mudar o quadro, tanto da questão indígena quanto da questão mineral na Amazônia, e em especialmente em Roraima. Já vi comissões e relatórios serem feitas várias vezes, calhamaços de papéis e tempo precioso serem gastos e nada redundando em benefício da população da Amazônia.

Espero que esta Comissão dê ao povo de Roraima uma solução para esse problema que é vital para a Amazônia. Eu disse ao Ministro Décio Pereira, recentemente, que os funcionários públicos são mais importantes para Roraima do que a indústria automobilística para São Paulo. A extração mineral para a Amazônia e Roraima é muito mais importante do que qualquer outra atividade para econômica para São Paulo, que é o Estado mais rico da Federação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Almyr Sá.

O SR. ALMYR SÁ - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiros presentes, para a Assembléia Legislativa foi um orgulho recebê-los nesta Casa, para aqui tratar de assunto de significativa importância para nosso Estado. Pelos depoimentos, pelas manifestações dos Srs. Senadores, endosso aqui as palavras do Deputado Salomão, acreditando que possa haver uma luz no fundo do túnel, no sentido de que as autoridades federais possam verificar uma solução para os problemas da mineração, que é tão importante para Roraima.

Sr. Presidente, certamente nós, nesta Casa, aguardamos com muita ansiedade que a questão indígena e fundiária venham a ser discutidas amiúde nesta Casa com os integrantes do Congres-

so Nacional, porque só dessa forma resolveremos os problemas de Roraima, basicamente fincados na questão fundiária.

Em nome de todos os parlamentares desta Casa, agradeço a presença de todos, colocando esta Casa sempre à disposição do Congresso Nacional, para debater os assuntos pertinentes aos interesses do nosso Estado.

Sinta-se em casa, Senador, e que V. Ex^a retorne a este Estado, não somente por uma questão de trabalho, mas porque tomou a água do Rio Branco. Nós aqui temos um costume de dizer: "Quem toma a água do Rio Branco retorna a esta terra, para somar, conosco, no desenvolvimento do Estado de Roraima."

Obrigado Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, Senadora Marluce Pinto. Transmitam aos Senadores que estiveram aqui ontem o fraterno abraço de povo de Roraima. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra a nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidentes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, meus amigos, esta Comissão foi bastante relevante para darmos prosseguimento ao nosso trabalho em Roraima. Aqui muito se falou e lá fora muito se fala que a Constituição de 1988 não foi aquilo que o povo brasileiro queria, mas teve muita coisa boa, se analisarmos. Se não fosse a Constituição de 1988, Roraima ainda estava naquela condição inferiorizada do Território. Como ficariam os territórios, se não tivéssemos transformado Roraima e Amapá em Estados. Sabíamos que nossa representação ia regredir com apenas dois Deputados Federais. Hoje nossa representação parlamentar é composta de 8 Deputados Federais e três Senadores. Eu gostaria de enfatizar que representamos a menor população do País, conquanto São Paulo, Minas Gerais, apesar de Estados bastante populosos, também têm três representantes no Senado Federal. Dessa forma, estamos igualmente requisitando tudo para Roraima, tudo para o País. Se não conseguimos alguma coisa, também não vamos conseguir, na totalidade, agora, na Revisão Constitucional. E nós, Parlamentares daquela época éramos tão conscientes que aquela Constituição não ia satisfazer no todo, que nas Disposições Transitórias foi pedida uma nova Revisão Constitucional. E essa Revisão é exatamente para que possamos corrigir os deslizes, porque não foi por parte dos Parlamentares de Roraima que não conseguimos uma legislação que pudesse equacionar os problemas na área de mineração. Ali todos nós sabemos, porque vocês assistem nos telejornais. Há o pessoal da esquerda que sempre diverge de determinadas situações, que são boas para o nosso País. Isso não vai mudar nunca, porque existem Parlamentares que estão de acordo com o Governo Federal e os que não estão, mesmo sabendo que determinadas coisas são boas para o nosso País, mas inibem, para que aquilo não aconteça, porque quem está representando o nosso País é exatamente o político da facção contrária. E isso, nós, que acompanhamos política, todos nós sabemos que existem divergências em termos de correligionários e também de adversários. Nunca iremos conseguir tudo o que queremos. Mas, de uma coisa temos certeza: a questão da demarcação das terras indígenas, a questão da mineração, se nós não conseguirmos no todo, ao menos vamos melhorar, e muito, as condições existentes. Muitas são as comissões. Há uma comissão constituída e já com seus trabalhos bem adiantados, que é sobre a reavaliação do Programa Calha Norte e a demarcação das terras indígenas, da qual o Salomão Cruz faz parte. Eu sou membro da dessa Comissão e sua Relatora e há outros Deputados de Roraima que dela participam. Foi uma preocupação nossa, a Comissão está constituída com 90% dos Parlamentares da Região Amazônica, porque diz respeito ao Calha Norte, aquele programa tão importante, que a maioria das pessoas não têm conhecimento dele. Acha sempre que é um programa militar, quando não é. Mas

eu quero dizer a vocês que estaremos sempre atentos, que a Constituição também trouxe uma coisa muito boa para a mulher brasileira, não só para a mulher de Roraima, que foi ter direito ao seu título de terra. E aqui tenho o testemunho do Sr. Cícero, que presenciou naquela época, em Brasília, no meu gabinete, as reuniões que fazíamos todas as quintas-feiras só com Deputadas para melhor analisar e discutir esse problema. E com que alegria aqui, em Roraima, eu entreguei o primeiro título de terra concedido à mulher. E como temos a satisfação de ver a mulher no campo trabalhando, porque naquela época, por mais que a mulher trabalhasse, o seu companheiro recebia seu título, ela não tinha esse direito. Na hora da separação, ela sempre levava a pior. Quantas vezes nós fornecemos aqui terrenos em Roraima, nos idos de 79 e 83, a mulher era quem me procurava, muitas vezes gestante, fazia a sua casinha e depois se separava, o marido ficava, porque não eram casados e elas nunca tinham o direito de bolar aquele título em seu nome. A mulher não tinha o pátrio poder. O nosso advogado aqui, o nosso magistrado, sabia disso, que nós, como mulheres, não tínhamos nem o direito de registrar os nossos filhos. Só as mães solteiras. Nós, como mulheres, se comprássemos uma propriedade, imóvel, ou qualquer coisa para um filho, nós não tínhamos o direito de ir ao cartório para registrar. Não posso me alongar com mais detalhes, farei isso em uma outra oportunidade aqui na Assembléia, pois já fui convidada pelo Presidente para uma palestra.

Os avanços da Constituição de 1988 foram muitos. No entanto, como já falei, o texto da Carta Magna não nos satisfaz - nós parlamentares -, tanto que deixamos na própria Constituição consignada a revisão constitucional, que, infelizmente, no ano passado, não deu certo.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que estamos atentos a todos os problemas. Como já disse anteriormente, se aqui viemos e questionamos não é porque não seja do nosso conhecimento todos os problemas do nosso Estado. Trouxemos essa Comissão ao nosso Estado para que outros parlamentares, como o nosso Presidente e tantos outros, pudessem tomar conhecimento do que é Roraima, essa terra maravilhosa, em que todos vivemos, trabalhamos e contamos com a cooperação dos outros e também com a cooperação dos nossos índios, de fazendeiros, enfim, de todo ser humano que vive nessa terra para trabalhar. Todos nós somos brasileiros e os que vieram para cá, principalmente aqueles que hoje representam Roraima lá fora, só tem um objetivo: trabalhar para o engrandecimento do nosso Estado e para amenizar, cada vez mais, essa carência, que em muitos setores, já foi combatida.

Se nosso Estado hoje ainda permanece com pessoas desempregadas, é devido ao fluxo migratório, porque corre lá fora a notícia do que se faz aqui em Roraima e vêm muitos de lá, como o próprio Presidente do Sindicato aqui falou. Sabemos que há dez anos a nossa população era muito pequena em comparação com o que é hoje.

Muito obrigada a todos vocês pelo comparecimento, pelo interesse e pela receptividade que sempre tivemos aqui. O nosso Presidente está encantado com o nosso Estado, e tenho certeza de que S. Ex^a será um dos debatedores mais firmes, fortes e conviccentes. Conheço os seus pronunciamentos, os quais já estou acostumada a ouvir no Senado da República, tanto quanto os dos Parlamentares aqui de Roraima.

Muito obrigada, meus amigos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores membros desse encontro, estou extrema-

mente satisfeito com o desenrolar dos trabalhos de ontem e de hoje.

Ouvimos aqui depoimentos contraditórios, como já esperávamos ouvir. Infelizmente, não ouvimos aqui a posição da Igreja, mas ouvimos segmentos diferenciados da comunidade indígena, lideranças políticas, lideranças sindicais, organismos públicos e tudo isso demonstra que, realmente, existem conflitos, existem posições divergentes e que essas posições divergentes, em uma sociedade democrática e civilizada, devem ser equacionados, devem ser solucionados pela lei, pela legislação, pela decisão da maioria.

Como Relator, fiz questão de trazer até Roraima a CPI da Mineração, porque - aqui já foi dito, os Parlamentares de Roraima conhecem os problemas da região - era importante que essas questões, que essas diferenças, que essas pendências fossem registradas nos Anais do Senado Federal, ficassem registradas nos Anais desta CPI, porque o que nós vamos fazer é legislar para todo o Brasil.

Como Relator desta CPI tenho consciência da responsabilidade imensa de fazer um relatório sério, condizente e principalmente objetivo e competente, para que nós possamos mudar essa realidade.

Ouvimos em Rondônia questões também divergentes. Viemos para Roraima, ouvimos já os segmentos do Governo Federal, ouvimos o DNPM, a CPRM, a Polícia Federal, a Funai e depois ouvimos segmentos da sociedade organizada, ouvimos a Associação Nacional dos Comerciantes de Ouro, ouvimos o Instituto Brasileiro de Pedras, que nos demonstrou que praticamente 80% da produção brasileira de pedras é contrabandeada por conta do imenso imposto que é cobrado dos produtores. Enfim, tivemos um quadro grave do problema mineral do País.

Viemos a Roraima e verificamos aqui que é emergencial uma solução para resolver o problema e para disciplinar a mineração em terra indígena. Saímos daqui reafirmando nosso compromisso, lutar pelo desenvolvimento deste Estado e da região, resgatar a condição de trabalho e de dignidade dos garimpeiros de Roraima e da Amazônia que hoje estão sendo tão perseguidos, e o compromisso com as comunidades indígenas no sentido de fazer uma lei que as proteja, que proteja o meio ambiente e que pague os royalties; enfim, uma lei que possa dar condições de inserir as comunidades indígenas num processo de desenvolvimento racional, de acordo com o ritmo antropológico de cada uma e inseri-las num processo de melhoria da sua própria condição de vida.

Quero dizer, como Relator da CPI, ao Deputado Salomão Cruz, que ficamos preocupados porque no Brasil realmente já existiram outras CPIs e outros relatórios, mas depois de prontos eles caíram na vala comum do Congresso Nacional, do Governo Federal. Por isso mesmo, como Relator da CPI, estou colocando no relatório as decisões finais não só o produto legal da proposta do relatório da CPI da Mineração mas também de futuras CPIs do Congresso Nacional. Estou propondo - e tenho a certeza de que a Mesa do Congresso vai acatar-, que as propostas desta CPI e das outras que virão tenham, no Congresso Nacional, tramitação de urgência urgentíssima, para que essa legislação proposta possa ser votada rapidamente. Se o Congresso Nacional deu prioridade à questão mineral, formou uma CPI e juntou Senadores para tratar dessa questão, deve dar também prioridade à questão, para que a proposta desta CPI seja votada rapidamente. Nós estamos condicionados com essa posição em nosso relatório. Quero dizer que esse relatório vai, sem dúvida nenhuma, com o trabalho de todos, propor mudanças fundamentais na legislação minerária brasileira - podem ficar certos os senhores e todos os segmentos de Roraima-, vamos lutar para que essas mudanças sejam implementadas rapidamente para que possam melhorar a vida de Roraima e do povo da Amazônia.

Eu fui Governador daqui e vivi dois momentos: eu vi o garimpo vicejando, vi o ouro saindo da terra, vi a vida das pessoas melhorando; nós pudemos ver depois - e vemos até hoje - o sofrimento de muitos, como foi dito aqui pelo Crisnel.

Quero agradecer ao Presidente, Senador Ramez Tebet, quero agradecer aos Senadores Ernandes Amorim e José Bianco por terem vindo até aqui e quero dizer que todos nós da CPI, todos nós do Senado estamos imbuídos do desejo de resgatar na Amazônia um processo auto-sustentado de desenvolvimento, um processo de respeito e de integração, porque qualquer região do País merece isso, mas sem dúvida nenhuma a Amazônia merece muito mais pelo esforço e pela luta de todos os brasileiros que estão aqui.

Muito obrigado pela presença de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Declaro encerrada a reunião, dizendo à sociedade de Roraima que eu já tomei a água de Rio Branco e quero voltar.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 320, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013.921/95-9 resolve aposentar, voluntariamente, MOACIR JOAQUIM DE OLIVEIRA, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso II, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com os arts. 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de julho de 1995. - Senador José Sarney, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 6-7-95

Ato nº 426, de 1994, que aposentou INÁCIO BERTOLDO SOBRINHO, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 831/95".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. - Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 451, de 1994, que aposentou MOYSES REIS, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. - Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 454, de 1994, que aposentou CARLOS AURÉLIO QUEIROZ MONTURIL, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e a vantagem prevista no artigo 1º

da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 455, de 1994, que aposentou JOÃO DE DEUS LOPES, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831/95".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 456, de 1994, que aposentou ARMÊNIO FERREIRA PINTO, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 457, de 1994, que aposentou BENEDITO LEANDRO DE JESUS, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 458, de 1994, que aposentou JOSÉ RIBAMAR DA SILVA, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 462, de 1994, que aposentou MANOEL RODRIGUES DE SOUSA, Técnico Legislativo.

Apostila

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato para excluir o artigo 37 da Resolução SF nº 42/93, e incluir os artigos 1º, 3º, 5º, 6º e 12 da Resolução SF nº 74/94, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 968/95.

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 467, de 1994, que aposentou JOSÉ BRUM DA SILVA, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 469, de 1994, que aposentou CÍCERO BARBOZA DA SILVA, Técnico Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 471, de 1994, que aposentou MARIA LINHARES DE SOUZA KRANERT BORGES, Analista Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 40/95, que aposentou MARIA DE LOURDES DE MEDEIROS KAIN, Assessor Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º, 10 e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 41, de 1995, que aposentou MERCEDES TARDELI MOREIRA LIMA, Analista Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "e as vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "e as vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 831, de 1995".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

Ato nº 337, de 1995, que aposentou CÉLIA MARIA DOS SANTOS LADEIRA MOTA, Analista Legislativo.

Apostila

No presente Ato onde se lê: "artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994", leia-se: "artigos 1º, 5º e 6º da Resolução (SF) nº 74, de 1994".

Senado Federal, 4 de setembro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 507, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor do Centro Gráfico do Senado Federal, ALMIRO DA CUNHA LEITE JÚNIOR, ocupante do cargo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, matrícula 1989, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Interno, símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração Financeira, no período de 1 de julho a 20 de novembro de 1995.

Senado Federal, 5 de setembro de 1995. – Agacil da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 508, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 017.067/95-2, resolve aposentar, voluntariamente, GILZA DE ALMEIDA, Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993; e no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 1.068, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de setembro de 1995. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 509, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve desligar o servidor RICARDO VARGAS, matrícula 2301, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade: Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 5 de setembro de 1995. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 510, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor SILVOIMAR ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 2301, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade: Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1995.

Senado Federal, 5 de setembro de 1995 – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

Ato nº 17, de 1993, que aposentou JOSÉ SOARES CAMPELO, Técnico Legislativo.

Apostila

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato para excluir o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, e incluir os artigos 34, § 2º e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e o artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994.

Senado Federal, 5 de setembro de 1995. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

Ato nº 98, de 1994, que aposentou Lídice Botelho Vianna, Analista Legislativo.

Apostila

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato para excluir o artigo 41 da Resolução SF nº 42, de 1993, e incluir o artigo 193 da Lei 8.112, de 1990.

Senado Federal, 5 de setembro de 1995. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO
(Grupo Brasileiro)

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, realizada no dia 28 de junho de 1995 – 1995-1999

Às 9 horas do dia vinte e oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, na Sala 104 da Ala das Lideranças, no Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Compareceram, conforme Livro de Presenças: Senador Carlos Wilson, Presidente; Deputado Robson Tuma, 1º Vice-Presidente; Deputado Moreira Franco, 1º Secretário; Deputado Manoel Castro, Tesoureiro; Senador Humberto Lucena, Senador Odacir Soares, Deputado Benito Gama, Deputado Humberto Souto e Deputado Heráclito Fortes, Membros Permanentes do Conselho, e Deputado Rodrigues Palma, Supleentes dos Membros Permanentes do Conselho. O Senhor Presidente, Senador Carlos Wilson, abriu os trabalhos informando aos presentes haver recebido verbalmente do Senhor Embaixador do México, Sua Excelência o Senhor José Luiz Reyna, convite que seria oportunamente formalizado oficialmente para participar do Encontro em Santiago do Chile, entre os dias 17 e 20 de julho de 1995, onde os legisladores de Argentina, Brasil, Chile e México debateriam assuntos relacionados às "Economias Emergentes Latinoamericanas 2000: Crecimiento y Desarrollo". Foi atribuído, por unanimidade, poderes ao Presidente do Grupo para designar, dentro das disponibilidades, a delegação brasileira ao evento. Ficou, ainda, acertado que o Grupo Brasileiro promoveria Encontros Paralelos entre os parlamentares participantes, no sentido de buscar o crescimento da indústria turística através do fortalecimento da Associação, promovendo e captando novas adesões. Ficou estabelecida, para o desempenho de missão, ajuda de custo no valor de US\$1,800.00 (hum mil e oitocentos dólares americanos), além de passagens aéreas na Classe Executiva para o trecho BSB/Rio/Santiago/Rio/BSB. às 10 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Wellington Franco de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e enviada à publicação.

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, realizada no dia 30 de agosto de 1995 – 1995-1999.

Às nove horas do dia trinta de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, na sala 104 da Ala das Lideranças, no Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Compareceram, conforme Livro de Presenças: Senador Carlos Wilson – Presidente; Deputado Robson Turma – 1º Vice-Presidente; Deputado Moreira Franco – 1º Secretário; Deputado Manoel Castro – Tesoureiro; Senador Humberto Lucena, Senador Odacir Soares – Deputado Heráclito Fortes – Membros Permanentes do Conselho e Deputado Rodrigues Palma – Suplente dos Membros Permanentes do Conselho. Determinada a leitura da Ata da reunião anterior foi ela, por unanimidade, aprovada sem restrições. O Senhor Presidente comunicou aos presentes que o Grupo Brasileiro se fez representar no Encontro de Santiago do Chile, a convite da Embaixada do México, entre os dias 17 e 20 de julho passado. Informou, ainda, que de conformidade com a delegação de poderes outorgada na reunião de 28 de junho último, a Presidência do Grupo, com a finalidade de compor a Delegação do Grupo, solicitou à Presidência da Câmara dos Deputados a indicação de nomes, através do Ofício nº 30/95. Dessa maneira o Senhor Presidente do Grupo, Senador Carlos Wilson

compôs a delegação com os parlamentares a seguir: Deputado Gonzaga Mota, Deputada Yeda Crusius, Deputado Manoel Castro, Deputado Mendonça Filho, Deputado Franco Montoro, Deputado Augusto Viveiros e Deputado Max Rosenmann. Usou da palavra o Deputado Manoel Castro dando conta dos trabalhos da delegação do Evento de Santiago do Chile. Apresentou relatório das atividades, salientando a participação dedicada dos parlamentares. Informou, ainda, que os contatos com os parlamentares dos países participantes conduziram a resultados satisfatórios, despertando seu interesse no que diz respeito à adesão dos grupos nacionais à Associação Interparlamentar de Turismo, abrindo o diálogo para contatos futuros com vistas a suas filiações àquela Associação. Às 10h30min, nada mais havendo a tratar, eu, Wellington Franco de

Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e enviada à publicação.

**Termo de Reunião
1995-1999**

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco, por falta de matéria, deixou de se realizar a reunião ordinária da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar eu, Wellington Franco de Oliveira, Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de conhecido pela Comissão Executiva será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Tectonio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares

Vice-Líderes

José Roberto Arruda

Vilson Kleimübing

Ramez Tebet

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Fancelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Wilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPR	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1107/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2321/62
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3482/03
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/62
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3167/00
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/32
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/32
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/32
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4070/70
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3069/70
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/32
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/32
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2061/62
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JUNIA MARISE	MG-4751/12

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4808/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE(S))

TITULARES

SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
IRIS REZENDE	G0-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4058/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17

PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36

PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74

PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77

PPS			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04

PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27

PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLICY -1	SP-3215/16

PL			
ROMEU TUMA -2	SP-2051/57	1- VAGO	

PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/82
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *2	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
*2 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151-52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-NABOR JÚNIOR	AC-3227/28
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PEL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSE/PT/PPS			

vago

REUNIÕES: HORÁRIO A SER DEFINIDO
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA
SALA Nº 15 - SUBSOLO
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
P			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PPR			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PPR			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
		1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB PFL PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546
FAX 311.3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
 Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
 Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Pedro Simon Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias	PP	
	PT	
		Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto		Elias Abrahão Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rosseto		Luiz Mainardi

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda
Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice
comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL
REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antônio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderlêy de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
EndereçoCEP.....
Cidade UF Telefone Fax Telex
Data:/...../..... Assinatura:

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocêncio Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Alvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade. Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Ilegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinethe Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas – Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 2º andar 70165-900, Brasília, DF. Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 – Telex: (061) 1357 Central de venda direta ao usuário: Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do Cegraf, pelo estacionamento à esquerda)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura Seção I ou II s/ o porte	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 60,00</u>
Assinatura Seção I ou II c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS